Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas

Exercício de 2020

Processo: 2020 25000 000619 Volume: XII

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MAURO CARLESSE

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO
BENEDITO MARTINIANO DA COSTA NETO

DIRETORA DE CONTROLE DA GESTÃO GOVERNAMENTAL E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO
KILVÂNIA RODRIGUES DE MELO MIRANDA

GERENTE DE ANÁLISE, DEMONSTRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS
LÚCIA HELENA QUEIROZ LIMA CÂMARA

EQUIPE TÉCNICA:
JOÃO BATISTA PORTES JUNIOR
VERALUCIA RODRIGUES BARROS

EQUIPE DE APOIO:
REGIANE SOUSA CHAVES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO - 2020 - VOLUME XII

APRESENTAÇÃO.....2731
1. ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO.....2733
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA 2740
2.1 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO.....2741
2.1.1 Quanto à Esfera Orçamentária 2741
2.1.2 Quanto às Fontes de Recursos.....2741
2.2 MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....2748
3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO 2752
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – GERAL DO ESTADO 2752
3.1.1 Balanço Orçamentário – Consolidado.....2753
3.1.2 Execução Orçamentária – Por Gestão 2766
3.1.3 Execução Orçamentária – Por Poder.....2769
3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO ESTADO.....2772
3.2.1 Balanço Patrimonial – Consolidado.....2772
3.2.2 Balanços Patrimoniais – Por Gestão 2775
3.2.3 Balanços Patrimoniais – Por Poder 2784
3.3 GESTÃO FINANCEIRA 2791
3.3.1 Balanço Financeiro – Consolidado.....2791
3.3.2 Balanço Financeiro – Por Poder.....2792
3.3.3 Balanço Financeiro – Por Gestão 2794
3.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado e por Poder.....2796
3.4 RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR.....2801
3.4.1 Disponibilidades Financeiras – Consolidado e Poder Executivo.....2801
4. ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AOS LIMITES LEGAIS.....2806
4.1 DESPESAS DE PESSOAL CONSOLIDADO E PODER EXECUTIVO.....2806
4.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.....2809
4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE.....2810

4.4 DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2811
4.5 SITUAÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 2813
4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DOS RESTOS A PAGAR 2818
4.7 EXECUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 2820
4.8 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DA DÍVIDA ATIVA..... 2820
5. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO 2823
5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVERAM ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS 2825
5.1.2 Unidades da Administração Direta..... 2826
5.1.3 Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais 2826
5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - 2020..... 2828
5.2.1 Execução por Eixos Estratégicos e Poder Independente..... 2830
5.2.2 Execução por Eixos Estratégicos, Poder Independente e Programas Temáticos . 2831
5.3 AÇÕES PRIORITÁRIAS 2838
6. RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – CONTAS CONSOLIDADAS..... 2929
6.1 RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS - Resolução 144/2020 – Pleno, item 7.3 2929
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 2939
ANEXOS 2959

QUADROS

QUADRO 1 – Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentária – 2020 ..... **2742**
QUADRO 2 – Resumo Sintético do Orçamento pelas Fontes de Recursos – 2020..... **2742**
QUADRO 3 – Resumo Sintético do Orçamento Autorizado pelas fontes de Recursos - 2020 ..... **2743**
QUADRO 4 – Resumo Sintético do Orçamento Autorizado por Gestão - 2020 ..... **2743**
QUADRO 5 – Resumo da Receita e Despesa Orçamentária – Todas as Fontes - 2020 ..... **2744**
QUADRO 6 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2020..... **2745**
QUADRO 7 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes – 2020 ..... **2746**
QUADRO 8 – Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte - 2020..... **2746**
QUADRO 9 – Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias – 2020 ..... **2748**
QUADRO 10 – Demonstrativo dos Créditos Suplementares Abertos por Esfera Orçamentária – Limite de 30% – 2020 ..... **2749**
QUADRO 11 – Demonstrativo e Análise dos Acréscimos Orçamentários e suas Origens - 2020 ..... **2750**
QUADRO 12 – Balanço Orçamentário “Geral do Estado” – 2020..... **2753**
QUADRO 13 – Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado - 2019 e 2020 ..... **2755**
QUADRO 14 – Receitas - Recursos de Todas as Fontes - 2020..... **2756**
QUADRO 15 – Demonstrativo Sintético do Orçamento Executado – 2020 ..... **2757**
QUADRO 16 – Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2019 e 2020..... **2758**
QUADRO 17 – Desempenho da Receita Tributária do Estado – 2019 e 2020 (Principais Impostos) **2758**
QUADRO 18 – Desempenho da Receita de Capital do Estado - 2019 e 2020 ..... **2758**
QUADRO 19 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica e Grupo – 2019 e 2020 ..... **2759**
QUADRO 20 – Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária - 2020..... **2760**
QUADRO 21 – Execução dos Programas de Governo do Estado – 2020 ..... **2761**
QUADRO 22 – Demonstrativo da Despesa Executada por Função – 2020 ..... **2764**
QUADRO 23 – Comparativo da Despesa Executada por Função de Governo – 2019/2020 ..... **2765**
QUADRO 24 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – “Administração Direta” - 2020..... **2766**

QUADRO 25 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Autarquias" - 2020 ..... **2766**
QUADRO 26 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Fundações" - 2020 ..... **2767**
QUADRO 27 – Despesa Realizada por Gestão – "Fundos" - 2020 ..... **2767**
QUADRO 28 – Resumo Total da Despesa Realizada – Todas as Gestões - 2020 ..... **2767**
QUADRO 29 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada das Gestões – por Categoria e Grupo - 2020 ..... **2768**
QUADRO 30 – Despesa Realizada por Poder – "Executivo" - 2020 ..... **2769**
QUADRO 31 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Judiciário" - 2020 ..... **2769**
QUADRO 32 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Legislativo" - 2020 ..... **2770**
QUADRO 33 – Despesa Realizada por Poder – "Ministério Público" - 2020 ..... **2770**
QUADRO 34 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" - 2020 .... **2770**
QUADRO 35 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" – por Categoria e Grupo - 2020 ..... **2770**
QUADRO 36 – Balanço Patrimonial - Geral do Estado – 2019 e 2020 ..... **2772**
QUADRO 37 – Balanço Patrimonial – "Administração Direta" – 2019 e 2020 ..... **2775**
QUADRO 38 – Balanço Patrimonial – "Autarquias" – 2019 e 2020 ..... **2778**
QUADRO 39 – Balanço Patrimonial – "Fundações" – 2019 e 2020 ..... **2780**
QUADRO 40 – Balanço Patrimonial – "Fundos" – 2019 e 2020 ..... **2781**
QUADRO 41 – Balanço Patrimonial – "Poder Executivo" – 2019 e 2020 ..... **2784**
QUADRO 42 – Balanço Patrimonial – "Poder Legislativo" – 2019 e 2020 ..... **2787**
QUADRO 43 – Balanço Patrimonial – "Poder Judiciário" – 2019 e 2020 ..... **2788**
QUADRO 44 – Balanço Patrimonial – "Ministério Público" – 2019 e 2020 ..... **2790**
QUADRO 45 – Resumo do Balanço Financeiro - Geral do Estado – 2020 ..... **2792**
QUADRO 46 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Executivo" – 2020 ..... **2793**
QUADRO 47 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Legislativo" – 2020 ..... **2793**
QUADRO 48 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Judiciário" – 2020 ..... **2793**
QUADRO 49 – Resumo do Balanço Financeiro – "Ministério Público" – 2020 ..... **2794**
QUADRO 50 – Resumo do Balanço Financeiro – "Administração Direta" – 2020 ..... **2794**
QUADRO 51 – Resumo do Balanço Financeiro – "Autarquias" – 2020 ..... **2795**
QUADRO 52 – Resumo do Balanço Financeiro – "Fundações" - 2020 ..... **2795**
QUADRO 53 – Resumo do Balanço Financeiro – "Fundos" – 2020 ..... **2796**
QUADRO 54 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado 2019 e 2020 ..... **2797**

QUADRO 55 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Adm. Direta” 2019 e 2020 ..... **2798**
QUADRO 56 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Autarquias” - 2019 e 2020 ..... **2798**
QUADRO 57 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Fundações” - 2019 e 2020 ..... **2799**
QUADRO 58 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Fundos” - 2019 e 2020 . **2800**
QUADRO 59 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidado 2020 ..... **2801**
QUADRO 60 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo 2020 ..... **2803**
QUADRO 61 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal – Consolidado – Poder Executivo, Legislativo e Judiciário – 2020..... **2806**
QUADRO 62 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Poder Executivo – 2020..... **2807**
QUADRO 63 – Comparativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo – 2018 a 2020 . **2808**
QUADRO 64 – Comparativo da Despesa Realizada com Educação – 2019 e 2020 ..... **2809**
QUADRO 65 – Comparativo da Despesa Realizada com Saúde – 2019 e 2020..... **2810**
QUADRO 66 – Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida – 2020..... **2812**
QUADRO 67 – Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida – 2019 e 2020 ..... **2812**
QUADRO 68 – Evolução da Receita Corrente Líquida - 2017 a 2020..... **2812**
QUADRO 69 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2019 e 2020 ..... **2813**
QUADRO 70 – Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário) 2019 e 2020 ..... **2814**
QUADRO 71 – Composição e Variação da Dívida Interna e Externa Consolidada - 2019/2020 ..... **2815**
QUADRO 72 – Comparativo das Operações de Crédito Realizadas - 2020 e 2019..... **2815**
QUADRO 73 – Demonstrativo do Resultado Primário - 2020 ..... **2816**
QUADRO 74 – Demonstração Resumida do Resultado Primário - 2020..... **2817**
QUADRO 75 – Demonstrativo Resumido do Resultado Nominal - 2020..... **2817**
QUADRO 76 – Resultado Nominal de 2020 em relação à meta fixada **2818**
QUADRO 77 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2019 e 2020 - Consolidado **2819**

QUADRO 78 – Demonstrativo da Despesa Reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores - Geral do Estado – 2020 ..... **2820**
QUADRO 79 – Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa – 2020 ..... **2820**
QUADRO 80 – Programas Governamentais – Poder Executivo e Defensoria Pública **2828**
QUADRO 81 – Programa Governamental Vinculado ao Eixo I **2831**
QUADRO 82 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo II **2832**
QUADRO 83 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo III **2833**
QUADRO 84 – Programas Governamentais Vinculados Ao Eixo IV **2834**
QUADRO 85 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo V **2835**
QUADRO 86 – Programa Governamental Vinculado ao Eixo VI **2836**
QUADRO 87 – Programa Governamental Vinculado ao Poder Independente **2836**

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Previsão/Fixação do Orçamento e percentuais por Esfera – 2020 ..... **2742**
GRÁFICO 2 – Previsão/Fixação do Orçamento pelas Fontes de Recursos **2743**
GRÁFICO 3 – Recursos Autorizados - Esfera Orçamentária – Destaque das Fontes mais Expressivas **2748**
GRÁFICO 4 – Percentuais do Orçamento Autorizado – Inicial mais Acréscimos **2750**
GRÁFICO 5 – Orçamento Realizado em 2020 (Receita e Despesa). **2757**
GRÁFICO 6 – Gastos por Categoria e Percentuais de Composição – 2019/2020 ..... **2759**
GRÁFICO 7 – Despesa Realizada por Esfera Orçamentária – 2020 ..... **2761**
GRÁFICO 8 – Programas de Governo – destaque dos mais expressivos **2763**
GRÁFICO 9 – Despesas Executadas por Função de Governo **2765**
GRÁFICO 10 – Percentual de Participação da Despesa Realizada por Gestão **2767**
GRÁFICO 11 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Ministério Público **2771**
GRÁFICO 12 – Limite de Despesas com Educação **2810**
GRÁFICO 13 – Limite de Despesas com Saúde **2811**
GRÁFICO 14 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida **2814**
GRÁFICO 15 – Inscrição de Restos a Pagar e Evolução 2019/2020 ..... **2819**
GRÁFICO 16 - Valores por Eixos Estratégicos e Poder Independente **2830**
GRÁFICO 17 - Eixo I - Saúde **2831**
GRÁFICO 18 - Eixo II - Educação e Conhecimento. **2832**
GRÁFICO 19 - Eixo III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos **2833**
GRÁFICO 20 - Eixo IV - Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental **2834**
GRÁFICO 21 - Eixo V - Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades **2835**
GRÁFICO 22 - Eixo VI – Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo **2836**
GRÁFICO 23 - Poder Independente **2837**

APRESENTAÇÃO

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do Direito Administrativo, tais como, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Nesse sentido a Controladoria-Geral do Estado do Tocantins como Órgão integrante do Executivo Estadual, apresenta o Relatório sobre as Contas Consolidadas do Governo, referente ao exercício de 2020, observando as matérias econômicas, administrativas, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo, expondo uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais, executados no exercício de 2020, abrangendo os Poderes: Executivo, que contempla a Defensoria Pública; Legislativo; Judiciário; e o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

A apresentação das despesas está demonstrada por categorias, grupos, funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

Capítulo 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA - GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO:

A Controladoria-Geral do Estado, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno, instituída pela Lei Estadual n.º 2.735, de 04 de julho de 2013, exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual, centraliza o controle interno da Administração Pública Estadual e vem buscando desempenhar papel relevante na atuação que vai além de órgão de controle, abarcando outras funções, como o combate à corrupção, à correição de pessoal e de apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica, a promoção da transparência, a promoção da cultura de acesso às informações públicas e, sobretudo recentemente, como aspecto inovador, vem atuando na mobilização da sociedade civil para o exercício da função de controle social das ações de governo.

Este órgão desenvolve suas atividades baseada em uma política de transparência, de controle interno e correição, resultando em uma nova realidade, pois a Controladoria-Geral do Estado – CGE não atua apenas como controlador, mas também como ativador das forças políticas e sociais da cidadania.

Na execução das suas atividades finalísticas, a CGE mantém três macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais:

a) Ouvidoria, Transparência e Controle Social;
b) Controle Interno e Prevenção à Corrupção; e
c) Correição.

O presente relatório demonstra os resultados das principais ações desenvolvidas pela Controladoria-Geral do Estado – CGE, no exercício 2020, em observância à legislação pertinente as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição aplicados à Administração Pública.

Primeiramente, é importante mencionar que mesmo diante de um ano de adversidades ocasionadas pela Covid-19 (novo Coronavírus), a Controladoria-Geral do Estado não mediu esforços para o cumprimento de sua missão institucional, apresentando resultados satisfatórios das atividades desenvolvidas.

Inserida nesse novo cenário, a CGE atuou sob as premissas de resultados positivos à gestão governamental estadual, fundamentada no suporte técnico consistente com o único objetivo que é qualificar a aplicação dos recursos de todas as unidades administrativas que compõem a estrutura do Poder Executivo Estadual.

Inicialmente, cabe frisar que várias ações realizadas durante o ano de 2020 certamente colaboraram para uma destacada atuação da Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno - SUGACI, focada nas atividades de fiscalização, inspeção, auditoria e prevenção à corrupção.

Apresentamos abaixo, os principais resultados de cada linha de atuação, de janeiro a dezembro de 2020, com breve descrição das atividades realizadas na condução de cada macroprocesso, representados pelas suas áreas de execução finalística:

OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA

No quesito ouvidoria e transparência, com o maior fomento ao controle social se ampliou a escuta ao cidadão. Em 2020, a Ouvidoria-Geral do Estado - OGE registrou 5.104 atendimentos pelo canal do WhatsApp e 2.362 manifestações por meio da Plataforma FalaBR, com tempo médio de resposta em 15,1 dias, atendendo com mais celeridade ao prazo que rege a Lei Federal nº 13.460/2017, na qual estabelece um prazo de 30 (trinta) dias entre registro, análise, solução e resposta de uma demanda.

O Portal da Transparência teve sua interface e arquitetura de navegação modificada para melhor atender às demandas da sociedade para o exercício do controle social. O aperfeiçoamento contou com sugestões dos próprios usuários, coletadas em consulta pública realizada na edição Agrotins 2020 100% Digital. O Portal é a principal ferramenta de divulgação ativa de informações sobre servidores, convênios, licitações, contratos, obras, viagens a serviço, prestações de contas, receitas e despesas, com atualização diária. Em 2020, o sítio teve 200.972 acessos à página e 80.161 novos usuários. Todas as melhorias implementadas visaram facilitar o trabalho da sociedade no acompanhamento dos gastos públicos.

Fato relevante foi à criação do Portal Coronavírus, sincronizado com o Portal da Transparência, que promove o controle social na divulgação das ações relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Ainda neste contexto, outro ponto evidenciado foi o reconhecimento da gestão estadual como o 7º Estado, entre todas as unidades da Federação, no "Ranking Transparência no Combate à Covid-19", promovido pela ONG Transparência Internacional - Brasil (TI), o qual saltou do conceito regular (56,9 pontos), em maio, para o ótimo (98 pontos) em setembro.

Na mesma temática, merece destaque a realização de vários eventos virtuais alcançados com êxito: 01 (uma) edição do projeto "Mecanismos de Fortalecimento do Controle Social na Administração Pública"; 01 (uma) edição do projeto "I Roda de Conversa Virtual do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual"; 01 (uma) edição do projeto com interlocutores da OGE "I Encontro On-line das Ouvidorias da Rede Estadual de Ouvidorias"; 02 (duas) edições do projeto "Encontro Estadual de Ouvidorias" com parceria da Controladoria-Geral da União; nos quais contribuíram significativamente para ampliar o acesso da população

aos canais de diálogo do Governo do Estado, oportunizando maior visibilidade e ampliando a participação do cidadão na gestão pública, o que é um dos papéis dos órgãos de controle.

Houve também, a participação da CGE na 13ª edição do Projeto Agenda Cidadã, realizado de forma virtual, contabilizando mais de 7.000 (sete mil) acessos durante 06 (seis) encontros regionais. O evento, de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins contou com a parceria do Governo do Tocantins, por meio da Controladoria-Geral do Estado. O projeto trouxe o tema "Desafio e União" e fomentou discussões sobre assuntos relacionados à prática da transparência na aplicação dos recursos públicos e prevenção dos excessos que podem ocorrer na Administração Pública. As atividades reuniram prefeitos, secretários municipais e servidores públicos, além da sociedade em geral.

CONTROLE INTERNO E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

No quesito ao Controle Interno e Prevenção à Corrupção, foram realizadas as análises dos Processos de Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas das 67 (sessenta e sete) unidades orçamentárias do Governo do Estado, contendo os relatórios de auditoria, acompanhado dos respectivos pareceres, e ainda, a elaboração do Relatório das Contas Consolidadas do Governador, ambos referentes ao exercício financeiro de 2019, com o objetivo de mostrar, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de Governo, em atendimento à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como a própria Constituição Estadual.

Ressalta-se dentre as atividades de controle interno, a elaboração de 38 (trinta e oito) Relatórios Panorâmicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de cada área de gestão, que visam subsidiar os gestores na identificação de possíveis riscos (pontos de criticidade/vulnerabilidade) que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos das respectivas Pastas.

Foram feitos 05 (cinco) relatórios de acompanhamento do gasto público, contendo informações acerca da situação dos gastos com educação, saúde, pessoal, sobre a dívida interna e externa, resultado primário e nominal, evolução da receita corrente líquida, análise do desempenho da receita e da despesa, dentre outros apontamentos de maior relevância para tomada de decisão dos gestores estaduais a frente dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Para nortear os trabalhos, foi elaborada uma Matriz de Riscos, a qual consiste na análise e formatação de documentação onde são registrados os riscos identificados, a avaliação de grau de incidência e a probabilidade de ocorrência para os processos, etapas e atividades para os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, contribuindo, assim, para indicar quais os órgãos que apresentam situações de criticidade/ vulnerabilidade que podem afetar, e subsidiar os trabalhos voltados para área de controle interno e o alcance dos objetivos estratégicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

No que diz respeito às inspeções, foram instauradas 10 (dez), sendo 01 (uma) finalizada e 09 (nove) em andamento, consistindo em: 03 (três) inspeções no Sistema de Acompanhamento do PPA; 03 (três) inspeções nos Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio; 02 (duas) inspeções no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias; e, 02 (duas) em atendimento a demandas específicas, oriundas da Secretaria da Comunicação e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Foram certificadas 14 (quatorze) Tomadas de Contas Especial, sendo: 05 (cinco) da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; 01 (uma) da Secretaria da Administração SECAD/FUNSAÚDE; e 08 (oito) da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins.

Com a finalidade de atendimento da demanda oriunda dos procedimentos inerentes às aquisições destinadas ao enfrentamento da Covid-19, foi elaborado o Guia de Orientações em Aquisição e Contratação Direta Destinadas ao Enfrentamento da Covid-19, que subsidiou os órgãos e entidades do executivo estadual.

Além disso, foram elaborados 203 (duzentos e três) pareceres técnicos, 51 (cinquenta e um) despachos decorrentes de análises processuais, 05 (cinco) relatórios de inspeção, 109 (cento e nove) relatórios de fiscalização e 09 (nove) relatórios técnicos, atendendo às demandas provenientes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões dos gestores estaduais.

Não se pode olvidar, o acompanhamento diário da situação dos órgãos e entidades junto ao CAUC e, encontrando pendências, emitindo ofício de notificação ao gestor da pasta com o relatório dos extratos e detalhamentos das inscrições dos itens no CAUC, extraídos do site da Secretaria do Tesouro Nacional, solicitando quais as medidas necessárias perante as áreas competentes, que se fazem imperativas para manutenção da regularidade. Assim, evitando que o Estado do Tocantins fique impedido de contratar qualquer tipo de financiamento com bancos públicos, além de não receber transferências voluntárias do Governo Federal ou qualquer tipo de recursos que não decorra estritamente de determinação constitucional, conforme estabelece o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - Lei Complementar n° 101, de 04/05/2000.

No tocante ao aperfeiçoamento do corpo técnico, a Controladoria-Geral do Estado, na parte de controle interno conseguiu capacitar 421 (quatrocentos e vinte e um) servidores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, através de Palestras, Seminários, Debates e Cursos, com o objetivo de habilitar os servidores públicos a desempenharem de forma satisfatória, eficiente e eficaz suas responsabilidades e o trato com o bem público, nas áreas de Tomada de Contas Especial, Convênios, Parcerias, Suprimento de Fundos, modalidades de licitação, formalização processual e Prestação de Contas de Ordenadores de despesas.

CORREIÇÃO

No tocante à correição, foram implementadas salas de audiências virtuais, onde foram realizadas 38 (trinta e oito) audiências neste novo formato.

Vale destacar a regulamentação da responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Estadual, de que trata a Lei Federal 12.846/2013, por meio da publicação do Decreto Estadual nº 6.105/2020.

Neste mesmo sentido, sobressai a publicação da Portaria CGE nº 123/2020/GABSEC, que instituiu o fluxo das atividades referentes à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas no âmbito da Corregedoria-Geral do Estado, estabelecendo as rotinas de trabalho para o controle dos procedimentos apuratórios no âmbito da CGE, e a publicação da Portaria CGE nº 126/2020/GABSEC, que instituiu o fluxo das atividades referente à responsabilização administrativa de agentes públicos no âmbito da Corregedoria-Geral do Estado, estabelecendo as rotinas de trabalho para o controle dos procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da CGE.

Houve a adequação aos procedimentos de escuta de crianças e adolescentes em conformidade com a Lei Federal nº 13.431/2017. Foram realizadas reuniões com os membros do Ministério Público/CAOPIJ responsável pela articulação da escuta, na rede no âmbito do Estado e com a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes e participação no Curso de Noções Introdutórias ao depoimento especial e escuta especializada ofertada pela ESMAT.

No dia do Servidor Público, foi lançada a Cartilha do Servidor Público. O instrumento é uma referência educativa no que concerne à conduta dos servidores públicos civis do Estado do Tocantins, em atenção ao regime disciplinar estadual. Tal iniciativa se orientou a partir da realidade identificada em levantamentos e estudos realizados pela Corregedoria-Geral do Estado, unidade estratégica vinculada à CGE, que apontaram para o desafio de se desenvolver ações que tenham como foco atitudes preventivas, uma vez que práticas repressivas não tiveram sua eficácia constatada na diminuição dos procedimentos administrativos disciplinares.

Por fim, informamos que a Controladoria-Geral do Estado vem imbuindo esforços para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno, ofertando por meio de instrutorias, em 2020, vagas de capacitação técnica e treinamento aos servidores do Poder Executivo Estadual, na modalidade presencial e à distância (*on-line*), fortalecendo, desta maneira, o controle interno da gestão com vistas à salvaguarda dos recursos públicos, evitando-se perdas, mau uso e danos, cumprindo-se, por conseguinte, as normas legais.

Inserida nesse contexto, além das temáticas do Sistema de Controle Interno, foi oportunizado capacitação técnica e treinamento nas áreas de ouvidoria, transparência, controle social e correição, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de competências e de gestão requeridas para o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição, construindo habilidades técnicas. No total, somando-se todas as áreas de atuação da CGE, foram oportunizadas 836 (oitocentas e trinta e seis) vagas nas ações de capacitações e treinamentos

para agentes públicos, certificadas pela Unidade Certificadora do Estado do Tocantins – UNICET, configurando um resultado positivo para a gestão.

Por todos estes avanços até agora conquistados pela CGE, o nosso objetivo que também se constitui um desafio, é continuar investindo na qualidade dos serviços prestados ao Governo do Estado e à sociedade, na diretiva da boa governança.

Capítulo 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

Esta análise consiste em demonstrar o desempenho da execução orçamentária da Receita e da Despesa do Estado, conferindo maior confiabilidade às contas públicas, além de justificar os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de planejamento, a exemplo do PPA, LDO e LOA, que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto no § 2º, inciso III, do art. 80 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, compreende as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração, execução e avaliação dos orçamentos do Estado e suas alterações, as disposições para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas, as disposições relativas à dívida pública estadual e das operações

de crédito e as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais. Compreende também a política de aplicação dos recursos da agência oficial de fomento, as disposições sobre alterações na legislação tributária e as disposições gerais.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional que estima as receitas e fixa as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. A Lei Orçamentária Anual é utilizada para gerenciar as receitas e despesas públicas em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, que se distingue em receita orçamentária e receita extraorçamentária.

A receita extraorçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles contemplados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extraorçamentários aqueles que não dependem de prévia autorização legislativa para seu recebimento ou pagamento.

2.1 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para o exercício financeiro de 2020, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 3.609, de 18 de dezembro de 2019 (LDO) e é aprovado pela Lei Estadual n° 3.622, de 18 de dezembro de 2019 (LOA), que estimou a receita no valor de R$ 10.815.232.616,00 e fixou a despesa em igual valor, na forma a seguir:

2.1.1 Quanto à Esfera Orçamentária:

a) Orçamento Fiscal: R$ 7.236.453.461,00;

b) Orçamento da Seguridade Social: R$ 3.578.779.155,00.

2.1.2 Quanto às Fontes de Recursos:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R$ 6.060.473.657,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R$ 4.754.758.959,00.

QUADRO 1 – Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentária – 2020

RECEITA ESTIMADA		
ITEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	7.236.453.461,00	66,91
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3.578.779.155,00	33,09
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**100,00**

DESPESA FIXADA		
ITEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	7.236.453.461,00	66,91
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3.578.779.155,00	33,09
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**100,00**

FONTE: Lei 3.622, de 18 de dezembro de 2019.

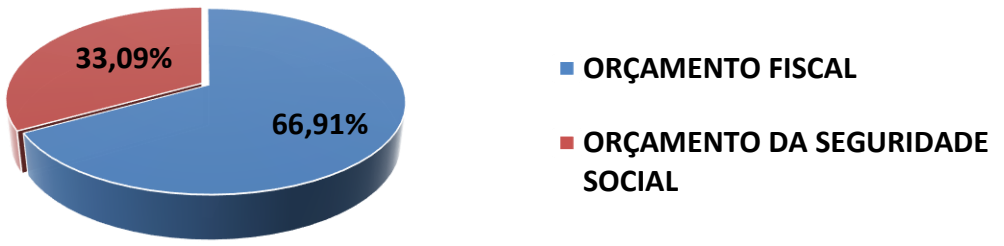


GRÁFICO 1 – Previsão/Fixação do Orçamento e percentuais por Esfera – 2020

O quadro acima espelha de forma resumida a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 e a análise vertical da participação de cada esfera orçamentária, em relação ao total do orçamento inicial.

A receita estimada e a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 foi de: R$ 7.236.453.461,00 no orçamento fiscal e R$ 3.578.779.155,00 no orçamento da seguridade social, com índices percentuais equivalentes a 66,91% e 33,09%, respectivamente.

QUADRO 2 – Resumo Sintético do Orçamento pelas Fontes de Recursos – 2020

FONTE	VALOR	% PARTIC
RECURSOS DO TESOURO ORDINÁRIOS	6.060.473.657,00	56,04
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4.754.758.959,00	43,96
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**100,00**

FONTE: Lei 3.622, de 18 de dezembro de 2019.

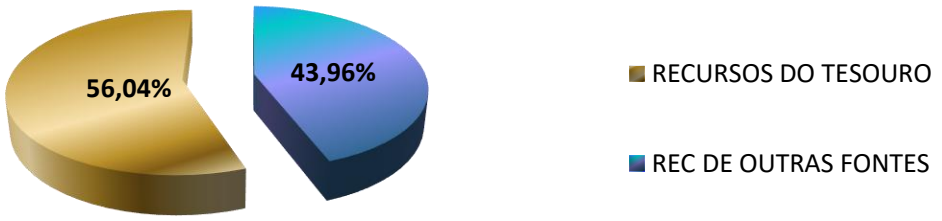


GRÁFICO 2 – Previsão/Fixação do Orçamento pelas Fontes de Recursos

O quadro acima compreende o orçamento anual por suas fontes de recursos. Nele observa-se que 56,04% correspondem aos recursos do Tesouro e 43,96% estão alocados nas demais fontes.

QUADRO 3 – Resumo Sintético do Orçamento Autorizado pelas fontes de Recursos - 2020

FONTE	VALOR	% PARTIC
RECURSOS DO TESOURO ORDINÁRIOS	6.671.623.246,00	55,46
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	5.356.955.686,00	44,54
TOTAL	**12.028.578.932,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 11 por fonte de recursos, Volume II, fls. 341 e 342.

O valor do orçamento inicial da despesa foi acrescido de R$ 1.213.346.316,00 e contou com as seguintes movimentações orçamentárias: Suplementações, Reduções, Créditos Especiais e Extraordinários, passando o orçamento autorizado para R$ 12.028.578.932,00, assim distribuído:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R$ 6.671.623.246,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R$ 5.356.955.686,00.

Ressalta-se que este acréscimo contou com recursos disponíveis originários do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior (2019), no valor de R$ 233.800.128,00 e R$ 979.546.188,00 do excesso de arrecadação do exercício em análise, valores que justificam a diferença entre o orçamento inicial e o autorizado.

QUADRO 4 – Resumo Sintético do Orçamento Autorizado por Gestão - 2020

GESTÃO	VALOR	% PARTIC
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.375.925.852,00	53,01
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.652.653.080,00	46,99
TOTAL	**12.028.578.932,00**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VI, fls. 1331 a 1334 e Anexo 2 - Geral do Estado, Volume I, fls. 189 a 192.

Do total de R$ 12.028.578.932,00, valor que representa o Orçamento Geral do Estado Autorizado, foram consignados R$ 6.375.925.852,00 para Administração Direta e R$ 5.652.653.080,00 para Administração Indireta, que corresponde a 53,01% e 46,99%, respectivamente.

QUADRO 5 – Resumo da Receita e Despesa Orçamentária – Todas as Fontes - 2020

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	% EVOL.
RECEITAS CORRENTES	**10.685.158.176,00**	**11.453.213.939,00**	**7,19**
Receita Tributária	4.174.208.654,00	4.262.240.521,00	2,11
» ICMS	3.047.494.444,00	3.094.552.311,00	1,54
» Outras	1.126.714.210,00	1.167.688.210,00	3,64
Receita de Contribuições	600.662.073,00	611.264.533,00	1,77
Receita Patrimonial	71.814.094,00	73.334.917,00	2,12
Receita de Serviços	42.688.418,00	42.688.418,00	0,00
Transferências Correntes	5.657.813.031,00	6.323.713.644,00	11,77
» FPE	4.243.497.685,00	4.243.497.685,00	0,00
» Outras	1.414.315.346,00	2.080.215.959,00	47,08
Outras Receitas Correntes	137.971.906,00	139.971.906,00	1,45
RECEITAS DE CAPITAL	**1.106.876.650,00**	**1.174.547.274,00**	**6,11**
Operações de Crédito	759.866.555,00	759.866.555,00	0,00
Alienação de Bens	7.776.900,00	7.776.900,00	0,00
Amortização de Empréstimos	15.869.000,00	15.869.000,00	0,00
Transferências de Capital	323.364.195,00	391.034.819,00	20,93
RECEITAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**11.792.034.826,00**	**12.627.761.213,00**	**7,09**
Receitas Intraorçamentárias	**1.245.765.218,00**	**1.564.828.509,00**	**25,61**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-2.222.567.428,00**	**-2.397.810.918,00**	**7,88**
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**11.794.778.804,00**	**9,06**

FONTE: Anexo 10 - Geral do Estado - Volume I, fls. 141 a 147.

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	% EVOL.
DESPESAS CORRENTES	**8.133.686.760,00**	**8.872.139.238,89**	**9,08**
Pessoal e Encargos Sociais	5.711.530.328,00	6.009.073.903,89	5,21
Juros e Encargos da Dívida	114.516.320,00	115.600.926,00	0,95
Outras Despesas Correntes	2.307.640.112,00	2.747.464.409,00	19,06
DESPESAS DE CAPITAL	**1.686.837.216,00**	**1.880.540.498,00**	**11,48**
Investimentos	1.433.489.393,00	1.480.350.807,00	3,27
Inversões Financeiras	24.300.000,00	32.800.000,00	34,98
Amortização da Dívida	229.047.823,00	367.389.691,00	60,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**356.981.363,00**	**124.559.428,00**	**-65,11**
Reserva de Contingência	356.981.363,00	124.559.428,00	-65,11
DESPESAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**10.177.505.339,00**	**10.877.239.164,89**	**6,88**
Despesas Intraorçamentárias	**637.727.277,00**	**1.151.339.767,11**	**80,54**
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**12.028.578.932,00**	**11,22**

FONTE: Anexo 2 - Geral do Estado, Volume I, fls. 189 a 192.

Neste quadro demonstra-se a receita prevista e atualizada, por categoria e origem, a despesa inicialmente fixada e a autorizada, por categoria e grupo de natureza, bem como a análise dos índices da evolução ocorrida no exercício por intermédio das alterações previstas na Lei Orçamentária Anual, em seu art. 6º.

As receitas atualizadas sofreram no cômputo geral um aumento de 9,06%. As receitas atualizadas por categoria, antes das deduções, sofreram um aumento de: 7,19% nas receitas correntes, 6,11% nas receitas de capital e 7,09% nas receitas intraorçamentárias.

As despesas autorizadas apresentaram aumento de 11,22%, destacando por maior índice de crescimento, na categoria despesas correntes, o grupo "outras despesas correntes" com 19,06%. Na categoria despesas de capital, o grupo "amortização da dívida" apresentou o maior índice de crescimento, com 60,40%.

Ainda, com relação à despesa demonstrada no quadro 05, constatam-se índice negativo no grupo "reserva de contingência" com (65,11%).

As despesas intraorçamentárias apresentaram um aumento de 80,54%.

QUADRO 6 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2020

RECEITAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	**8.742.438.333,00**	**2.710.775.606,00**	**11.453.213.939,00**
Receita Tributária	3.977.395.596,00	284.844.925,00	4.262.240.521,00
Receita de Contribuições	0,00	611.264.533,00	611.264.533,00
Receita Patrimonial	16.418.946,00	56.915.971,00	73.334.917,00
Receita de Serviços	4.415.417,00	38.273.001,00	42.688.418,00
Transferências Correntes	4.684.895.375,00	1.638.818.269,00	6.323.713.644,00
Outras Receitas Correntes	59.312.999,00	80.658.907,00	139.971.906,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.174.547.274,00**	**1.174.547.274,00**
Operações de Crédito	0,00	759.866.555,00	759.866.555,00
Alienação de Bens	0,00	7.776.900,00	7.776.900,00
Amortização de Empréstimos	0,00	15.869.000,00	15.869.000,00
Transferências de Capital	0,00	391.034.819,00	391.034.819,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**135.213.485,00**	**1.429.615.024,00**	**1.564.828.509,00**
Deduções da Receita	-2.207.949.560,00	-189.861.358,00	-2.397.810.918,00
TOTAL	**6.669.702.258,00**	**5.125.076.546,00**	**11.794.778.804,00**

FONTE: Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado, Vol. I, fls. 148 a 170 – Receita Atualizada.

QUADRO 7 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes – 2020

DESPESAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**5.389.855.057,89**	**3.482.284.181,00**	**8.872.139.238,89**
Pessoal e Encargos Sociais	3.928.783.405,89	2.080.290.498,00	6.009.073.903,89
Juros e Encargos da Dívida	115.597.326,00	3.600,00	115.600.926,00
Outras Despesas Correntes	1.345.474.326,00	1.401.990.083,00	2.747.464.409,00
DESPESAS DE CAPITAL	**484.548.725,00**	**1.395.991.773,00**	**1.880.540.498,00**
Investimentos	105.359.034,00	1.374.991.773,00	1.480.350.807,00
Inversões Financeiras	11.800.000,00	21.000.000,00	32.800.000,00
Amortização da Dívida	367.389.691,00	0,00	367.389.691,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**124.559.428,00**	**124.559.428,00**
Reserva de Contingência	0,00	124.559.428,00	124.559.428,00
DESP. INTRAORÇAMENTÁRIA	**797.219.463,11**	**354.120.304,00**	**1.151.339.767,11**
Pessoal e Encargos Sociais	571.341.858,11	166.013.374,00	737.355.232,11
Juros e Encargos da Dívida	97.541.094,00	0,00	97.541.094,00
Outras Despesas Correntes	100.000,00	174.659.470,00	174.759.470,00
Amortização da Dívida	128.236.511,00	13.447.460,00	141.683.971,00
TOTAL	**6.671.623.246,00**	**5.356.955.686,00**	**12.028.578.932,00**

FONTE: Anexo 11 - Geral do Estado, Vol. II, fls. 246 a 340 - Orçamento Autorizado.

Comparando o orçamento total da receita prevista atualizada, no valor de R$ 11.794.778.804,00 (quadro 06), com o total da despesa autorizada de R$ 12.028.578.932,00, demonstrada no quadro 07, constata-se que o orçamento da despesa apresenta uma diferença a maior no valor de R$ 233.800.128,00. Esse fato ocorreu em função da utilização do superavit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, mediante Decreto do Poder Executivo, com suporte nas disposições do art. 6º, Inciso IV, da Lei Orçamentária Anual nº 3.622, de 18 de dezembro de 2019 e também consoante ao art. 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

QUADRO 8 – Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte - 2020

FONTE DE RECURSOS		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		AUTORIZADO (a)	AUTORIZADO (b)
100	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.732.278.229,00	88.261.755,00
101	TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	559.791.748,00	0,00
102	REC. DO TESOURO-AÇÕES DE SEV PUB. DE SAÚDE	0,00	1.205.883.496,00
103	CONTRAPARTIDA	4.528.230,00	478.288,00
104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	26.296.705,00	54.104.795,00
209	AUXÍLIO FINANCEIRO ENFRENTAMENTO À COVID-19	1.280.626,00	107.253.760,00
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.585.935,00	0,00
211	CONTRIBUIÇÕES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCAÇÃO	144.239.667,00	18.750.000,00

FONTE DE RECURSOS		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		AUTORIZADO (a)	AUTORIZADO (b)
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	819.451.751,00	0,00
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	27.191.253,00	0,00
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HÍDRICOS	15.126.382,00	0,00
218	ADPF 568	14.180.118,00	11.696.989,00
219	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	285.887.000,00	125.000.000,00
220	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	349.000.000,00	0,00
223	RECURSOS DE CONVÊNIO COM A INICIATIVA PRIVADA	1.944.924,00	19.000,00
224	CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	38.014.300,00	0,00
225	REC. DE CONVÊNIOS COM ÓRGAOS FEDERAIS	285.834.400,00	27.631.671,00
226	ALIENAÇÃO DE BENS	11.555.305,00	150.000,00
227	COTA PARTE DO CONVÊNIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	2.452.144,00	0,00
228	OPERAÇÕES FINANCEIRAS NÃO REEMBOLSÁVEIS-INTERNAS	6.558.900,00	0,00
229	OPERAÇÕES FINANCEIRAS NÃO REEMBOLSÁVEIS-EXTERNAS	0,00	400,00
231	RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA	16.151.183,00	0,00
233	RECURSOS DE CESSÃO ONEROSA	13.447.460,00	0,00
235	COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	10.103.028,00	3.000.000,00
236	DOAÇÃO	335.000,00	0,00
237	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	3.880.828,00
238	ICMS – FECOEP	14.726.478,00	51.572.881,00
239	FUNDO PENITENCIÁRIO	27.620.000,00	0,00
240	RECURSOS PRÓPRIOS	359.087.256,00	3.852.421,00
241	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	1.550.752.357,00
242	ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.406.379,00	411.179.331,00
246	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	3.954.500,00
247	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	425.000,00
248	GESTÃO DO SUS	0,00	1.174.000,00
249	INVESTIMENTOS SAÚDE	0,00	61.045.801,00
250	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	465.266.353,00
251	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	11.341.202,00
260	DESVINC. DO SUP. FINANC. DAS FONTES DE REC. DAS AUTARQUIAS E FUNDOS ESPEC.	31.131.035,00	0,00
261	AUX. EMERG. DA CULTURA ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	18.698.668,00	0,00
TOTAL		**7.821.904.104,00**	**4.206.674.828,00**
TOTAL ORÇAMENTO AUTORIZADO (a + b)		**12.028.578.932,00**	
ÍNDICE PARTICIPAÇÃO POR ESFERA		**65,03**	**34,97**

FONTE: SIAFE-TO – Despesa por Esfera Orçamentária e Fonte de Recursos.

Os recursos autorizados no exercício de 2020, por esfera orçamentária, ficaram assim distribuídos: R$ 7.821.904.104,00 no orçamento fiscal e R$ 4.206.674.828,00 no orçamento da seguridade social. Esses valores representam respectivamente, 65,03% e 34,97% do orçamento total autorizado.

Destacamos do quadro 08 as fontes que apresentaram as dotações mais expressivas em cada esfera: fontes 0100 e 0214, com R$ 4.732.278.229,00 e R$ 819.451.751,00

no orçamento fiscal; e fontes 0241 e 0102 com R$ 1.550.752.357,00 e R$ 1.205.883.496,00 no orçamento da seguridade social.

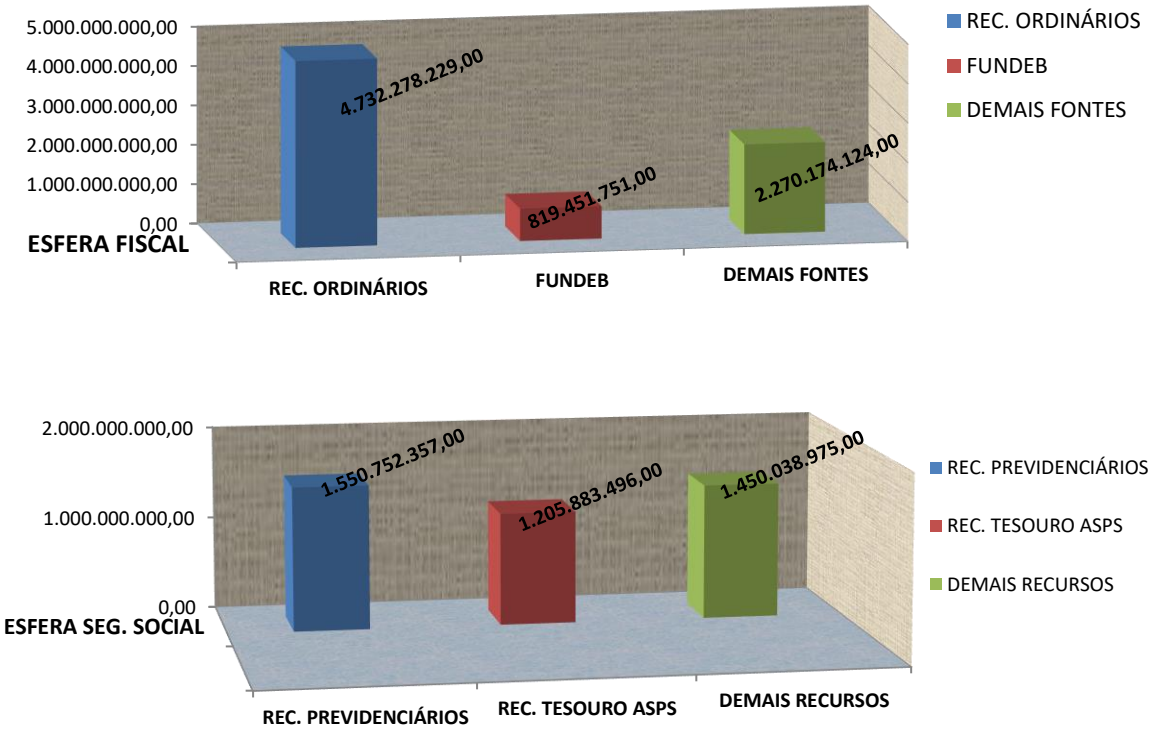


GRÁFICO 3 – Recursos Autorizados - Esfera Orçamentária – Destaque das Fontes mais Expressivas

2.2 MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Entende-se por movimentações orçamentárias as alterações decorrentes dos créditos adicionais abertos mediante autorizações legislativas ao Poder Executivo e ainda de outros instrumentos de flexibilização orçamentária, para atendimento das necessidades previstas ou de fatos novos que surgirem durante o exercício financeiro.

Valendo-se de autorização constante na Lei Orçamentária Anual em seu art. 6º e obedecendo aos ditames da Lei Federal n° 4.320/64 e da LDO, foram realizadas no decorrer do ano de 2020 as movimentações orçamentárias demonstradas no quadro a seguir:

QUADRO 9 – Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias – 2020

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial	10.815.232.616,00
(+) Créditos Suplementares	2.538.301.406,00
(+) Créditos Especiais	10.955.000,00
(+) Créditos Extraordinários	108.534.386,00
(-) Redução	1.444.444.476,00
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS AUTORIZADOS	**12.028.578.932,00**

FONTE: Relatório da Despesa Orçada e Autorizada Consolidado - Volume I, fls. 193 a 196 e Anexo 11–A – Volume X, fls. 2331 a 2371.

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente no valor de R$ 10.815.232.616,00, aprovado pela Lei Estadual nº 3.622/2019, sofreu alterações durante o exercício de 2020 através de créditos suplementares no valor de R$ 2.538.301.406,00, créditos especiais no valor de R$ 10.955.000,00, créditos extraordinários no valor de R$ 108.534.386,00 e reduções no valor de R$ 1.444.444.476,00, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 12.028.578.932,00, para o exercício financeiro de 2020.

Para oficializar a abertura dos créditos adicionais, na forma demonstrada, foram editados decretos, conforme indicação no Anexo 11-A às fls. 2331 a 2371, Volume X.

QUADRO 10 – Demonstrativo dos Créditos Suplementares Abertos por Esfera Orçamentária – Limite de 30% – 2020

ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL	VALOR SUPLEMENTADO	% ATINGIDA
ORÇAMENTO FISCAL	7.236.453.461,00	652.010.329,00	9,01
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3.578.779.155,00	266.646.096,00	7,45
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**918.656.425,00**	**-**

FONTE: Relatório de acompanhamento dos 30% para abertura de créditos suplementares – SEPLAN e Anexo 11–A – Volume X, fls. 2331 a 2371, Coluna "Destinação dos Recursos", Modalidade I[1].

Os créditos suplementares foram previamente autorizados por Lei, abertos por Decretos do Poder Executivo, em consonância com os limites previstos no art. 6º da Lei Estadual, nº 3.622 – LOA, de 18 de dezembro de 2019, que diz:

> Art. 6º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender às insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite correspondente a 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária referida no Parágrafo único do art. 3º desta Lei, em conformidade com o art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, mediante a utilização dos seguintes recursos:
>
> I - reserva de contingência; II - excesso de arrecadação; III - anulação de dotações orçamentárias; IV - superavit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior; V - produto de operações de crédito interno e externo.
>
> Parágrafo único. Exclui-se do limite fixado no caput deste artigo a abertura de créditos adicionais suplementares para atender a pessoal e seus encargos, à amortização da dívida e seus encargos, precatórios judiciais, convênios, contrapartidas, operações de créditos, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, as ações e serviço públicos de saúde.

[1] Para controle dos créditos adicionais abertos, foram utilizadas três modalidades de créditos adicionais: Crédito adicional I - Percentual de 30% que é aplicado sobre o total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, Crédito adicional II - Exceções previstas no parágrafo único do art. 6º da LOA-2020 e Crédito adicional III - Acima do limite da LOA-2020.

O quadro 10 evidencia que os créditos suplementares abertos, estão de acordo com o limite legal de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, tendo em vista as exceções apresentadas no parágrafo único do artigo 6º da LOA.

QUADRO 11 – Demonstrativo e Análise dos Acréscimos Orçamentários e suas Origens - 2020

DESCRIÇÃO	VALOR R$	% EVOL.
Orçamento Inicial	10.815.232.616,00	100,00
Acréscimos Orçamentários	1.213.346.316,00	11,22
(+) Superavit Financeiro	233.800.128,00	2,16
(+) Excesso de Arrecadação	979.546.188,00	9,06
ORÇAMENTO AUTORIZADO	**12.028.578.932,00**	**111,22**

FONTE: Lei 3.622, de 18 de dezembro de 2019 e Anexo 11–A – Volume X, fls. 2331 a 2371.

O demonstrativo acima evidencia que o orçamento no exercício de 2020, sofreu acréscimo de R$ 1.213.346.316,00, ou seja, 11,22% sobre a dotação inicial. Esse aumento advém do "*superavit financeiro"* apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e do "*excesso de arrecadação",* com índices de aumento correspondentes a 2,16% e 9,06%, respectivamente.

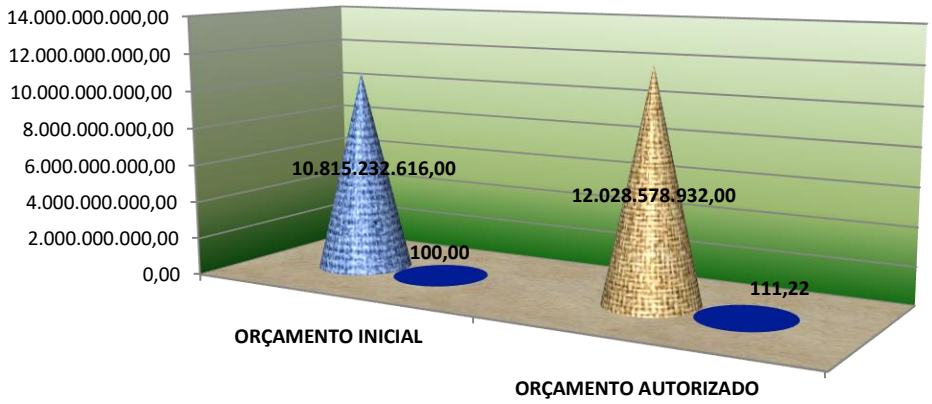


GRÁFICO 4 – Percentuais do Orçamento Autorizado – Inicial mais Acréscimos

Capítulo 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

A gestão orçamentária, financeira e patrimonial é entendida como processo de formulação de diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da gestão dos recursos de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – GERAL DO ESTADO

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual são aplicados na realização das ações governamentais e acompanhados por meio de controles sobre as metas propostas, analisando a execução para corrigir possíveis desvios.

Ressalta-se que a Gestão Orçamentária deve obedecer à programação, as diretrizes, aos objetivos e metas do Plano Plurianual, bem como, às prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo evidenciada pelos atos que resultaram na arrecadação da receita, na realização da despesa, no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações do Estado.

A arrecadação da receita foi realizada por meio das agências bancárias, com o recolhimento à Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, havendo efetivação de R$ 10.760.458.794,94, (importância líquida), correspondente a 91,23% na comparação com a previsão atualizada, apresentando, portanto, uma frustração (insuficiência) na arrecadação de 8,77%.

O superavit financeiro apresentado no quadro da receita é para demonstrar o equilíbrio orçamentário, ou seja, tal situação demonstra que foi autorizado um gasto no exercício, com recursos provenientes do exercício anterior.

A Receita e a Despesa orçamentária se desdobram nas categorias econômicas “Correntes e de Capital”. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

3.1.1 Balanço Orçamentário – Consolidado

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (MCASP)

QUADRO 12 – Balanço Orçamentário "Geral do Estado" – 2020

RECEITAS				
CATEGORIA E ORIGEM	**PREVISÃO INICIAL (a)**	**PREVISÃO ATUALIZADA (b)**	**RECEITA REALIZADA (c)**	**SALDO (c-b)**
RECEITAS CORRENTES	**9.708.355.966,00**	**10.655.576.147,00**	**10.424.587.621,73**	**-230.988.525,27**
Receita Tributária	2.803.353.358,00	2.842.327.358,00	3.105.306.617,52	262.979.259,52
Receita de Contribuições	1.846.117.291,00	1.952.607.377,00	1.518.637.341,25	-433.970.035,75
Receita Patrimonial	71.814.094,00	73.087.917,00	94.371.482,66	21.283.565,66
Receita de Serviços	42.688.418,00	42.688.418,00	31.191.526,62	-11.496.891,38
Transferências Correntes	4.806.906.406,00	5.470.799.193,00	5.400.908.548,82	-69.890.644,18
Outras Receitas Correntes	137.476.399,00	274.065.884,00	274.172.104,86	106.220,86
RECEITAS DE CAPITAL	**1.106.876.650,00**	**1.139.202.657,00**	**335.871.173,21**	**-803.331.483,79**
Operações de Crédito	759.866.555,00	759.866.555,00	151.963.441,34	-607.903.113,66
Alienação de Bens	7.776.900,00	7.776.900,00	6.390.219,41	-1.386.680,59
Amortização de Empréstimos	15.869.000,00	15.869.000,00	9.477.392,14	-6.391.607,86
Transferências de Capital	323.364.195,00	355.690.202,00	168.040.120,32	-187.650.081,68
SOMA	**10.815.232.616,00**	**11.794.778.804,00**	**10.760.458.794,94**	**-1.034.320.009,06**
DEFICIT ORÇAMENTÁRIO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**11.794.778.804,00**	**10.760.458.794,94**	**-1.034.320.009,06**
SUPERAVIT FINANCEIRO	**0,00**	**233.800.128,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL COM SUP. FINANC.	**10.815.232.616,00**	**12.028.578.932,00**	**10.760.458.794,94**	**-1.034.320.009,06**

DESPESAS						
CATEGORIA E ORIGEM	**INICIAL**	**AUTORIZADA**	**EMPENHADA**	**LIQUIDADA**	**PAGA**	**SALDO**
DESPESAS CORRENTES	**8.668.317.895,00**	**9.881.795.035,00**	**9.375.533.626,18**	**9.177.809.003,22**	**8.736.901.706,30**	**506.261.408,82**
Pessoal e Encargos Sociais	6.174.871.023,00	6.746.429.136,00	6.631.430.408,25	6.631.144.526,79	6.285.000.541,73	114.998.727,75
Juros e Encargos da Dívida	185.556.740,00	213.142.020,00	210.978.237,11	210.978.237,11	210.978.237,11	2.163.782,89
Outras Despesas Correntes	2.307.890.132,00	2.922.223.879,00	2.533.124.980,82	2.335.686.239,32	2.240.922.927,46	389.098.898,18

DESPESAS						
CATEGORIA E ORIGEM	**INICIAL**	**AUTORIZADA**	**EMPENHADA**	**LIQUIDADA**	**PAGA**	**SALDO**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.789.933.358,00**	**2.022.224.469,00**	**1.071.505.053,35**	**883.191.440,40**	**861.342.489,17**	**950.719.415,65**
Investimentos	1.433.489.393,00	1.480.350.807,00	548.839.902,38	364.568.515,81	342.719.564,58	931.510.904,62
Inversões Financeiras	24.300.000,00	32.800.000,00	15.565.400,00	15.565.400,00	15.565.400,00	17.234.600,00
Amortização da Dívida	332.143.965,00	509.073.662,00	507.099.750,97	503.057.524,59	503.057.524,59	1.973.911,03
RES.DE CONTINGÊNCIA	**356.981.363,00**	**124.559.428,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**124.559.428,00**
SOMA	**10.815.232.616,00**	**12.028.578.932,00**	**10.447.038.679,53**	**10.061.000.443,62**	**9.598.244.195,47**	**1.581.540.252,47**
SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO	**0,00**	**0,00**	**313.420.115,41**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**12.028.578.932,00**	**10.760.458.794,94**	**10.061.000.443,62**	**9.598.244.195,47**	**1.581.540.252,47**

FONTE: Balanço Orçamentário – Geral do Estado - Volume I, fls. 17 e 18.

RECEITAS				
CATEGORIA E ORIGEM	**% ATUA/INIC**	**% REAL/ATUA**	**% SALD/ATUA**	**% PART REAL.**
RECEITAS CORRENTES	**109,76**	**97,83**	**-2,17**	**96,88**
Receita Tributária	101,39	109,25	9,25	28,86
Receita de Contribuições	105,77	77,77	-22,23	14,11
Receita Patrimonial	101,77	129,12	29,12	0,88
Receita de Serviços	100,00	73,07	-26,93	0,29
Transferências Correntes	113,81	98,72	-1,28	50,19
Outras Receitas Correntes	199,35	100,04	0,04	2,55
RECEITAS DE CAPITAL	**102,92**	**29,48**	**-70,52**	**3,12**
Operações de Crédito	100,00	20,00	-80,00	1,41
Alienação de Bens	100,00	82,17	-17,83	0,06
Amortização de Empréstimos	100,00	59,72	-40,28	0,09
Transferências de Capital	110,00	47,24	-52,76	1,56
TOTAL	**109,06**	**91,23**	**-8,77**	**100,00**

DESPESAS					
CATEGORIA E ORIGEM	**% AUT/INIC**	**% EMP/AUT**	**% LIQ/EMP**	**% PAG/LIQ**	**% SALD/AUT**
DESPESAS CORRENTES	**114,00**	**94,88**	**97,89**	**95,20**	**5,12**
Pessoal e Encargos Sociais	109,26	98,30	100,00	94,78	1,70
Juros e Encargos da Dívida	114,87	98,98	100,00	100,00	1,02
Outras Despesas Correntes	126,62	86,68	92,21	95,94	13,32
DESPESAS DE CAPITAL	**112,98**	**52,99**	**82,43**	**97,53**	**47,01**
Investimentos	103,27	37,07	66,43	94,01	62,93
Inversões Financeiras	134,98	47,46	100,00	100,00	52,54
Amortização da Dívida	153,27	99,61	99,20	100,00	0,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**34,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00**
TOTAL	**111,22**	**86,85**	**96,30**	**95,40**	**13,15**

O Balanço Orçamentário de 2020 (quadro 12) revela as análises horizontal e vertical da receita e despesa do exercício. A receita arrecadada atingiu 91,23% da previsão atualizada, indicando uma insuficiência na arrecadação de 8,77%.

As receitas correntes alcançaram o índice de 97,83% de realização em relação à receita atualizada, tendo por destaque a receita patrimonial e a receita tributária com percentuais de 129,12% e 109,25%, respectivamente.

As receitas de capital apresentaram um índice de 29,48% de realização em relação à receita atualizada, tendo por destaque com o menor percentual, as operações de crédito com apenas 20,00%.

A despesa empenhada no valor de R$ 10.447.038.679,53, atingiu 86,85% em relação à autorizada, causada principalmente pela baixa execução da despesa de capital em relação ao orçamento autorizado da categoria.

Do valor empenhado de R$ 10.447.038.679,53, foi liquidado R$ 10.061.000.443,62 e foi pago R$ 9.598.244.195,47. Foram inscritos em restos a pagar no exercício de 2020, R$ 386.038.235,91 em não processados e R$ 462.756.248,15 em processados.

Na execução da despesa, o índice do empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 86,85%, indicando um saldo orçamentário de 13,15%. O índice do liquidado em relação ao empenhado foi de 96,30%, indicando restos a pagar não processados de 3,70% e o índice do pago em relação ao liquidado foi de 95,40%, indicando restos a pagar processados de 4,60%.

Na categoria econômica de despesas correntes o índice do empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 94,88%, do liquidado em relação ao empenhado foi de 97,89% e do pago em relação ao liquidado foi de 95,20%.

Na categoria econômica de despesas de capital o índice do empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 52,99%, do liquidado em relação ao empenhado foi de 82,43% e do pago em relação ao liquidado foi de 97,53%. O grupo de despesa que apresentou o menor índice de execução foi o grupo “Investimentos”.

Verificou-se no encerramento do exercício, entre a arrecadação da receita e a execução da despesa, um superavit orçamentário de R$ 313 milhões, porém, conforme demonstrado na Nota Explicativa às fls. 124 e 125 do Volume I, esse valor não reflete a realidade orçamentária/financeira do Estado, haja vista que não foi considerado o montante de R$ 1,11 bilhões, referente a obrigações reconhecidas com atributo “P”. Portanto, não empenhadas por falta de disponibilidade orçamentária/financeira. Considerando os referidos passivos, o resultado positivo passaria a ser deficitário no total de R$ 797 milhões.

QUADRO 13 – Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado - 2019 e 2020

RECEITAS ARRECADADAS	VALOR R$		% EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	
	2019	2020		2019	2020
RECEITAS CORRENTES	**11.536.050.491,88**	**12.812.169.891,74**	**11,06**	**95,10**	**90,72**
Receita Tributária	4.941.107.543,81	5.633.377.541,83	14,01	40,73	39,89
Receita de Contribuições	659.022.747,95	721.028.999,03	9,41	5,43	5,11
Receita Patrimonial	301.031.014,92	95.079.789,10	-68,42	2,48	0,67
Receita de Serviços	25.526.686,10	31.198.566,62	22,22	0,21	0,22

RECEITAS ARRECADADAS	VALOR R$		% EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	
	2019	2020		2019	2020
Transferências Correntes	5.517.777.920,82	6.198.268.164,76	12,33	45,48	43,89
Outras Receitas Correntes	91.584.578,28	133.216.830,40	45,46	0,75	0,94
RECEITA DE CAPITAL	**182.396.083,21**	**335.871.173,21**	**84,14**	**1,50**	**2,38**
Operações de Crédito	160.085.554,20	151.963.441,34	-5,07	1,32	1,08
Alienação de Bens	3.603.857,99	6.390.219,41	77,32	0,03	0,05
Amortização de Empréstimos	2.301.541,05	9.477.392,14	311,78	0,02	0,07
Transferências de Capital	16.405.129,97	168.040.120,32	924,31	0,14	1,19
Receitas Intraorçamentária	**412.541.327,42**	**973.980.295,72**	**136,09**	**3,40**	**6,90**
TOTAL DA RECEITA BRUTA	**12.130.987.902,51**	**14.122.021.360,67**	**16,41**	**100,00**	**100,00**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-3.034.179.032,89**	**-3.361.562.565,73**	**10,79**	**-25,01**	**-23,80**
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**9.096.808.869,62**	**10.760.458.794,94**	**18,29**	**74,99**	**76,20**

FONTE: Anexo 10 - Volume I, fls. 143 a 149 do exercício de 2019 e Anexo 10 - Volume I, fls. 141 a 147 do exercício de 2020.

O quadro 13 demonstra que a arrecadação do Estado aumentou 18,29% no exercício de 2020, em comparação com o exercício de 2019, demonstrando um índice superior a inflação medida pelo IPCA para o período, que atingiu 4,52%.

As receitas correntes e as receitas de capital tiveram um aumento de 11,06% e 84,14%, respectivamente. As receitas intraorçamentárias apresentaram um aumento expressivo de 136,09%. As deduções da receita também apresentaram um aumento no percentual de 10,79%.

QUADRO 14 – Receitas - Recursos de Todas as Fontes - 2020

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**10.685.158.176,00**	**12.812.169.891,74**	**119,91**
Receita Tributária	4.174.208.654,00	5.633.377.541,83	134,96
» ICMS	3.047.494.444,00	4.304.427.928,46	141,24
» Outras	1.126.714.210,00	1.328.949.613,37	117,95
Receita de Contribuições	600.662.073,00	721.028.999,03	120,04
Receita Patrimonial	71.814.094,00	95.079.789,10	132,40
Receita de Serviços	42.688.418,00	31.198.566,62	73,08
Transferências Correntes	5.657.813.031,00	6.198.268.164,76	109,55
» FPE	4.243.497.685,00	3.958.703.679,40	93,29
» Outras	1.414.315.346,00	2.239.564.485,36	158,35
Outras Receitas Correntes	137.971.906,00	133.216.830,40	96,55
RECEITAS DE CAPITAL	**1.106.876.650,00**	**335.871.173,21**	**30,34**
Operações de Crédito	759.866.555,00	151.963.441,34	20,00
Alienação de Bens	7.776.900,00	6.390.219,41	82,17

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
Amortização de Empréstimos	15.869.000,00	9.477.392,14	59,72
Transferências de Capital	323.364.195,00	168.040.120,32	51,97
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**1.245.765.218,00**	**973.980.295,72**	**78,18**
TOTAL DAS RECEITAS	**13.037.800.044,00**	**14.122.021.360,67**	**108,32**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-2.222.567.428,00**	**-3.361.562.565,73**	**151,25**
TOTAL	**10.815.232.616,00**	**10.760.458.794,94**	**99,49**

FONTE: Anexo 10 - Geral do Estado - Volume I, fls. 141 a 147.

O quadro 14 evidencia o orçamento inicial da receita e a efetiva arrecadação durante o exercício financeiro de 2020. Na análise do quociente de desempenho, verificou-se um índice de arrecadação de 99,49%, ou seja, os ingressos do Estado, considerando a previsão inicial da receita, ficaram abaixo do previsto em 0,51%. Destaca-se que as deduções da receita apresentaram uma evolução de 51,25%.

QUADRO 15 – Demonstrativo Sintético do Orçamento Executado – 2020

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
ARRECADAÇÃO TOTAL NO EXERCÍCIO	10.760.458.794,94
APLICAÇÃO TOTAL DE RECURSOS NO EXERCÍCIO	10.447.038.679,53
SUPERAVIT EM R$	313.420.115,41
% SUPERAVIT/ARRECADAÇÃO	**2,91**

FONTE: Balanço Orçamentário - Geral do Estado – Volume I, fls. 17 e 18.

O quadro 15 demonstra a síntese da execução orçamentária do exercício de 2020. Nele constatou-se um superavit de R$ 313.420.115,41, importância que representa 2,91% do total arrecadado.

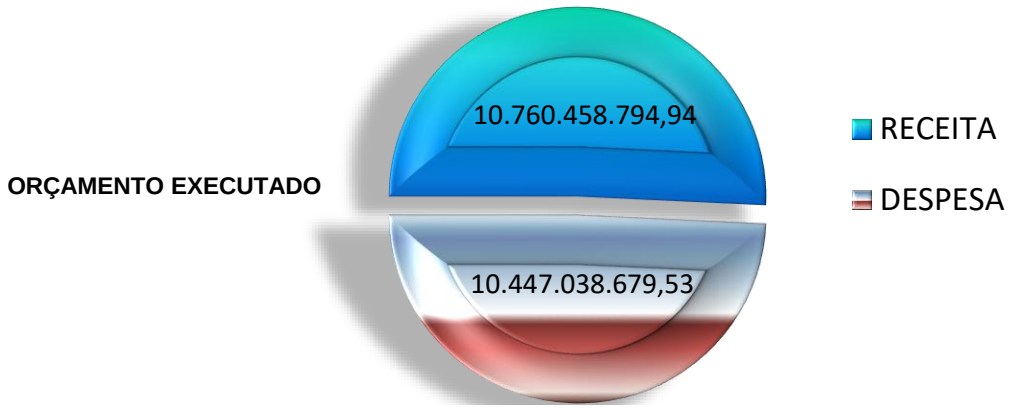


GRÁFICO 5 – Orçamento Realizado em 2020 (Receita e Despesa).

QUADRO 16 – Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2019 e 2020

ORIGEM	VALOR R$		% EVOL	% PART	
	2019	2020	2020/2019	2019	2020
Receita Tributária	4.941.107.543,81	5.633.377.541,83	14,01	42,83	43,97
Receita de Contribuições	659.022.747,95	721.028.999,03	9,41	5,71	5,63
Receita Patrimonial	301.031.014,92	95.079.789,10	-68,42	2,61	0,74
Receita de Serviços	25.526.686,10	31.198.566,62	22,22	0,22	0,24
Transferências Correntes	5.517.777.920,82	6.198.268.164,76	12,33	47,83	48,38
Outras Receitas Correntes	91.584.578,28	133.216.830,40	45,46	0,79	1,04
TOTAL	**11.536.050.491,88**	**12.812.169.891,74**	**11,06**	**100,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 10 - fls. 143 a 149 do exercício de 2019 e Anexo 10 - fls. 141 a 147 do exercício de 2020, "antes das deduções".

QUADRO 17 – Desempenho da Receita Tributária do Estado – 2019 e 2020 (Principais Impostos)

ESPÉCIE/TRIBUTO	VALOR R$		% EVOL
	2019	2020	2020/2019
Impostos sobre a Renda e Prov. de Qualquer Natureza	649.776.333,62	768.519.300,43	18,27
IPVA – Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores	283.941.504,44	323.344.497,30	13,88
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	3.803.059.147,58	4.304.427.928,46	13,18
Outras	204.330.558,17	237.085.815,64	16,03
TOTAL	**4.941.107.543,81**	**5.633.377.541,83**	**14,01**

FONTE: Anexo 10 - fls. 143 a 149 do exercício de 2019 e Anexo 10 - fls. 141 a 147 do exercício de 2020, "antes das deduções".

QUADRO 18 – Desempenho da Receita de Capital do Estado - 2019 e 2020

ORIGEM	VALOR R$		% EVOL	% PART	
	2019	2020	2020/2019	2019	2020
Operações de Crédito	160.085.554,20	151.963.441,34	-5,07	87,77	45,24
Alienação de Bens	3.603.857,99	6.390.219,41	77,32	1,98	1,90
Amortização de Empréstimos	2.301.541,05	9.477.392,14	311,78	1,26	2,82
Transferências de Capital	16.405.129,97	168.040.120,32	924,31	8,99	50,03
TOTAL	**182.396.083,21**	**335.871.173,21**	**84,14**	**100,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 10 - fls. 143 a 149 do exercício de 2019 e Anexo 10 - fls. 141 a 147 do exercício de 2020, "antes das deduções".

As receitas correntes realizadas no biênio 2019/2020, (quadro 16), "**antes das deduções"**, alcançaram a importância de R$ 11,5 e R$ 12,8 bilhões, respectivamente, demonstrando uma evolução de 11,06%. As receitas de capital, (quadro 18) efetivadas no mesmo período, apresentaram montantes de R$ 182,4 e R$ 335,9 milhões e essa diferença demonstra um aumento de 84,14%.

Nas receitas correntes os maiores índices de evolução positiva, foram nas origens: outras receitas correntes e receita de serviços, com 45,46% e 22,22%, respectivamente.

Nas receitas de capital os índices de evolução positiva, foram nas seguintes origens: transferências de capital com 924,31%, amortização de empréstimos com 311,78% e alienação de bens com 77,32%.

Demonstra-se no quadro 17 o desempenho da receita tributária do Estado, totalizando a importância de R$ 5.633.377.541,83, e os impostos com maior volume de arrecadação em 2020. A arrecadação da Receita Tributária comparada com a de 2019, apresentou um aumento de 14,01%.

QUADRO 19 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica e Grupo – 2019 e 2020

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA	2019		2020		2020/2019
	VALOR	% PART	VALOR	% PART	% EVOL
DESPESAS CORRENTES	**8.309.964.555,79**	**91,02**	**9.375.533.626,18**	**89,74**	**12,82**
Pessoal e Encargos Sociais	6.170.294.920,02	67,59	6.631.430.408,25	63,48	7,47
Juros e Encargos da Dívida	249.244.553,46	2,73	210.978.237,11	2,02	-15,35
Outras Despesas Correntes	1.890.425.082,31	20,71	2.533.124.980,82	24,25	34,00
DESPESAS DE CAPITAL	**819.377.315,53**	**8,98**	**1.071.505.053,35**	**10,26**	**30,77**
Investimentos	349.405.789,54	3,83	548.839.902,38	5,25	57,08
Inversões Financeiras	2.000.000,00	0,02	15.565.400,00	0,15	678,27
Amortização da Dívida	467.971.525,99	5,13	507.099.750,97	4,85	8,36
TOTAL	**9.129.341.871,32**	**100,00**	**10.447.038.679,53**	**100,00**	**14,43**

FONTE: Anexo 2 - Volume I, fls. 195 a 198 de 2019 e Anexo 2 - Volume I, fls. 189 a 192 de 2020.

No exercício de 2020 o volume de despesas correntes atingiu um valor de R$ 9.375.533.626,18, representando 89,74% de participação sobre a despesa total realizada.

As despesas de capital, na importância de R$ 1.071.505.053,35, representaram apenas 10,26%, índice considerado baixo em relação aos gastos totais do exercício.

Avaliando o volume total das despesas realizadas em 2020, em relação ao exercício de 2019, evidencia-se um aumento de 14,43%, ficando a categoria "despesas correntes" com um aumento de 12,82% e a categoria "despesas de capital" com um aumento de 30,77%.

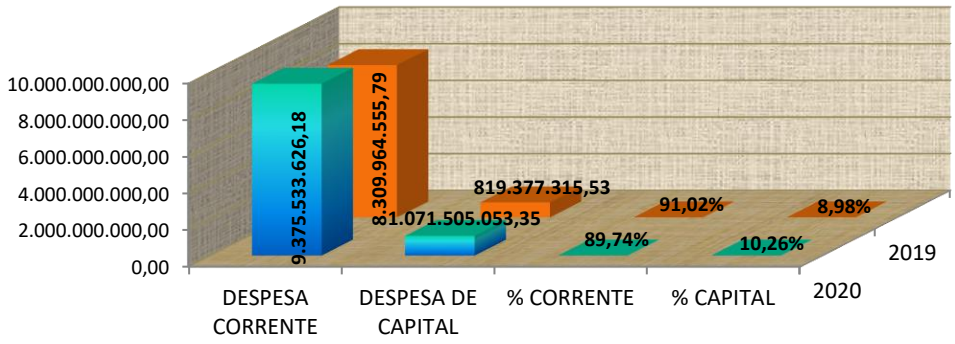


GRÁFICO 6 – Gastos por Categoria e Percentuais de Composição – 2019/2020

QUADRO 20 – Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária - 2020

FONTE DE RECURSOS		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		EMPENHADO (a)	EMPENHADO (b)
100	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.650.195.505,30	85.966.027,13
101	TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	549.161.515,67	0,00
102	REC. DO TESOURO-AÇÕES DE SEV PUB. DE SAÚDE	0,00	1.161.202.069,49
103	CONTRAPARTIDA	3.481.450,28	387.400,00
104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	21.469.694,29	48.331.234,18
209	AUXÍLIO FINANCEIRO ENFRENTAMENTO À COVID-19	1.280.625,91	51.086.723,91
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	735.008,37	0,00
211	CONTRIBUIÇÕES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	100.507.445,40	16.547.721,91
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	797.838.456,33	0,00
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	8.215.793,18	0,00
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HÍDRICOS	6.701.804,54	0,00
218	ADPF 568	13.054.915,72	11.338.810,31
219	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	8.032.760,49	903.102,06
220	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	152.183.396,15	0,00
223	RECURSOS DE CONVÊNIO COM A INICIATIVA PRIVADA	926.553,73	0,00
224	CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	30.428.615,04	0,00
225	REC. DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	99.318.718,37	16.072.546,37
226	ALIENAÇÃO DE BENS	685.829,57	0,00
227	COTA PARTE DO CONVÊNIO DETRAN/SSP/POL. MILITAR	36.930,00	0,00
228	OPERAÇÕES FINANCEIRAS NÃO REEMBOLSÁVEIS-INTERNAS	2.004.790,79	0,00
231	RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.529.422,00	0,00
233	RECURSOS DE CESSÃO ONEROSA	13.447.460,00	0,00
235	COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	3.854.018,98	31.925,36
236	DOAÇÃO	7.467,27	0,00
237	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	633.190,68
238	ICMS – FECOEP	3.912.222,04	36.184.702,13
239	FUNDO PENITENCIÁRIO	1.394.854,60	0,00
240	RECURSOS PRÓPRIOS	214.087.628,53	1.081.223,43
241	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	1.420.602.513,99
242	ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.385.367,32	407.574.841,85
246	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	337.973,22
247	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	76.538,00
248	GESTÃO DO SUS	0,00	323.909,62
249	INVESTIMENTOS SAÚDE	0,00	47.145.590,25
250	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	400.672.421,42

FONTE DE RECURSOS		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		EMPENHADO (a)	EMPENHADO (b)
251	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	7.113.334,57
260	DESVINC. DO SUP. FINANC. DAS FONTES DE REC. DAS AUTARQUIAS E FUNDOS ESPEC.	28.176.770,79	0,00
261	AUX. EMERG. DA CULTURA ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	17.369.858,99	0,00
TOTAL POR ESFERA		**6.733.424.879,65**	**3.713.613.799,88**
TOTAL GERAL ORÇAMENTO REALIZADO (a + b)		**10.447.038.679,53**	
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL		**64,45**	**35,55**

FONTE: Anexo 11 por fonte de recursos, Volume II, fls. 341 e 342 e SIAFE-TO – Despesa por Esfera Orçamentária e Fonte.

O quadro 20 demonstra a realização da despesa por fonte de recursos e por esfera orçamentária.

No orçamento fiscal, com maior volume de recursos empenhados, destacam-se as fontes 101, 214 e 100, com montantes de R$ 549.161.515,67, R$ 797.838.456,33 e R$ 4.650.195.505,30, respectivamente.

No orçamento da seguridade social, destacam-se as fontes 250, 242, 102 e 241, com realizações de R$ 400.672.421,42, R$ 407.574.841,85, R$ 1.161.202.069,49 e R$ 1.420.602.513,99, respectivamente.

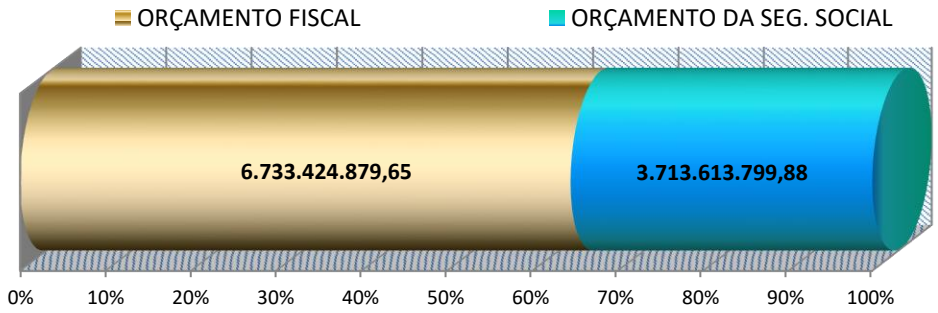


GRÁFICO 7 – Despesa Realizada por Esfera Orçamentária – 2020

QUADRO 21 – Execução dos Programas de Governo do Estado – 2020

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1147	AGRICULTURA FAMILIAR	83.028.417,00	64.196.180,70	18.832.236,30	0,61
1148	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	66.486.324,00	33.666.011,37	32.820.312,63	0,32
1149	INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS	68.691.450,00	6.575.123,82	62.116.326,18	0,06
1150	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	25.599.000,00	7.744.642,85	17.854.357,15	0,07

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1151	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITAÇÃO	80.985.707,00	21.879.810,64	59.105.896,36	0,21
1152	TRANSPORTE E LOGÍSTICA	579.624.246,00	230.112.860,12	349.511.385,88	2,20
1153	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	4.518.725,00	3.486.899,35	1.031.825,65	0,03
1155	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, TURISMO E MINERAÇÃO	51.253.852,00	18.205.182,22	33.048.669,78	0,17
1156	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E FORMAÇÃO CIDADÃ	1.514.406.105,00	1.380.624.996,15	133.781.108,85	13,22
1157	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR	8.696.316,00	7.637.362,36	1.058.953,64	0,07
1158	CULTURA	28.794.893,00	21.350.553,59	7.444.339,41	0,20
1159	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	3.436.053,00	947.604,11	2.488.448,89	0,01
1160	SEGURANÇA CIDADÃ	283.166.000,00	173.249.861,64	109.916.138,36	1,66
1161	ASSISTÊNCIA SOCIAL	97.821.110,00	66.478.473,11	31.342.636,89	0,64
1162	TRABALHO E MERCADO	26.699.649,00	4.515.180,63	22.184.468,37	0,04
1163	JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	9.507.129,00	7.004.818,68	2.502.310,32	0,07
1164	DIREITOS HUMANOS	56.342.408,00	5.647.957,22	50.694.450,78	0,05
1165	INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	950.777.542,00	681.039.351,33	269.738.190,67	6,52
1166	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	88.093.310,00	47.012.491,46	41.080.818,54	0,45
1168	EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	13.109.470,00	8.122.470,60	4.986.999,40	0,08
1169	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	1.987.758,00	1.987.757,41	0,59	0,02
1170	MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA	14.676.513,00	10.510.940,87	4.165.572,13	0,10
1173	JUSTIÇA	20.983.177,00	16.248.077,29	4.735.099,71	0,16
TOTAL - PROGRAMAS TEMÁTICOS		**4.078.685.154,00**	**2.818.244.607,52**	**1.260.440.546,48**	**26,98**

PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO AO ESTADO		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1100	MANUTENÇÃO E GESTÃO DO PODER EXECUTIVO	6.085.679.083,00	5.812.082.646,27	273.596.436,73	55,63
1141	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	266.864.820,00	266.738.040,74	126.779,26	2,55
1143	MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	153.493.001,00	153.165.512,04	327.488,96	1,47
1144	MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	198.158.516,00	186.167.606,66	11.990.909,34	1,78
1145	MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	675.180.941,00	661.889.755,70	13.291.185,30	6,34

PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO AO ESTADO		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1146	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	718.003,00	0,00	718.003,00	0,00
1171	MANUTENCAO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	155.213.704,00	137.790.301,43	17.423.402,57	1,32
1172	MANUTENÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS	414.585.710,00	410.960.209,17	3.625.500,83	3,93
TOTAL – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO AO ESTADO		**7.949.893.778,00**	**7.628.794.072,01**	**321.099.705,99**	**73,02**
TOTAL GERAL		**12.028.578.932,00**	**10.447.038.679,53**	**1.581.540.252,47**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 06, Vol. II, fls. 343 a 345 e SIAFE-TO – Execução Orçamentária dos Programas do Estado.

Demonstram-se no quadro 21, todos os programas de governo do Estado e os recursos neles autorizados e realizados, contendo ainda uma análise da participação individual. Os programas Temáticos, também denominados temas de políticas públicas, compuseram 26,98% e os programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado participaram com 73,02% dos empenhos realizados no exercício de 2020.

Os Programas Temáticos com maior participação nos recursos empenhados, foram: Integra Saúde com 6,52% e Educação de Qualidade para Todos com 13,22%.

Na série dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, destacam-se com maior volume de recursos empenhados: Manutenção do Tribunal de Justiça com 6,34% e Manutenção e Gestão do Poder Executivo com 55,63%.

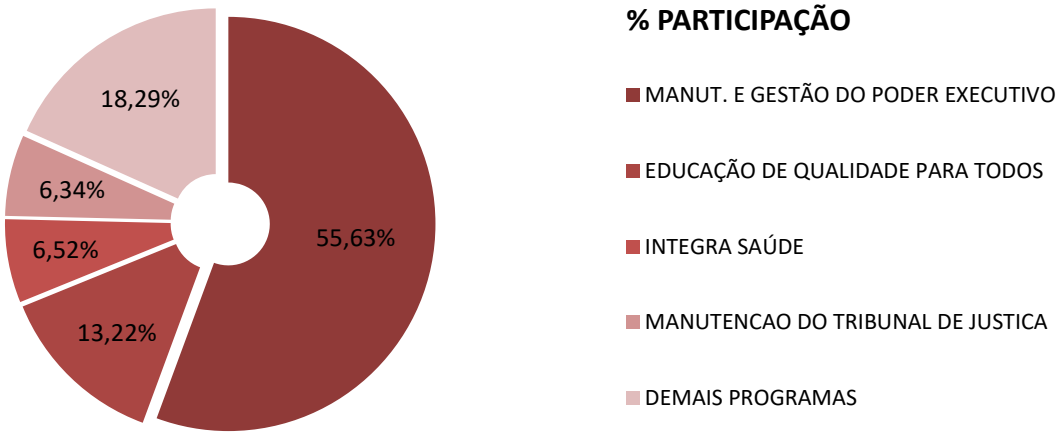


GRÁFICO 8 – Programas de Governo – destaque dos mais expressivos

QUADRO 22 – Demonstrativo da Despesa Executada por Função – 2020

FUNÇÃO DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EMP/AUT	% PART/EMP
1	LEGISLATIVA	422.026.524,00	404.528.342,17	95,85	3,87
2	JUDICIÁRIA	862.672.066,00	818.100.686,72	94,83	7,83
3	ESSENCIAL A JUSTIÇA	411.726.559,00	366.362.588,53	88,98	3,51
4	ADMINISTRAÇÃO	832.272.732,00	681.122.806,46	81,84	6,52
6	SEGURANÇA PÚBLICA	1.259.040.890,00	1.139.610.576,35	90,51	10,91
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	131.066.661,00	106.218.756,06	81,04	1,02
9	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.426.992.929,00	1.421.398.560,30	99,61	13,61
10	SAÚDE	2.498.039.444,00	2.162.182.395,93	86,56	20,70
11	TRABALHO	7.711.060,00	869.422,48	11,28	0,01
12	EDUCAÇÃO	1.667.844.318,00	1.528.568.201,14	91,65	14,63
13	CULTURA	32.776.151,00	25.212.900,47	76,92	0,24
14	DIREITOS DA CIDADANIA	258.153.169,00	243.743.581,45	94,42	2,33
15	URBANISMO	7.028.525,00	5.367.360,15	76,37	0,05
16	HABITAÇÃO	28.474.273,00	2.929.584,46	10,29	0,03
17	SANEAMENTO	55.459.207,00	24.235.239,36	43,70	0,23
18	GESTÃO AMBIENTAL	76.594.604,00	57.949.729,46	75,66	0,55
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.761.799,00	2.449.987,26	65,13	0,02
20	AGRICULTURA	280.110.187,00	228.919.169,84	81,72	2,19
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	10.156.930,00	5.943.310,43	58,51	0,06
22	INDÚSTRIA	23.333.973,00	2.587.169,18	11,09	0,02
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	36.735.599,00	15.211.516,04	41,41	0,15
24	COMUNICAÇÃO	37.531.521,00	36.546.306,94	97,37	0,35
25	ENERGIA	1.187.882,00	1.092.731,42	91,99	0,01
26	TRANSPORTE	673.008.098,00	313.664.602,60	46,61	3,00
27	DESPORTO E LAZER	5.276.695,00	2.893.563,89	54,84	0,03
28	ENCARGOS ESPECIAIS	855.037.708,00	849.329.590,44	99,33	8,13
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.559.428,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**12.028.578.932,00**	**10.447.038.679,53**	**86,85**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 07, Vol. II, fls. 346 a 359 e SIAFE-TO – Demonstrativo da Despesa Executada por Função.

O quadro 22, referente às despesas por função de governo, demonstra que 86,85% dos recursos autorizados foram empenhados. Destacamos as funções que tiveram os mais expressivos quantitativos de recursos aplicados: Administração com R$ 681.122.806,46, judiciária com R$ 818.100.686,72, Encargos Especiais com R$ 849.329.590,44, Segurança Pública com R$ 1.139.610.576,35, Previdência Social com R$ 1.421.398.560,30, Educação com R$ 1.528.568.201,14 e Saúde com R$ 2.162.182.395,93, totalizando o montante de R$ 8.600.312.817,34.

Na análise dos recursos empenhados, comparados com o autorizado, verifica-se as seguintes funções com baixos índices de realização: Habitação, Indústria e Trabalho, com 10,29%, 11,09% e 11,28%, respectivamente.

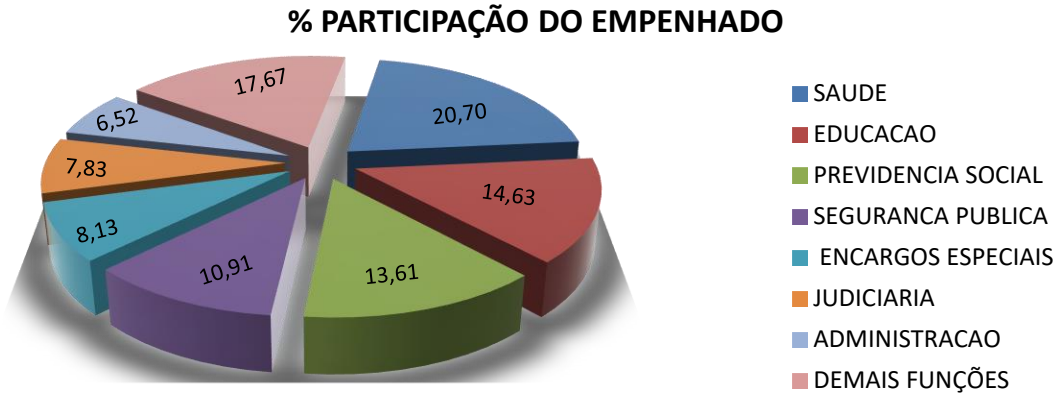


GRÁFICO 9 – Despesas Executadas por Função de Governo

QUADRO 23 – Comparativo da Despesa Executada por Função de Governo – 2019/2020

FUNÇÃO DE GOVERNO		2019	% PART	2020	% PART	% EVOL
1	LEGISLATIVA	383.888.188,05	4,20	404.528.342,17	3,87	5,38
2	JUDICIÁRIA	672.469.464,47	7,37	818.100.686,72	7,83	21,66
3	ESSENCIAL A JUSTIÇA	376.132.440,65	4,12	366.362.588,53	3,51	-2,60
4	ADMINISTRAÇÃO	609.421.771,55	6,68	681.122.806,46	6,52	11,77
6	SEGURANÇA PÚBLICA	1.095.994.448,46	12,01	1.139.610.576,35	10,91	3,98
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	32.143.744,62	0,35	106.218.756,06	1,02	230,45
9	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.237.471.886,24	13,55	1.421.398.560,30	13,61	14,86
10	SAÚDE	1.751.468.894,42	19,19	2.162.182.395,93	20,70	23,45
11	TRABALHO	1.050.927,44	0,01	869.422,48	0,01	-17,27
12	EDUCAÇÃO	1.393.938.088,27	15,27	1.528.568.201,14	14,63	9,66
13	CULTURA	21.793.717,97	0,24	25.212.900,47	0,24	15,69
14	DIREITOS DA CIDADANIA	207.719.117,02	2,28	243.743.581,45	2,33	17,34
15	URBANISMO	6.429.172,75	0,07	5.367.360,15	0,05	-16,52
16	HABITAÇÃO	5.632.695,05	0,06	2.929.584,46	0,03	-47,99
17	SANEAMENTO	29.622.174,47	0,32	24.235.239,36	0,23	-18,19
18	GESTÃO AMBIENTAL	55.446.613,56	0,61	57.949.729,46	0,55	4,51
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.229.440,24	0,04	2.449.987,26	0,02	-24,14
20	AGRICULTURA	195.744.609,96	2,14	228.919.169,84	2,19	16,95
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.896.987,06	0,05	5.943.310,43	0,06	21,37
22	INDÚSTRIA	1.933.064,76	0,02	2.587.169,18	0,02	33,84
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.469.955,91	0,17	15.211.516,04	0,15	-1,67
24	COMUNICAÇÃO	20.901.230,68	0,23	36.546.306,94	0,35	74,85
25	ENERGIA	544.647,44	0,01	1.092.731,42	0,01	100,63
26	TRANSPORTE	192.963.069,74	2,11	313.664.602,60	3,00	62,55
27	DESPORTO E LAZER	8.931.059,42	0,10	2.893.563,89	0,03	-67,60
28	ENCARGOS ESPECIAIS	804.104.461,12	8,81	849.329.590,44	8,13	5,62
TOTAL		**9.129.341.871,32**	**100,00**	**10.447.038.679,53**	**100,00**	**14,43**
DIFERENÇA EM R$		**1.317.696.808,21**				

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 07, Vol. II, fls. 363 a 387 de 2019 e Vol. II, fls. 346 a 359 de 2020.

O quadro 23 demonstra a análise da evolução ocorrida na execução de 2020 em relação a 2019, bem como a participação de cada função sobre o gasto realizado nesses dois exercícios. Constata-se que a despesa realizada em 2020 apresentou um aumento de 14,43%, comparada a realizada em 2019.

Na análise da evolução, nota-se aumento expressivo nas funções: Energia – 100,63% e Assistência Social – 230,45%. Menciona-se também as funções que apresentaram os maiores percentuais de redução: Desporto e Lazer – (67,60%) e Habitação – (47,99%).

3.1.2 Execução Orçamentária – Por Gestão

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado no exercício de 2020, levando em consideração as "Gestões", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 24 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Administração Direta" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**5.329.446.083,00**	**5.189.181.382,85**	**140.264.700,15**	**2,63**	**87,61**
1	Pessoal e Encargos Sociais	3.853.532.672,00	3.810.371.154,94	43.161.517,06	1,12	64,33
2	Juros e Encargos da Dívida	213.136.613,00	210.976.431,02	2.160.181,98	1,01	3,56
3	Outras Despesas Correntes	1.262.776.798,00	1.167.833.796,89	94.943.001,11	7,52	19,72
DESPESAS DE CAPITAL		**1.046.479.769,00**	**733.673.845,79**	**312.805.923,21**	**29,89**	**12,39**
4	Investimentos	526.025.989,00	215.193.975,85	310.832.013,15	59,09	3,63
5	Inversões Financeiras	11.500.000,00	11.500.000,00	0,00	0,00	0,19
6	Amortização da Dívida	508.953.780,00	506.979.869,94	1.973.910,06	0,39	8,56
TOTAL		**6.375.925.852,00**	**5.922.855.228,64**	**453.070.623,36**	**7,11**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VI, fls. 1331 a 1334.

QUADRO 25 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Autarquias" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**583.778.926,00**	**510.208.691,16**	**73.570.234,84**	**12,60**	**69,48**
1	Pessoal e Encargos Sociais	366.684.177,00	356.135.774,61	10.548.402,39	2,88	48,50
2	Juros e Encargos da Dívida	5.407,00	1.806,09	3.600,91	66,60	0,00
3	Outras Despesas Correntes	217.089.342,00	154.071.110,46	63.018.231,54	29,03	20,98
DESPESAS DE CAPITAL		**634.780.980,00**	**224.131.654,18**	**410.649.325,82**	**64,69**	**30,52**
4	Investimentos	634.361.098,00	224.011.773,15	410.349.324,85	64,69	30,51
5	Inversões Financeiras	300.000,00	0,00	300.000,00	100,00	0,00
6	Amortização da Dívida	119.882,00	119.881,03	0,97	0,00	0,02
TOTAL		**1.218.559.906,00**	**734.340.345,34**	**484.219.560,66**	**39,74**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VII, fls. 1693 a 1695.

QUADRO 26 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Fundações" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**2.514.788,00**	**2.320.044,03**	**194.743,97**	**7,74**	**97,26**
1	Pessoal e Encargos Sociais	1.509.210,00	1.428.643,88	80.566,12	5,34	59,89
3	Outras Despesas Correntes	1.005.578,00	891.400,15	114.177,85	11,35	37,37
DESPESAS DE CAPITAL		**65.688,00**	**65.263,98**	**424,02**	**0,65**	**2,74**
4	Investimentos	65.688,00	65.263,98	424,02	0,65	2,74
TOTAL		**2.580.476,00**	**2.385.308,01**	**195.167,99**	**7,56**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VIII, fl. 1888.

QUADRO 27 – Despesa Realizada por Gestão – "Fundos" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**3.966.055.238,00**	**3.673.823.508,14**	**292.231.729,86**	**7,37**	**97,00**
1	Pessoal e Encargos Sociais	2.524.703.077,00	2.463.494.834,82	61.208.242,18	2,42	65,04
3	Outras Despesas Correntes	1.441.352.161,00	1.210.328.673,32	231.023.487,68	16,03	31,96
DESPESAS DE CAPITAL		**340.898.032,00**	**113.634.289,40**	**227.263.742,60**	**66,67**	**3,00**
4	Investimentos	319.898.032,00	109.568.889,40	210.329.142,60	65,75	2,89
5	Inversões Financeiras	21.000.000,00	4.065.400,00	16.934.600,00	80,64	0,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**124.559.428,00**	**0,00**	**124.559.428,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	124.559.428,00	0,00	124.559.428,00	100,00	0,00
TOTAL		**4.431.512.698,00**	**3.787.457.797,54**	**644.054.900,46**	**14,53**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. IX, fls. 1996 a 1999.

QUADRO 28 – Resumo Total da Despesa Realizada – Todas as Gestões - 2020

GESTÃO	DESPESA CORRENTE (a)	DESPESA DE CAPITAL (b)	TOTAL (a+b)	% PART EXECUTADO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.189.181.382,85	733.673.845,79	5.922.855.228,64	56,70
AUTARQUIAS	510.208.691,16	224.131.654,18	734.340.345,34	7,03
FUNDAÇÕES	2.320.044,03	65.263,98	2.385.308,01	0,02
FUNDOS	3.673.823.508,14	113.634.289,40	3.787.457.797,54	36,25
TOTAL	**9.375.533.626,18**	**1.071.505.053,35**	**10.447.038.679,53**	**100,00**

FONTE: Quadros 24 a 27.

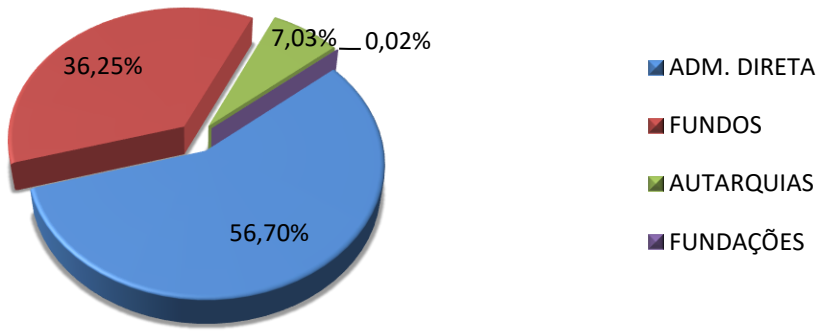


GRÁFICO 10 – Percentual de Participação da Despesa Realizada por Gestão

O orçamento autorizado por Gestão, está distribuído na Administração Direta, Autarquias, Fundações e nos Fundos Especiais, no âmbito dos poderes do Estado, demonstrados nos Quadros 24 a 28 e Gráfico 10, contemplando os dispêndios executados no exercício.

Da análise dos indicadores, constatou-se que a Administração Direta aplicou 56,70% dos recursos empenhados consignados no Orçamento Geral do Estado, que correspondem a R$ 5.922.855.228,64. Por outro lado, as Fundações apresentaram o menor percentual de participação no executado, com aplicação de R$ 2.385.308,01, que corresponde a um percentual de 0,02% do total empenhado do orçamento do Estado.

Sobre a análise individual de cada Gestão, tecemos alguns comentários julgados relevantes, tais como:

a) Na "Administração Direta" restou um saldo orçamentário no percentual de 7,11% do montante total autorizado, porém os dados demonstrados evidenciam que o saldo restante na categoria "despesas de capital" representa um percentual de 29,89%, ou seja, dos R$ 1,05 bilhões em dotação, só foram gastos R$ 733,67 milhões. A referida sobra, foi ocasionada principalmente pelo grupo dos investimentos, que apresentou um saldo orçamentário de 59,09%;

b) Nas "Autarquias", os dados demonstraram um saldo residual no percentual de 39,74%. Em uma análise horizontal, foi verificado um saldo orçamentário de 12,60% nas despesas correntes e 64,69% nas despesas de capital, esta última influenciada pelo grupo dos investimentos, com saldo de 64,69%, que representa um montante de R$ 410.349.324,85;

c) As "Fundações" demonstraram um saldo restante de 7,56%, em relação ao seu orçamento total autorizado. Nas despesas correntes o índice foi de 7,74% e nas despesas de capital foi de 0,65%;

d) O gasto realizado no orçamento dos "Fundos" apresentou-se menor que a previsão atualizada em 14,53%. Nas despesas correntes restaram sem empenhar 7,37%, já nas despesas de capital, a abstenção na aplicação foi de 66,67%. É importante citar que a reserva de contingência foi fator relevante para o índice de abstenção na aplicação de recursos do orçamento dos Fundos, visto que os recursos nela dotados não passam pela execução, mas servem como fonte para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

QUADRO 29 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada das Gestões – por Categoria e Grupo - 2020

GESTÃO	PESSOAL	% PART	OUTROS - CORRENTES	% PART	CAPITAL	% PART	TOTAL	% PART
ADM. DIRETA	3.810.371.154,94	57,46	1.378.810.227,91	50,25	733.673.845,79	68,47	5.922.855.228,64	56,69
AUTARQUIAS	356.135.774,61	5,37	154.072.916,55	5,61	224.131.654,18	20,92	734.340.345,34	7,03
FUNDAÇÕES	1.428.643,88	0,02	891.400,15	0,03	65.263,98	0,01	2.385.308,01	0,02
FUNDOS	2.463.494.834,82	37,15	1.210.328.673,32	44,11	113.634.289,40	10,61	3.787.457.797,54	36,25
TOTAL	**6.631.430.408,25**	**100,00**	**2.744.103.217,93**	**100,00**	**1.071.505.053,35**	**100,00**	**10.447.038.679,53**	**100,00**

FONTE: Quadros 24 a 27.

O quadro 29 demonstra a participação de cada Gestão no montante total empenhado, no valor de R$ 10.447.038.679,53.

Destaca-se a Administração Direta com participação de 57,46% no grupo de pessoal, 50,25% em outros - despesas correntes e 68,47% na despesa de capital, atingindo o percentual de 56,69% da despesa total realizada do Estado.

Os Fundos Estaduais tiveram também participação expressiva na despesa geral do Estado, com percentual de 36,25%, sendo sua participação em cada grupo assim distribuída: pessoal com 37,15%, outros - despesas correntes com 44,11% e despesas de capital com 10,61%.

3.1.3 Execução Orçamentária – Por Poder

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado no exercício de 2020, levando em consideração a execução orçamentária dos "Poderes", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 30 – Despesa Realizada por Poder – "Executivo" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**8.608.621.177,00**	**8.146.320.528,47**	**462.300.648,53**	**5,37**	**88,85**
1	Pessoal e Encargos Sociais	5.838.758.782,00	5.740.098.107,66	98.660.674,34	1,69	62,60
2	Juros e Encargos da Dívida	213.142.020,00	210.978.237,11	2.163.782,89	1,02	2,30
3	Outras Despesas Correntes	2.556.720.375,00	2.195.244.183,70	361.476.191,30	14,14	23,94
DESPESAS DE CAPITAL		**1.962.413.567,00**	**1.022.730.421,65**	**939.683.145,35**	**47,88**	**11,15**
4	Investimentos	1.420.539.905,00	500.065.270,68	920.474.634,32	64,80	5,45
5	Inversões Financeiras	32.800.000,00	15.565.400,00	17.234.600,00	52,54	0,17
6	Amortização da Dívida	509.073.662,00	507.099.750,97	1.973.911,03	0,39	5,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**124.559.428,00**	**0,00**	**124.559.428,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	124.559.428,00	0,00	124.559.428,00	100,00	0,00
TOTAL EXECUTIVO		**10.695.594.172,00**	**9.169.050.950,12**	**1.526.543.221,88**	**14,27**	**100,00**

FONTE: Balanço Orçamentário – Poder Executivo - Volume I, fls. 21 e 22.

QUADRO 31 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Judiciário" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**652.717.200,00**	**636.059.612,99**	**16.657.587,01**	**2,55**	**94,65**
1	Pessoal e Encargos Sociais	496.489.289,00	492.521.409,75	3.967.879,25	0,80	73,29
3	Outras Despesas Correntes	156.227.911,00	143.538.203,24	12.689.707,76	8,12	21,36
DESPESAS DE CAPITAL		**37.560.969,00**	**35.940.370,72**	**1.620.598,28**	**4,31**	**5,35**
4	Investimentos	37.560.969,00	35.940.370,72	1.620.598,28	4,31	5,35
TOTAL JUDICIÁRIO		**690.278.169,00**	**671.999.983,71**	**18.278.185,29**	**2,65**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Poder Judiciário.

QUADRO 32 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Legislativo" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**411.634.001,00**	**400.489.745,87**	**11.144.255,13**	**2,71**	**99,00**
1	Pessoal e Encargos Sociais	250.345.611,00	244.437.958,40	5.907.652,60	2,36	60,43
3	Outras Despesas Correntes	161.288.390,00	156.051.787,47	5.236.602,53	3,25	38,58
DESPESAS DE CAPITAL		**10.444.523,00**	**4.038.596,30**	**6.405.926,70**	**61,33**	**1,00**
4	Investimentos	10.444.523,00	4.038.596,30	6.405.926,70	61,33	1,00
TOTAL LEGISLATIVO		**422.078.524,00**	**404.528.342,17**	**17.550.181,83**	**4,16**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Poder Legislativo.

QUADRO 33 – Despesa Realizada por Poder – "Ministério Público" - 2020

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**208.822.657,00**	**192.663.738,85**	**16.158.918,15**	**7,74**	**95,63**
1	Pessoal e Encargos Sociais	160.835.454,00	154.372.932,44	6.462.521,56	4,02	76,63
3	Outras Despesas Correntes	47.987.203,00	38.290.806,41	9.696.396,59	20,21	19,01
DESPESAS DE CAPITAL		**11.805.410,00**	**8.795.664,68**	**3.009.745,32**	**25,49**	**4,37**
4	Investimentos	11.805.410,00	8.795.664,68	3.009.745,32	25,49	4,37
TOTAL MINISTÉRIO PÚBLICO		**220.628.067,00**	**201.459.403,53**	**19.168.663,47**	**8,69**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Ministério Público.

QUADRO 34 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" - 2020

PODERES	DESPESA CORRENTE (a)	DESPESA DE CAPITAL (b)	TOTAL (a+b)	% PART EXECUTADO
EXECUTIVO	8.146.320.528,47	1.022.730.421,65	9.169.050.950,12	87,77
JUDICIÁRIO	636.059.612,99	35.940.370,72	671.999.983,71	6,43
LEGISLATIVO	400.489.745,87	4.038.596,30	404.528.342,17	3,87
MINISTÉRIO PÚBLICO	192.663.738,85	8.795.664,68	201.459.403,53	1,93
TOTAL	**9.375.533.626,18**	**1.071.505.053,35**	**10.447.038.679,53**	**100,00**

FONTE: Quadros 30 a 33.

QUADRO 35 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" – por Categoria e Grupo - 2020

PODERES	PESSOAL	% PART	OUTROS - CORRENTES	% PART	CAPITAL	% PART	TOTAL	% PART
EXECUTIVO	5.740.098.107,66	86,56	2.406.222.420,81	87,69	1.022.730.421,65	95,45	9.169.050.950,12	87,77
JUDICIÁRIO	492.521.409,75	7,43	143.538.203,24	5,23	35.940.370,72	3,35	671.999.983,71	6,43
LEGISLATIVO	244.437.958,40	3,69	156.051.787,47	5,69	4.038.596,30	0,38	404.528.342,17	3,87
MINISTÉRIO PÚBLICO	154.372.932,44	2,33	38.290.806,41	1,40	8.795.664,68	0,82	201.459.403,53	1,93
TOTAL	**6.631.430.408,25**	**100,00**	**2.744.103.217,93**	**100,00**	**1.071.505.053,35**	**100,00**	**10.447.038.679,53**	**100,00**

FONTE: Quadros 30 a 33.

Nos Quadros 30 a 33 estão demonstrados os recursos aplicados por Poder no exercício de 2020, bem como as análises de participação de cada grupo no respectivo Poder e a diferença correspondente ao saldo não aplicado em relação às dotações atualizadas.

No Poder Executivo restou um saldo orçamentário de 14,27% em relação ao montante autorizado. Nas despesas correntes o saldo foi de 5,37% e nas despesas de capital de 47,88%. As despesas de capital apresentaram uma baixa execução, ocasionada principalmente pelo grupo dos investimentos, que demonstrou um saldo orçamentário de 64,80%.

No Poder Judiciário o saldo orçamentário foi de 2,65% do orçamento autorizado. Nas despesas correntes o saldo foi de 2,55% e nas despesas de capital de 4,31%.

O Poder Legislativo empenhou a importância de R$ 404,53 milhões, restando à aplicar um percentual de 4,16% do seu orçamento autorizado. Nas despesas correntes restaram sem aplicação um percentual de 2,71% e nas de capital um percentual de 61,33%.

O saldo não executado do Ministério Público foi de 8,69%. Nas despesas correntes o saldo foi de 7,74% e nas despesas de capital de 25,49%.

O Quadro 34 demonstra a execução dos gastos dos Poderes do Estado e a análise da participação de cada um deles sobre o orçamento geral, evidenciando os seguintes resultados: o Poder Executivo com 87,77%, o Poder Judiciário com 6,43%, o Poder Legislativo com 3,87% e o Ministério Público com 1,93% de participação sobre as despesas realizadas do Estado no exercício de 2020.

O Quadro 35 demonstra as despesas por categoria e grupo de despesa, sendo as correntes distinguidas por: despesas de pessoal e outros custeios.

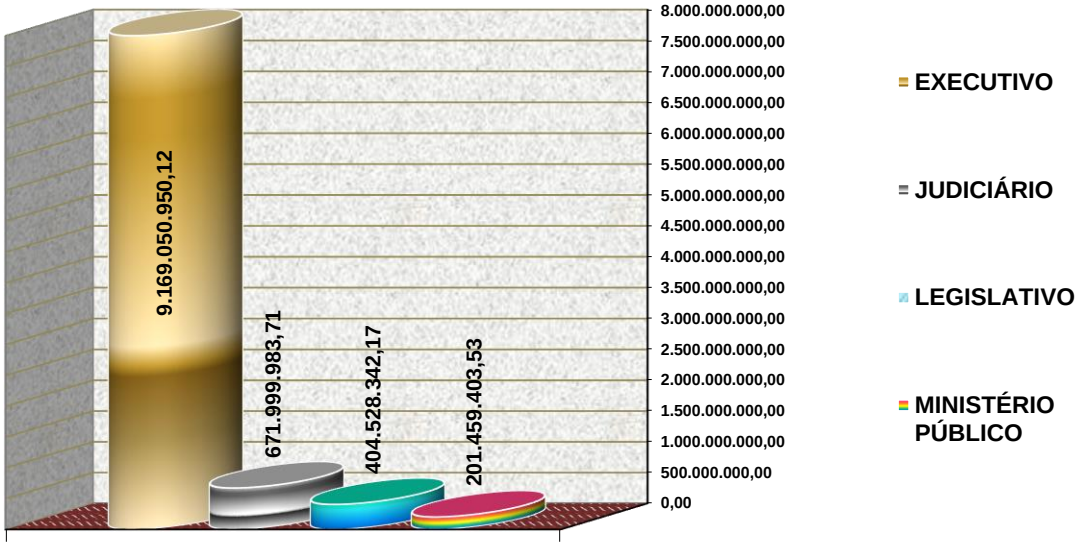


GRÁFICO 11 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Ministério Público

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO ESTADO

3.2.1 Balanço Patrimonial – Consolidado

O Balanço Patrimonial, no tocante aos diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público, compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei 4.320/1964). Nesse ângulo, devem ser atendidos os princípios e normas contábeis voltados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto. O resultado patrimonial é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, registradas segundo os princípios da competência e oportunidade.

A gestão patrimonial demonstra e controla a situação do patrimônio, composto por bens móveis, imóveis, intangíveis, créditos, obrigações e valores, registrados nos ativos e passivos dos órgãos e entidades do Estado, evidenciando o resultado da execução orçamentária e extraorçamentária, aumentando ou diminuindo, quantitativa ou qualitativamente o patrimônio público na forma dos quadros e gráficos a seguir:

QUADRO 36 – Balanço Patrimonial - Geral do Estado – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**12.713.991.526,69**	**100,00**	**11.785.328.158,11**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**8.290.515.765,45**	**65,21**	**7.630.333.600,75**	**64,74**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.338.031.136,92	18,39	1.373.504.907,98	11,65
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.668.826.425,14	13,13	1.885.600.976,03	16,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CP	3.759.545.429,24	29,57	4.019.186.235,68	34,10
ESTOQUES	523.982.280,04	4,12	351.879.008,68	2,99
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	130.494,11	0,00	162.472,38	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**4.423.475.761,24**	**34,79**	**4.154.994.557,36**	**35,26**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	219.626.434,58	1,73	214.884.271,97	1,82
INVESTIMENTOS	318.101.091,91	2,50	264.948.625,43	2,25
IMOBILIZADO	3.643.756.063,29	28,66	3.433.169.488,50	29,13
INTANGÍVEL	241.992.171,46	1,90	241.992.171,46	2,05
PASSIVO	**4.943.161.795,99**	**38,88**	**6.385.516.623,22**	**54,18**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.237.394.643,25**	**9,73**	**1.822.691.987,26**	**15,47**
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	435.927.437,25	3,43	882.605.008,22	7,49
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	8.739.785,31	0,07	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	483.394.037,77	3,80	537.094.383,76	4,56
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.628.935,94	0,05	6.035.705,01	0,05
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	3.198.853,64	0,03	929.816,06	0,01
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	299.505.593,34	2,36	396.027.074,21	3,36

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**3.705.767.152,74**	**29,15**	**4.562.824.635,96**	**38,72**
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	109.168.617,09	0,86	133.097.867,24	1,13
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.874.320.882,09	22,61	2.519.819.326,54	21,38
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	330.687.796,78	2,60	319.101.441,09	2,71
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	24.865.659,77	0,20	24.665.402,76	0,21
PROVISÕES A LONGO PRAZO	274.450.515,25	2,16	1.427.669.729,49	12,11
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	92.273.681,76	0,73	138.470.868,84	1,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.770.829.730,70**	**61,12**	**5.399.811.534,89**	**45,82**
RESULTADOS ACUMULADOS	7.770.829.730,70	61,12	5.399.811.534,89	45,82
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.713.991.526,69**	**100,00**	**11.785.328.158,11**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14, Vol. I, fls. 35 e 36.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**15.297.816.941,00**	**14.156.831.009,39**	**8,06**
ATIVO FINANCEIRO	6.209.758.864,87	5.596.627.398,72	10,96
ATIVO PERMANENTE	9.088.058.076,13	8.560.203.610,67	6,17
PASSIVO	**8.023.844.203,33**	**9.143.898.324,90**	**-12,25**
PASSIVO FINANCEIRO	1.780.120.879,20	1.643.253.748,84	8,33
PASSIVO PERMANENTE	6.243.723.324,13	7.500.644.576,06	-16,76
SALDO PATRIMONIAL	**7.273.972.737,67**	**5.012.932.684,49**	**45,10**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 37.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	484.278.465,36	466.049.059,60
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.024.452.494,38	276.044.692,52
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.508.730.959,74**	**742.093.752,12**
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	338.893.884,73	336.409.299,33
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5.119.932.439,18	4.909.635.266,07
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**5.458.826.323,91**	**5.246.044.565,40**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 38.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINÁRIOS	401.365.138,32	-24.562.751,25
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	3.993.879,72	2.832.687,97
102	REC. DO TESOURO-AÇÕES DE SEV PUB. DE SAÚDE	-27.920.108,21	-63.736.717,01
103	CONTRAPARTIDA	3.451.185,07	2.156.674,31
104	RECURSOS DO TESOURO	-130.619.982,81	-129.981.967,38
209	AUXÍLIO FINANCEIRO ENFRENTAMENTO À COVID-19	77.830.167,74	0,00

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	2.933.027,99	572.906,21
211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	9.429.471,62	41.582.103,37
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	7.368.294,62	-25.338.589,95
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	12.128.801,51	4.492.997,28
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	5.617.910,41	-1.820.086,24
218	ADPF 568	5.695.374,70	0,00
219	OPERACOES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	89.279.993,28	76.041.833,09
220	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-33.990.772,82	-38.579.550,47
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	8.467.822,71	8.655.710,24
224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	20.979.764,27	36.367.442,70
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	202.704.291,47	207.391.459,67
226	ALIENACAO DE BENS	22.373.768,12	16.454.006,69
227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MILITAR.	4.942.638,25	2.679.323,32
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	8.919.118,90	10.398.639,51
229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	0,00	6.916,28
231	RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANCA PUBLICA	30.833.752,75	0,00
233	RECURSOS DE CESSÃO ONEROSA	0,05	13.447.460,05
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	18.999.632,86	9.157.365,64
236	DOACAO	636.551,80	543.744,24
237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	4.450.104,16	1.722.121,33
238	ICMS – FECOEP	151.286.495,16	136.860.236,59
239	FUNDO PENITENCIARIO	22.494.771,44	21.026.111,01
240	RECURSOS PROPRIOS	157.535.599,64	105.810.397,35
241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	3.149.649.278,28	3.438.815.218,16
242	ASSISTENCIA MÉDICA	65.012,18	6.739.803,49
243	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE – FET	7.774.885,20	0,00
246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	3.703.792,68	1.451.268,83
247	ATENCAO BASICA	1.467.864,83	1.145.072,80
248	GESTAO DO SUS	5.200.668,53	5.345.255,79
249	INVESTIMENTOS	80.307.417,89	25.697.563,25
250	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	78.580.190,33	51.650.026,57
251	VIGILANCIA EM SAUDE	14.889.977,29	8.348.966,44
260	DESV. DO SUP. FINAN. DAS FONTES DE REC. DAS AUT. E F. ESPEC.	2.954.264,89	0,00
261	AUXÍLIO EMERGENCIAL DA CULTURA ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	3.857.940,85	0,00
TOTAL		**4.429.637.985,67**	**3.953.373.649,88**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 39.

O quadro 36 demonstra o Balanço Patrimonial Geral do Estado relativo ao exercício de 2020. Nele constata-se que o Ativo Circulante representa 65,21% do Ativo Total do Estado e o Não Circulante 34,79%.

O subgrupo do Ativo Circulante mais expressivo foi o dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo com 29,57%. No Ativo Não Circulante o subgrupo mais representativo foi o do Imobilizado com 28,66%.

O valor total do Passivo e Patrimônio Líquido está composto da seguinte forma: 9,73% no Passivo Circulante, 29,15% no Passivo Não Circulante e 61,12% no Patrimônio Líquido. O subgrupo mais expressivo do Passivo Não Circulante foi "Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo" que atingiu o percentual de 22,61%.

O Patrimônio Líquido que em 2019 passou com saldo de R$ 5.399.811.534,89, atingiu em 2020 um saldo de R$ 7.770.829.730,70, apresentando assim um aumento significativo, ocasionado pelo resultado positivo do exercício, no montante de R$ 2.371.983.035,90, deduzido pelos ajustes de exercícios anteriores no total de R$ 964.840,09, conforme Nota Explicativa, fl. 119 do Volume I.

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, demonstra uma evolução do saldo patrimonial de 45,10%, passando de R$ 5,01 bilhões em 2019, para R$ 7,27 bilhões em 2020.

O Ativo e o Passivo Financeiro apresentaram aumentos de 10,96% e 8,33%, respectivamente. O Ativo Permanente também apresentou um aumento de 6,17% e o Passivo Permanente teve uma redução no percentual de (16,76%), em comparação com o exercício de 2019.

O Quadro do Superavit/Deficit Financeiro por fonte de recursos, mostra um saldo financeiro positivo de R$ 4.429.637.985,67, porém deste montante, R$ 3.149.649.278,28 pertencem ao RPPS - Recursos Previdenciários, fonte 241.

Cabe ressaltar que o total apresentado no subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial diverge do valor constante no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxo de Caixa, devido a adequação ao que determina as Instruções de Procedimentos Contábeis, conforme Notas Explicativas às fls. 78, 79, 127 e 133 do Volume I. Os mesmos fatos também são observados nos Balanços Patrimoniais por Gestão e por Poder, apresentados a seguir.

3.2.2 Balanços Patrimoniais – Por Gestão

A composição Patrimonial totalizada por Órgãos e Entidades do Estado no exercício de 2020, levando em consideração a situação patrimonial por "Gestão", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 37 – Balanço Patrimonial – "Administração Direta" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**6.825.580.063,34**	**100,00**	**5.956.755.784,90**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**3.913.896.136,32**	**57,34**	**3.144.368.408,69**	**52,79**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.044.188.764,25	29,95	1.287.057.278,50	21,61
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.364.194.932,83	19,99	1.518.796.844,71	25,50
ESTOQUES	505.388.382,85	7,40	338.352.203,10	5,68
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	124.056,39	0,00	162.082,38	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**2.911.683.927,02**	**42,66**	**2.812.387.376,21**	**47,21**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	122.586.593,92	1,80	110.958.037,06	1,86
INVESTIMENTOS	309.190.990,27	4,53	264.929.427,37	4,45
IMOBILIZADO	2.479.906.342,83	36,33	2.436.499.911,78	40,90

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
PASSIVO	**6.790.373.384,38**	**99,48**	**6.251.748.365,54**	**104,95**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.185.197.463,34**	**32,01**	**2.847.103.311,88**	**47,80**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	888.447.864,58	13,02	1.594.108.594,80	26,76
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	8.739.785,31	0,13	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	283.206.031,45	4,15	280.156.917,46	4,70
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.609.267,06	0,10	5.937.090,38	0,10
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	3.198.853,64	0,05	929.816,06	0,02
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	994.995.661,30	14,58	965.970.893,18	16,22
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**4.605.175.921,04**	**67,47**	**3.404.645.053,66**	**57,16**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	1.284.121.723,72	18,81	403.134.717,41	6,77
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.874.320.882,09	42,11	2.519.819.326,54	42,30
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	330.687.796,78	4,84	319.101.441,09	5,36
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	24.865.659,77	0,36	24.665.402,76	0,41
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	91.179.858,68	1,34	137.924.165,86	2,32
PATRIMONIO LÍQUIDO	**35.206.678,96**	**0,52**	**-294.992.580,64**	**-4,95**
RESULTADOS ACUMULADOS	35.206.678,96	0,52	-294.992.580,64	-4,95
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**6.825.580.063,34**	**100,00**	**5.956.755.784,90**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VI, fls. 1278 e 1279.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**6.825.580.063,34**	**5.956.755.784,90**	**14,59**
ATIVO FINANCEIRO	2.133.476.066,75	1.513.854.296,63	40,93
ATIVO PERMANENTE	4.692.103.996,59	4.442.901.488,27	5,61
PASSIVO	**7.043.974.409,61**	**6.467.650.033,25**	**8,91**
PASSIVO FINANCEIRO	1.346.698.216,48	1.258.529.795,27	7,01
PASSIVO PERMANENTE	5.697.276.193,13	5.209.120.237,98	9,37
SALDO PATRIMONIAL	**-218.394.346,27**	**-510.894.248,35**	**-57,25**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 1280.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	388.926.486,05	378.453.635,78
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**388.926.486,05**	**378.453.635,78**
OBRIGACOES CONVENIADAS	296.300.163,13	295.461.808,81
OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.218.497.231,57	2.273.208.295,20
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2.514.797.394,70**	**2.568.670.104,01**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 1281.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	427.858.553,69	11.690.630,95
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	914.736,71	2.753.776,79
102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	2.943.056,73	590.110,86
103	CONTRAPARTIDA	1.451.025,17	1.032.564,79
104	RECURSOS DO TESOURO	-46.249.887,39	-49.659.771,81
209	AUXÍLIO FINANCEIRO ENFRENTAMENTO À COVID-19	85.791.190,25	0,00
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	2.933.027,99	572.906,21
211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	9.429.471,62	41.582.103,37
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	7.368.294,62	-25.338.589,95
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	12.128.801,51	4.492.997,28
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	2.275.269,82	2.263.592,30
218	ADPF 568	6.689.941,46	0,00
219	OPERACOES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	90.360.115,03	81.804.906,22
220	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-5.521.342,92	-5.763.810,99
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	387.042,84	577.578,58
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	141.993.398,59	144.412.855,36
226	ALIENACAO DE BENS	13.425.195,66	8.828.884,97
227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MILITAR	4.942.638,25	2.679.323,32
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	5.751.429,19	7.215.088,27
233	RECURSOS DE CESSÃO ONEROSA	0,05	13.447.460,05
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	15.805.214,91	9.303.837,03
236	DOACAO	140.020,26	95.213,56
238	ICMS – FECOEP	2.285.688,54	1.688.930,33
240	RECURSOS PROPRIOS	629.942,10	632.676,74
248	GESTAO DO SUS	0,00	421.237,13
260	DESV. DO SUP. FINAN. DAS FONTES DE REC. DAS AUT. E F. ESPEC.	3.045.025,59	0,00
TOTAL		**786.777.850,27**	**255.324.501,36**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 1282.

O quadro acima evidencia um superavit financeiro na Administração Direta de R$ 786.777.850,27. Nele podemos observar fontes deficitárias, tais como: 220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda e 104 - Recursos do Tesouro – Emendas Parlamentares, mostrando-se necessário melhorar o planejamento e o controle do gasto público nas referidas fontes.

O Quadro principal do Balanço Patrimonial (quadro 37) evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas em 2020, estão assim compostas:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 57,34%;

b) Ativo Não Circulante: 42,66%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 32,01%;

b) Passivo Não Circulante: 67,47%;

c) Patrimônio Líquido: 0,52%.

QUADRO 38 – Balanço Patrimonial – "Autarquias" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**1.690.257.343,93**	**100,00**	**1.490.200.244,56**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**325.084.480,77**	**19,23**	**293.170.904,08**	**19,67**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	159.857.666,07	9,46	133.989.507,41	8,99
CREDITOS A CURTO PRAZO	146.689.535,90	8,68	146.019.778,50	9,80
ESTOQUES	18.530.841,08	1,10	13.161.618,17	0,88
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	6.437,72	0,00	0,00	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**1.365.172.863,16**	**80,77**	**1.197.029.340,48**	**80,33**
INVESTIMENTOS	19.198,06	0,00	19.198,06	0,00
IMOBILIZADO	1.123.161.493,64	66,45	955.017.970,96	64,09
INTANGIVEL	241.992.171,46	14,32	241.992.171,46	16,24
PASSIVO	**144.154.073,58**	**8,53**	**322.212.359,33**	**21,62**
PASSIVO CIRCULANTE	**143.060.250,50**	**8,46**	**322.194.868,29**	**21,62**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	60.171.839,16	3,56	229.883.377,89	15,43
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	58.520.034,39	3,46	58.519.860,84	3,93
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.884,81	0,00	88.744,26	0,01
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	24.361.492,14	1,44	33.702.885,30	2,26
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**1.093.823,08**	**0,07**	**17.491,04**	**0,00**
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	1.093.823,08	0,07	17.491,04	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO	**1.546.103.270,35**	**91,47**	**1.167.987.885,23**	**78,38**
RESULTADOS ACUMULADOS	1.546.103.270,35	91,47	1.167.987.885,23	78,38
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**1.690.257.343,93**	**100,00**	**1.490.200.244,56**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VII, fls. 1669 e 1670.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**1.690.257.343,93**	**1.490.200.244,56**	**13,42**
ATIVO FINANCEIRO	160.944.793,31	135.299.421,98	18,95
ATIVO PERMANENTE	1.529.312.550,62	1.354.900.822,58	12,87
PASSIVO	**219.050.438,14**	**419.185.774,38**	**-47,74**
PASSIVO FINANCEIRO	151.814.521,98	183.812.721,00	-17,41
PASSIVO PERMANENTE	67.235.916,16	235.373.053,38	-71,43
SALDO PATRIMONIAL	**1.471.206.905,79**	**1.071.014.470,18**	**37,37**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VII, fl. 1671.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	75.509.933,71	66.720.517,84
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**75.509.933,71**	**66.720.517,84**
OBRIGACOES CONVENIADAS	19.190.642,85	21.354.555,09
OBRIGACOES CONTRATUAIS	300.699.099,19	288.704.199,25
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**319.889.742,04**	**310.058.754,34**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VII, fl. 1672.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	-26.113.814,08	-40.547.610,10
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	3.079.143,01	78.911,18
103	CONTRAPARTIDA	1.489.410,57	629.406,32
104	RECURSOS DO TESOURO	-42.770.374,15	-46.971.753,55
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	-1.802.426,23	-6.354.442,34
218	ADPF 568	-90.187,85	0,00
219	OPERACOES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	-417.472,26	-5.304.034,38
220	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-28.236.946,72	-26.642.095,94
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	6.261.551,06	6.230.776,04
224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	20.979.764,27	36.367.442,70
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	12.010.208,30	4.747.478,97
226	ALIENACAO DE BENS	4.231.648,18	4.115.483,83
240	RECURSOS PROPRIOS	60.600.527,93	25.137.138,25
260	DESV. DO SUP. FINAN. DAS FONTES DE REC. DAS AUT. E F. ESPEC.	-90.760,70	0,00
TOTAL		**9.130.271,33**	**-48.513.299,02**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VII, fl. 1673.

A composição da situação patrimonial das Autarquias, Quadro 38, está assim composta:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 19,23%;

b) Ativo Não Circulante: 80,77%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 8,46%;

b) Passivo Não Circulante: 0,07%;

c) Patrimônio Líquido: 91,47%.

QUADRO 39 – Balanço Patrimonial – "Fundações" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**7.164.928,65**	**100,00**	**8.266.327,06**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**946.459,10**	**13,21**	**1.192.203,31**	**14,42**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	197.929,81	2,76	1.098.337,56	13,29
CREDITOS A CURTO PRAZO	748.529,29	10,45	93.694,87	1,13
ESTOQUES	0,00	0,00	170,88	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**6.218.469,55**	**86,79**	**7.074.123,75**	**85,58**
IMOBILIZADO	6.218.469,55	86,79	7.074.123,75	85,58
PASSIVO	**64.363,54**	**0,90**	**430.858,24**	**5,21**
PASSIVO CIRCULANTE	**64.363,54**	**0,90**	**430.858,24**	**5,21**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	56.541,00	0,79	214.593,37	2,60
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	500,00	0,01	196.335,47	2,38
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	7.322,54	0,10	19.929,40	0,24
PATRIMONIO LÍQUIDO	**7.100.565,11**	**99,10**	**7.835.468,82**	**94,79**
RESULTADOS ACUMULADOS	7.100.565,11	99,10	7.835.468,82	94,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**7.164.928,65**	**100,00**	**8.266.327,06**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VIII, fls. 1869 e 1870.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**7.164.928,65**	**8.266.327,06**	**-13,32**
ATIVO FINANCEIRO	197.929,81	1.098.337,56	-81,98
ATIVO PERMANENTE	6.966.998,84	7.167.989,50	-2,80
PASSIVO	**64.363,54**	**1.170.858,24**	**-94,50**
PASSIVO FINANCEIRO	56.770,20	837.656,71	-93,22
PASSIVO PERMANENTE	7.593,34	333.201,53	-97,72
SALDO PATRIMONIAL	**7.100.565,11**	**7.095.468,82**	**0,07**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VIII, fl. 1871.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	520.894,76	520.894,76
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**520.894,76**	**520.894,76**
OBRIGACOES CONTRATUAIS	256.854,86	240.038,80
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**256.854,86**	**240.038,80**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VIII, fl. 1872.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	39.521,29	-48.222,99
103	CONTRAPARTIDA	53.185,58	144.291,41
104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDAS PARLAMENTARES	0,00	-740.000,00
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	37.693,32	37.492,56
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	10.755,02	10.702,22
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	0,00	856.417,65
240	RECURSOS PROPRIOS	4,40	0,00
TOTAL		**141.159,61**	**260.680,85**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VIII, fl. 1873.

O quadro 39 evidencia a situação patrimonial das Fundações, que está assim distribuída:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 13,21%;

b) Ativo Não Circulante: 86,79%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 0,90%;

b) Patrimônio Líquido: 99,10%.

QUADRO 40 – Balanço Patrimonial – "Fundos" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**6.774.814.605,08**	**100,00**	**6.701.608.652,87**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**5.459.460.996,94**	**80,58**	**6.293.068.085,78**	**93,90**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	725.536.211,57	10,71	437.730.647,28	6,53
CREDITOS A CURTO PRAZO	974.316.300,02	14,38	1.835.785.796,29	27,39
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	3.759.545.429,24	55,49	4.019.186.235,68	59,97
ESTOQUES	63.056,11	0,00	365.016,53	0,01
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	390,00	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**1.315.353.608,14**	**19,42**	**408.540.567,09**	**6,10**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.271.992.947,29	18,78	373.963.085,08	5,58
INVESTIMENTOS	8.890.903,58	0,13	0,00	0,00
IMOBILIZADO	34.469.757,27	0,51	34.577.482,01	0,52

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
PASSIVO	**592.395.388,80**	**8,74**	**2.182.627.891,39**	**32,57**
PASSIVO CIRCULANTE	**317.944.873,55**	**4,69**	**754.428.949,96**	**11,26**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	109.344.224,49	1,61	493.974.046,46	7,37
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	141.667.471,93	2,09	198.221.269,99	2,96
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	12.784,07	0,00	9.870,37	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	66.920.393,06	0,99	62.223.763,14	0,93
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**274.450.515,25**	**4,05**	**1.428.198.941,43**	**21,31**
PROVISOES A LONGO PRAZO	274.450.515,25	4,05	1.427.669.729,49	21,30
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00	0,00	529.211,94	0,01
PATRIMONIO LÍQUIDO	**6.182.419.216,28**	**91,26**	**4.518.980.761,48**	**67,43**
RESULTADOS ACUMULADOS	6.182.419.216,28	91,26	4.518.980.761,48	67,43
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**6.774.814.605,08**	**100,00**	**6.701.608.652,87**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VIII, fls. 1945 e 1946.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**6.774.814.605,08**	**6.701.608.652,87**	**1,09**
ATIVO FINANCEIRO	3.915.140.075,00	3.946.375.342,55	-0,79
ATIVO PERMANENTE	2.859.674.530,08	2.755.233.310,32	3,79
PASSIVO	**760.754.992,04**	**2.255.891.659,03**	**-66,28**
PASSIVO FINANCEIRO	281.551.370,54	200.073.575,86	40,72
PASSIVO PERMANENTE	479.203.621,50	2.055.818.083,17	-76,69
SALDO PATRIMONIAL	**6.014.059.613,04**	**4.445.716.993,84**	**35,28**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VIII, fl. 1947.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	19.321.150,84	20.354.011,22
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.024.452.494,38	276.044.692,52
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.043.773.645,22**	**296.398.703,74**
OBRIGACOES CONVENIADAS	23.403.078,75	19.592.935,43
OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.600.479.253,56	2.347.482.732,82
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2.623.882.332,31**	**2.367.075.668,25**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VIII, fl. 1948.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	-419.122,58	4.342.450,89
102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	-30.863.164,94	-64.326.827,87
103	CONTRAPARTIDA	457.563,75	350.411,79
104	RECURSOS DO TESOURO	-41.599.721,27	-32.610.442,02

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
209	AUXÍLIO FINANCEIRO ENFRENTAMENTO À COVID-19	-7.961.022,51	0,00
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	5.107.373,50	2.233.271,24
218	ADPF 568	-904.378,91	0,00
219	OPERACOES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	-662.649,49	-459.038,75
220	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-232.483,18	-6.173.643,54
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	1.808.473,79	1.836.653,40
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	48.700.684,58	57.374.707,69
226	ALIENACAO DE BENS	4.716.924,28	3.509.637,89
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	3.167.689,71	3.183.551,24
229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	0,00	6.916,28
231	RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANCA PUBLICA	30.833.752,75	0,00
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	3.194.417,95	-146.471,39
236	DOACAO	496.531,54	448.530,68
237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	4.450.104,16	1.722.121,33
238	ICMS – FECOEP	149.000.806,62	135.171.306,26
239	FUNDO PENITENCIARIO	22.494.771,44	21.026.111,01
240	RECURSOS PROPRIOS	96.305.125,21	80.040.582,36
241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	3.149.649.278,28	3.438.815.218,16
242	ASSISTENCIA MÉDICA	65.012,18	6.739.803,49
243	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE – FET	7.774.885,20	0,00
246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	3.703.792,68	1.451.268,83
247	ATENCAO BASICA	1.467.864,83	1.145.072,80
248	GESTAO DO SUS	5.200.668,53	4.924.018,66
249	INVESTIMENTOS	80.307.417,89	25.697.563,25
250	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	78.580.190,33	51.650.026,57
251	VIGILANCIA EM SAUDE	14.889.977,29	8.348.966,44
261	AUXÍLIO EMERGENCIAL DA CULTURA ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	3.857.940,85	0,00
TOTAL		**3.633.588.704,46**	**3.746.301.766,69**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VIII, fl. 1949.

O Quadro 40 mostra a composição patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, que está assim distribuída:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 80,58%;

b) Ativo Não Circulante: 19,42%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 4,69%;

b) Passivo Não Circulante: 4,05%;

c) Patrimônio Líquido: 91,26%.

3.2.3 Balanços Patrimoniais - Por Poder

A composição Patrimonial totalizada por Órgãos e Entidades do Estado no exercício de 2020, levando em consideração a situação patrimonial dos "Poderes", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 41 – Balanço Patrimonial – "Poder Executivo" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**14.756.924.229,88**	**100,00**	**13.650.311.826,84**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**9.539.211.802,38**	**64,64**	**9.578.903.843,54**	**70,17**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.808.530.327,18	19,03	1.790.207.335,55	13,11
CREDITOS A CURTO PRAZO	2.450.944.423,09	16,61	3.423.496.376,82	25,08
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	3.759.545.429,24	25,48	4.019.186.235,68	29,44
ESTOQUES	520.100.098,95	3,52	345.949.682,70	2,53
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	91.523,92	0,00	64.212,79	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**5.217.712.427,50**	**35,36**	**4.071.407.983,30**	**29,83**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.394.579.541,21	9,45	484.921.122,14	3,55
INVESTIMENTOS	318.074.025,31	2,16	264.921.558,83	1,94
IMOBILIZADO	3.263.066.689,52	22,11	3.079.573.130,87	22,56
INTANGIVEL	241.992.171,46	1,64	241.992.171,46	1,77
PASSIVO	**7.487.728.044,40**	**50,74**	**8.693.262.567,23**	**63,69**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.607.557.785,23**	**17,67**	**3.861.501.081,50**	**28,29**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	1.038.087.670,93	7,03	2.294.525.821,05	16,81
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	8.739.785,31	0,06	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	482.513.904,85	3,27	531.400.718,49	3,89
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.628.935,94	0,04	6.035.705,01	0,04
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	3.198.853,64	0,02	929.816,06	0,01
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.068.388.634,56	7,24	1.028.609.020,89	7,54
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**4.880.170.259,17**	**33,07**	**4.831.761.485,73**	**35,40**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	1.284.121.723,72	8,70	403.134.717,41	2,95
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.874.320.882,09	19,48	2.519.819.326,54	18,46
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	330.687.796,78	2,24	319.101.441,09	2,34
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	24.865.659,77	0,17	24.665.402,76	0,18
PROVISOES A LONGO PRAZO	274.450.515,25	1,86	1.427.669.729,49	10,46
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	91.723.681,56	0,62	137.370.868,44	1,01
PATRIMONIO LÍQUIDO	**7.269.196.185,48**	**49,26**	**4.957.049.259,61**	**36,31**
RESULTADOS ACUMULADOS	7.269.196.185,48	49,26	4.957.049.259,61	36,31
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**14.756.924.229,88**	**100,00**	**13.650.311.826,84**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14, Vol. I, fls. 40 e 41.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**14.756.924.229,88**	**13.650.311.826,84**	**8,11**
ATIVO FINANCEIRO	6.071.562.267,33	5.507.638.787,26	10,24
ATIVO PERMANENTE	8.685.361.962,55	8.142.673.039,58	6,66
PASSIVO	**7.945.645.521,48**	**9.043.918.903,00**	**-12,14**
PASSIVO FINANCEIRO	1.722.330.277,02	1.563.482.927,26	10,16
PASSIVO PERMANENTE	6.223.315.244,46	7.480.435.975,74	-16,81
SALDO PATRIMONIAL	**6.811.278.708,40**	**4.606.392.923,84**	**47,87**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 42.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	484.278.465,36	466.049.059,60
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.024.452.494,38	276.044.692,52
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.508.730.959,74**	**742.093.752,12**
OBRIGACOES CONVENIADAS	335.975.806,76	333.863.575,68
OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.942.328.993,78	4.733.717.253,58
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**5.278.304.800,54**	**5.067.580.829,26**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 43.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	354.160.127,57	-4.634.909,08
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	3.993.879,72	2.832.687,97
102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	-27.920.108,21	-63.736.717,01
103	CONTRAPARTIDA	3.451.185,07	2.156.674,31
104	RECURSOS DO TESOURO	-130.621.482,81	-129.983.467,38
209	AUXÍLIO FINANCEIRO ENFRENTAMENTO À COVID-19	77.830.167,74	0,00
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	2.933.027,99	572.906,21
211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	9.429.471,62	41.582.103,37
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	7.368.294,62	-25.338.589,95
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	12.128.801,51	4.492.997,28
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	5.617.910,41	-1.820.086,24
218	ADPF 568	5.695.374,70	0,00
219	OPERACOES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	89.279.993,28	76.041.833,09
220	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-33.990.772,82	-38.579.550,47
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	8.467.822,71	8.655.710,24
224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	20.979.764,27	36.367.442,70
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	202.704.291,47	207.391.459,67
226	ALIENACAO DE BENS	21.213.769,01	16.112.487,61
227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MIL.	4.942.638,25	2.679.323,32
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	8.919.118,90	10.398.639,51
229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	0,00	6.916,28

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2020	2019
231	RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANCA PUBLICA	30.833.752,75	0,00
233	RECURSOS DE CESSÃO ONEROSA	0,05	13.447.460,05
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	18.999.632,86	9.157.365,64
236	DOACAO	602.191,00	509.383,44
237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	4.450.104,16	1.722.121,33
238	ICMS – FECOEP	151.286.495,16	136.860.236,59
239	FUNDO PENITENCIARIO	22.494.771,44	21.026.111,01
240	RECURSOS PROPRIOS	125.530.474,94	77.042.145,18
241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	3.149.649.278,28	3.438.815.218,16
242	ASSISTENCIA MÉDICA	65.012,18	6.739.803,49
243	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE - FET	7.774.885,20	0,00
246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	3.703.792,68	1.451.268,83
247	ATENCAO BASICA	1.467.864,83	1.145.072,80
248	GESTAO DO SUS	5.200.668,53	5.345.255,79
249	INVESTIMENTOS	80.307.417,89	25.697.563,25
250	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	78.580.190,33	51.650.026,57
251	VIGILANCIA EM SAUDE	14.889.977,29	8.348.966,44
260	DESV. DO SUP. FINAN. DAS FONTES DE REC. DAS AUT. E F. ESPEC.	2.954.264,89	0,00
261	AUXÍLIO EMERGENCIAL DA CULTURA ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	3.857.940,85	0,00
TOTAL		**4.349.231.990,31**	**3.944.155.860,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 44.

A situação patrimonial do Poder Executivo em 2020, está assim composta:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 64,64%;

b) Ativo Não Circulante: 35,36%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 17,67%;

b) Passivo Não Circulante: 33,07%;

c) Patrimônio Líquido: 49,26%.

QUADRO 42 – Balanço Patrimonial – "Poder Legislativo" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**106.801.170,11**	**100,00**	**105.896.799,60**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**31.092.379,22**	**29,11**	**29.289.335,80**	**27,66**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24.232.432,53	22,69	11.084.311,62	10,47
CREDITOS A CURTO PRAZO	5.771.928,50	5,40	17.369.482,14	16,40
ESTOQUES	1.049.048,00	0,98	791.959,32	0,75
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	38.970,19	0,04	43.582,72	0,04
ATIVO NAO CIRCULANTE	**75.708.790,89**	**70,89**	**76.607.463,80**	**72,34**
INVESTIMENTOS	1.670,20	0,00	1.670,20	0,00
IMOBILIZADO	75.707.120,69	70,89	76.605.793,60	72,34
PASSIVO	**22.669.774,86**	**21,23**	**24.579.973,13**	**23,21**
PASSIVO CIRCULANTE	**22.119.774,66**	**20,71**	**23.479.972,73**	**22,17**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	19.922.305,58	18,65	14.729.644,36	13,91
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	411.585,80	0,39	4.781.391,27	4,52
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.785.883,28	1,67	3.968.937,10	3,75
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**550.000,20**	**0,52**	**1.100.000,40**	**1,04**
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	550.000,20	0,52	1.100.000,40	1,04
PATRIMONIO LÍQUIDO	**84.131.395,25**	**78,77**	**81.316.826,47**	**76,79**
RESULTADOS ACUMULADOS	84.131.395,25	78,77	81.316.826,47	76,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**106.801.170,11**	**100,00**	**105.896.799,60**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**106.801.170,11**	**105.896.799,60**	**0,85**
ATIVO FINANCEIRO	25.391.579,31	11.084.311,62	129,08
ATIVO PERMANENTE	81.409.590,80	94.812.487,98	-14,14
PASSIVO	**30.524.050,51**	**32.431.446,57**	**-5,88**
PASSIVO FINANCEIRO	10.118.395,08	12.222.846,25	-17,22
PASSIVO PERMANENTE	20.405.655,43	20.208.600,32	0,98
SALDO PATRIMONIAL	**76.277.119,60**	**73.465.353,03**	**3,83**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
OBRIGACOES CONVENIADAS	934.185,80	70.000,00
OBRIGACOES CONTRATUAIS	56.790.190,86	52.111.039,11
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**57.724.376,66**	**52.181.039,11**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	13.183.246,47	-2.141.582,30
226	ALIENACAO DE BENS	240.493,77	200.223,74
236	DOAÇÃO	34.360,80	34.360,80
240	RECURSOS PROPRIOS	1.815.083,19	768.463,13
TOTAL		**15.273.184,23**	**-1.138.534,63**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

O quadro 42 evidencia a situação Patrimonial do Poder Legislativo, cujos grupos de contas em 2020, estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 29,11%;

b) Ativo Não Circulante: 70,89%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 20,71%;

b) Passivo Não Circulante: 0,52%;

c) Patrimônio Líquido: 78,77%.

QUADRO 43 – Balanço Patrimonial – "Poder Judiciário" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**346.959.413,94**	**100,00**	**332.767.093,30**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**95.605.808,85**	**27,56**	**103.955.831,07**	**31,24**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	74.977.977,46	21,61	45.542.063,89	13,69
CREDITOS A CURTO PRAZO	18.206.258,35	5,25	53.733.455,04	16,15
ESTOQUES	2.421.573,04	0,70	4.680.312,14	1,41
ATIVO NAO CIRCULANTE	**251.353.605,09**	**72,44**	**228.811.262,23**	**68,76**
IMOBILIZADO	251.353.605,09	72,44	228.811.262,23	68,76
PASSIVO	**16.586.262,64**	**4,78**	**33.828.619,47**	**10,17**
PASSIVO CIRCULANTE	**16.586.262,64**	**4,78**	**33.828.619,47**	**10,17**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	10.492,72	0,00	6.828.681,25	2,05
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	465.418,72	0,13	840.091,30	0,25
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	16.110.351,20	4,64	26.159.846,92	7,86
PATRIMONIO LÍQUIDO	**330.373.151,30**	**95,22**	**298.938.473,83**	**89,83**
RESULTADOS ACUMULADOS	330.373.151,30	95,22	298.938.473,83	89,83
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**346.959.413,94**	**100,00**	**332.767.093,30**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**346.959.413,94**	**332.767.093,30**	**4,26**
ATIVO FINANCEIRO	90.765.183,70	64.862.240,15	39,94
ATIVO PERMANENTE	256.194.230,24	267.904.853,15	-4,37
PASSIVO	**39.947.024,49**	**55.279.615,04**	**-27,74**
PASSIVO FINANCEIRO	39.944.600,25	55.279.615,04	-27,74
PASSIVO PERMANENTE	2.424,24	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL	**307.012.389,45**	**277.487.478,26**	**10,64**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
OBRIGACOES CONVENIADAS	1.983.892,17	2.475.723,65
OBRIGACOES CONTRATUAIS	105.470.967,54	110.722.879,50
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**107.454.859,71**	**113.198.603,15**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	19.857.472,95	-18.437.324,30
226	ALIENACAO DE BENS	916.812,40	138.602,40
240	RECURSOS PROPRIOS	30.046.298,10	27.881.347,01
TOTAL		**50.820.583,45**	**9.582.625,11**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

O demonstrativo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário, cujos grupos de contas, no exercício de 2020, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 27,56%;

b) Ativo Não Circulante: 72,44%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 4,78%;

b) Patrimônio Líquido: 95,22%.

QUADRO 44 – Balanço Patrimonial – "Ministério Público" – 2019 e 2020

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2020**	**% PART**	**2019**	**% PART**
ATIVO	**87.132.127,07**	**100,00**	**67.855.289,65**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**33.478.082,68**	**38,42**	**19.650.591,45**	**28,96**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.039.834,53	25,29	13.042.059,69	19,22
CREDITOS A CURTO PRAZO	11.026.688,10	12,66	6.096.800,37	8,99
ESTOQUES	411.560,05	0,47	457.054,52	0,67
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	54.676,87	0,08
ATIVO NAO CIRCULANTE	**53.654.044,39**	**61,58**	**48.204.698,20**	**71,04**
INVESTIMENTOS	25.396,40	0,03	25.396,40	0,04
IMOBILIZADO	53.628.647,99	61,55	48.179.301,80	71,00
PASSIVO	**3.128,40**	**0,00**	**5.348.314,67**	**7,88**
PASSIVO CIRCULANTE	**3.128,40**	**0,00**	**5.348.314,67**	**7,88**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	0,00	0,00	2.096.465,86	3,09
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	3.128,40	0,00	72.182,70	0,11
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	3.179.666,11	4,69
PATRIMONIO LÍQUIDO	**87.128.998,67**	**100,00**	**62.506.974,98**	**92,12**
RESULTADOS ACUMULADOS	87.128.998,67	100,00	62.506.974,98	92,12
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**87.132.127,07**	**100,00**	**67.855.289,65**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
ATIVO	**87.132.127,07**	**67.855.289,65**	**28,41**
ATIVO FINANCEIRO	22.039.834,53	13.042.059,69	68,99
ATIVO PERMANENTE	65.092.292,54	54.813.229,96	18,75
PASSIVO	**7.727.606,85**	**12.268.360,29**	**-37,01**
PASSIVO FINANCEIRO	7.727.606,85	12.268.360,29	-37,01
SALDO PATRIMONIAL	**79.404.520,22**	**55.586.929,36**	**42,85**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2020**	**2019**
OBRIGACOES CONTRATUAIS	15.342.287,00	13.084.093,88
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**15.342.287,00**	**13.084.093,88**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2020**	**2019**
100	RECURSOS ORDINARIOS	14.164.291,33	651.064,43
104	RECURSOS DO TESOURO	1.500,00	1.500,00
226	ALIENACAO DE BENS	2.692,94	2.692,94
240	RECURSOS PROPRIOS	143.743,41	118.442,03
TOTAL		**14.312.227,68**	**773.699,40**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

O quadro 44 evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público, cujos grupos de contas estão, em 2020, assim compostos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 38,42%;

b) Ativo Não Circulante: 61,58%;

II – Passivo e Patrimônio Líquido:

a) Passivo Circulante: 0,00%;

b) Patrimônio Líquido: 100,00%.

3.3 GESTÃO FINANCEIRA

3.3.1 Balanço Financeiro – Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, possibilitando a apuração do resultado financeiro do ente público em um determinado exercício.

A Gestão Financeira do Estado tem como instrumento operacional o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins – SIAFE-TO, por força da Lei nº 3.386/2018, para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e o respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em seu art. 8º, e art. 23 da Lei Estadual nº 3.609/2019 - LDO, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício.

Para maior evidenciação, demonstram-se nos quadros a seguir, os Balanços Financeiros apurados no exercício em análise:

QUADRO 45 – Resumo do Balanço Financeiro - Geral do Estado – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**10.760.458.794,94**	**31,00**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**10.447.038.679,53**	**30,10**
ORDINARIA	7.218.216.923,34	20,80	ORDINARIA	5.051.320.341,71	14,55
VINCULADA	3.542.241.871,60	10,20	VINCULADA	5.395.718.337,82	15,55
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**11.481.371.396,53**	**33,08**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**11.481.371.396,53**	**33,08**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**7.481.878.664,36**	**21,55**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**7.209.995.746,25**	**20,77**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**4.987.507.485,88**	**14,37**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**5.572.810.519,40**	**16,05**
TOTAL	**34.711.216.341,71**	**100,00**	**TOTAL**	**34.711.216.341,71**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Geral do Estado - Anexo 13, Volume I, fls. 25 a 28.

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e pagamentos de recursos financeiros, destacando as receitas e despesas autorizadas por Lei (orçamentárias) e os ingressos e dispêndios independentes da execução orçamentária (extraorçamentários), conjugando-se ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

Os ingressos de recursos estão assim compostos: receitas orçamentárias com 31,00%, sendo 20,80% de recursos ordinários e 10,20% de recursos vinculados; transferências financeiras recebidas com 33,08%, recebimentos extraorçamentários com 21,55% e saldo financeiro proveniente do exercício anterior com 14,37%.

Os dispêndios de recursos estão assim distribuídos: despesas orçamentárias com 30,10%, sendo 14,55% referente a recursos ordinários e 15,55% a recursos vinculados; transferências financeiras concedidas com 33,08%, pagamentos extraorçamentários com 20,77% e saldo para o exercício seguinte com 16,05%.

O saldo financeiro inicial, saldo do exercício anterior, no montante de R$ 4.987.507.485,88, somado às receitas do período, foi suficiente para atender as despesas orçamentárias, as transferências concedidas e as despesas extraorçamentárias do exercício, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R$ 5.572.810.519,40.

No exercício em análise houve uma adequação na metodologia de elaboração do Balanço Financeiro, visando atender a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 06, alterando sobretudo, o caixa e equivalente de caixa, o que afetou, em consequência, o modo de apresentação do exercício anterior, conforme Notas Explicativas às fls. 78, 79, 126 e 127 do Volume I. Os mesmos fatos são observados nos Balanços Financeiros por Poder e por Gestão, apresentados a seguir.

3.3.2 Balanço Financeiro – Por Poder

O Balanço Financeiro dos Poderes é o demonstrativo que possibilita a apuração do resultado financeiro dos órgãos e entidades pertencentes a um referido Poder, em um determinado exercício de forma consolidada. Para evidenciar este resultado elaboramos os quadros a seguir:

QUADRO 46 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Executivo" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**10.667.166.195,70**	**24,86**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**9.169.050.950,12**	**21,37**
ORDINARIA	7.125.742.804,13	16,61	ORDINARIA	3.773.332.612,30	8,79
VINCULADA	3.541.423.391,57	8,25	VINCULADA	5.395.718.337,82	12,57
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**10.227.996.290,86**	**23,84**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**11.479.359.066,86**	**26,75**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**16.630.060.976,25**	**38,76**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**16.234.180.679,60**	**37,83**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**5.384.889.737,19**	**12,55**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**6.027.522.503,42**	**14,05**
TOTAL	**42.910.113.200,00**	**100,00**	**TOTAL**	**42.910.113.200,00**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Poder Executivo - Anexo 13, Volume I, fls. 30 a 33.

O quadro 46 demonstra a situação financeira do Poder Executivo, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R$ 6.027.522.503,42.

QUADRO 47 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Legislativo" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**1.540.019,78**	**0,31**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**404.528.342,17**	**81,42**
ORDINARIA	1.499.749,75	0,30	ORDINARIA	404.528.342,17	81,42
VINCULADA	40.270,03	0,01	VINCULADA	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**419.021.299,98**	**84,34**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**0,00**	**0,00**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**65.185.087,88**	**13,12**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**68.069.944,56**	**13,70**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**11.084.311,62**	**2,23**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**24.232.432,53**	**4,88**
TOTAL	**496.830.719,26**	**100,00**	**TOTAL**	**496.830.719,26**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Balanço Financeiro – Poder Legislativo.

O quadro 47 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R$ 24.232.432,53.

QUADRO 48 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Judiciário" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**91.542.293,12**	**11,27**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**671.999.983,71**	**82,73**
ORDINARIA	90.764.083,12	11,17	ORDINARIA	671.999.983,71	82,73
VINCULADA	778.210,00	0,10	VINCULADA	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**619.862.311,54**	**76,31**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**2.012.328,79**	**0,25**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**35.992.541,50**	**4,43**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**47.481.890,11**	**5,85**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**64.862.240,15**	**7,99**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**90.765.183,70**	**11,17**
TOTAL	**812.259.386,31**	**100,00**	**TOTAL**	**812.259.386,31**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Balanço Financeiro – Poder Judiciário.

O quadro 48 revela a situação financeira do Poder Judiciário, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o período seguinte no valor de R$ 90.765.183,70.

QUADRO 49 – Resumo do Balanço Financeiro – "Ministério Público" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**210.286,34**	**0,09**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**201.459.403,53**	**82,41**
ORDINARIA	210.286,34	0,09	ORDINARIA	201.459.403,53	82,41
VINCULADA	0,00	0,00	VINCULADA	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**214.491.494,15**	**87,74**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**0,88**	**0,00**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**16.727.479,07**	**6,84**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**20.972.080,31**	**8,58**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**13.042.059,69**	**5,33**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**22.039.834,53**	**9,02**
TOTAL	**244.471.319,25**	**100,00**	**TOTAL**	**244.471.319,25**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Balanço Financeiro – Ministério Público.

O quadro 49 demonstra a situação financeira do Ministério Público, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando ainda um saldo para o período seguinte no valor de R$ 22.039.834,53.

3.3.3 Balanço Financeiro – Por Gestão

A Gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos de receitas, os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os ativos e passivos financeiros.

Para maior evidenciação, demonstram-se nos quadros a seguir os balanços financeiros apurados no exercício de 2020 de cada *Gestão*:

QUADRO 50 – Resumo do Balanço Financeiro – "Administração Direta" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**8.166.320.263,71**	**24,31**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**5.922.855.228,64**	**17,63**
ORDINARIA	6.906.252.906,57	20,56	ORDINARIA	4.394.200.943,94	13,08
VINCULADA	1.260.067.357,14	3,75	VINCULADA	1.528.654.284,70	4,55
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**8.836.112.373,22**	**26,31**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**10.640.913.839,85**	**31,68**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**15.184.093.338,38**	**45,21**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**14.918.720.774,01**	**44,42**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**1.400.421.554,15**	**4,17**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**2.104.457.686,96**	**6,27**
TOTAL	**33.586.947.529,46**	**100,00**	**TOTAL**	**33.586.947.529,46**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Administração Direta - Anexo 13, Volume VI, fls. 1273 a 1276.

O quadro 50 indica a situação financeira da Administração Direta, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R$ 2.104.457.686,96.

QUADRO 51 – Resumo do Balanço Financeiro – "Autarquias" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**216.284.231,30**	**15,41**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**734.340.345,34**	**52,31**
ORDINARIA	128.936.054,60	9,19	ORDINARIA	450.679.096,99	32,11
VINCULADA	87.348.176,70	6,22	VINCULADA	283.661.248,35	20,21
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**741.953.901,35**	**52,86**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**210.353.352,35**	**14,99**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**310.593.784,18**	**22,13**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**298.138.558,99**	**21,24**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**134.889.681,29**	**9,61**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**160.889.341,44**	**11,46**
TOTAL	**1.403.721.598,12**	**100,00**	**TOTAL**	**1.403.721.598,12**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Autarquias – Anexo 13, Volume VII, fls. 1664 a 1667.

O quadro 51 revela a situação financeira das Autarquias, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o ano seguinte no valor de R$ 160.889.341,44.

QUADRO 52 – Resumo do Balanço Financeiro – "Fundações" - 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**8.425,11**	**0,21**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**2.385.308,01**	**60,76**
ORDINARIA	4,40	0,00	ORDINARIA	1.502.383,15	38,27
VINCULADA	8.420,71	0,21	VINCULADA	882.924,86	22,49
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**2.327.708,73**	**59,30**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**72.765,77**	**1,85**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**491.081,88**	**12,51**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**1.269.549,69**	**32,34**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**1.098.337,56**	**27,98**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**197.929,81**	**5,04**
TOTAL	**3.925.553,28**	**100,00**	**TOTAL**	**3.925.553,28**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Fundações – Anexo13, Volume VIII, fls. 1864 a 1867.

O quadro 52 demonstra a situação financeira das Fundações do Estado, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R$ 197.929,81.

QUADRO 53 – Resumo do Balanço Financeiro – "Fundos" – 2020

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**2.377.845.874,82**	**25,11**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**3.787.457.797,54**	**40,00**
ORDINARIA	183.027.957,77	1,93	ORDINARIA	204.937.917,63	2,16
VINCULADA	2.194.817.917,05	23,18	VINCULADA	3.582.519.879,91	37,83
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**1.900.977.413,23**	**20,08**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**630.031.438,56**	**6,65**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**1.252.787.880,26**	**13,23**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**1.152.575.711,89**	**12,17**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**3.937.468.775,65**	**41,58**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**3.899.014.995,97**	**41,18**
TOTAL	**9.469.079.943,96**	**100,00**	**TOTAL**	**9.469.079.943,96**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Fundos – Anexo 13, Volume VIII, fls. 1940 a 1943.

O quadro 53 sintetiza a situação financeira dos Fundos, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, restando um saldo para o período seguinte no valor de R$ 3.899.014.995,97.

3.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado e por Poder

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil, instrumento para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos: das atividades operacionais, dos investimentos e das atividades de financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive os decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é o demonstrativo que apura a geração líquida de caixa e equivalente de caixa, em um determinado período. Para evidenciar este resultado, elaboramos os quadros a seguir:

QUADRO 54 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.027.197.948,50**	**886.183.226,22**	**15,91**
INGRESSOS	28.539.043.198,56	21.787.542.814,28	30,99
DESEMBOLSOS	27.511.845.250,06	20.901.359.588,06	31,63
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-400.524.922,92**	**-252.525.342,09**	**58,61**
INGRESSOS	15.867.611,55	5.899.997,20	168,94
DESEMBOLSOS	416.392.534,47	258.425.339,29	61,13
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-41.369.992,06**	**-137.637.670,95**	**-69,94**
INGRESSOS	320.003.561,66	176.490.684,17	81,31
DESEMBOLSOS	361.373.553,72	314.128.355,12	15,04
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**585.303.033,52**	**496.020.213,18**	**18,00**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**4.987.507.485,88**	**4.491.239.088,41**	**11,05**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**5.572.810.519,40**	**4.987.259.301,59**	**11,74**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Consolidado - Volume I, fl. 53.

O quadro 54 apresenta o fluxo de caixa Consolidado, onde demonstra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo no valor de R$ 1.027.197.948,50. No entanto, as atividades de investimento apresentaram um fluxo de caixa negativo no valor de (R$ 400.524.922,92), sendo negativo também o fluxo de caixa das atividades de financiamentos com o valor de (R$ 41.369.992,06), indicando que neste período houve mais ingressos do que desembolsos, chegando a uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa positiva no valor de R$ 585.303.033,52.

Os índices de evolução que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa em 2020, em relação à 2019, são: fluxos de caixa das atividades operacionais que aumentaram em 15,91%, fluxo das atividades de investimentos que estava negativo em 2019, diminuiu ainda mais em 58,61%, e o fluxo das atividades de financiamentos que também estava negativo em 2019, apresentou uma redução do saldo negativo, com uma evolução de (69,94%).

Observa-se uma evolução do caixa e equivalente de caixa final positiva com um índice de 11,74% se comparado com o exercício anterior.

Cabe ressaltar, que para a composição do saldo de Caixa e Equivalente de Caixa na DFC, utilizou-se também os investimentos financeiros do Regime Próprio de Previdência, atributo “F”, bem como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, conforme Notas Explicativas às fls. 78, 79, 132 e 133 do Volume I. Os mesmos fatos também são observados nas Demonstrações do Fluxo de Caixa por Gestão, apresentados a seguir.

QUADRO 55 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Adm. Direta" 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.048.652.381,06**	**1.144.504.182,64**	**-8,37**
INGRESSOS	31.502.875.982,54	22.808.165.360,90	38,12
DESEMBOLSOS	30.454.223.601,48	21.663.661.178,26	40,58
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-137.297.438,74**	**-122.790.931,82**	**11,81**
INGRESSOS	4.689.693,31	3.294.703,95	42,34
DESEMBOLSOS	141.987.132,05	126.085.635,77	12,61
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-207.318.809,51**	**-137.455.410,62**	**50,83**
INGRESSOS	153.934.863,18	169.376.269,78	-9,12
DESEMBOLSOS	361.253.672,69	306.831.680,40	17,74
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**704.036.132,81**	**884.257.840,20**	**-20,38**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**1.400.421.554,15**	**516.165.306,13**	**171,31**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**2.104.457.686,96**	**1.400.423.146,33**	**50,27**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Administração Direta – Volume VI, fl. 1286.

O quadro 55 demonstra o fluxo de caixa da Administração Direta, onde observa-se que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo no valor de R$ 1.048.652.381,06. No entanto, as atividades de investimento apresentaram um fluxo de caixa negativo no valor de (R$ 137.297.438,74), sendo negativo também o fluxo de caixa das atividades de financiamentos com o valor de (R$ 207.318.809,51), indicando, entretanto, que neste período houve mais ingressos do que desembolsos, chegando a uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa positiva no valor de R$ 704.036.132,81.

Os índices de evolução que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da Administração Direta em 2020, em relação à 2019 são: fluxos de caixa das atividades operacionais que diminuíram em (8,37%), fluxo das atividades de investimentos, que em 2019 estava negativo, diminuindo ainda mais com índice de 11,81%, e o fluxo das atividades de financiamentos que também estava negativo, diminuindo mais 50,83%.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final, em comparação com o exercício anterior, foi positiva em 50,27%.

QUADRO 56 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Autarquias" - 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**163.744.610,59**	**46.668.186,10**	**250,87**
INGRESSOS	1.112.539.982,94	722.272.557,12	54,03
DESEMBOLSOS	948.795.372,35	675.604.371,02	40,44
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-203.330.688,36**	**-95.768.908,60**	**112,31**
INGRESSOS	506.410,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	203.837.098,36	95.768.908,60	112,84

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**65.585.737,92**	**-1.862.034,33**	**-3.622,26**
INGRESSOS	65.705.618,95	5.434.640,39	1.109,02
DESEMBOLSOS	119.881,03	7.296.674,72	-98,36
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**25.999.660,15**	**-50.962.756,83**	**-151,02**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**134.889.681,29**	**185.913.565,64**	**-27,44**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**160.889.341,44**	**134.950.808,81**	**19,22**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Autarquias - Volume VII, fl. 1678.

O quadro acima demonstra que nas Autarquias as atividades operacionais obtiveram um fluxo de caixa positivo de R$ 163.744.610,59, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo em (R$ 203.330.688,36), e nas atividades de financiamentos o fluxo de caixa foi positivo no valor de R$ 65.585.737,92, indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com geração líquida de caixa, e equivalente de caixa positiva no valor de R$ 25.999.660,15.

Os índices de evolução que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa das Autarquias em 2020, em relação à 2019 são: fluxos de caixa das atividades operacionais que aumentaram em 250,87%, fluxo das atividades de investimentos, que em 2019 estava negativo, diminuindo ainda mais com índice de 112,31%, e o fluxo das atividades de financiamentos que também estava negativo, porém apresentou saldo positivo no exercício em análise, com evolução de (3.622,26%).

A evolução do caixa e equivalente de caixa final, em comparação com o exercício anterior, foi positiva em 19,22%.

QUADRO 57 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa “Fundações” - 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-835.143,77**	**612.890,44**	**-236,26**
INGRESSOS	2.778.510,52	4.149.578,55	-33,04
DESEMBOLSOS	3.613.654,29	3.536.688,11	2,18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-65.263,98**	**-41.796,93**	**56,15**
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	65.263,98	41.796,93	56,15
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**-900.407,75**	**571.093,51**	**-257,66**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**1.098.337,56**	**1.389.054,72**	**-20,93**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**197.929,81**	**1.960.148,23**	**-89,90**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Fundações – Volume VIII, fl. 1878.

O quadro acima demonstra que nas Fundações as atividades operacionais geraram um fluxo de caixa negativo no valor de (R$ 835.143,77) e as atividades de

investimentos também geraram um fluxo de caixa negativo de (R$ 65.263,98), indicando que no período houve mais desembolsos do que Ingressos, com uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa negativa no valor de (R$ 900.407,75).

Os índices de evolução que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa das Fundações em 2020, em relação à 2019 são: fluxos de caixa das atividades operacionais que diminuíram em (236,26%), fluxo das atividades de investimentos, que em 2019 estava negativo, diminuindo ainda mais com índice de 56,15%.

A evolução do caixa e equivalentes de caixa final, em comparação com o exercício anterior, foi negativa em (89,90%).

QUADRO 58 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundos" - 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2020**	**2019**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-78.985.327,37**	**-216.664.743,20**	**-63,54**
INGRESSOS	5.186.936.142,90	4.288.346.406,14	20,95
DESEMBOLSOS	5.265.921.470,27	4.505.011.149,34	16,89
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-59.831.531,84**	**-33.923.704,74**	**76,37**
INGRESSOS	10.671.508,24	2.605.293,25	309,61
DESEMBOLSOS	70.503.040,08	36.528.997,99	93,01
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**100.363.079,53**	**1.679.774,00**	**5.874,80**
INGRESSOS	100.363.079,53	1.679.774,00	5.874,80
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0,00
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**-38.453.779,68**	**-248.908.673,94**	**-84,55**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**3.937.468.775,65**	**4.186.377.449,59**	**-5,95**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**3.899.014.995,97**	**3.937.468.775,65**	**-0,98**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Fundos – Volume VIII, fl. 1954.

O quadro acima demonstra que nos Fundos Estaduais as atividades operacionais apresentaram um fluxo de caixa negativo de (R$ 78.985.327,37); nas atividades de investimentos o fluxo de caixa também foi negativo em (R$ 59.831.531,84). Já nas atividades de financiamentos o fluxo de caixa foi positivo em R$ 100.363.079,53, desta forma, houve no período mais desembolsos que ingressos, com geração líquida de caixa e equivalentes de caixa negativa no valor de (R$ 38.453.779,68).

Os índices de evolução que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa dos Fundos no exercício de 2020, em relação à 2019 são: fluxos de caixa das atividades operacionais, que apresentou evolução de (63,54%), fluxo das atividades de investimentos, que em 2019 estava negativo, diminuindo ainda mais com índice de 76,37%, e o fluxo das atividades de financiamentos que aumentou significativamente em 5.874,80%.

A evolução do caixa e equivalentes de caixa final, em comparação com o exercício anterior, foi negativa em (0,98%).

3.4 RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

A posição financeira demonstra a previsão e o cumprimento das metas financeiras do Estado com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ao art. 23 da Lei Estadual nº 3.609/2019 e ao Decreto nº 6.046, de 10 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 5.541, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício. Apresenta-se a seguir quadros com resumos e balanços específicos.

3.4.1 Disponibilidades Financeiras – Consolidado e Poder Executivo

Os quadros abaixo evidenciam as disponibilidades financeiras do Estado, por fonte de recursos, distinguindo os recursos vinculados e os recursos não vinculados e os restos a pagar processados e não processados do Estado (consolidado) e do Poder Executivo, inclusive os remanescentes de exercícios anteriores:

QUADRO 59 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidado 2020

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS						
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)		**1.084.072.018,63**	**83.369.836,90**	**189.352.311,73**	**101.611.069,59**	**1.001.064.267,98**	**-291.325.467,57**	**109.266.822,92**	**-400.592.290,49**
Recursos Ordinários	000	1.084.072.018,63	83.369.836,90	189.352.311,73	101.611.069,59	1.001.064.267,98	-291.325.467,57	109.266.822,92	-400.592.290,49
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		**1.861.495.759,31**	**65.541.754,41**	**273.403.936,42**	**44.616.445,27**	**708.962.205,15**	**768.971.418,06**	**276.771.412,99**	**492.200.005,07**
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais TJ - Fonte 010000015	000	15.787.206,24	0,00	0,00	0,00	15.787.206,24	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	101	375.544.099,94	26.065.382,79	85.137.044,18	37.872.622,00	367.269.961,60	-140.800.910,63	34.829.756,81	-175.630.667,44
Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	211	48.728.265,95	317.202,73	1.517.195,73	825.723,28	4.450,90	46.063.693,31	36.634.221,69	9.429.471,62
Transferências do Fundeb	214	140.993.402,89	22.929.493,33	90.775.644,97	2.320.302,31	82.070,75	24.885.891,53	17.517.596,91	7.368.294,62
Cota-Parte do Salário Educação	216	17.006.478,84	90.870,86	90.791,47	0,00	0,00	16.824.816,51	4.696.015,00	12.128.801,51
Recursos Vinculados à Saúde	000	202.057.808,98	182.032,57	614.080,04	113.559,60	122.801.224,35	78.346.912,42	69.157.528,68	9.189.383,74
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	102	31.808.284,77	3.305.504,78	28.948.472,02	1.571.275,58	13.927.681,33	-15.944.648,94	15.907.729,74	-31.852.378,68
Auxílio Financeiro Enfrentamento À Covid-19 Lei Complementar 173 - SUS e SUAS	209	85.791.190,25	0,00	1.548.275,46	0,00	0,00	84.242.914,79	6.412.747,05	77.830.167,74
Contrapartida	103	5.514.076,13	86.198,85	501.257,30	128.120,18	480.730,87	4.317.768,93	866.589,24	3.451.179,69
Cota-Parte do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP	210	3.251.029,53	55.230,00	0,00	0,00	3.667,81	3.192.131,72	263.424,98	2.928.706,74
Cota-Parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	217	12.608.890,92	4.165.594,07	166.641,47	445.510,67	63.433,21	7.767.711,50	2.149.801,09	5.617.910,41
ADPF 568	218	8.271.394,40	0,00	607.612,39	0,00	135.616,72	7.528.165,29	1.832.790,59	5.695.374,70

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS						
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO					
Operações de Crédito Internas - Em Moeda	219	92.380.805,00	674.560,91	1.832.452,94	459.038,75	2.498,56	89.412.253,84	217.004,11	89.195.249,73
Operações de Crédito Externas - Em Moeda	220	21.538.578,23	3.993.978,85	7.686.173,15	572.286,78	5.732.600,03	3.553.539,42	37.544.312,24	-33.990.772,82
Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	223	8.780.007,42	5.071,66	5.017,74	0,00	4.153,92	8.765.764,10	309.909,50	8.455.854,60
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	224	32.388.122,91	159.283,71	2.306.445,52	30.010,00	0,00	29.892.383,68	8.912.619,41	20.979.764,27
Recursos de Convênios Federais	225	226.371.355,56	201.081,19	432.268,49	276.002,36	38.230,04	225.423.773,48	23.809.384,67	201.614.388,81
Alienação de Bens	226	32.846.241,29	20.514,44	0,00	0,00	10.305.287,48	22.520.439,37	146.671,25	22.373.768,12
Cota-Parte do Convênio DETRAN/PM	227	4.998.299,80	18.785,75	0,00	0,00	4.105,80	4.975.408,25	32.770,00	4.942.638,25
Recursos do Fundo de Segurança Pública	231	32.363.174,75	0,00	325.265,00	0,00	0,00	32.037.909,75	1.204.157,00	30.833.752,75
Recursos de Cessão Onerosa	233	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,05
Cota-Parte de Compensações Financeiras	235	33.321.419,39	88.084,81	91.225,73	0,00	12.642.246,96	20.499.861,89	1.500.229,03	18.999.632,86
Recursos Vinculados à Seguridade Social	237	4.532.118,56	14.626,24	0,00	0,00	0,00	4.517.492,32	129.820,30	4.387.672,02
ICMS - FECOEP	238	319.317.176,99	846.367,62	381.872,63	0,00	159.640.595,30	158.448.341,44	7.161.846,28	151.286.495,16
Fundo Penitenciário	239	23.470.875,41	640,00	781.889,00	0,00	0,00	22.688.346,41	193.574,97	22.494.771,44
Recursos Vinculados	240	3.347.637,49	0,00	0,00	0,00	3.322,76	3.344.314,73	459.148,66	2.885.166,07
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	241	22.921.164,72	0,00	17.505,73	0,00	0,00	22.903.658,99	0,00	22.903.658,99
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	241	27.837.146,59	0,00	31.703.136,21	0,00	0,00	-3.865.989,62	821.951,99	-4.687.941,61
Assistência Médica	242	6.530.706,47	2.321.249,25	602.810,26	1.993,76	33.120,52	3.571.532,68	4.059.811,80	-488.279,12
Auxílio Emergencial da Cultura Enfr. Da COVID - 19 - Lei 14.017/202 - Adir Blanc	261	21.188.799,84	0,00	17.330.858,99	0,00	0,00	3.857.940,85	0,00	3.857.940,85
TOTAL (III) = (I + II)		**2.945.567.777,94**	**148.911.591,31**	**462.756.248,15**	**146.227.514,86**	**1.710.026.473,13**	**477.645.950,49**	**386.038.235,91**	**91.607.714,58**

FONTE: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Vol. X, fl. 2329.

O quadro 59 mostra que a Disponibilidade de Caixa Bruta Geral do Estado no final do exercício de 2020 foi de R$ 2.945.567.777,94, menos as obrigações no valor de R$ 2.853.960.063,36, resultou em uma disponibilidade de caixa líquida de R$ 91.607.714,58.

Verifica-se nas disponibilidades de caixa líquida que os maiores saldos superavitários estão nas seguintes fontes de recursos: Recursos de Convênios Federais - 225 com R$ 201.614.388,81, ICMS – FECOEP - 238 com R$ 151.286.495,16, e Operações de Crédito Internas – Em Moeda - 219 com R$ 89.195.249,73.

Destaca-se também que os maiores saldos deficitários estão nas seguintes fontes de recursos: Recursos Ordinários – 000 com (R$ 400.592.290,49), Recursos do Tesouro – Manutenção do Desenvolvimento do Ensino/MDE – 101 com (R$ 175.630.667,44), Operação de Crédito Externa – Em Moeda - 220 com (R$ 33.990.772,82).

QUADRO 60 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo 2020

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS						
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO					
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)		**953.411.892,09**	**83.271.323,71**	**177.011.862,78**	**100.147.351,72**	**982.803.559,82**	**-389.822.205,94**	**70.764.188,27**	**-460.586.394,21**
Recursos Ordinários	000	953.411.892,09	83.271.323,71	177.011.862,78	100.147.351,72	982.803.559,82	-389.822.205,94	70.764.188,27	-460.586.394,21
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		**1.840.905.899,14**	**65.541.754,41**	**273.400.886,42**	**44.616.445,27**	**693.171.676,15**	**764.175.136,89**	**276.312.264,33**	**487.862.872,56**
Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino/MDE	101	375.544.099,94	26.065.382,79	85.137.044,18	37.872.622,00	367.269.961,60	-140.800.910,63	34.829.756,81	-175.630.667,44
Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	211	48.728.265,95	317.202,73	1.517.195,73	825.723,28	4.450,90	46.063.693,31	36.634.221,69	9.429.471,62
Transferências do Fundeb	214	140.993.402,89	22.929.493,33	90.775.644,97	2.320.302,31	82.070,75	24.885.891,53	17.517.596,91	7.368.294,62
Cota-Parte do Salário Educação	216	17.006.478,84	90.870,86	90.791,47	0,00	0,00	16.824.816,51	4.696.015,00	12.128.801,51
Recursos Vinculados à Saúde	000	202.057.808,98	182.032,57	614.080,04	113.559,60	122.801.224,35	78.346.912,42	69.157.528,68	9.189.383,74
Recursos do tesouro - Ações de Serviços Públicos de Saúde/ASPS	102	31.808.284,77	3.305.504,78	28.948.472,02	1.571.275,58	13.927.681,33	-15.944.648,94	15.907.729,74	-31.852.378,68
Auxílio Financeiro Enfrentamento à Covid-19 Lei Comp. 173 - SUS e SUAS	209	85.791.190,25	0,00	1.548.275,46	0,00	0,00	84.242.914,79	6.412.747,05	77.830.167,74
Contrapartida	103	5.317.067,21	86.198,85	498.207,30	128.120,18	480.730,87	4.123.810,01	866.589,24	3.257.220,77
Cota-Parte do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto-INDESP	210	3.251.029,53	55.230,00	0,00	0,00	3.667,81	3.192.131,72	263.424,98	2.928.706,74
Cota-Parte de Compensações Financeira dos Recursos Hídricos	217	12.608.890,92	4.165.594,07	166.641,47	445.510,67	63.433,21	7.767.711,50	2.149.801,09	5.617.910,41
ADPF 568	218	8.271.394,40	0,00	607.612,39	0,00	135.616,72	7.528.165,29	1.832.790,59	5.695.374,70
Operações de Crédito Internas - Em Moeda	219	92.380.805,00	674.560,91	1.832.452,94	459.038,75	2.498,56	89.412.253,84	217.004,11	89.195.249,73
Operações de Crédito Externas - Em Moeda	220	21.538.578,23	3.993.978,85	7.686.173,15	572.286,78	5.732.600,03	3.553.539,42	37.544.312,24	-33.990.772,82
Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	223	8.780.007,42	5.071,66	5.017,74	0,00	4.153,92	8.765.764,10	309.909,50	8.455.854,60
Contribuição de Intervenção do Dominio Econômico – CIDE	224	32.388.122,91	159.283,71	2.306.445,52	30.010,00	0,00	29.892.383,68	8.912.619,41	20.979.764,27
Recursos de Convênios Federais	225	226.273.347,85	201.081,19	432.268,49	276.002,36	38.230,04	225.325.765,77	23.809.384,67	201.516.381,10
Alienação de Bens	226	31.686.241,48	20.514,44	0,00	0,00	10.305.287,48	21.360.439,56	146.671,25	21.213.768,31
Cota-Parte do Convênio DETRAN/PM	227	4.998.299,80	18.785,75	0,00	0,00	4.105,80	4.975.408,25	32.770,00	4.942.638,25
Recursos do Fundo de Segurança Pública	231	32.363.174,75	0,00	325.265,00	0,00	0,00	32.037.909,75	1.204.157,00	30.833.752,75
Recursos de Cessão Onerosa	233	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,05
Cota-Parte de Compensações Financeiras	235	33.321.419,39	88.084,81	91.225,73	0,00	12.642.246,96	20.499.861,89	1.500.229,03	18.999.632,86
Transferências de Recursos FNAS	237	4.532.118,56	14.626,24	0,00	0,00	0,00	4.517.492,32	129.820,30	4.387.672,02
ICMS - FECOEP	238	319.317.176,99	846.367,62	381.872,63	0,00	159.640.595,30	158.448.341,44	7.161.846,28	151.286.495,16
Fundo Penitenciário	239	23.470.875,41	640,00	781.889,00	0,00	0,00	22.688.346,41	193.574,97	22.494.771,44
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	241	22.921.164,72	0,00	17.505,73	0,00	0,00	22.903.658,99	0,00	22.903.658,99
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	241	27.837.146,59	0,00	31.703.136,21	0,00	0,00	-3.865.989,62	821.951,99	-4.687.941,61
Assistência Médica	242	6.530.706,47	2.321.249,25	602.810,26	1.993,76	33.120,52	3.571.532,68	4.059.811,80	-488.279,12
Auxílio Emerg. da Cultura Enfr. Da COVID - 19 - Lei 14.017/202 - Adir Blanc	261	21.188.799,84	0,00	17.330.858,99	0,00	0,00	3.857.940,85	0,00	3.857.940,85
TOTAL (III) = (I + II)		**2.794.317.791,23**	**148.813.078,12**	**450.412.749,20**	**144.763.796,99**	**1.675.975.235,97**	**374.352.930,95**	**347.076.452,60**	**27.276.478,35**

FONTE: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Vol. X, fl. 2326.

A disponibilidade de caixa bruta do Poder Executivo é de R$ 2.794.317.791,23, diminuindo as obrigações no valor de R$ 2.767.041.312,88 obtém-se uma disponibilidade de caixa líquida no valor de R$ 27.276.478,35.

Verifica-se que os maiores saldos superavitários nas disponibilidades de caixa líquida estão nas seguintes fontes de recursos: Recursos de Convênios Federais - 225 com R$ 201.516.381,10, ICMS - FECOEP – 238 com R$ 151.286.495,16, e Operação de Crédito Internas – Em Moeda – 219 com R$ 89.195.249,73.

Constata-se também, que os maiores saldos deficitários estão nas seguintes fontes: Recursos Ordinários com (R$ 460.586.394,21), Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino/MDE com (R$ 175.630.667,44) e Operações de Crédito Externas Em Moeda - 220 com (R$ 33.990.772,82).

Capítulo 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AOS LIMITES LEGAIS

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AOS LIMITES LEGAIS

Os limites legais previstos nas Constituições Federal, Estadual e Leis Complementares, devem ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas. Neste sentido, o Governo do Estado cumpriu com os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.1 DESPESAS DE PESSOAL CONSOLIDADO E PODER EXECUTIVO

No que concerne a gastos com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 18, §§ 1º e 2º, assim estatui:

> "Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
>
> § 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
>
> § 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência."

A seguir serão demonstrados os quadros concernentes à despesa total com pessoal Consolidada e do Poder Executivo:

QUADRO 61 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal – Consolidado – Poder Executivo, Legislativo e Judiciário – 2020

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL CONSOLIDADA - 2020	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**6.010.589.525,16**
Pessoal Ativo	4.607.624.432,90
Pessoal Inativo e Pensionista	3.700.754.023,57
Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não computadas (art. 19, § 1° da LRF) (II)	**1.621.465.227,19**
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	45.390.736,52
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	55.284.513,48

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL CONSOLIDADA - 2020	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	553.321.768,39
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	967.468.208,80
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	**4.389.124.297,97**
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	79.964,57
(-) Indenização p/Demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	18.084,85
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	**61.879,72**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + V)	**4.389.186.177,69**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.198.916.362,18
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1, art. 166-A da CF)	4.199.540,53
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 16, art. 166 da CF)	18.558.224,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	**8.176.158.596,75**
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RCL	**53,68%**
LIMITE MÁXIMO 60%	4.905.695.158,05
LIMITE PRUDENCIAL 57%	4.660.410.400,15
LIMITE DE ALERTA 54%	4.415.125.642,25

FONTE: RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. X, fl. 2328.

Os gastos com pessoal e encargos sociais dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado do Tocantins, consolidados representaram **53,68%** da Receita Corrente Líquida Ajustada, ficando abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) – que é de 60%, e também abaixo do limite de alerta que está definido em 54% conforme prevê o parágrafo único do art. 22 da LRF.

QUADRO 62 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Poder Executivo – 2020

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL - PODER EXECUTIVO	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**5.264.693.165,12**
Pessoal Ativo	3.861.728.072,86
Pessoal Inativo e Pensionista	1.402.965.092,26
Outr. Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não computadas (art. 19, § 1° da LRF) (II)	**1.563.513.299,29**
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	32.248.989,79
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	55.284.513,48
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	508.511.587,22
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	967.468.208,80
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL – TDP (III) = (I - II)	**3.701.179.865,83**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	79.964,57
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	18.084,85
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	**61.879,72**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + V)	**3.701.241.745,55**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCL	**8.176.158.596,75**
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**45,27**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	4.006.317.712,41
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	3.806.001.826,79
LIMITE DE ALERTA (inciso do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	3.605.685.941,17

FONTE: RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. X, fl. 2321.

Os gastos com pessoal e encargos sociais relativos ao Poder Executivo representaram **45,27%** da Receita Corrente Líquida Ajustada, ficando abaixo do limite prudencial da LRF. No entanto, foi excluído da Receita Corrente Líquida o Imposto de Renda Retido na Fonte, e do cômputo da Despesa de Pessoal o Abono de Permanência e o IRRF conforme a Resolução TCE/TO nº 02/2019, observa-se que sem estas exclusões o demonstrativo apresentaria um percentual de **48,31%.**

Conforme justificativa, "nota 8" do demonstrativo, foram incluídos no cômputo para efeitos do limite das despesas com pessoal os valores executados por consórcios. Ressalta-se que o Consórcio Interestadual para Desenvolvimento da Amazônia Legal não apresentou prestação de contas até a data da publicação do demonstrativo, mas o montante de R$ 82.400,00 referente a parcela acordada para despesas com pessoal repassada através do contrato de rateio, foi computada para cálculos do Limite.

QUADRO 63 – Comparativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo – 2018 a 2020

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	% 2019/2018	% 2020/2019	% 2020/2018
Receita Corrente Liquida justada	6.644.176.644,77	7.364.314.686,70	8.176.158.596,75	10,84	11,02	23,06
Despesa Total com Pessoal	3.846.130.627,03	3.455.571.175,55	3.701.241.745,55	-10,15	7,11	-3,77
% de Aplicação Realizada	57,89	46,92	45,27	-	-	-
% EVOLUÇÃO TOTAL DESPESA DE PESSOAL EXECUTIVO	**-21,80**					

FONTE: RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. X, fl. 2321 e exercícios 2018 e 2019.

No exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro acima, foram gastos com pessoal 45,27% da receita corrente líquida ajustada, ficando abaixo do limite prudencial estipulado pela lei.

Comparando a despesa com pessoal, que no exercício de 2018 era de 57,89%, em 2020 reduziu para 45,27% da Receita Corrente Líquida. Constata-se também que houve uma redução de (21,80%) na referida despesa.

Como medidas adotadas para que essa redução acontecesse, destaca-se a suspensão de progressões, conforme a Lei 3.562, de 25 de abril de 2019, manutenção dos quadros de funcionários, totalizando 49.771 servidores, divididos da seguinte forma: efetivos: 29.139, exclusivamente comissionados: 1.728 e contratos temporários: 19.904, conforme o anexo da mensagem do Governador.

4.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Constituição Federal em seu artigo 212 estabelece que os Estados devem aplicar anualmente no mínimo 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendidas as provenientes de transferências.

Neste exercício em análise o Estado atendeu ao que determina a Lei, encerrando o ano com o índice de aplicação correspondente a 25,07%.

Vejamos no quadro a seguir a evolução percentual em relação ao exercício anterior, detalhando os gastos realizados com Educação, apresentando os índices de 2019 e 2020:

QUADRO 64 – Comparativo da Despesa Realizada com Educação – 2019 e 2020

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	% 2020/2019
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	7.233.245.218,18	7.398.516.763,99	2,28
Aplicação na Educação	1.812.626.066,06	1.854.990.414,83	2,34
% de Aplicação Realizada	25,06	25,07	0,05
% LIMITE CONSTITUCIONAL MÍNIMO A APLICAR	25,00	25,00	0,00

FONTE: RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72), Vol. X, fls. 2307 a 2308 e exercício de 2019

O art. 212 da Constituição Federal prevê que os Estados devam aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos do exercício, em manutenção do desenvolvimento do ensino, e conforme os dados demonstrados acima este percentual foi alcançado pelo Estado, caracterizando o cumprimento do limite legal estabelecido.

O gasto realizado com educação em 2020 foi de R$ 1.854.990.414,83, valor correspondente a 25,07% da receita líquida de impostos, ficando com um índice de 0,07% acima do limite mínimo previsto.

Constata-se um acréscimo de **0,05%** na aplicação de recursos destinados à educação em 2020, se comparado com o exercício de 2019.

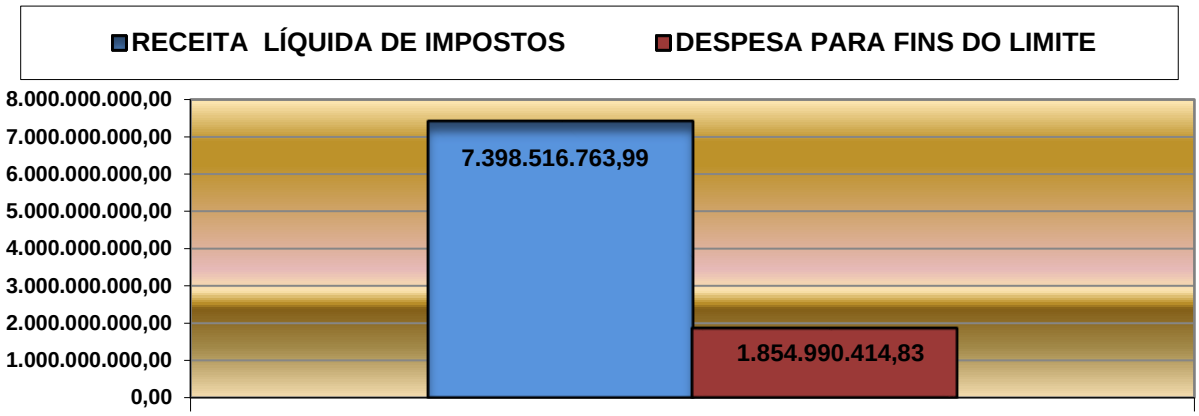


GRÁFICO 12 – Limite de Despesas com Educação

4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e ainda a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 asseguram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O inciso II do artigo 77 do ADCT determina que os Estados e o Distrito Federal devam aplicar 12% (doze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde, do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155, dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, a línea "*a"*, e inciso II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos seus Municípios.

> "A Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 6º, determina: Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "*a*" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.".

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo da participação das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais em 2020 e no exercício anterior, bem como o limite constitucional, a margem de aplicação e a evolução de 2020 em relação a 2019.

QUADRO 65 – Comparativo da Despesa Realizada com Saúde – 2019 e 2020

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	% 2020/2019
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	7.233.245.217,43	7.398.514.461,13	2,28
Aplicação na Saúde	1.214.519.246,64	1.184.925.035,84	-2,44
% de Aplicação Realizada	16,79	16,01	-4,61
% LIMITE CONSTITUCIONAL	12,00	12,00	0,00

FONTE: RREO – Art. 77 – (LC 141/2012. Art. 35), Vol. X, fls. 2315 a 2317 e exercício de 2019.

No exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro acima, foram gastos com Saúde 16,01% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, ficando acima do limite mínimo constitucional que é de 12%. Nestes gastos foram computadas as despesas executadas em consórcios públicos.

Comparando a despesa realizada do período de 2020 com 2019, constata-se que a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma evolução de 2,28%, e a Aplicação de Recursos na Saúde, no montante de R$ 1.184.925.035,84 teve uma redução de (2,44%) em relação aos gastos do exercício anterior.

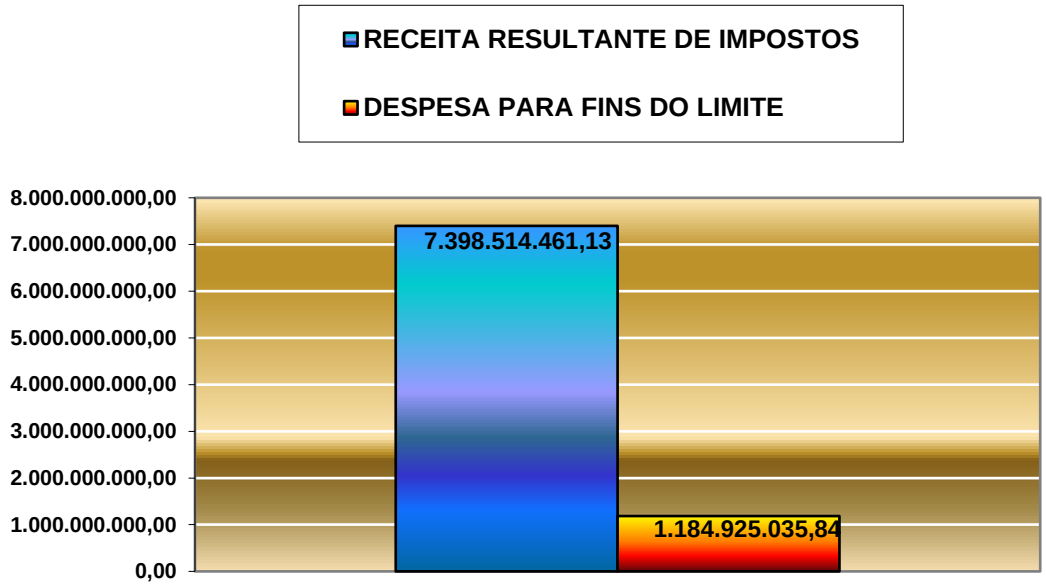


GRÁFICO 13 – Limite de Despesas com Saúde

4.4 DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

De acordo com o § 3° do artigo 2° da LRF, apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A Receita Corrente Líquida, se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais repassadas, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como, as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

QUADRO 66 – Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida – 2020

ESPECIFICAÇÃO	2020
Receitas Correntes	**11.735.101.978,35**
(-) Transferências Constitucionais Repassados	- 961.627.750,13
(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	- 476.556.435,15
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	- 3.577.774,02
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	- 1.326.020.309,91
Receita Corrente Líquida	**8.967.319.709,14**
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas a emendas individuais	-4.199.540,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites de endividamento	**8.963.120.168,61**
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas a emendas individuais	-18.558.224,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa de pessoal	**8.944.561.943,71**

FONTE: RREO – Anexo 3 (Art. 53 – Inciso I, LRF), Vol. X, fl. 2301.

QUADRO 67 – Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida – 2019 e 2020

DESCRIÇÃO	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	**10.697.990.942,96**	**11.735.101.978,35**
DEDUÇÕES (II)	**-2.682.561.904,44**	**-2.767.782.269,21**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-879.419.249,09	-961.627.750,13
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.316.694.833,04	-1.326.020.309,91
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-479.517.492,33	-476.556.435,15
COMP. FINANC. ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-6.930.329,98	-3.577.774,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**8.015.429.038,52**	**8.967.319.709,14**
DIFERENÇA EM VALOR (2020 – 2019)	**951.890.670,62**	
% EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**11,88**	

FONTE: RREO – Anexo 3 (Art. 53 – Inciso I, LRF), Vol. X, fl. 2301 e exercício de 2019.

Houve um aumento de 11,88% na Receita Corrente Líquida do exercício em análise em relação ao exercício anterior, gerando um acréscimo no montante de R$ 951.890.670,62, ficando acima do índice de inflação IPCA acumulado em 2020, que foi de 4,52%.

No quadro a seguir demonstra-se a Receita Corrente Líquida dos últimos quatro (4) anos, bem como, a análise de sua evolução dos últimos três (3) exercícios em relação ao anterior e o somatório acumulado neste período:

QUADRO 68 – Evolução da Receita Corrente Líquida - 2017 a 2020

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
ANO DE 2017	**ANO DE 2018**	**ANO DE 2019**	**ANO DE 2020**	**% EVOL. PERÍODO**
7.198.140.237,26	7.190.329.051,43	8.015.429.038,52	8.967.319.709,14	23,24
% EVOLUÇÃO	-0,11	11,48	11,88	

FONTE: RREO – Anexo 3 (Art. 53 – Inciso I, LRF), Vol. X, fl. 2301 e exercícios de 2017 a 2019.

4.5 SITUAÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses, com base no inciso I, art. 29 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Classificam-se como Dívida Consolidada ou Fundada os compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei Federal nº 4.320/64, artigos 98 e 105, § 4º.

O Resultado Nominal tem como objetivo medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, entre o exercício atual e o anterior.

As Operações de Crédito são compromissos financeiros, assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão de aceite de título, aquisição financeira de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Os limites da dívida e das operações de crédito são fixados em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo, e aplicados, igualmente, a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, percentuais máximos estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal 40 e 43.

As Garantias correspondem às fianças e avais concedidos pelo ente federativo em operações de crédito, inclusive com recurso de fundos de aval. A assunção de risco creditício em linhas de crédito, o seguro de crédito à exportação e outras garantias de natureza semelhante que representem compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual.

QUADRO 69 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2019 e 2020

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2019		ANO DE 2020		Limite Máximo	% 2020/ 2019
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL		
RCL Ajustada p/ limite endividamento	8.015.429.038,52	-	8.963.120.168,61	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	4.564.454.228,92	56,95	3.246.271.201,31	36,22	200%	-28,88
Operações de Crédito	160.085.554,20	2,00	151.963.441,34	1,70	16%	-5,07

FONTE: Anexo 2 (LRF), Vol. X, fl. 2323 e Anexo 4 Vol. X, fl. 2325 e exercício de 2019.

A Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito do Estado, no exercício de 2020 foram de R$ 3.246.271.201,31 e R$ 151.963.441,34 respectivamente. Sendo que a Dívida Consolidada Líquida diminuiu (28,88%), e as Operações de Crédito também diminuíram em (5,07%) em relação ao exercício de 2019.

Comparando a Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida tem-se o índice de 36,22% e as Operações de Crédito um índice de 1,70%. Esses números demonstram que o Estado se encontra em situação favorável, quando comparados ao limite máximo estabelecido em lei, conforme demostrado no quadro acima.

QUADRO 70 – Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário) 2019 e 2020

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	Variação %
	Valor (R$)	Valor (R$)	2020/2019
Dívida consolidada	5.419.222.082,30	5.313.965.354,05	-1,94
Deduções	854.767.853,38	2.067.694.152,74	141,90
Dívida Consolidada Líquida	4.564.454.228,92	3.246.271.201,31	-28,88
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Lim. Endividam.	8.014.091.020,32	8.963.120.168,61	11,82
% da Dívida Consolidada/RCL Ajustada	67,62	59,29	-12,31
% da Dívida Consolidada Líquida/RCL Ajustada	56,96	36,22	-36,40
Limite de Comprometimento Permitido 200%	16.028.182.040,64	17.926.240.337,22	11,82

FONTE –RGF – Anexo 2 (LRF, art.55, Inciso I, alínea "b"), Vol. X, fl. 2323 e exercício de 2019.

No exercício de 2020 a Dívida Consolidada diminuiu (1,94%), e a Dívida Consolidada Líquida diminuiu (28,88%), uma redução de 1,3 bilhões de reais se comparado com o ano de 2019, passando de R$ 4,6 bilhões em 2019 para R$ 3,2 bilhões em 2020. Observa-se que conforme explicado na nota nº 4 do RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, foram computados passivos reconhecidos com atributo P na linha "outras Dívidas", que representam as despesas realizadas que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos, no montante de R$ 1.118.983.156,53.

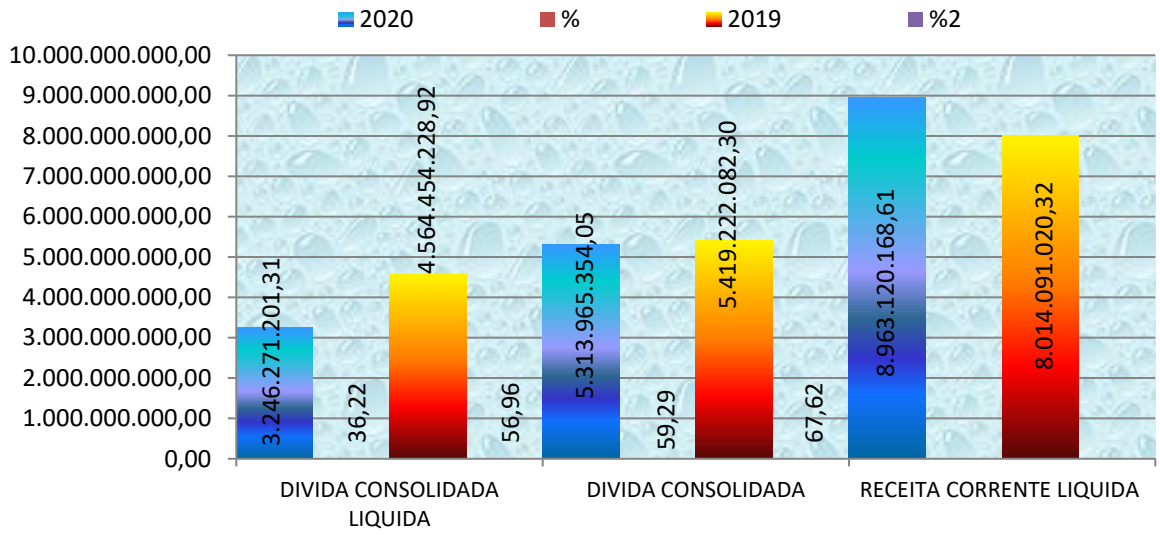


GRÁFICO 14 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida

O Gráfico acima demonstra o percentual de 36,22% da Dívida Consolidada Líquida e 59,29% da Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida em 2020, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200%, definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal.

QUADRO 71 – Composição e Variação da Dívida Interna e Externa Consolidada - 2019/2020

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	2019	2020	COMPOSIÇÃO 2020	Variação % 2020/2019
Dívida Interna (a)	1.347.727.165,23	1.406.274.918,52	26,46	4,34
Dívida Externa (b)	1.172.092.161,31	1.476.785.748,88	27,79	26,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas (c)	321.770.161,22	1.221.926.284,08	22,99	279,75
Demais dívidas contratuais (d)	113.448.247,37	89.995.246,04	1,69	0,00
Precatórios de Exercícios Anteriores (e)	4.474,41	0,00	0,00	-100,00
Outras Dívidas (f)	2.464.179.872,76	1.118.983.156,53	21,06	-54,59
RESULTADO = a + b + c + d + e + f	**5.419.222.082,30**	**5.313.965.354,05**	**100,00**	-1,94

FONTE:RGF – Anexo 2 (LRF, art.55, Inciso I, alínea "b"), Vol. X, fl. 2323 e exercício de 2019.

A Dívida Interna e Externa Consolidada de 2020 foi de R$ 5.313.965.354,05, composta por 26,46% Interna, 27,79% Externa, 22,99% Parcelamento e Renegociação de dívidas, 1,69% Demais Dívidas Contratuais e 21,06% correspondente a Outras Dívidas, que são as dívidas reconhecidas com atributo "P", que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos.

Analisando a relação com o ano anterior, verifica-se um aumento de 4,34% na dívida interna e aumento de 26,00% na dívida externa, ao passo que os precatórios diminuíram consideravelmente em relação ao exercício de 2019, visto que foi considerado apenas os precatórios vencidos e não pagos, conforme nota 3 do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

QUADRO 72 – Comparativo das Operações de Crédito Realizadas - 2020 e 2019

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2019	2020	% 2020/2019
Operações de Crédito	160.085.554,20	151.963.441,34	-5,07
Internas	4.815.431,20	7.136.957,38	48,21
Externas	155.270.123,00	144.826.483,96	-6,73
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	160.085.554,20	151.963.441,34	-5,07
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	8.015.429.038,52	8.963.120.168,61	11,82
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite	160.085.554,20	151.963.441,34	-5,07
% Operações de Créd. Int. e Externas sobre a RCL (A/B)	2,00%	1,70	-15,11
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16,00%	0,16	-

FONTE: RGF – Anexo 4 – (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c") vol. X, fl. 2325 e exercício de 2019.

Considera-se operação de crédito como sendo o compromisso financeiro assumido em razão de abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros, conforme o art. 29, inciso III da LRF.

De acordo com o art. 12, § 2º da LRF a contratação de operações de crédito, em cada exercício, fica limitada ao montante da despesa de capital.

A Resolução n° 43 do Senado Federal, em seu art. 7º, inciso I, impõe outro limite para o montante global das operações de créditos em um exercício financeiro, o qual não poderá ser superior a 16% da Receita Corrente Líquida - RCL.

As operações de crédito em 2020 diminuíram em (5,07%) se comparadas ao exercício anterior. Observa-se que em relação à Receita Corrente Líquida diminuiu (15,11%), sendo que no exercício de 2019 ficou em 2,00%, (Limite Constitucional 16,00%).

QUADRO 73 – Demonstrativo do Resultado Primário - 2020

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS
	2020
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**9.368.838.720,15**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**335.871.173,21**
Operações de Créditos (III)	151.963.441,34
Amortização de Empréstimos (IV)	9.477.392,14
Alienação de Bens	6.390.219,41
Receita de Alienação de investimentos Temporários (V)	0,00
Receita de Alienação de investimentos Permanentes (VI)	0,00
Outras Alienações de Bens	6.390.219,41
Transferências de Capital	168.040.120,32
Outras Receitas de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (VII)	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (II - III - IV - V - VI - VII)	**174.430.339,73**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (IX) = (I + VIII)	**9.543.269.059,88**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS
	2020
DESPESAS CORRENTES (X)	**8.442.262.061,25**
Juros e Encargos da Dívida (XI)	114.984.894,37
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII) = (X - XI)	**8.327.277.166,88**
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	**796.502.054,57**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XIV)	4.065.400,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV)	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XVI)	0,00
Amortização da Dívida (XVII)	361.373.553,72
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XIII - XIV – XV – XVI – XVII)	**431.063.100,85**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS
	2020
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX)	**0,00**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XX) = (XII+XVIII+XIX)	**8.758.340.267,73**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL PAGA (XXI)	**8.271.382.875,67**
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (XXII)	**134.684.949,77**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (XXIII)	**352.272.442,29**
RESULTADO PRIMÁRIO - acima da linha (XXIV) = (IX – (XXI+XXII+XXIII)	**784.928.792,15**
Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de 2020	**285.702.952,00**

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. X, fl. 2304 a 2305.

QUADRO 74 – Demonstração Resumida do Resultado Primário - 2020

DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA	2020
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL =	9.543.269.059,88
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL PAGA + RPNP PAGO E RPP PAGO =	8.758.340.267,73
RESULTADO PRIMÁRIO - acima da linha =	**784.928.792,15**
META FIXADA =	285.702.952,00
% EM RELAÇÃO À META	**274,74**

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. X, fl. 2304 a 2305.

A Receita Primária Total - corresponde ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos, alienação de ativos e outras receitas de capital não primárias.

A Despesa Primária Total - corresponde ao total das despesas orçamentárias, deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Observa - se que o Resultado Primário apurado no exercício de 2020 no Estado foi de R$ 784.928.792,15, ficando em 274,74% acima da meta fixada para o exercício, que era de R$ 285.702.952,00.

QUADRO 75 – Demonstrativo Resumido do Resultado Nominal - 2020

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2020
Resultado Primário – Acima da linha (I)	**784.928.792,15**
Juros e Encargos Ativos (II)	273.533.632,14
Juros e Encargos Passivos (III)	628.615.621,70
RESULTADO NOMINAL - Acima da linha (IV) = (I + (II - III)	**429.846.802,59**
DÍVIDA CONSOLIDADA (V)	**5.313.965.354,05**
DEDUÇÕES (VI)	**2.067.694.152,74**

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2020
Disponibilidade de Caixa	1.964.805.593,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.287.272.825,61
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	322.467.231,83
Demais Haveres Financeiros	102.888.558,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2020 (VII) = (V - VI)	**3.246.271.201,31**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2019 (VIII)	4.564.454.228,92
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da linha (IX) = (VIII – VII)	**1.318.183.027,61**
VARIAÇÃO DO SALDO RPP (X)	199.276.832,87
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XI)	1.396.373,40
VARIAÇÃO CAMBIAL (XII)	-412.480.721,95
OUTROS AJUSTES (XIII)	-277.975.043,60
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da linha (V) = (IX- X +XI)	**429.846.802,59**
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2020	-398.052.337,00

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. X, fls. 2304 a 2305.

QUADRO 76 – Resultado Nominal de 2020 em relação à meta fixada

DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA	2020
RESULTADO NOMINAL - acima da linha	**429.846.802,59**
META FIXADA NA LDO =	-398.052.337,00
% EM RELAÇÃO À META	**-107,99**

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. X, fls. 2304 a 2305.

No exercício de 2020 o resultado nominal acima da linha foi superavitário apresentando um valor de R$ 429.846.802,59, o que indica que houve uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida, ficando acima da meta fixada para o exercício em análise que era de (R$ 398.052.337,00), com um índice de (107,99%) em relação à meta prevista.

4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DOS RESTOS A PAGAR

A definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada no artigo 36, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64, transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito."

QUADRO 77 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2019 e 2020 - Consolidado

PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					*NÃO PROCESSADOS*					*Saldo 2019+ inscrições 2020*
Saldo em 2019	**Inscritos em 2020**	***Cancelados***	**Pagos**	**A pagar**	**Saldo em 2019**	**Inscritos em 2020**	**Cancelados**	**Pagos**	**A pagar**	
667.725.081,33	-	40.905.787,86	477.907.702,16	148.911.591,31	402.146.150,01	-	120.555.308,59	135.363.326,56	146.227.514,86	295.139.106,17
-	462.756.248,15	-	-	-	-	386.038.235,91	-	-	-	848.794.484,06
667.725.081,33	462.756.248,15	40.905.787,86	477.907.702,16	148.911.591,31	402.146.150,01	386.038.235,91	120.555.308,59	135.363.326,56	146.227.514,86	1.143.933.590,23
% EVOLUÇÃO	-20,66									

FONTE: RGF – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V), Vol. X, fl. 2306.

Em 2020 as despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não processados diminuíram (20,66%) em relação ao exercício de 2019.

Em dezembro de 2019 havia um saldo inscrito em restos a pagar no valor de R$ 1.069.871.231,34, dos quais R$ 667.725.081,33 eram processados e R$ 402.146.150,01 não processados. Durante o exercício de 2020 foram cancelados R$ 161.461.096,45 e pagos R$ 613.271.028,72, restando um saldo a pagar de R$ 295.139.106,17 para o exercício seguinte.

Os Restos a Pagar inscritos em 2020 atingiram a importância de R$ 848.794.484,06, sendo R$ 462.756.248,15 processados e R$ 386.038.235,59 não processados. Esses valores, acrescidos do saldo remanescente de exercícios anteriores, alcançaram o montante de R$ 1.143.933.590,23 e seu pagamento deverá ocorrer durante o exercício de 2021.

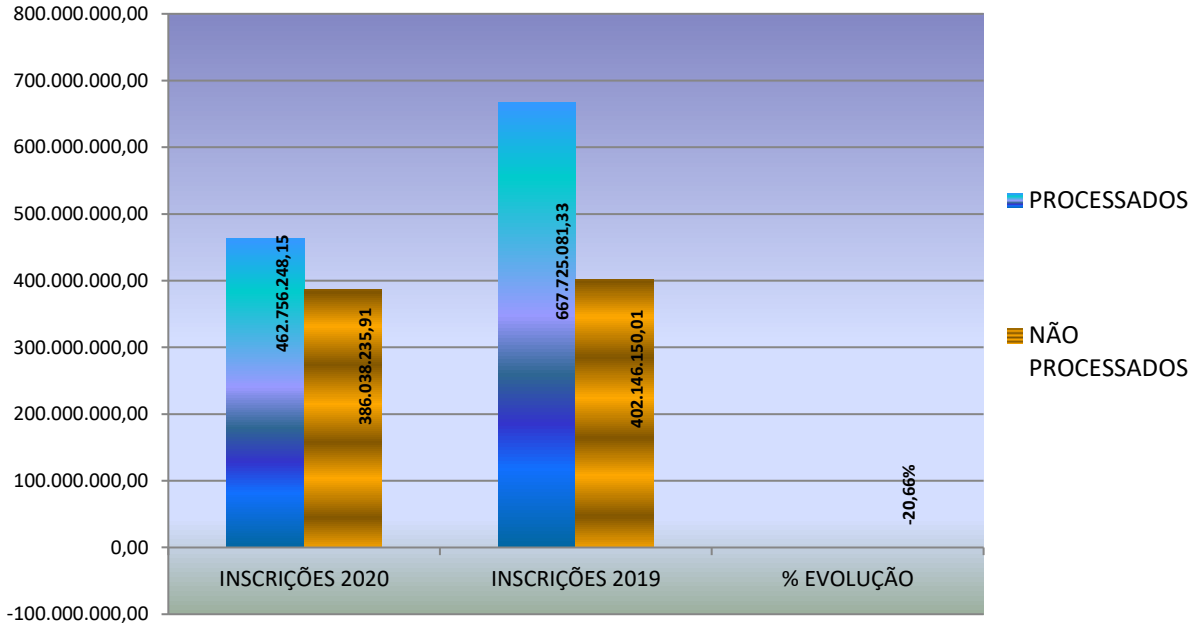


GRÁFICO 15 – Inscrição de Restos a Pagar e Evolução 2019/2020

4.7 EXECUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 78 – Demonstrativo da Despesa Reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores - Geral do Estado – 2020

DESPESAS	AUTORIZADA (a)	EXECUTADA (b)	% EXECUTADA /AUTORIZADA	% PART/EXEC	DIFERENÇA © = (a) – (b)
Despesas Correntes	**977.235.670,52**	**913.503.308,11**	**93,48**	**94,07**	**63.732.362,41**
Pessoal e Encargos	611.416.503,65	565.996.345,03	92,57	58,28	45.420.158,62
Outras Despesas Correntes	365.819.166,87	347.506.963,08	94,99	35,78	18.312.203,79
Despesas de Capital	**63.138.722,68**	**57.620.291,69**	**91,26**	**5,93**	**5.518.430,99**
Investimentos	63.138.722,68	57.620.291,69	91,26	5,93	5.518.430,99
TOTAL	**1.040.374.393,20**	**971.123.599,80**	**93,34**	**100,00**	**69.250.793,40**

FONTE:IMPBY – Geral do Estado - Volume I, fls. 197 e 198.

O quadro acima demonstra a "despesa de exercícios anteriores" realizada em 2020, apresentando um total de R$ 971.123.599,80, sendo composta por 94,07% de despesas correntes, e 5,93% de despesas de capital. E foi executado 93,34% do montante autorizado.

4.8 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DA DÍVIDA ATIVA

QUADRO 79 – Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa – 2020

TRIBUTO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO Principal + Juros e Multas da Dívida	RECEBIMENTO Principal + Juros e Multas da Dívida (-)	CANCEL.	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	RESTITUIÇÃO	SALDO PARA 2021
ICMS	4.025.918.415,37	407.568.714,28	22.619.509,51	0,00	1.016.231.532,79	233,97	5.427.099.386,90
IPVA	106.939.035,08	69.032.537,28	38.800.473,55	0,00	35.150.409,75	26.323,77	172.347.832,33
ITCD	454.811,29	0,00	33.104,08	0,00	103.673,67	0,00	525.380,88
SUBTOTAL (Origem Tributária)	**4.133.312.261,74**	**476.601.251,56**	**61.453.087,14**	**0,00**	**1.051.485.616,21**	**26.557,74**	**5.599.972.600,11**
TESOURO 390998	499.749.613,88	17.838.107,13	5.153.006,78	0,00	122.785.403,80	0,00	635.220.118,03
SUBTOTAL (Origem Não Tributária)	**499.749.613,88**	**17.838.107,13**	**5.153.006,78**	**0,00**	**122.785.403,80**	**0,00**	**635.220.118,03**
TOTAL GERAL	**4.633.061.875,62**	**494.439.358,69**	**66.606.093,92**	**0,00**	**1.174.271.020,03**	**26.557,74**	**6.235.192.718,16**
% EVOLUÇÃO	**34,58**						

FONTE: Movimentação da Dívida Ativa – Vol. X, fls.2259.

O Estado iniciou o exercício de 2020 com direitos provenientes da Dívida Ativa do ano anterior no valor de R$ 4.633.061.875,62. Durante o exercício ocorreram inscrições no valor de R$ 494.439.358,69; houve recebimentos relativos ao principal mais juros e multas no montante de R$ 66.606.093,92, a atualização monetária ficou em R$ 1.174.271.020,03, foi restituído R$ 26.557,74, não havendo cancelamentos, restou como créditos a receber no final do exercício a importância de R$ 6.235.192.718,16.

Os saldos demonstrados acima, se comparados ao ano anterior, revelam um aumento da Dívida Ativa em 34,58% no exercício de 2020.

Capítulo 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

Com a visão estratégica de modernizar a gestão das políticas públicas do Estado, o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, foi construído tendo por base o plano de governo proposto durante a campanha eleitoral, do planejamento estratégico institucional das secretarias e entidades e do planejamento estratégico do Estado, levaram-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais.

O PPA 2020-2023 é instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Eixo Estratégico

Etapa que precede e orienta a elaboração dos Eixos Temáticos, consistindo no conjunto de temas que orientam o planejamento, integrando os programas temáticos e os caminhos a serem percorridos para estabelecimento das políticas governamentais.

Programas Temáticos

Retrata, no Plano Plurianual 2020-2023, a agenda de governo, organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multisetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em objetivos e ações.

Programas de Manutenção e Gestão

São instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos.

No Programa de Manutenção do Estado, a ação orçamentária está vinculada ao respectivo programa.

Os temas (políticas públicas) são áreas do conhecimento, compreendidos como relevantes e estratégicos para a atuação governamental. O entendimento é que os programas de governo públicos devem nascer de uma política de governo e de estado, levando-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da

sociedade nos encontros regionais e que as ações são consequências dos compromissos assumidos pelo governante.

Dentro desse contexto, o PPA 2020-2023, agrega 20 (vinte) programas temáticos e 04 (quatro) programas manutenção e gestão, executados pelo Poder Executivo (incluindo a Defensoria Pública), ressaltando que não integram no PPA os programas destinados exclusivamente a operações especiais e no caso das ações orçamentárias de todos os programas são discriminados nas leis orçamentárias anuais.

Assim, o modelo agregou vantagens ao Plano, resgatando a função planejamento, incorporando compromissos de governo e permitindo seu efetivo monitoramento, especialmente em relação aos seis eixos estratégico seguinte e seus respectivos Programas de Governo:

I – Saúde:

- Integração de Ações e Serviços de Saúde

II - Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Educação de qualidade e formação cidadã
- Educação Tecnológica, Profissional e Superior
- Cultura
- Ciência, Tecnologia e Inovação

III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos:

- Segurança Cidadã
- Assistência Social
- Trabalho e Mercado
- Juventude, Esporte e Lazer
- Direitos Humanos

IV - Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental:

- Agricultura Familiar
- Desenvolvimento Agropecuário
- Infraestrutura Hídrica Para Irrigação e Usos Múltiplos
- Meio Ambiente e Recursos Hídricos

V - Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades:

- Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação
- Transporte e Logística
- Infraestrutura Pública
- Indústria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

VI - Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo:

- Planejamento, Orçamento e Gestão

Poder Independente:

- Justiça.

Caracteriza-se de fundamental importância na gestão do PPA 2020-2023 a articulação dos meios necessários para viabilizar o alcance de seus objetivos e a consecução das suas metas, de maneira a aperfeiçoar os mecanismos de integração de políticas públicas, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas, de forma a executar os recursos públicos de forma racional e efetiva.

Foram definidas Ações Prioritárias para a Administração Pública, conforme disposto no Anexo IV da Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019 – que Institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023, vinculados às áreas de resultados de Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos, Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades, Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo, como forma de assegurar a concentração de esforços em áreas prioritárias da gestão governamental.

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVERAM ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

A estrutura básica e operacional do Poder Executivo foi estabelecida pela Lei Lei n.º 3.661, de 29 de abril de 2020, DOE n.º 5.596 de 08 de maio de 2020, permitindo por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades que a integram, compreendendo a Administração Direta e Indireta.

CRIAÇÃO	
Fundo Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins FDESTO	Lei n° 3.665, de 12 de maio de 2020. DOE nº 5.603 de 18 de maio de 2020.
Fundo Rotativo	Lei nº 3.667, de 21 de maio de 2020. DOE nº 5.607 de 22 de maio de 2020.
Secretaria de Parcerias e Investimentos	Lei n° 3.661, de 29 de abril de 2020**.** DOE nº 5.596 de 08 de maio de 2020.
EM LIQUIDAÇÃO	
Companhia de Mineração do Estado do Tocantins	Lei n° 3.661, de 29 de abril de 2020**.** DOE nº 5.596 de 08 de maio de 2020.

5.1.2 Unidades da Administração Direta

Com o intuito de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo aos limites de atribuições e competências estabelecidas, balizados pelos seis eixos estratégicos, definidos no Plano Plurianual 2020/2023, a Administração Direta é composta por:

- **Secretaria Executiva da Governadoria**
- **Casa Civil**
- **Casa Militar**
- **Controladoria Geral do Estado**
- **Secretaria da Comunicação**
- **Procuradoria-Geral do Estado**
- **Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO**
- **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO**
- **Secretaria da Fazenda e Planejamento**
- **Secretaria da Administração**
- **Secretaria da Saúde**
- **Secretaria da Educação, Juventude e Esportes**
- **Secretaria da Segurança Pública**
- **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura**
- **Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.**
- **Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**
- **Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação.**
- **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social**
- **Secretaria da Cidadania e Justiça**
- **Secretaria de Parcerias e Investimentos**
- **Recursos sob a Supervisão da Sefaz- FUNSEFAZ**

5.1.3 Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais

Com o propósito de desenvolver as funções do Governo, de forma descentralizada, nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, a Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por:

AUTARQUIAS:

- **Agência de Mineração do Estado Tocantins – AMETO**
- **Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-TO**
- **Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS**

- **Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS**
- **Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia – ADETUC**
- **Agência de Tecnologia da Informação –ATI**
- **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGPREV**
- **Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS**
- **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins– ADAPEC-TOCANTINS.**
- **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS**
- **Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins -AEM**
- **Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS**
- **Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO**
- **Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR**
- **Agência Tocantinense de Saneamento – ATS**

FUNDOS ESPECIAIS:

- **Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO**
- **Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC**
- **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES**
- **Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros- FUNFARDA/CBMTO**
- **Fundo de Modernização da Polícia Militar- FUMPM**
- **Fundo de Fardamento da Polícia Militar-FUNFARDA/PM**
- **Fundo para as Relações de Consumo – PROCON**
- **Fundo Estadual para a Criança, o Adolescente e o Jovem-FECA**
- **Fundo Estadual Sobre Drogas**
- **Fundo Penitenciário Estadual- FUNPES**
- **Fundo Estadual de Ciências e Tecnologia- FECT**
- **Fundo de Desenvolvimento Econômico-FED**
- **Fundo Cultural**
- **Fundo Financeiro (Igprev)**
- **Fundo Previdenciário - FUNPREV (Igprev)**
- **Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos - FUNSAÚDE**
- **Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio - FUNGERP**
- **Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ**
- **Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECO EP TO**
- **Fundo para Modernização da Polícia Civil – FUMPOL**
- **Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC**
- **Fundo de Apoio à Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental - FUNDEPAM**
- **Fundo Estadual do Meio Ambiente – FUEMA**
- **Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH**

- **Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS**
- **Fundo Tocantinense de Economia Solidária – FTES**
- **Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins – FUST**
- **Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins – FUSPTO**
- **Fundo Pátria Amada**
- **Fundo Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins - FDESTO**
- **Fundo Estadual do Trabalho – FET/TO**
- **Fundo Estadual de Saúde**
- **Fundo Estadual de Transporte – FET**
- **Fundo Rotativo**

FUNDAÇÃO:

- **Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins - FAPT**

5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - 2020

Com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas de governo calcadas em eixos estratégicos, o Poder Executivo estabeleceu diretrizes voltadas para a realização de programas, com objetivos definidos para cada órgão e entidade, cujas estratégias para alcançá-los foram estruturadas em ações orçamentárias definidas no Plano Plurianual 2020/2023, sendo autorizados para o Poder Executivo, no exercício de 2020, recursos da ordem de **R$ 10.695.594.172,00** e executados o valor de **R$ 9.169.050.950,12** demonstrando um bom nível de execução, correspondente a 85,73%, de acordo com o evidenciado no quadro a seguir.

QUADRO 80 – Programas Governamentais – Poder Executivo e Defensoria Pública

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC	EIXO
SAÚDE					
1165	Integração de Ações e Serviços de Saúde	950.777.542,00	681.039.351,33	71,62	I
SUBTOTAL		950.777.542,00	681.039.351,33	**71,62**	
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã	1.514.406.105,00	1.380.624.996,15	91,16	II
1157	Educação Tecnológica, Profissional e Superior	8.696.316,00	7.637.362,36	87,82	II
1158	Cultura	28.794.893,00	21.350.553,59	74,14	II
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação	3.436.053,00	947.604,11	27,57	II
SUBTOTAL		**1.555.333.367,00**	**1.410.560.516,21**	**90,69**	

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC	EIXO
SEGURANÇA PÚBLICA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS					
1160	Segurança Cidadã	283.166.000,00	173.249.861,64	61,18	III
1161	Assistência Social	97.821.110,00	66.478.473,11	67,95	III
1162	Trabalho e Mercado	26.699.649,00	4.515.180,63	16,91	III
1163	Juventude, Esporte e Lazer	9.507.129,00	7.004.818,68	73,67	III
1164	Direitos Humanos	56.342.408,00	5.647.957,22	10,02	III
SUBTOTAL		**473.536.296,00**	**256.896.291,28**	**54,25**	
ESTRUTURA PRODUTIVA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
1147	Agricultura Familiar	83.028.417,00	64.196.180,70	77,31	IV
1148	Desenvolvimento Agropecuário	66.486.324,00	33.666.011,37	50,63	IV
1149	Infraestrutura Hídrica Para Irrigação e Usos Múltiplos	68.691.450,00	6.575.123,82	9,57	IV
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	25.599.000,00	7.744.642,85	30,25	IV
SUBTOTAL		**243.805.191,00**	**112.181.958,74**	**46,01**	
INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES					
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação	80.985.707,00	21.879.810,64	27,01	V
1152	Transporte e Logística	579.624.246,00	230.112.860,12	39,70	V
1153	Infraestrutura Pública	4.518.725,00	3.486.899,35	77,16	V
1155	Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração	51.253.852,00	18.205.182,22	35,51	V
SUBTOTAL		**716.382.530,00**	**273.684.752,33**	**38,20**	
GESTÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO FEDERATIVO					
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão	88.093.310,00	47.012.491,46	53,36	VI
SUBTOTAL		**88.093.310,00**	**47.012.491,46**	**53,36**	VI
PODER INDEPENDENTE					
1173	Justiça	13.190.139,00	11.467.221,29	86,94	IX
SUBTOTAL		13.190.139,00	11.467.221,29	86,94	
TOTAL DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS/PODER INDEPENDENTE		**4.041.118.375,00**	**2.792.842.582,64**	**69,11**	

PROGRAMAS DE GESTÃO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC
1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo	6.085.679.083,00	5.812.082.646,27	95,50
1172	Manutenção do Plano de Assist. à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins	414.585.710,00	410.960.209,17	99,12
1143	Manutenção da Defensoria Pública	153.493.001,00	153.165.512,04	99,78
1146	Reserva de Contingência	718.003,00	0,00	0,00
TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO		**6.654.475.797,00**	**6.376.208.367,48**	**95,81**
TOTAL GERAL (Temáticos e Gestão)		**10.695.594.172,00**	**9.169.050.950,12**	**85,73**

FONTE: SIAFE-TO – Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária – ANEXO 11

Verifica-se que do total do orçamento autorizado para os Programas Temáticos houve a execução de 69,11% e dos 20 (vinte) programas, 08 (oito) tiveram execução abaixo de 50% do orçamento autorizado.

A execução orçamentária dos Programas de Gestão e Manutenção das Unidades Gestoras do Poder Executivo atingiu o índice médio de 95,81% do montante autorizado.

5.2.1 Execução por Eixos Estratégicos e Poder Independente

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas, o Plano de Governo, composto por programas, objetivos, indicadores, metas e ações, foi elaborado dando prioridade a melhoria da gestão pública, com foco no desenvolvimento econômico, logística e infraestrutura, serviços integrados (educação, saúde, segurança, emprego e renda, dentre outros) e o desenvolvimento social.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, a execução orçamentária no montante de **R$ 2.792.842.582,64** foi direcionada às áreas estratégicas de saúde; educação, ciência, tecnologia e inovação; estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental; infraestrutura, desenvolvimento regional e rede de cidades e a gestão pública, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no gráfico abaixo:

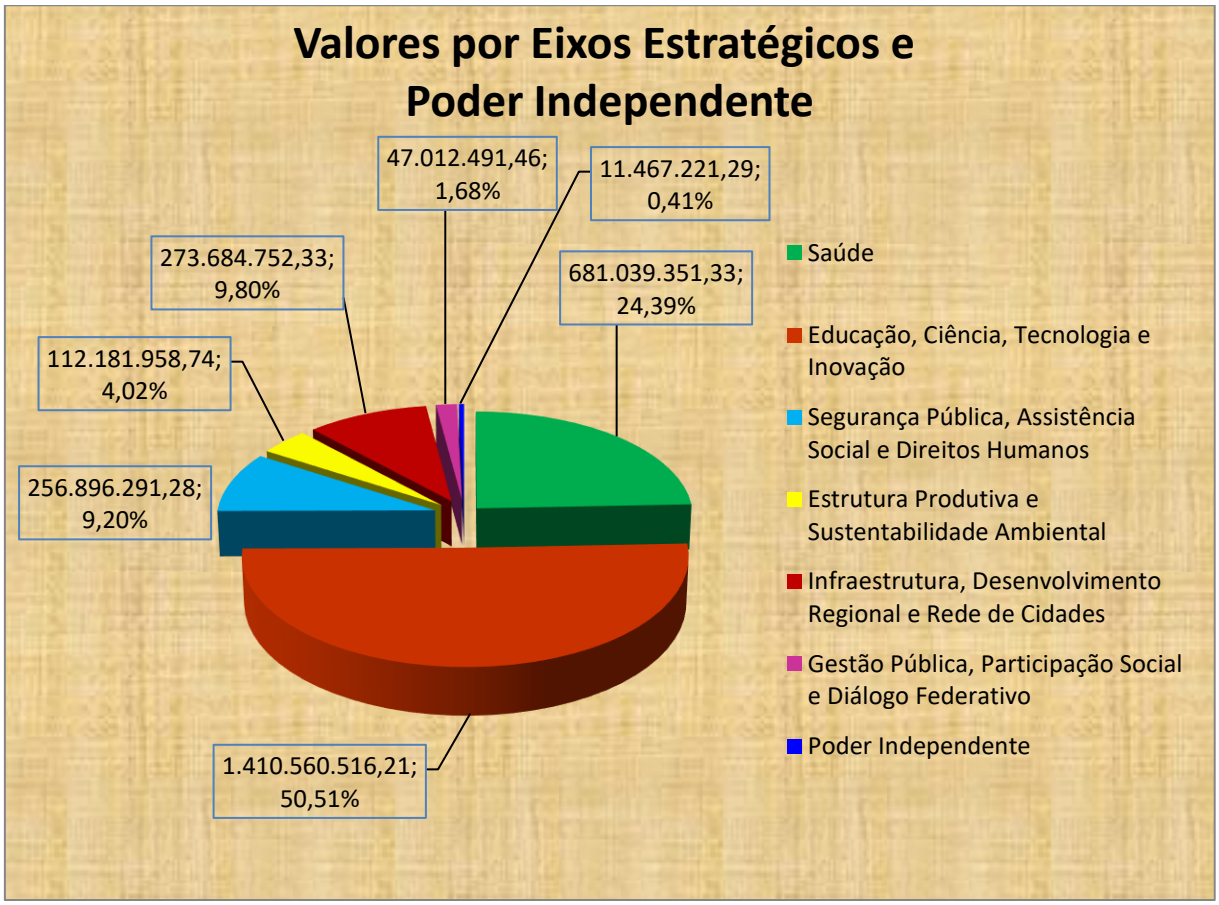


GRÁFICO 16 - Valores por Eixos Estratégicos e Poder Independente

O demonstrativo acima elucida uma maior concentração de investimentos nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação com 50,51% e Saúde com 24,39%, e, com menor expressividade nas áreas de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental com 4,02%, Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos com 9,20%, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades com 9,80%, Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo com 1,68% e Poder Independente com 0,41%.

5.2.2 Execução por Eixos Estratégicos, Poder Independente e Programas Temáticos

Apresenta-se abaixo quadros e demonstrações gráficas relativas à execução orçamentária por eixos estratégicos e programas temáticos a eles vinculados, evidenciando os investimentos realizados em cada área da gestão governamental.

QUADRO 81 – Programa Governamental Vinculado ao Eixo I

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1165	Integração de Ações e Serviços de Saúde	681.039.351,33	100,00
TOTAL		681.039.351,33	**100,00**

No Eixo I - Saúde foi executado o Programa: Integração de Ações e Serviços de Saúde, que converge as políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema de saúde do governo do Estado.

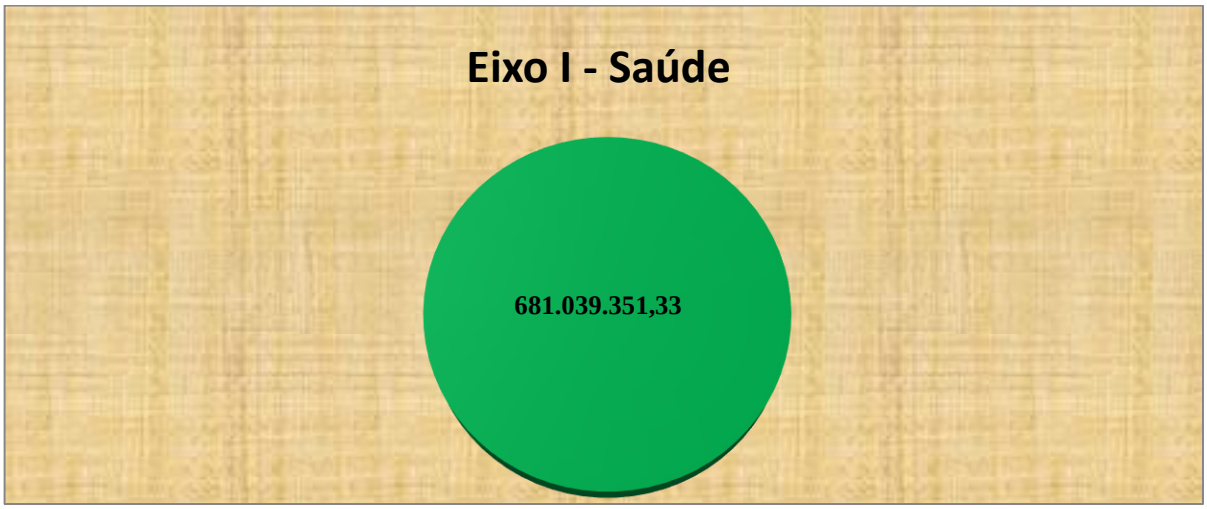


GRÁFICO 17 - Eixo I - Saúde

QUADRO 82 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo II

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã	1.380.624.996,15	97,88
1157	Educação Tecnológica, Profissional e Superior	7.637.362,36	0,54
1158	Cultura	21.350.553,59	1,51
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação	947.604,11	0,07
TOTAL		**1.410.560.516,21**	**100,00**

No Eixo II – Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação foram executados 04 (quatro) Programas, dos quais o programa Educação de Qualidade e Formação Cidadã, representou 97,88% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nas áreas de, Cultura com 1,51%, Educação Tecnológica, profissional e Superior com 0,54%, e Ciência, Tecnologia e Inovação com 0,07%.

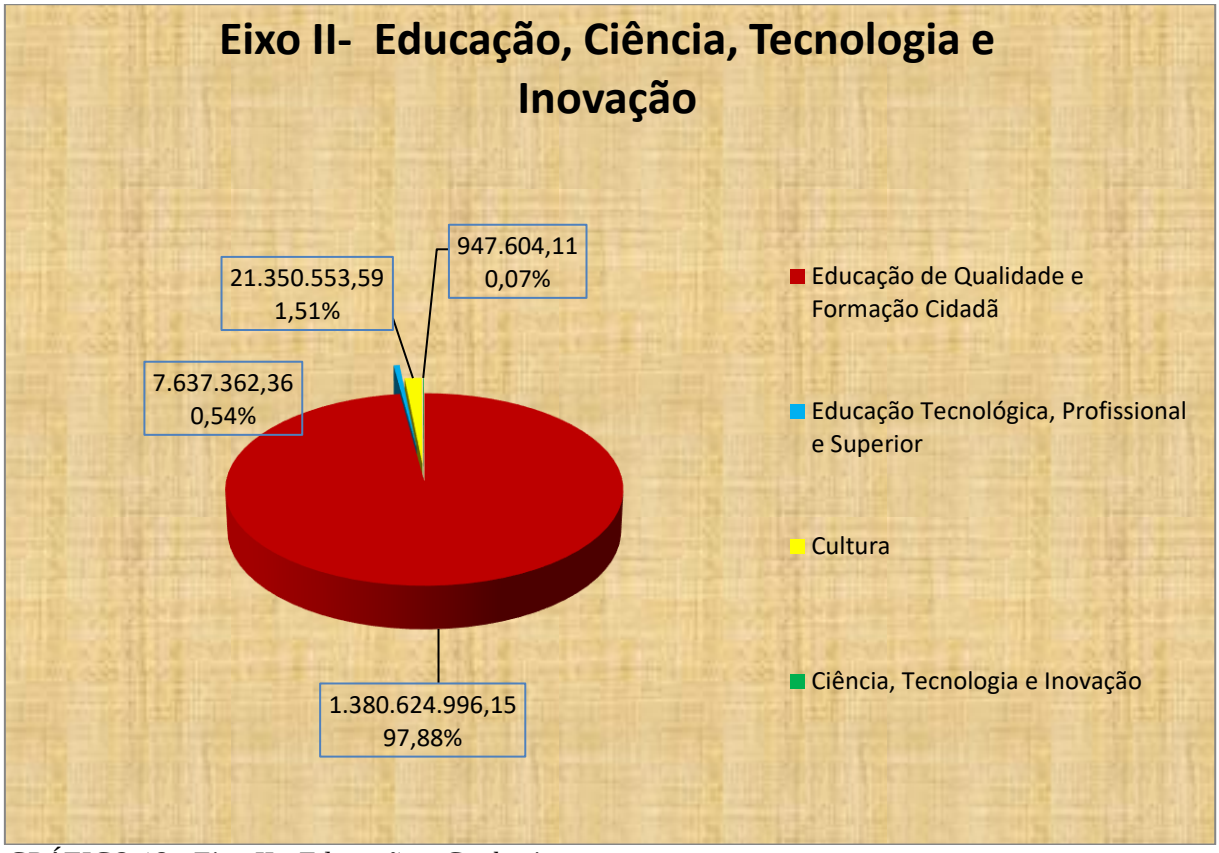


GRÁFICO 18 - Eixo II - Educação e Conhecimento.

QUADRO 83 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo III

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1160	Segurança Cidadã	173.249.861,64	67,44
1161	Assistência Social	66.478.473,11	25,88
1162	Trabalho e Mercado	4.515.180,63	1,76
1163	Juventude, Esporte e Lazer	7.004.818,68	2,73
1164	Direitos Humanos	5.647.957,22	2,20
TOTAL		**256.896.291,28**	**100,00**

No Eixo III – Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos, foram executados 05 (cinco) Programas, dos quais o programa Segurança Cidadã, representou 67,44% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nas áreas de Assistência Social com 25,88%, Trabalho e Mercado com 1,76%, Juventude, Esporte e Lazer com 2,73% e Direitos Humanos com 2,20%.

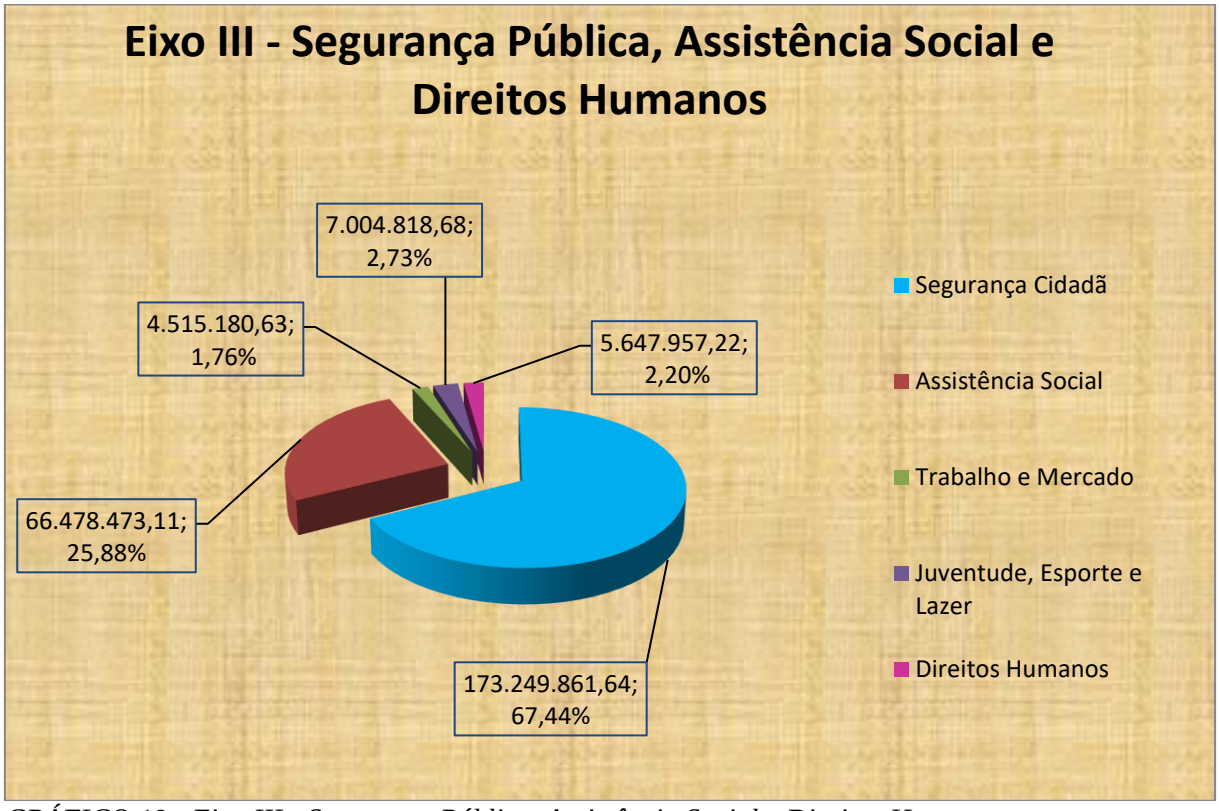


GRÁFICO 19 - Eixo III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos.

QUADRO 84 – Programas Governamentais Vinculados Ao Eixo IV

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1147	Agricultura Familiar	64.196.180,70	57,23
1148	Desenvolvimento Agropecuário	33.666.011,37	30,01
1149	Infraestrutura Hídrica Para Irrigação e Usos Múltiplos	6.575.123,82	5,86
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	7.744.642,85	6,90
TOTAL		**112.181.958,74**	**100,00**

No Eixo IV - Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental, foram executados 04 (quatro) Programas, dos quais o programa Agricultura Familiar recepcionou o maior investimento, na ordem de 57,23% dos recursos, seguido do programa Desenvolvimento Agropecuário, com investimento na ordem de 30,01% e Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com investimento na ordem de 6,90% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que o menor investimento ocorreu no programa Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Uso Múltiplos com 5,86%.

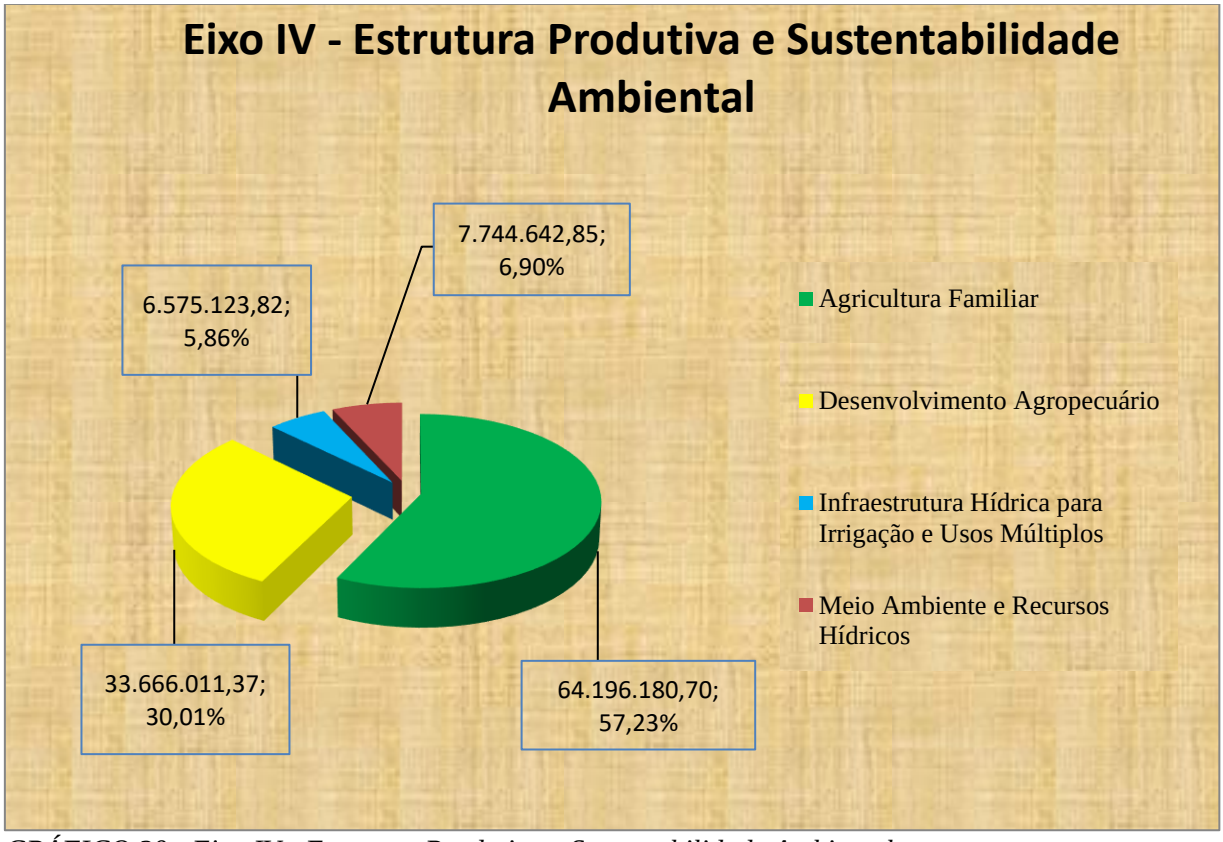


GRÁFICO 20 - Eixo IV - Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

QUADRO 85 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo V

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação	21.879.810,64	7,99
1152	Transporte e Logística	230.112.860,12	84,08
1153	Infraestrutura Pública	3.486.899,35	1,27
1155	Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração	18.205.182,22	6,65
TOTAL		**273.684.752,33**	**100,00**

No Eixo V – Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades, foram executados 04 (quatro) Programas, dos quais o programa Transporte e Logística representou um investimento de 84,08% dos recursos destinados ao referido Eixo e com menores investimentos os Programas Infraestrutura Pública com 1,27%, Indústria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo com 6,65% e Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação com 7,99%.

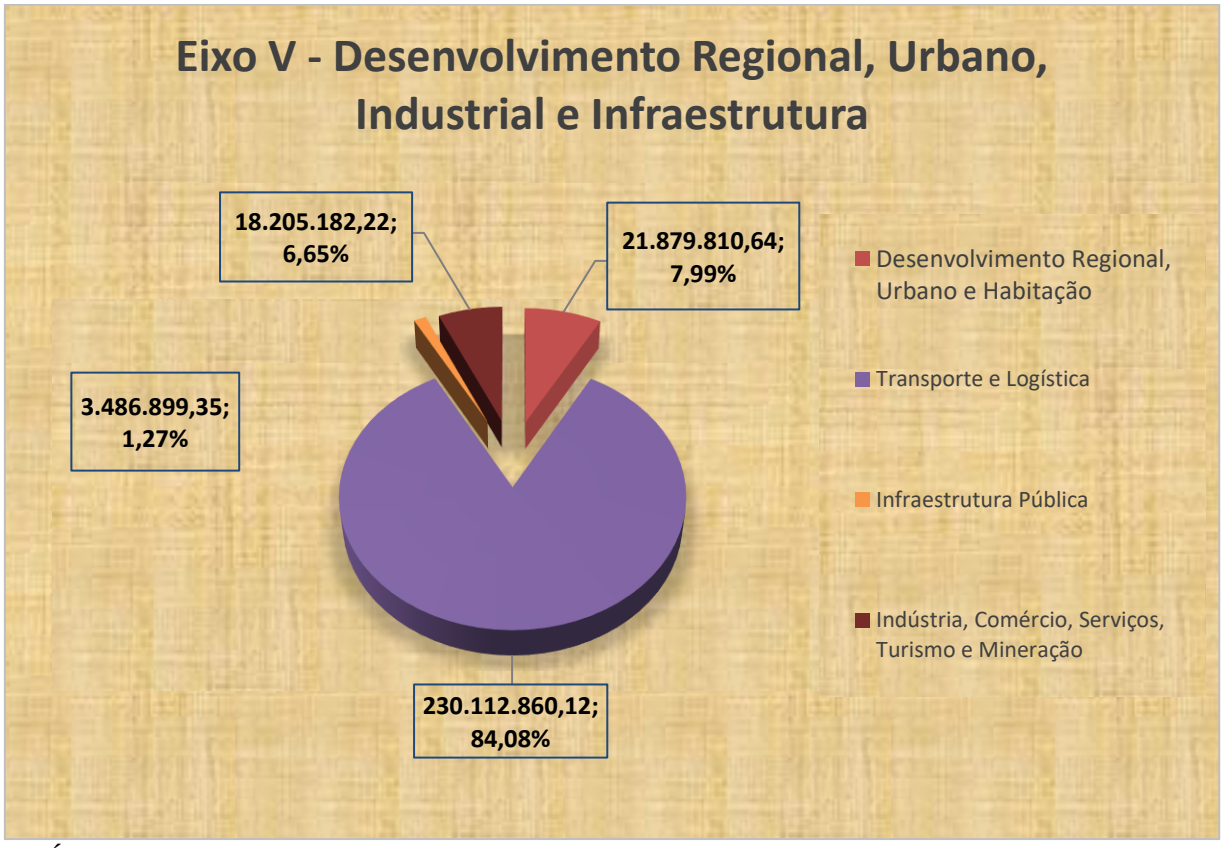


GRÁFICO 21 - Eixo V - Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

QUADRO 86 – Programa Governamental Vinculado ao Eixo VI

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão	47.012.491,46	100,00
TOTAL		**47.012.491,46**	**100,00**

No Eixo VI – Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo, foi executado o Programa Planejamento, Orçamento e Gestão, voltado ao Desenvolvimento das políticas públicas de Governo.

GRÁFICO 22 - Eixo VI – Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

QUADRO 87 – Programa Governamental Vinculado ao Poder Independente

PODER INDEPENDENTE		VALOR EMPENHADO	%
1173	Justiça	11.467.221,29	100,00
TOTAL		11.467.221,29	**100,00**

E no Eixo PI - Poder Independente (Defensoria Pública), foi executado o Programa Justiça, que contabilizou o valor de R$ 11.467.221,29 dos recursos destinados ao referido Poder.

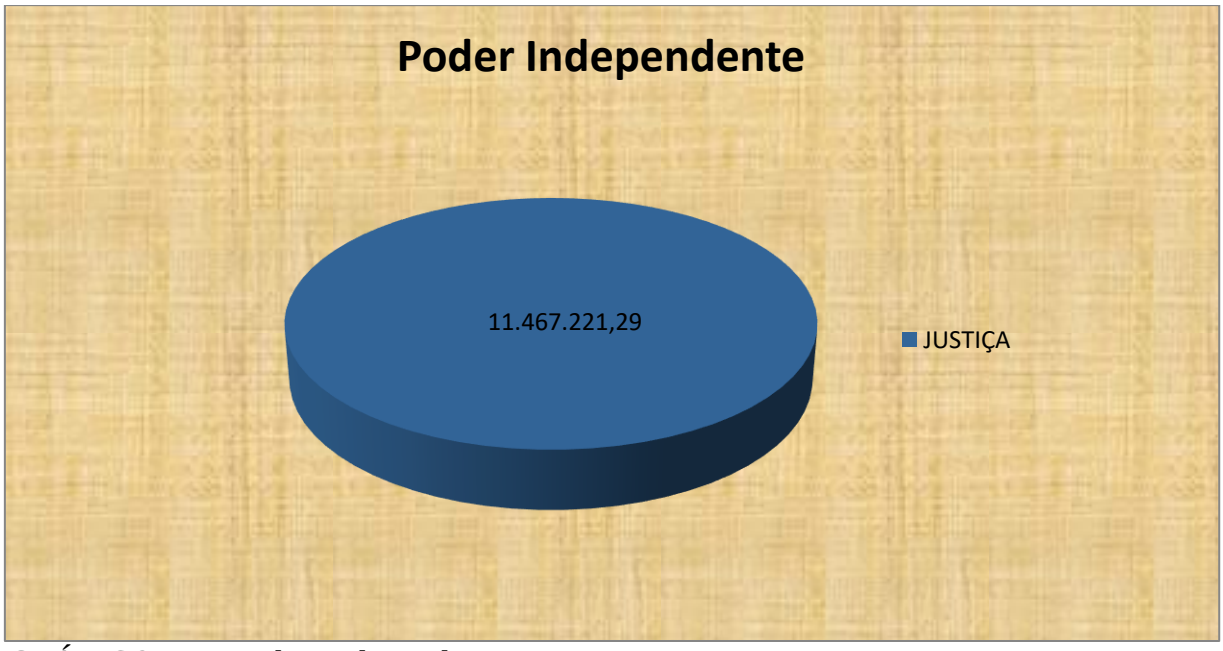


GRÁFICO 23 - Poder Independente

5.3 AÇÕES PRIORITÁRIAS

Unidade Gestora:

40600	Fundo Pátria Amada - FEPAM

Objetivo:

Fortalecer a gestão ambiental no Estado de forma integrada

Indicador:

-Percentual de instrumentos de políticas públicas de meio ambiente

Programa:

1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ação:

Código	Título	Prioritária
2390	Educação ambiental e formação cidadã para sustentabilidade	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	700.000	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,0000		

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
18.541.1150	33.90.30	0100	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	33.90.39	0100	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0	0

Contrapartida 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
Registros não encontrados												

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
Registros não encontrados												

Operações de Crédito Internas - Em Moeda 4219

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
Registros não encontrados												

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
5.500				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	5.500,00			

Análise:

Unidade Gestora:

34530	Fundo de Defesa Agropecuária

Objetivo:

Promover o Sistema de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins

Indicador:

-Número de fiscalização Vegetal
-Tocantins livre de Febre Aftosa sem vacinação

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
3088	Edificação das unidades de serviços da ADAPEC	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
930.000,00	410.000	1.340.000,00	0,00	0,00	0,00	1.340.000,00	0,0000		

Recursos Próprios **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
930.000,00	410.000,00	1.340.000,00	0,00	0,00	0,00	1.340.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.122.1148	33.90.36	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
20.122.1148	33.90.39	0240	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
20.122.1148	44.90.51	0240	900.000,00	410.000,00	1.310.000,00	0,00	0,00	0,00	1.310.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
13				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	13,00	0,00	0,0000	

Análise:

O ano de 2020 foi totalmente atípico. Em fevereiro foi publicado o decreto 6.046, de 10 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do poder executivo e em março o decreto 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Estado do Tocantins considerando a pandemia da COVID-19 - novo Coronavírus, tal como declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Tais acontecimentos impactaram diretamente na execução da Ação, restringindo ou a impossibilitando. O decreto orçamentário 6.046/2020, no artigo 3º condiciona a liberação de orçamento/financeiro da fonte do tesouro e de recursos próprios ao cronograma aprovado pelo Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público, procedimento esse que impõe maior morosidade aos trâmites processuais, associado a isso o reduzido quadro de pessoal desde o exercício de 2019.

O decreto 6.074, de 30 de março de 2020 que estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal do Poder Executivo Estadual, que comprometeu a celeridade, a formalização e execução dos processos de obras.

O processo nº 2018/34430/000712 para iniciar a obra de reforma na Unidade Local de Paraíso do Tocantins foi inserido em abril de 2020 para autorização do grupo executivo no ato inicial da despesa nº 16214. Considerando as medidas de redução e controle de despesas, bem como os decretos municipais que proíbem a prática de serviços não essenciais, em prevenção a transmissão do novo coronavírus, toda a prestação de serviços de obras (reformas e construções) foi paralisada.

Solicitação de Ciência e Análise do Grupo Executivo - Ato inicial da despesa - Nº 16214 (Processo 2018/34430/000712) foi devolvido, conforme parecer abaixo:

"Em reunião do Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público, conforme Ata nº 018/2020, foi sugerido o retorno da solicitação, em detrimento ao Decreto Estadual Nº 6.074, de 30 de março de 2020, Art.2º. Tendo em vista a atual situação econômica e financeira do Estado do Tocantins e as medidas de contenção adotadas pela atual gestão. Assinado em 04/06/2020 HYPERLINK "https://gestores.to.gov.br/replies/4877"11:17 por SANDRO HENRIQUE ARMANDO"

Em outubro, foi inserido novamente no grupo executivo a Solicitação de Ciência e Análise do Grupo Executivo que gerou o ato inicial da despesa - Nº 18194. Até o fim do exercício financeiro o Grupo executivo não liberou o Ato Inicial da despesa.

Houve um o incremento de orçamento nesta ação de R$ 410.000,00, oriundo das ações 4080, 4110, 4160 e 4079. Essa transposição fez-se necessária, pois para 2020 nesta ação, estava previsto, além da reforma de Paraíso do Tocantins, reforma e ampliação de mais 12 unidades de serviços. Iríamos utilizar o superávit para complementar as necessidades de orçamento para a execução destes trabalhos, porém, conforme Lei nº 3.585 de 17 de dezembro de 2019, o superávit financeiro das autarquias e dos fundos foi automaticamente transferido para o tesouro estadual.

Todas as nossas necessidades de reformas e ampliação foram repassadas à Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos – SEINF, porém, devido às dificuldades enfrentadas em 2020 e a não autorização para iniciar o processo nº 2018/34430/000712, todos os contatos com a SEINF foram paralisados. Em 2021, faremos novas tentativas para a execução das reformas e ampliação previstas nesta ação.

Unidade Gestora:	
34430	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

Objetivo:

Promover o Sistema de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins

Indicador:

-Número de fiscalização Vegetal
-Tocantins livre de Febre Aftosa sem vacinação

Programa:	
1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
4171	Ressarcimento de Despesas de Atividade de Defesa Agropecuária - REDAD	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
22.162.000,00	6.139.756	28.301.756,00	28.191.149,91	28.191.149,91	24.121.111,74	110.606,09	99,6091	100,0000	85,5627

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
22.162.000,00	5.156.756,00	27.318.756,00	27.208.149,91	27.208.149,91	23.138.111,74	110.606,09	99,59	99,59	84,69

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.122.1148	33.90.92	0100	4.300.000,00	-364.778,00	3.935.222,00	3.935.221,20	3.935.221,20	3.935.221,20	0,80	99,99	99	99
20.122.1148	33.90.95	0100	17.862.000,00	5.521.534,00	23.383.534,00	23.272.928,71	23.272.928,71	19.202.890,54	110.605,29	99,52	99	82

Desvinculação do superávit financeiro das Fontes de Recursos da Autarquias e Fundos Especiais 0260

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	983.000,00	983.000,00	983.000,00	983.000,00	983.000,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.122.1148	33.90.95	0260	0,00	983.000,00	983.000,00	983.000,00	983.000,00	983.000,00	0,00	100,00	100	100

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
790				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	790,00	782,00	98,9873	

Análise:

O Pagamento do Ressarcimento de Despesas de Atividade de Defesa Agropecuária – REDAD, em atendimento às Leis n° 2.070, de 29 de junho de 2009, 2.355 de 19 de maio de 2010 e 2.902, de 10 de setembro de 2014, garantiu a Defesa Agropecuária, através de fiscalizações, inspeções e a execução de medidas e ações necessárias à prevenção ao controle e à erradicação de pragas e doenças que afetam a sanidade animal e vegetal do Estado do Tocantins. É de suma importância ressaltar que as atividades de defesa agropecuária são de caráter exclusivo e peculiar da área técnica, sendo os servidores da referida área técnica da ADAPEC/TO, os responsáveis pela execução dessas ações no Estado. O pagamento do ressarcimento de despesas de atividades agropecuárias estimulou os servidores a desempenhar, de modo ainda melhor, suas funções, pois promoveu sua valorização, levando a superar as metas pré-estabelecidas, as quais são observadas através dos resultados e do desenvolvimento da agropecuária tocantinense – índices de vacinação, fiscalização, aplicação correta da legislação, educação sanitária e saúde pública.
O REDAD é pago no mês subsequente, pois o valor é baseado considerando faltas, férias, afastamentos e o alcance de metas, conforme decretos e portarias.
DECRETO Nº, 5.769, de 22 de janeiro de 2018.
}Regulamenta a Lei 2.070, de 29 de junho de 2009, que institui o Ressarcimento de Despesas de Atividade de Defesa Agropecuária – REDAD, e adota outras providências.
Art. 6º O valor do REDAD a ser pago no mês de férias do Fiscal e do Inspetor de Defesa Agropecuária corresponderá ao maior valor do REDAD, atualizado, recebido no ano anterior em relação aos meses efetivamente trabalhados.
PORTARIA Nº 058, DE 10 DE MARÇO DE 2020.
Art. 8º. O valor do REDAD a ser pago no mês de férias atenderá ao disposto no artigo 6º do Decreto nº 5.769/2018, devendo o servidor ter sido avaliado por pelo menos 12 (doze) meses anterior ao pleito.
PORTARIA Nº 198, DE 08 DE JULHO DE 2019
Art. 1º Criar o Sistema Informatizado de Gestão de Atividades - SIGA para o gerenciamento das atividades visando o pagamento do Ressarcimento de Atividade de Defesa Agropecuária - REDAD.
Conforme entendimento da norma sustentadora do direito em questão, o acréscimo de valores pecuniário ocorre quando há pagamento do REDAD de férias a servidores que já tenha as 12 avaliações completas.
Registra-se a necessidade de uma maior disponibilização orçamentária anualmente para garantir o pagamento integral do REDAD, sem a necessidade de suplementações no decorrer do ano.
Foram realizados pagamentos de exercício anterior referentes aos meses de novembro e dezembro de 2019.
Segue planilha com os pagamentos realizados no ano de 2020.

PAGAMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 2020.

Mês de Referência	Nº servidores	Valor mensal
Novembro/2019	751	2.019.179,56
Dezembro/2019	712	1.916.041,64
Janeiro/2020	754	2.083.397,52
Fevereiro/2020	782	2.023.619,44
Março/2020	782	2.010.150,58
Abril/2020	776	1.996.261,97
Maio/2020	776	2.038.141,72
Junho/2020 - 1ª Parcela	774	1.014.454,74
Junho/2020 - 2ª Parcela	774	1.012.825,55
Julho/2020	773	2.025.568,28
Agosto/2020	770	2.011.350,24
Setembro/2020- 1ª Parcela	770	996.175,06
Setembro/2020- 2ª Parcela	770	983.593,89
Outubro/2020	766	1.990.351,55
Novembro/2020	Restos a pagar processado	
Dezembro/2020	Restos a pagar processado	
Acumulado no ano		**24.121.111,74**

Unidade Gestora:	
34530	Fundo de Defesa Agropecuária

Objetivo:

Promover o Sistema de Defesa Agropecuária no Estado do Tocantins

Indicador:

-Número de fiscalização Vegetal
-Tocantins livre de Febre Aftosa sem vacinação

Programa:	
1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
4318	Erradicação e prevenção da febre aftosa e outras doenças vesiculares no Estado do Tocantins	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
476.000,00	0	476.000,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	463.500,00	2,6260	100,0000	100,0000

Recursos Próprios					**0240**				
Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
476.000,00	0,00	476.000,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	463.500,00	2,62	2,62	2,62

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.609.1148	33.90.14	0240	30.375,00	0,00	30.375,00	0,00	0,00	0,00	30.375,00	0,00	0	0
20.609.1148	33.90.15	0240	5.625,00	0,00	5.625,00	0,00	0,00	0,00	5.625,00	0,00	0	0
20.609.1148	33.90.30	0240	154.934,00	0,00	154.934,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	142.434,00	8,06	8	8
20.609.1148	44.90.52	0240	285.066,00	0,00	285.066,00	0,00	0,00	0,00	285.066,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	**2021**	**2022**	**2023**	**Unidade**	**Sigla**
5.515	0	0	0	Unidade	un

Referência:

Ano	**Período**	**Meta do Ano (2020)**	**Execução**	**% Execução**	
	3o Quadrimestre	5.515,00	1.839,00	33,3454	

Análise:

A Defesa Agropecuária fundamenta-se nas atividades que englobam o processo produtivo agropecuário e agroindustrial, incluindo as condições em que os animais, vegetais, insumos, produtos e mercadorias foram produzidos, processados e comercializados, de forma a assegurar a segurança alimentar dos produtos destinados ao consumo humano e animal.
Essa ação tem como finalidade impedir o ingresso e/ou erradicar a febre aftosa, bem como, combater outras doenças vesiculares do rebanho bovino e bubalino do Tocantins, e para isso será fiscalizado propriedades de maior risco para introdução do vírus no Estado, seguindo as diretrizes do Plano Estratégico para o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção Febre da Aftosa – PNEFA, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, previsto para ser executado no Brasil nos próximos anos, com o objetivo de que o país alcance a condição de livre de febre sem vacinação em 2023, reconhecida pela **Organização Mundial de Sanidade Animal** – OIE, para isso todos os 26 Estados Brasileiros devem conquistar o status de livre da febre aftosa sem vacinação até 2022.
Para que o Tocantins seja reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação, os técnicos da agência precisam ter condições para reforçar suas ações finalísticas junto às propriedades rurais consideradas de maior risco para introdução do vírus, bem como, atender todas as suspeitas de ocorrências de doenças, além de manter atualizado o cadastro dos criadores de animais susceptíveis a referida doença. É preciso que se fortaleça toda a estrutura da Agência, oferecendo condições para que se realize as metas finalísticas com eficiência e eficácia, fortalecendo assim, todo o Sistema de Defesa Agropecuário, mantendo o status atual e oferecendo as condições para que o Estado em 2022 seja reconhecido pelo MAPA como livre da febre aftosa sem vacinação e em 2023 o reconhecimento seja pela Organização Mundial de Sanidade Animal – OIE.
O reconhecimento do Tocantins com livre da febre aftosa sem vacinação terá como impactos a ampliação dos mercados para nossos produtos agropecuários e aumento do valor comercial dos animais e dos seus produtos, atingindo principalmente os produtores rurais, lojas de insumos, comércio atacadista e varejista de produtos agropecuários, profissionais liberais e demais pessoas que atuam no setor primário de produção no Tocantins. Diante disso, destaco que até o momento, para o cumprimento das metas previstas no aperfeiçoamento do sistema de vigilância sanitária animal foram realizadas as seguintes medidas.

- Foram realizadas 1.839 vigilâncias ativas em propriedade de maior risco de reintrodução do vírus, onde foram realizadas inspeções clínicas com o objetivo de inspecionar animais susceptíveis a doença, não sendo encontrada nenhuma suspeita clínica.
- Foi atendida uma notificação de suspeita da doença vesicular no 2º quadrimestre do ano de 2020 em uma propriedade rural do Estado.
- Foram realizadas reuniões com a equipe técnica e gestora do plano estratégico de febre aftosa para corrigir inconformidades apontadas nas auditorias do Mapa para que possamos conseguir avançar na prevenção da doença no Estado e alcançar o status de livre de febre aftosa sem vacinação.
- O treinamento em atendimento de emergência sanitária e processamento de informações epidemiológicas através do convênio firmado entre ADAPEC e MAPA para tornar os médicos veterinários capazes de atuar em possível foco da doença no Estado do Tocantins foi adiado para 2021 em razão da pandemia do COVID-19.
- Foram realizadas reuniões para planejamento da etapa de vacinação em maio, ilha do bananal e novembro de 2020, adotando medidas para prevenir a expansão do COVID-19.
- Foi implantado o módulo de arrecadação de recursos para o Fundo de Defesa Agropecuária do Estado, com o objetivo de indenizar produtores rurais atingidos por um possível foco de febre aftosa, bem como, para investimentos em defesa agropecuária em geral.

A conjugação de esforços públicos e privados, a infraestrutura dos Serviços Veterinários e os sólidos fundamentos técnicos são a base para o sucesso do Plano. O MAPA através de Auditorias está repassando as Agências às adequações necessárias para que os Estados estejam preparados para a auditoria da OIE em 2022.

NÚMERO DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS EM EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS RURAIS POR REGIONAL						
REGIONAL	**META PREVISTA**	**1º QUAD.**	**2º QUAD.**	**3º QUAD**	**TOTAL**	**% DE EXECUÇÃO**
ARAGUAÍNA	**589**	59	4	31	**94**	15,95
ARAGUATINS	**783**	32	23	38	**93**	11,87
COLINAS DO TOCANTINS	**730**	89	97	76	**262**	35,89
FORMOSO DO ARAGUAIA	**417**	88	39	56	**183**	43,88
GURUPI	**374**	19	14	63	**96**	25,66
MIRACEMA	**246**	71	59	86	**216**	87,80
PALMAS	**344**	62	20	49	**131**	38,08
PARAÍSO DO TOCANTINS	**544**	109	7	19	**135**	24,81
PEDRO AFONSO	**432**	49	25	37	**111**	25,69
PORTO NACIONAL	**389**	4	21	15	**40**	10,28
TAGUATINGA	**667**	98	182	180	**460**	68,96
TOTAL	**5.515**	**680**	**491**	**650**	**1.821**	**33,02**

A baixa execução física e financeira justifica-se devido a restrições no abastecimento para a realização das fiscalizações nos primeiros meses do ano, restrições financeiras determinadas pelo Decreto nº 6.074, de 30 de março de 2020 e as regras impostas devido a Pandemia do COVID-19 – novo coronavírus.

Fortalecer a Defesa Agropecuária é imprescindível para a prestação de serviços de excelência e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual – PPA.

Vale ressaltar que é possível realizar os trabalhos e cumprir as metas físicas estabelecidas, com pouca execução orçamentária, porque as fiscalizações dependem basicamente do fator humano, ou seja, dos trabalhos dos técnicos, de veículos e de combustível. E todas as aquisições previstas na ação são para melhorar o ato fiscalizatório que é de suma importância para a prestação de serviço de qualidade e cumprimento das metas. As aquisições de materiais e equipamentos é imprescindível para a melhoria das atividades de Defesa Agropecuária. A pouca aquisição dificulta o cumprimento das metas físicas, mas não inviabiliza os recursos disponibilizados e não utilizados serviriam para dar melhores condições de trabalho e segurança aos servidores, proporcionando uma fiscalização de excelência.

Unidade Gestora:	
40330	Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA

Objetivo:

Conservar, preservar e proteger a biodiversidade e os recursos naturais do Tocantins

Indicador:

-Índice de Conservação Ambiental

Programa:	
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ação:

Código	Título	Prioritária
4279	Disseminação dos serviços de proteção ambiental	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.391.000,00	0	2.391.000,00	777.764,59	748.893,18	668.412,43	1.613.235,41	32,5288	96,2878	89,2533

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.391.000,00	0,00	2.391.000,00	777.764,59	748.893,18	668.412,43	1.613.235,41	32,52	31,32	27,95

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
18.541.1150	33.90.14	0240	150.000,00	0,00	150.000,00	3.708,75	3.708,75	3.708,75	146.291,25	2,47	2	2
18.541.1150	33.90.30	0240	390.000,00	400.000,00	790.000,00	270.573,84	270.573,84	197.839,12	519.426,16	34,24	34	25
18.541.1150	33.90.36	0240	600.000,00	-150.000,00	450.000,00	403.159,64	374.288,23	374.288,23	46.840,36	89,59	83	83
18.541.1150	33.90.39	0240	1.200.000,00	-250.000,00	950.000,00	81.283,27	81.283,27	73.537,24	868.716,73	8,55	8	7
18.541.1150	33.90.40	0240	0,00	30.000,00	30.000,00	14.209,15	14.209,15	14.209,15	15.790,85	47,36	47	47
18.541.1150	33.90.47	0240	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
18.541.1150	33.90.92	0240	1.000,00	0,00	1.000,00	377,78	377,78	377,78	622,22	37,77	37	37
18.541.1150	33.90.93	0240	20.000,00	0,00	20.000,00	4.452,16	4.452,16	4.452,16	15.547,84	22,26	22	22

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
15				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	15,00	15,00	100,0000	

Análise:

Esta Ação foi executada com alcance de 100% da meta física planejada de 15 unidades anexas do NATURATINS, resultando na realização continuada de atividades que mantém os serviços de proteção ambiental de forma descentralizada em todo o Estado através dos escritórios regionais e demais anexos nos seguintes municípios: Arraias, Araguaína, Araguatins, Arapoema, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Goiatins, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Tocantinópolis, incluindo-se a estes o CEFAU-Centro de Fauna localizado em Palmas, sendo que o público alvo beneficiado é a população tocantinense em geral que recebe os serviços prestados pelo NATURATINS através de suas unidades anexas distribuídas regionalmente.

Segue a relação dos tipos de gastos executados para a manutenção dos escritórios regionais:

- Pagamento de aluguéis dos imóveis que sediam os escritórios regionais;

- Pagamento das taxas de água, telefone, internet e energia elétrica dos escritórios regionais;

- Gastos com combustíveis relativos aos deslocamentos de veículos nas regionais;

- Pagamento para a manutenção de equipamentos e de veículos das regionais;

- Aquisição de materiais de consumo;

- Custeio de verbas para auxílios;

- Pagamento dos serviços de limpeza e conservação;

- Pagamento de despesas de exercícios anteriores referentes a aluguéis de imóveis.

A execução dos recursos orçamentários ocorreu com eficiência, uma vez que o orçamento planejado está possibilitando o atendimento de todas as demandas mediante o comprometimento de R$ 777.764,59, que corresponde a 32,52% do orçamento autorizado de R$ 2.391.000,00,00.

Justificativa: a diferença proporcional entre a execução de 100% da meta física com 32,52% de execução orçamentária se justifica por que o orçamento global da Fonte 240 - Recursos Próprios é gerado conforme a programação da receita anual do NATURATINS, sendo que a capacidade de execução do NATURATINS em nível de quantidade de servidores e de estrutura física e de logística são insuficiente para executar 100% dos recursos orçamentários oriundos da receita prevista. Assim sendo, a capacidade de execução do NATURATINS sobre o seu orçamento total tenderá a ser regular ou abaixo do regular. Para o caso específico desta Ação, cabe ressaltar que o teto orçamentário total autorizado ao NATURATINS para a Fonte 240 em 2020 foi de R$ 8.537.000,00 conforme a receita prevista e informada à SEFAZ, sendo que para esta Ação foi distribuído o valor de R$ 2.391.000,00, correspondente a 28,0% do teto orçamentário total, sendo que o valor executado de R$ 777.764,59 corresponde a 9,11% daquele montante.

As despesas de Exercícios Anteriores pagas no valor de R$ 377,78 se refere ao pagamento de despesas com colaborador eventual.

Unidade Gestora:

40330	Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA

Objetivo:

Estruturar o sistema institucional de gestão do meio ambiente

Indicador:

-Índice de estruturação institucional

Programa:

1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ação:

Código	Título	Prioritária
4283	Reestruturação e modernização institucional para a gestão do meio ambiente	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.604.000,00	0	5.604.000,00	0,00	0,00	0,00	5.604.000,00	0,0000		

Recursos Próprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.604.000,00	0,00	2.604.000,00	0,00	0,00	0,00	2.604.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
18.541.1150	33.90.39	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	33.90.92	0240	54.000,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	44.90.51	0240	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0	0

Operações de Crédito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
18.541.1150	44.90.35	4220	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	44.90.39	4220	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	44.90.51	4220	328.000,00	0,00	328.000,00	0,00	0,00	0,00	328.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	44.90.52	4220	71.000,00	0,00	71.000,00	0,00	0,00	0,00	71.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	44.90.92	4220	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
10				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	10,00	2,00	20,0000	

Análise:

Considera-se que para esta Ação a meta física foi alcançada em 20%, em face de dois projetos que foram continuados em 2020, sendo que um deles foi concluído em dezembro/2020, restando outro que será entregue até 15/03/2021.

Situação dos projetos mantidos:

1) Conclusão do prédio com 719,87 m² de área construída, para o Licenciamento Ambiental do Naturatins, em Palmas-TO, foi celebrado o 8º Termo Aditivo estabelecendo prazo limite de entrega da obra até 15/03/2021;

2) Conclusão de Consultoria para desenvolver o Sistema Eletrônico Integrado de Gerenciamento Ambiental - SIGAM, finalizado em Dezembro de 2020 com ajuste técnico a ser concluído até 15/03/2021.

Importa justificar que esta meta teve baixo alcance porque o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda e Planejamento, cancelou as atividades previstas no Plano de Aquisição do PDRIS que estavam em procedimento de licitação inconclusos. Essa medida comprometeu 80% da meta física prevista pelo NATURATINS para o ano de 2020, na medida em que restaram apenas 2 projetos para serem concluídos até o final exercício. No Ofício nº 862/2020/GABSEC o Governo do Tocantins informa que o recurso previsto será destinado à Secretaria de Estado da Saúde para implementar ações de combate à pandemia do COVID-19, que provocou mudanças significativas nas estruturas administrativas e financeiras do Estado e poderá haver cortes orçamentários de grande vulto com a interrupção de diversos projetos previamente planejados para início em 2020.

Ressalta-se que o término do contrato do governo do Tocantins com o Banco Mundial estava previsto para dezembro de 2020, porém, considerando os diversos problemas enfrentados com a pandemia da COVID-19, o contrato do PDRIS foi prorrogado até dezembro de 2021 para conclusão de todos os projetos iniciados, que deverão ser finalizados até o final do próximo exercício.

O público alvo beneficiado por esta Ação será tanto os servidores do NATURATINS, que disporão de espaço, mobiliário e equipamentos adequados, quanto a sociedade tocantinense, que será beneficiada com a prestação de serviço de melhor qualidade com a modernização do sistema de gestão ambiental que busca, principalmente, otimizar a qualidade dos serviços prestados com a diminuição do tempo para emissão das licenças ambientais.

Quanto à execução orçamentária, até a presente data não foram executados novos gastos com os projetos que estão em andamento, devendo os mesmos serem efetuados até o final do mês de março de de 2021, após a conclusão e entrega dos projetos em fase de finalização.

Não houve gastos com despesas de exercícios anteriores.

Unidade Gestora:

38970	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS

Objetivo:

Garantir a operacionalização dos serviços públicos de saneamento básico

Indicador:

-Expansão da rede de distribuição de água nos municípios atendidos pela ATS
-Quantidade de estações de tratamento de água com capacidade aumentada

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
3033	Implantação de sistemas de abastecimento de água	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.332.544,00	-485.800	4.846.744,00	24.536,11	24.536,11	24.536,11	4.822.207,89	0,5062	100,0000	100,0000

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
510.000,00	-510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
17.512.1151	44.40.42	0104	510.000,00	-510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convênios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.742.222,00	0,00	4.742.222,00	0,00	0,00	0,00	4.742.222,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
17.512.1151	33.90.30	0225	62.158,00	0,00	62.158,00	0,00	0,00	0,00	62.158,00	0,00	0	0
17.512.1151	44.90.51	0225	790.000,00	0,00	790.000,00	0,00	0,00	0,00	790.000,00	0,00	0	0
17.512.1151	44.90.52	0225	3.890.064,00	0,00	3.890.064,00	0,00	0,00	0,00	3.890.064,00	0,00	0	0

Recursos Próprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
80.322,00	24.200,00	104.522,00	24.536,11	24.536,11	24.536,11	79.985,89	23,47	23,47	23,47

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
17.512.1151	33.90.14	0240	19.969,00	0,00	19.969,00	768,00	768,00	768,00	19.201,00	3,84	3	3
17.512.1151	33.90.30	0240	17.500,00	33.260,00	50.760,00	15.838,11	15.838,11	15.838,11	34.921,89	31,20	31	31
17.512.1151	33.90.39	0240	26.000,00	-9.060,00	16.940,00	7.930,00	7.930,00	7.930,00	9.010,00	46,81	46	46
17.512.1151	44.90.51	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
17.512.1151	44.90.52	0240	6.853,00	0,00	6.853,00	0,00	0,00	0,00	6.853,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
15				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	15,00	7,00	46,6666

Análise:

Nesta Ação Temática foram executadas perfurações de poços tubulares profundos em 4 municípios atendidos pelos contratos de concessão, a saber: Aragominas, Pau D'Arco, Sampaio e Taipas do Tocantins, atendendo à cerca de 360 famílias, aproximadamente, 1.500 pessoas, totalizando 7 (sete) poços.

A maior dificuldade encontrada diz respeito a possuirmos apenas 1 perfuratriz para atender à uma demanda significativa.

A Agência possui firmados 2 convênios com o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR para aquisição de 3 novas perfuratrizes e todo o material de apoio, inclusive veículos, todos já em fase final para início do processo licitatório, totalizando R$ 6,1 milhões em investimentos.

São essas as principais execuções orçamentárias:

- Possui 1,4% do seu orçamento executado, equivalendo à R$ 66,9 mil, de um total orçado em R$ 4.822,5 mil.
- Principais execuções orçamentárias e seus percentuais em relação ao total executado:
- Diárias – R$ 1,4 mil – 2,1%;
- Suprimento de Fundos – R$ 26,0 mil – 38,9%;
- Materiais para Perfuratriz – R$ 33,2 mil – 49,7%;
- Aquisição de Gerador para Perfuratriz – R$ 6,2 mil – 9,3%

Unidade Gestora:

38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

Objetivo:

Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica

Indicador:

-Índice de fiscalização dos serviços públicos

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
4038	Elaboração de estudos em transporte e saneamento básico	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.520.500,00	624.000	2.144.500,00	946.452,76	474.452,76	474.452,76	1.198.047,24	44,1339	50,1295	100,0000

Recursos Próprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.520.500,00	624.000,00	2.144.500,00	946.452,76	474.452,76	474.452,76	1.198.047,24	44,13	22,12	22,12

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1151	33.90.14	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	1.035,00	1.035,00	1.035,00	8.965,00	10,35	10	10
04.121.1151	33.90.33	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	1.417,76	1.417,76	1.417,76	8.582,24	14,17	14	14
04.121.1151	33.90.35	0240	1.500.000,00	624.000,00	2.124.000,00	944.000,00	472.000,00	472.000,00	1.180.000,00	44,44	22	22
04.121.1151	33.90.47	0240	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
2				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	2,00	1,00	50,0000	

Análise:

1. Quanto a elaboração de estudos no Saneamento , a meta foi alcançada . Uma das principais demandas do setor de saneamento era a contratação de consultoria para elaboração de estudos técnicos e metodologias em saneamento básico, com vistas ao desenvolvimento de normativas regulatórias e de controle que promovam a universalização e a qualidade dos serviços de saneamento básico, modicidade tarifária e o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão. No ano de 2020, foi feita a contração da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de São Paulo (Fundace) Estudo de Revisão Tarifária dos Serviços de saneamento prestados pela Saneatins / BRK Ambiental. Esta contratação tem também como objetivo garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo novo Marco do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), mantendo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado. Além de ser muito importante para subsidiar as tomadas de decisão do Estado em relação a revisão tarifária, na medida que vai fornecer à Agência a base para o desenvolvimento de uma metodologia que facilite todo o trabalho de regulação, gestão, fiscalização e controle da área de saneamento.

2. Quanto a elaboração de estudos em Transporte a meta não foi alcançada no ano de 2020 , porque esta condicionada à decisão judicial conforme Ação Civil Pública nº. 0032972-69.2014.827.2729. Essa se trata da contratação de consultoria técnica especializada, para estipular a metodologia, à execução operacional das pesquisas de campo e elaboração do plano Diretor do transporte, assim posteriormente possa fazer concessão do serviço de transporte inter municipal do Tocantins.

A Gerência de Regulação de Transportes e Terminais Rodoviários – GRTTR, realizou estudos nos municípios do estado do Tocantins, a fim de coletar informações a respeito de todos os Terminais Rodoviários existentes, no estudo "Diagnóstico dos Terminais Rodoviários no Estado do Tocantins". Outro estudo realizado foi o "Diagnóstico do Sistema do Serviço de Transporte Público Rodoviário, Intermunicipal de Passageiros no Estado do Tocantins", este estudo visou obter informações a respeito de todas as linhas ativas no estado.

Também foram realizados estudos relacionados à Balsa de Porto Nacional, buscando fiscalizar a mesma para que os serviços prestados estivessem em conformidade com as devidas normas e resoluções.

Houve a execução física da elaboração do Diagnóstico do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, em 30% na conclusão da meta.

Unidade Gestora:	
38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

Objetivo:

Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica

Indicador:

-Índice de fiscalização dos serviços públicos

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
4048	Fiscalização do serviço de saneamento básico	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
75.000,00	0	75.000,00	1.048,50	1.048,50	1.048,50	73.951,50	1,3980	100,0000	100,0000

Recursos Próprios	**0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
75.000,00	0,00	75.000,00	1.048,50	1.048,50	1.048,50	73.951,50	1,39	1,39	1,39

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.125.1151	33.90.14	0240	60.000,00	0,00	60.000,00	1.048,50	1.048,50	1.048,50	58.951,50	1,74	1	1
04.125.1151	33.90.30	0240	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
90				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	90,00	5,00	5,5555	

Análise:

Das Metas previstas, apenas 04 realização de uma ação não programada e 01 Vistoria , onde foi utilizado os recurso da ordem de R$ 1.048.50, no município de Araguaína. As metas previstas não foram realizadas em função do Decreto da pandemia do covid 19, suspensão das Ações de Fiscalizações, suspensão de atividades presenciais para o grupo de risco, que compõe a equipe de fiscalização.

Ressaltamos, que o quadro geral de Pandemia não mudou no decorrer deste quadrimestre, vez que, ainda vige o Decreto nº 6.072 de 21 de março de 2020, impossibilitando assim, aglomerações de pessoas . Nestes termos, diante dessa situação de calamidade pública, as ações sofreu uma limitação intransponível imposta pela determinação governamental, assim como, o risco de exposição ao contagio com reflexos sociais e econômicos.

É nesse cenário, que elencamos dentre os muitos desafios estabelecidos com a Pandemia da COVID-19, a continuidade de fiscalizações tendo em vista que a equipe de fiscalização encontra-se no quadro de grupo de risco e frente as limitações impostas com o isolamento social.

SANEAMENTO :

Fiscalização Programada: duas ações por ano em cada município regulado;

Fiscalização Não programada: ação de fiscalização oriunda de denúncias e reclamações dos usuários por meio da ouvidoria geral do estado;

VISTORIAS : averiguação de irregularidades pontuais de baixa complexidade; também oriunda de denúncia ou reclamação.

2020	META	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS
FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA	55	0	55
FISCALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADA	30	4	0
VISTORIAS	5	1	0
TOTAL	**90**	**5**	**55**

Unidade Gestora:	
38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

Objetivo:

Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica

Indicador:

-Índice de fiscalização dos serviços públicos

Programa:	
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
4049	Fiscalização do serviço de transporte e terminais rodoviários	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
130.100,00	0	130.100,00	39.353,00	30.933,00	30.933,00	90.747,00	30,2482	78,6039	100,0000

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
130.100,00	0,00	130.100,00	39.353,00	30.933,00	30.933,00	90.747,00	30,24	23,77	23,77

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.125.1151	33.90.14	0240	100.000,00	-12.240,00	87.760,00	30.168,00	30.168,00	30.168,00	57.592,00	34,37	34	34
04.125.1151	33.90.15	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
04.125.1151	33.90.30	0240	20.000,00	12.240,00	32.240,00	9.185,00	765,00	765,00	23.055,00	28,48	2	2
04.125.1151	33.90.47	0240	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
33				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	33,00	203,00	615,1515	

Análise:

A meta foi concluída com êxito e ultrapassou a meta prevista onde o previsto era 33 e foi executada 203. Em Fevereiro e Julho, foram realizadas 02 (duas) ações tendo como as entregas da Fiscalização dos Serviços de Transporte, ocorreram através de Fiscalização de Comando, nos meses de fevereiro foco, o objetivo de assegurar o direito ao transporte de qualidade aos usuários e observar o cumprimento da legislação vigente além das normas de prevenção do COVID-19, foram emitidos 44 autos de infração durante as operações e vistoriados aproximadamente 328 veículos. Estas ações foram realizadas nos meses de Fevereiro e Julho, por serem os meses onde o fluxo de passageiros aumenta consideravelmente.
Em parceria com a Polícia Militar foram apreendidos 21 veículos que se enquadraram na prática de transporte clandestino de passageiros no ano de 2020, ações realizadas a partir de denúncias.
Devido a pandemia do COVID-19 algumas ações foram necessárias para garantir o cumprimento da Resolução ATR 05/2016, que Dispõe sobre a Regulação, Controle e Fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Tocantins, do Decreto Estadual nº 6072, de 21/03/2020, que dispõe das medidas gerais de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional - COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins, da Resolução ATR Nº 01 de 24/03/2020, que impôs a implementação de medidas de prevenção, controle de riscos, danos e agravos à saúde pública no âmbito do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins, divulgação do Direito do Idoso à passagem gratuita conforme (Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 e a Lei Estadual nº 2.001, de 17 de dezembro de 2012), combate ao transporte rodoviário intermunicipal irregular de passageiros. Com foco na segurança, no combate a disseminação do covid-19, no respeito aos usuários do transporte público de passageiros e no cumprimento da legislação vigente. Neste intuito, a agência participou de Blitz educativa na BR-153 em parceria com órgãos da esfera federal, que teve como objetivo orientar os caminhoneiros acerca dos cuidados preventivos contra o novo Coronavírus, principalmente sobre a forma correta de higienizar as mãos. Na oportunidade foram entregues mais de 150 kits contendo lanches, água, materiais de higiene pessoal e materiais informativos sobre a Covid-19.
Rotineiramente, nos terminais rodoviários nas cidades Araguaína, Araguatins, Palmas, Paraíso do TO, Porto Nacional, Gurupi, Guaraí, Dianópolis e Colinas onde essa Agência possui postos de fiscalização são averiguados o cumprimento de horários e tarifas, os seccionamentos das linhas regulares, e disponibilizado atendimento ao público em geral, com prestação de informações acerca dos serviços de transporte de passageiros, aproximadamente dezessete mil veículos, foram vistoriados em todos os terminais rodoviários.
Além disso, a agência realizou operações volantes, para averiguar denúncias e reclamações dos usuários por meio da Ouvidoria Geral do Estado, foram registradas 198 ações de fiscalização fora do terminal rodoviário.
Como resultado das fiscalizações foram vistoriados aproximadamente 14 mil veículos nas fiscalizações, emitidos 300 (trezentos) autos de infração em todo o estado, atingindo mais de 100% da meta prevista para o ano.
Reforçando a fiscalização do transporte intermunicipal e terminais rodoviários em todo o Estado, o governo do Tocantins por meio da ATR, aumentou o quadro de fiscais e reativou Unidades de Fiscalização em três terminais rodoviários nas cidades de Dianópolis, Araguatins e Colinas. Garantindo a coibição do transporte irregular de passageiros dessas regiões e fornecendo um ponto de atendimento aos usuário do transporte intermunicipal.

Descrição	Meta Prevista	Meta Realizada	Porcentagem
Fiscalização de comando	6	2	33%
Fiscalização do Transporte/Terminais	20	198	990%
Fiscalização dos terminais rodoviários	7	3	43%
TOTAL	**33**	**203**	**100%**

Gerência de Fiscalização de Transportes Públicos e Terminais Rodoviários													
Resumo das atividades da GFTPTR													
Unidades de fiscalização: Araguaína, Guaraí, Paraíso,Porto Nacional, Gurupi, Palmas, Araguatins, Dianópolis e Colinas													
ATIVIDADE FISCALIZAÇÃO	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
VEÍCULOS FISCALIZADOS	1.291	1.156	1.182	1.080	1.162	1.384	1.909	2.025	1.387	1.633	1458	1560	17.227
AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDOS	34	41	22	20	22	18	27	54	40	21	29	20	348
CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO	555	781	695	431	458	466	794	854	815	508	621	739	7.717
VERIFIC DE ITENS DE SEGURANÇA	508	571	612	288	486	493	1.064	1.071	915	559	390	1034	7.991
APREENSÃO DO VEÍCULO	0	0	0	4	0	2	1	5	2	3	4		21
RETENÇÃO DE VEÍCULO	1	0	0	1	1		4	4	2	1	1		15
DENÚNCIAS	18	28	14	19	17		4	16	21	19	27	25	208
OUVIDORIA	10	2	0	1	5		4	3	2	3			30
QUANTIDADES DE PASSAGEIROS	7.769	12.759	9.545	8.013	5.230	9.327	13.751	11.284	11.323	11.842	16962	13693	131.498
ATENDIMENTO AO USUÁRIO	93	90	82	78	61	122	111	112	42	62	81	57	991
ATEND AO PERMIS/EMPRESA	73	82	56	54	51	63	60	92	26	38	898	34	1.527
ATENDIMENTO AO IDOSO	95	91	73	53	37	60	64	81	28	41	38	40	701
FISC. VOLANTE (FORA DO TERMINAL)	15	17	14	6	13	11	20	26	18	20	20	18	198
OUTROS	65	248	179	201	134	269	258	227	175	281	248	98	2.383

Unidade Gestora:	
38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

Objetivo:

Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica

Indicador:

-Índice de fiscalização dos serviços públicos

Programa:	
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
4135	Realização de eventos para a comunicação, transparência e controle social	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
35.300,00	0	35.300,00	0,00	0,00	0,00	35.300,00	0,0000		

Recursos Próprios	**0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
35.300,00	0,00	35.300,00	0,00	0,00	0,00	35.300,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1151	33.90.14	0240	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
04.122.1151	33.90.30	0240	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0
04.122.1151	33.90.47	0240	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	**2021**	**2022**	**2023**	**Unidade**	**Sigla**
12				Unidade	un

Referência:

Ano	**Período**	**Meta do Ano (2020)**	**Execução**	**% Execução**	
	3o Quadrimestre	12,00	1,00	8,3333	

Análise:

A Ação foi executada, porém, não atingimos a meta prevista. Realizamos 8,33% da Meta anual

- Dentro do Plano de Trabalho dos Estudos Especializados da FUNDACE foi realizado o Primeiro Workshop de Regulação do Saneamento e Reuniões Técnicas que tiveram como foco o grande desafio social e financeiro da atração de investimentos e ganho de eficiência diante da regulamentação do Novo Marco de Saneamento Básico no Tocantins e no Brasil e oportunidades de negócios.
- Metas, prazos e desafios no saneamento foram assuntos abordados no workshop .

Não houve despesas orçamentária na execução da Ação, tendo em vista as despesas já estarem incluídas na contratação da FUNDACE.

Unidade Gestora:

38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

Objetivo:

Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica

Indicador:

-Índice de fiscalização dos serviços públicos

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
3097	Modernização do sistema de informação	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
262.000,00	0	262.000,00	0,00	0,00	0,00	262.000,00	0,0000		

Recursos Próprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
262.000,00	0,00	262.000,00	0,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.126.1151	33.90.40	0240	102.000,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	0,00	0	0
04.126.1151	44.90.52	0240	160.000,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
3				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	3,00	0,00	0,0000	

Análise:

Em razão da pandemia da CONVID-19 causada pelo novo Coronavirus, foi instaurado o Decreto nº 6.072 de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela CONVID-19. A ação ficou comprometida, ressaltamos, que o quadro geral de Pandemia não mudou no decorrer deste quadrimestre, vez que, ainda vige o Decreto nº 6.072 de 21 de março de 2020, impossibilitando assim o cumprimentos das metas . Nestes termos, diante dessa situação de calamidade pública, voltadas ao planejamento, as ações ficaram prejudicadas e sofreu uma limitação intransponível imposta pela determinação governamental, sociais e econômicos. É nesse cenário, que elencamos dentre os muitos desafios estabelecidos com a Pandemia da COVID-19.

Unidade Gestora:	
38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:	
1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
3073	Eliminação de pontos críticos - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
62.000.000,00	-1.100.000	60.900.000,00	0,00	0,00	0,00	60.900.000,00	0,0000		

Operações de Crédito Externas - Em Moeda	**4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
62.000.000,00	-1.100.000,00	60.900.000,00	0,00	0,00	0,00	60.900.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.35	4220	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	4220	59.800.000,00	1.100.000,00	60.900.000,00	0,00	0,00	0,00	60.900.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.92	4220	2.000.000,00	-2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
20	0	0	0	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	20,00	0,00	0,0000	

Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista que não houve execução de obras para eliminação de pontos críticos nas rodovias não pavimentadas do Estado.

Devido à pandemia decretada pela OMS e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pelo Coronavírus, SARS - Cov-2 (COVID-19), houve um atraso nos trâmites licitatórios para execução das obras de eliminação dos pontos críticos que tem por finalidade melhorar a conectividade e as condições de transportes nas estradas não pavimentadas bem como promover acessibilidade às populações locais, por meio da eliminação de cerca de 20 pontos críticos, substituindo as atuais infraestruturas deficientes por estruturas hidrológicas de concreto e ainda a realização de projeto de pavimentação e supervisão de cerca de 50 km de trechos de rodovias estaduais para completar a rede e facilitar o acesso às vias federais.

Ainda devido aos atrasos, o processo licitatório foi realizado somente no mês de dezembro para início das obras no exercício seguinte.

A redução orçamentária é resultante de dedução, que suplementou a ação 3059.

Unidade Gestora:	
38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:	
1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4026	Construção e reforma de obras de arte especial	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
49.580.000,00	6.255.264	55.835.264,00	6.831.148,71	6.584.898,71	6.584.701,77	49.004.115,29	12,2344	96,3951	99,9970

Recursos do Tesouro - Ordinários — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
580.000,00	6.005.264,00	6.585.264,00	6.584.898,71	6.584.898,71	6.584.701,77	365,29	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0100	30.000,00	0,00	30.000,00	29.932,50	29.932,50	29.932,50	67,50	99,77	99	99
26.782.1152	33.90.39	0100	250.000,00	-249.705,00	295,00	0,00	0,00	0,00	295,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.92	0100	0,00	39.389,00	39.389,00	39.388,20	39.388,20	39.191,26	0,80	99,99	99	99
26.782.1152	44.90.51	0100	300.000,00	5.322.121,00	5.622.121,00	5.622.120,36	5.622.120,36	5.622.120,36	0,64	99,99	99	99
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	893.459,00	893.459,00	893.457,65	893.457,65	893.457,65	1,35	99,99	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	250.000,00	250.000,00	246.250,00	0,00	0,00	3.750,00	98,50	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.40.42	0104	0,00	250.000,00	250.000,00	246.250,00	0,00	0,00	3.750,00	98,50	0	0
26.782.1152	44.40.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operações de Crédito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
49.000.000,00	0,00	49.000.000,00	0,00	0,00	0,00	49.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.51	4219	49.000.000,00	0,00	49.000.000,00	0,00	0,00	0,00	49.000.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
100				Metro linear	m

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	100,00	0,00	0,0000	

Análise:

A ação foi executada, tendo em vista que até o presente momento foi entregue o projeto executivo para a construção da nova ponte de Porto Nacional, com implementação dos serviços de detalhamento de projeto executivo, mobilização de pessoal e equipamentos, instalação de canteiro de obras, manutenção de canteiro de obras e desmatamento, destocamento e limpeza com arvore de até 0,15m de diâmetro. Foram iniciados também os serviços de terraplenagem do acesso à ponte e confecção das vigas pré-moldadas.

Devido à intensidade das chuvas no primeiro quadrimestre, houve uma baixa na produção dos serviços. No segundo quadrimestre do exercício, foi dada continuidade nos serviços do contrato nº 18/2015, firmado com a empresa Rivoli do Brasil SPA, cujo objeto é as obras de construção da ponte sobre o Rio Tocantins, na Rodovia TO-070, ligando Porto Nacional à Fátima, inclusive a implantação das estruturas de acesso à ponte, envolvendo serviços de terraplenagem e pavimentação, com extensão de 1.488,00 m.

Salientamos que as execuções dos serviços realizadas no exercício configuraram apenas etapas anteriores ao tabuleiro, não sendo suficientes para gerar o produto da ação. As atividades executadas no exercício de 2020 representam um percentual de **6,39%** em relação ao valor total do contrato.

Tendo em vista a pandemia decretada pela OMS e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pelo Coronavírus, SARS - Cov-2 (COVID-19), houve um atraso no andamento do cronograma do contrato.

Foi firmado ainda neste exercício, convênios por meio de emenda parlamentar para atender às seguintes demandas:

1. Construção de uma ponte sobre o Córrego Estiva no município de Recursolândia – Convênio 02/2020 – Processo 559/38960/20;
2. Construção de bueiros, galerias e melhorias nas estradas vicinais no município de Monte do Carmo – Convênio 07/2020 – Processo 579/38960/20.

A redução orçamentária é resultante de dedução, que suplementou as ações 4164, 4198, 4249 e 4272 e suplementações orçamentárias com recursos oriundos das ações 1121 (UG 170100), 3042, 4022, 4126, 4342, 4346 e 9003 (UG 450100).

O pagamento das despesas de exercício anterior saldaram os seguintes processos: 2019/38960/001300, 2019/38960/000098.

Unidade Gestora:	
38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:	
1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4120	Pavimentação de rodovias em parcerias	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
76.405.000,00	-11.427.283	64.977.717,00	69.743,25	69.743,25	69.743,25	64.907.973,75	0,1073	100,0000	100,0000

Recursos do Tesouro - Ordinários — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.125.000,00	-269.593,00	855.407,00	69.743,25	69.743,25	69.743,25	785.663,75	8,15	8,15	8,15

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0100	100.000,00	-30.000,00	70.000,00	69.743,25	69.743,25	69.743,25	256,75	99,63	99	99
26.782.1152	44.90.51	0100	500.000,00	285.146,00	785.146,00	0,00	0,00	0,00	785.146,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.61	0100	425.000,00	-424.739,00	261,00	0,00	0,00	0,00	261,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.92	0100	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE — **0224**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
11.400.000,00	-11.157.690,00	242.310,00	0,00	0,00	0,00	242.310,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.51	0224	10.400.000,00	-10.157.690,00	242.310,00	0,00	0,00	0,00	242.310,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.92	0224	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operações de Crédito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
63.880.000,00	0,00	63.880.000,00	0,00	0,00	0,00	63.880.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.51	4219	63.000.000,00	0,00	63.000.000,00	0,00	0,00	0,00	63.000.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.92	4219	880.000,00	0,00	880.000,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
122				Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	122,00	0,00	0,0000

Análise:

Esta ação não foi executada tendo em vista que a pandemia decretada pela OMS e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pelo Coronavírus, SARS - Cov-2 (COVID-19), atrasou as atividades da ação e muitos serviços e obras de pavimentação e duplicação não foram executadas no período.

Informamos também que as obras continuam paralisadas e aguardam a liberação de recursos de convênios e operações de créditos para execução dos serviços de pavimentação da TO-262 (Silvanópolis/Pindorama), TO-365 (Entrocamento da BR-153 em Gurupi/Trevo da Praia), TO-255 (Lagoa da Confusão/Barreira da Cruz) e TO-010 (lajeado/Tocantínia). Ressaltamos ainda que muitos dos contratos de obras desta ação estão em trâmite para rescisão ou extinção contratual por decurso de prazo. Alguns contratos de pavimentação de rodovias foram extintos nesse exercício, dentre eles Contrato n° 010/2014, Contrato n° 027/2014 e Contrato n° 090/2014.

Os contratos extintos possuem os seguintes objetos:

- Contrato n° 010/2014: Serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais, na rodovia TO-010, trecho: Ananás / Entroncamento BR-230 (Araguatins), numa extensão de 81,16 km.
- Contrato n° 027/2014: Serviços de complementação de terraplenagem e pavimentação asfáltica, da Rodovia TO-010, Trecho: Entroncamento TO-404 (Araguatins) / Entroncamento TO-201 (Buriti do Tocantins), com extensão de 33,81 km.
- Contrato n° 090/2014: Execução dos serviços de complementação de terraplenagem e pavimentação asfáltica, na Rodovia TO-164, Trecho: Entroncamento TO-230 / Muricilândia, com 70,95 km de extensão.

A redução orçamentária é resultante de dedução, que suplementou a ação 2108 (UG 370100), 4003, 4039, 4121, 4164, 4167, 4198, 4222, 4249, 4311 e 4342 e suplementações orçamentárias com recursos oriundos das ações 4342, 2310, 4249, 4130.

Unidade Gestora:	
20600	Fundo de Desenvolvimento Econômico

Objetivo:

Fomentar o Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Industrial do Estado do Tocantins

Indicador:

-Municípios alcançados com ações de fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial do Tocantins
-Empresas beneficiadas do programa de incentivo fiscal

Programa:	
1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:		
Código 4071	**Título** Fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos	**Prioritária** Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.652.000,00	-3.000.000	1.652.000,00	11.762,66	96,00	96,00	1.640.237,34	0,7120	0,8161	100,0000

Recursos Próprios					**0240**				
Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
4.652.000,00	-3.000.000,00	1.652.000,00	11.762,66	96,00	96,00	1.640.237,34	0,71	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
22.661.1155	33.40.41	0240	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
22.661.1155	33.50.41	0240	240.000,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0	0
22.661.1155	33.90.14	0240	25.000,00	0,00	25.000,00	96,00	96,00	96,00	24.904,00	0,38	0	0
22.661.1155	33.90.33	0240	25.000,00	0,00	25.000,00	11.666,66	0,00	0,00	13.333,34	46,66	0	0
22.661.1155	33.90.39	0240	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
22.661.1155	33.90.41	0240	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0	0
22.661.1155	33.90.92	0240	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0	0
22.661.1155	44.90.51	0240	4.000.000,00	-3.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
1				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	1,00	0,00	0,0000	

Análise:

Referente a execução da meta física desta ação, durante este ano de 2020, as atividades não aconteceram da forma pretendia, devido principalmente a dois motivos: Primeiro, devido as dificuldades enfrentadas para executar o orçamento, já que nesse período o governo buscou se manter enquadrado nas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, e segundo, em razão da instabilidade social e econômica gerada pela crise da Pandemia da COVID-19;
Referente a execução financeira, o processo de Sinalização dos Arranjos Produtivos foi elaborado o termo de referência, definido os locais de instalação das placas e outdoors e processo enviado para tomada de preços; em outra frente foi solicitado a ASCOM, a criação das artes para outdoors dos Arranjos Produtivos Locais.
Também foram subtraídos R$ 3 milhões de reais da ação, fato esse que compromete a execução do projeto do Polo de Confecções, que apesar de ter recursos orçamentários previstos, também depende de decisão política para seguir.
Durante o ano de 2020, só tivemos orçamento liberado durante um pouco mais de um mês, oficialmente, entre os dias 10 de fevereiro e 18 de março de 2020, mas de fato o sistema só foi liberado na segunda quinzena de fevereiro, o que reduziu ainda mais a janela de tempo. Soma-se a isso, o fato do sistema não ter ficado operante todos os dias durante esse período. Ao se avaliar a execução financeira referente ao ano de 2020, deve-se considera os fatores acima, que contribuíram para um baixo nível de utilização dos recursos orçamentários da ação, impactando no cumprimento da meta física.
Apesar do baixíssimo nível de execução financeira, durante o ano de 2020, devido as considerações acima, a Gerencia de Sistemas Produtivos, articulou diversas ações que colaboram com entrega parcial dos resultados, conforme segue abaixo:

AÇÕES VINCULADAS A ESTRUTURAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Estruturação do Arranjo Produtivo da Piscicultura:
Durante o mês de setembro foram realizadas, pesquisas de dados e elaboração dos Slides para apresentação Piscicultura;
Pesquisa dos dados para apresentação Tilapicultura, com argumentos que apresentam as vantagens comparativas do Estado do Tocantins para produção de Tilápia, e para ser usada para atrair investidores;

Estruturação do Arranjo Produtivo da Avicultura
Em outubro a Gerencia de Sistemas Produtivos realizou pesquisa de dados e elaboração dos Slides para apresentação Avicultura;

Estruturação do Arranjo Produtivo de Frutos do Cerrado:
Ainda em Setembro nos dias 24 e 25/09/2020 articulação com OCB/SESCOOP e SEAGRO sobre estruturação dos produtores de Barrolândia para estruturação do APL Pequi;
Em 28/09/2020 elaboração projeto desenvolvimento de óleos vegetais p/ Janela B SEMARH;
Em 13 e 14/10/2020: Elaboração do Projeto para implantação de Agroindústrias para beneficiamento de frutos do cerrado e óleos vegetais;
Em 19/10/2020: Tratativa com Charles da CODEVASF, sobre o Projeto de Estruturação das agroindústrias beneficiamento frutos do cerrado;

Ações de Gestão e Representatividade
O representante da Gerencia de Arranjos Produtivos, participou de diversas reuniões representando a SICS, como participação da 60ª Reunião Ordinária do COEMA, 41ª Reunião Ordinária do CERH e 34ª e 35ª Reunião Ordinária do NAPL/TO; Reunião Fórum Estadual de Mudanças Climáticas – FEMC;

Ações de Inteligência de Mercado
Criação das artes para outdoors dos APLs para ASCOM;
Mensalmente, análise dos dados sobre comportamento do emprego (CAGED) e elaboração do texto para impressa;
Em 07/10/2020: Elaboração Pesquisa dos dados da arrecadação do Estado e elaboração do gráfico, para apresentação das Federações;
Em 08/10/2020: Reunião com as Federações e Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Tocantins;
Em setembro de 2020 participação da 1º Reunião Ordinária Anual Ovinocaprinocultura e Reunião Câmara Setorial do Leite;
Em 20/10/2020 a Gerencia de Sistemas Produtivos, realizou pesquisa da quantidade de cooperativas, Sindicatos FIETO, FECOMÉRCIO e Rurais no Tocantins demandada pela Diretoria de Indústria, Comércio e Serviços;

Ações Processuais

Em 09/10/2020: Adequação e Envio do Estudo Técnico Pré-liminar de Sinalização das Rodovias para Superintendência de Contratos e Licitação da SEFAZ;
Em 09/10/2020 a Gerencia de Sistemas Produtivos em colaboração com Gerencia de Assistência as Microempresas, forneceu orientação para construção de argumentos para CGE, Processo Campanha Natalina;
Em outubro de 2020, a Gerencia de Sistemas Produtivos, fez a adequação e envio da minuta do Termo de Cooperação com as alterações e solicitação de agenda para assinatura do nosso Gestor com o Reitor e realizou a análise do Parecer Advocacia Geral da União sobre o processo de Mapeamento dos Arranjos Produtivos junto a Universidade Federal do Tocantins;
Em 14/10/2020 a Gerencia de Sistemas Produtivos, realizou a análise do Processo de transferência de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico para Agência de FOMENTO;

Unidade Gestora:	
20600	Fundo de Desenvolvimento Econômico

Objetivo:
Estimular a Atração de Investimentos Estratégicos

Indicador:
-Coeficiente de Variação do Saldo de Empregos Celetistas (CVSEC) - CAGED

Programa:	
1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:		
Código	**Título**	**Prioritária**
4142	Promoção do Estado do Tocantins	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
540.000,00	0	540.000,00	106.565,23	22.902,58	22.902,58	433.434,77	19,7343	21,4916	100,0000

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
540.000,00	0,00	540.000,00	106.565,23	22.902,58	22.902,58	433.434,77	19,73	4,24	4,24

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
22.661.1155	33.90.14	0240	71.564,00	0,00	71.564,00	7.389,00	7.389,00	7.389,00	64.175,00	10,32	10	10
22.661.1155	33.90.30	0240	16.000,00	5.000,00	21.000,00	7.359,90	7.359,90	7.359,90	13.640,10	35,04	35	35
22.661.1155	33.90.32	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
22.661.1155	33.90.33	0240	116.800,00	0,00	116.800,00	23.333,33	8.153,68	8.153,68	93.466,67	19,97	6	6
22.661.1155	33.90.39	0240	285.636,00	-5.000,00	280.636,00	68.483,00	0,00	0,00	212.153,00	24,40	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
5				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	5,00	10,00	200,0000	

Análise:

Neste ano foi possível a realização de um **Road Show** em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O ROAD SHOW contou com a presença de técnicos e do Secretário, onde foi possível fazer diversas visitas a empresas, com o objetivo de atraí-las para vir investir no Tocantins, onde foram prospectadas nove (9) empresas. Na oportunidade foram apresentadas todas as potencialidades do Tocantins através de exibição de vídeo institucional e entrega de materiais publicitários do Estado. Justificando assim o pagamento de diárias e passagens aéreas nesta ação.

Outro processo executado nesta ação foi a aquisição de material promocional do Estado, como Pastas em L, bloco de notas e cartões de boas vindas. Estes materiais promocionais foram pagos nesta ação.

Com a visita **a 09 empresas** e com a conclusão do processo de **aquisição de material publicitário**, foi considerada meta executada **10**.

Unidade Gestora:	
20600	Fundo de Desenvolvimento Econômico

Objetivo:

Fomentar o Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Industrial do Estado do Tocantins

Indicador:

-Municípios alcançados com ações de fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial do Tocantins
-Empresas beneficiadas do programa de incentivo fiscal

Programa:	
1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:		
Código	**Título**	**Prioritária**
3037	Desenvolvimento da infraestrutura empresarial e logística	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
6.010.888,00	-1.134.043	4.876.845,00	84.717,00	416,25	416,25	4.792.128,00	1,7371	0,4913	100,0000

Recursos Próprios	**0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
6.010.888,00	-1.134.043,00	4.876.845,00	84.717,00	416,25	416,25	4.792.128,00	1,73	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
22.662.1155	33.90.14	0240	15.000,00	0,00	15.000,00	416,25	416,25	416,25	14.583,75	2,77	2	2
22.662.1155	33.90.33	0240	20.000,00	0,00	20.000,00	7.205,33	0,00	0,00	12.794,67	36,02	0	0
22.662.1155	33.90.39	0240	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0
22.662.1155	33.90.47	0240	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0	0
22.662.1155	44.40.42	0240	0,00	2.062.245,00	2.062.245,00	0,00	0,00	0,00	2.062.245,00	0,00	0	0
22.662.1155	44.40.51	0240	5.772.888,00	-3.287.974,00	2.484.914,00	0,00	0,00	0,00	2.484.914,00	0,00	0	0
22.662.1155	44.90.92	0240	0,00	91.686,00	91.686,00	77.095,42	0,00	0,00	14.590,58	84,08	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
2				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	2,00	0,00	0,0000	

Análise:

Neste ano a execução desta ação temática não alcançou os resultados previstos, devido as dificuldades enfrentadas para executar o orçamento, uma vez que o governo promoveu uma série de ações de contenção de despesas que impactaram diretamente na execução do orçamento, dentre elas, a publicação dos Decretos **nº 6.074**, de 30/03/2020, que estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal do Poder Executivo Estadual; e o **Decreto nº 6.095**, de 15/05/2020, que dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais, em municípios tocantinenses para o enfrentamento e a contenção do avanço da pandemia do COVID-19. Foram realizadas várias ações importantes tendo como público-alvo os empresários:

VISITA AOS DISTRITOS INDUSTRIAIS

- **Distrito Industrial de Araguaína**, reunião técnica com a Secretaria de Obras e Infraestrutura de Araguaína, com a participação da Seinfra, com a finalidade de solicitar a atualização do processo de revitalização do DAIARA.
- **Distrito de Porto Nacional -** Foram realizadas visitações com potenciais investidores para verificação da viabilidade de implantação de novos negócios.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- **Distrito Industrial de Colinas do Tocantins**, em reunião com advogado e o vice-presidente da Associação dos empresários do Distrito, foi acordado o valor de R$ 46,00 (quarenta e seis reais) o m², para que se resolva o imbróglio jurídico que assola o Distrito a mais de 10 anos. Houve manifestação do Juiz: que as partes homologam o acordo; no entanto, a PGE prefere esperar a tramitação da alteração da Lei Estadual nº 2.758, a qual esta tramitando na Assembleia Legislativa, haja vista que a mesma contempla somente Palmas, com a alteração contemplará todo o Estado.
- **Quadra ASR NE 55 -** 06 (seis) empresas tiveram seus pedidos de regularização fundiária **deferidos** pela PGE: Adriana Bombons; Distribuidora de Bebidas Imperatins; G L Lazzaretti; Asa Transportes; Forrobrás; e Meneses Indústria e Comércio.
  - 03 (três) empresas tiveram seus pedidos de regularização **indeferidos:** M. E. J. Antônio Lobo - (Quatro Ventos Indústria e Comércio de Roupas Ltda. – EPP): Palmas Boné e Alleanza Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.
- **Quadra ASR SE 55 -** 01 (uma) empresa teve seu pedido de regularização fundiária **deferido** pela PGE: G3 Comércio de Alimentos.

IMPLATAÇÃO DE NOVOS DISTRITOS INDUSTRIAIS

- **Quadra *ASR NE 55* -** com 255 lotes, área total de 831.128,78m², sendo que 137 lotes, ou seja, 105.041,09m² serão destinados a CIDADE DO AUTOMÓVEL, o projeto básico esta sendo atualizado, o qual será enviado a Seinfra, em razão SIC não dispor de quadro técnico qualificado.
- **Guaraí -** processo atualizado para implantação da primeira etapa do Distrito Industrial, e foi encaminhado ao Grupo Executivo para liberação do recurso (R$ 2.062.245,00), no entanto, indeferido pelo mesmo (em detrimento do Decreto Estadual nº 6.074, de 30 de março de 2020, Art. 2º. Tendo em vista a atual situação financeira do Estado do Tocantins e as medidas de contenção adotadas pela atual gestão).
- **Porto Nacional/Luzimangues -** Distrito Industrial e Distrito Agroindustrial, em fase de estudo.

Justificar a redução no valor de R$ -1.134.043,00 (um milhão e cento e trinta e quatro mil e quarenta e três reais)

Foi destina para suplementação de saldo da ação 4064, com a finalidade para execução dos projetos finalístico: CAMPANHA NATALINA 2020, TOCANTINS + COMPETITIVO, INTEGRAR PARA DESENVOLVER e TOCANTINS + PRODUTIVO. aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE.

Unidade Gestora:

20600	Fundo de Desenvolvimento Econômico

Objetivo:

Fomentar o Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Industrial do Estado do Tocantins

Indicador:

-Municípios alcançados com ações de fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial do Tocantins
-Empresas beneficiadas do programa de incentivo fiscal

Programa:

1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:

Código	Título	Prioritária
4341	Disponibilização de crédito para projetos de desenvolvimento do Tocantins	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.000.000,00	-10.000.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Próprios **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
10.000.000,00	-10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.691.1155	33.90.39	0240	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	45.90.66	0240	9.500.000,00	-9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
50				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	50,00	0,00	0,0000	

Análise:

Esta ação durante este ano de 2020, aconteceu dentro da normalidade quanto a **meta financeira**. A parte da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços (SICS), foi realizada com sucesso a partir de uma movimentação financeira na ordem de R$ 10 milhões de reais, originários da fonte 240, do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para a **Ação 6001 fonte (0100),** somando-se ao montante para serem repassados para Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO, vinculado a **Agência de Fomento**, foi cumprida integramente, ainda no 2º quadrimestre, para atender a solicitação da Sefaz (via Ofício).

Recursos aprovado durante a 87ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CDE-TO) ocorrida em 15 de agosto de 2019, conforme processo 2019/19011/000041.

Esta ação 4341, aumento de capital da Agência de Fomento, terá abrangência em todo o território tocantinense, tendo como público alvo definido pela Lei nº 3.665, de 12 de maio de 2020, que Institui o FDESTO, em seu Art. 5º que define como público alvo da ação: as microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e empreendedores individuais, conforme definição da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as pessoas naturais empreendedoras de atividade produtiva, com taxas subsidiadas de 3% a 4% ao ano.

Em 18 de junho foi publicado, no Diário Oficial do Estado, o Decreto nº 6098, de 26 de maio de 2020, que abriu Crédito Especial ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO, crédito adicional especial no valor de R$ 10.000.000,00. O recurso foi integramente repassado para ser operacionalizado pela Agência de Fomento.

Através do ATO nº 733 – DSG. Publicado no D.O.E nº 5665, de 14 de agosto de 2020, o governador Mauro Carlesse designou os servidores, SANDRO HENRIQUE ARMANDO, como Gestor da Unidade; KELMA LIMA DE SOUSA RODRIGUES, Execução Orçamentário-Financeira; GEOVANI CALDAS DA SILVA, Contador; para gerir o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO.

Quanto a **meta física (50)** ainda não sabemos quantas empresas foram atingidas, uma vez que a disponibilização do crédito é feita pela Agência de Fomento, a qual irá nos suprir de informações quanto ao número de empresas atendidas com esse fomento, bem como, quanto às linhas de crédito disponibilizadas.

Unidade Gestora:	
27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Garantir com qualidade o acesso, a permanência e o sucesso do aluno da educação básica

Indicador:

-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio

Programa:	
1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2042	Descentralização de recursos à gestão comunitária	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
54.461.000,00	-15.856.680	38.604.320,00	38.073.532,19	38.073.531,76	38.036.338,83	530.787,81	98,6250	99,9999	99,9023

Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.50.42	0101	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
54.261.000,00	-15.656.680,00	38.604.320,00	38.073.532,19	38.073.531,76	38.036.338,83	530.787,81	98,62	98,62	98,52

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.43	0214	52.011.000,00	-16.215.930,00	35.795.070,00	35.264.282,99	35.264.282,56	35.227.089,63	530.787,01	98,51	98	98
12.368.1156	44.50.42	0214	2.250.000,00	559.250,00	2.809.250,00	2.809.249,20	2.809.249,20	2.809.249,20	0,80	99,99	99	99

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
498				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	498,00	492,00	98,7951	

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que foram atendidas 492 escolas das quais, das 10 parcelas previstas, foram transferidas 7 parcelas. Às 492 Unidades Escolares jurisdicionadas as 13 Diretorias Regionais de Ensino, conforme quadro abaixo:

ITEM	REGIONAL	META FÍSICA ATENDIDA
1	ARAGUAINA	71
2	ARAGUATINS	40
3	ARRAIAS	17
4	COLINAS DO TOCANTINS	20
5	DIANOPOLIS	20
6	GUARAI	24
7	GURUPI	62
8	MIRACEMA DO TOCANTINS	53
9	PALMAS	38
10	PARAISO DO TOCANTINS	41
11	PEDRO AFONSO	31
12	PORTO NACIONAL	41
13	TOCANTINOPOLIS	34
TOTAL GERAL		**492**

Houve a redução dentro da mesma ação na fonte 0214, da natureza de despesa 33.50.43 para a natureza 44.50.42 e ainda das fontes 0101 e 0104, para atender os dispêndios da ação 2109.

Houve a suplementação na fonte 0214, oriundo da ação 2116.

Unidade Gestora:	
20290	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

Objetivo:
Implementar Projetos Estratégicos em CT&I

Indicador:
-Percentual de projetos estratégicos de CT&I

Programa:	
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
3094	Implantação do projeto de energia solar – usina fotovoltaica para redução dos gastos da administração pública estadual	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo**	**% E/A**	**% L/E**	**% P/L**
1.000.000,00	-1.000.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Ordinários	**0100**

Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
19.571.1159	33.90.39	0100	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	**2021**	**2022**	**2023**	**Unidade**	**Sigla**
10				Porcentagem	%

Referência:

Ano	**Período**	**Meta do Ano (2020)**	**Execução**	**% Execução**	
	3o Quadrimestre	10,00	0,00	0,0000	

Análise:

Encaminhado à Secretaria de Estado de Parcerias e Investimentos (SPI) **Projeto TOCANTINS 4.0**: Estado Inteligente, que visa a modernização, otimização, eficientização energética, produção de energia via fontes renováveis, manutenção da infraestrutura elétrica e de equipamentos dos prédios públicos do Estado de Tocantins, para projeto denominado ("Tocantins 4.0 Estado Inteligente"), bem como Proposta do MIP para análise do Conselho Gestor.

Em razão da pandemia da COVID-19 - Novo Coronavírus, e considerando o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, o qual institui estado de calamidade no Tocantins e estabelece a manutenção no trabalho apenas dos servidores essencialmente indispensáveis; Considerando também o Decreto Legislativo nº 06/2020, publicado no Diário Oficial da União, edição 55-C, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, os serviços não essenciais se encontram suspensos, o que tem dificultado a execução de grande parte das ações planejadas para esse terceiro quadrimestre de 2020.

Inclusive, na última revisão do PPA esta ação foi zerada, devido à impossibilidade de execução no atual cenário econômico e financeiro do Estado. Há a possibilidade de nos anos subsequentes serem retomados os projetos definidos para esta ação e a mesma ser executada.

Unidade Gestora:	
20290	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

Objetivo:

Implementar Projetos Estratégicos em CT&I

Indicador:

-Percentual de projetos estratégicos de CT&I

Programa:	
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
3095	Implantação do parque tecnológico	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.400.000,00	-5.400.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Ordinários	**0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
5.400.000,00	-5.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
19.571.1159	44.90.51	0100	5.400.000,00	-5.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
10				Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	10,00	0,00	0,0000	

Análise:

Considerando que o Parque Tecnológico encontra-se como projeto prioritário, o qual foi qualificado junto ao Governo do Estado, o mesmo foi encaminhado à Secretaria de Estado de Parcerias e Investimentos (SPI), conforme Decreto nº 6.189, de 25 de novembro de 2020, que dispõe sobre a inclusão e qualificação, no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins- Tocantins-PPI, de Pré-projetos e Projetos que especifica e adota outras providências, foram repassadas todas as responsabilidades de execução e acompanhamento referentes a implantação do Parque Tecnológico à Secretaria de Parcerias e Investimentos. Destaca-se que as análises técnicas foram realizadas pelos técnicos vinculados à Secretaria da Infraestrutura, AGETO e ATS. A FAPT continuará subsidiando com todas as informações técnicas necessárias à SPI. Nesse sentindo, ressalta-se que a execução desta ação ocorreu de forma parcial, na medida em que os projetos foram realizados, porém no que tange à Construção do Centro de Integração não houve a possibilidade de prosseguimento em razão da pandemia da COVID-19, bem como o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, o qual institui estado de calamidade no Tocantins e estabelece a manutenção no trabalho apenas dos serviços essencialmente indispensáveis, bem como o Decreto Legislativo nº 06/2020, publicado no Diário Oficial da União, edição 55-C, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública.

Unidade Gestora:	
10170	Fundo de Modernização da Polícia Militar

Objetivo:

Promover e preservar a segurança pública e a paz social

Indicador:

-Taxa de crimes de furtos e roubos no Estado do Tocantins
-Policial Militar no serviço ativo apto ao exercício laboral

Programa:	
1160	Segurança Cidadã

Ação:		
Código 3052	**Título** Realização de concurso público	**Prioritária** Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
7.200.000,00	0	7.200.000,00	3.142.800,00	0,00	0,00	4.057.200,00	43,6500	0,0000	

Recursos Próprios									
0240									
Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	3.142.800,00	0,00	0,00	4.057.200,00	43,65	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.39	0240	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	3.142.800,00	0,00	0,00	4.057.200,00	43,65	0	0

Meta Física:					
2020 1	**2021**	**2022**	**2023**	**Unidade** Unidade	**Sigla** un

Referência:					
Ano	**Período** 3o Quadrimestre	**Meta do Ano (2020)** 1,00	**Execução** 0,00	**% Execução** 0,0000	

Análise:

No exercício de 2020 a ação não foi executada, tendo em vista a realização de, tão somente, a I Fase do Concurso Público ainda em 2019 (aplicação de prova intelectual) para 1000 vagas para o curso de Formação de Soldados e 40 vagas para o curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar.

Em decisão no Processo Administrativo 2018/09030/000462, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.340, o concurso público foi **anulado** e o contrato rescindindo por inexecução parcial do objeto contratual. Fundamento Legal: art. 77, art. 78, inciso I e II c/c art.79, e seguintes, todos da Lei nº 8.666/93, e violação contratual por parte da Empresa AOCP Ltda. Sendo o Certame anulado oficialmente através da portaria nº 047/2019, publicada no Diário Oficial do Estado do nº 5.437 de 09/09/2019.

Nessa arquitetura, foi nomeada, no ano 2020, nova comissão com vista a realização de novo concurso público, conforme Portaria nº 064/2019-GCG, de 11.12.2019, publicada no DOE nº 5.504 de 13.12.2019. Neste momento, o concurso encontra-se com edital publicado, onde a prova (primeira fase) ocorrerá na provável data de 14/03/2021.

Assim, neste contexto explica a execução parcial do orçamento, pois foi tão-somente empenhado R$ 3.142.800,00 que possivelmente será inscrito em resto a pagar e a meta física ficou zerada no exercício de 2020.

Unidade Gestora:	
32470	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Objetivo:

Promover um trânsito responsável e seguro em todo o Estado

Indicador:

-Índice de acidentes de trânsito
-Índice de vítimas fatais nos acidentes de trânsito

Programa:	
1160	Segurança Cidadã

Ação:		
Código 3016	**Título** DETRAN cidadão	**Prioritária** Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
3.169.021,00	50.000	3.219.021,00	758.629,75	658.100,89	658.100,89	2.460.391,25	23,5670	86,7486	100,0000

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.122.1160	33.50.41	0104	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.169.021,00	0,00	3.169.021,00	758.629,75	658.100,89	658.100,89	2.410.391,25	23,93	20,76	20,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.122.1160	33.90.30	0240	100.000,00	0,00	100.000,00	30.190,14	30.190,14	30.190,14	69.809,86	30,19	30	30
06.122.1160	33.90.36	0240	500.000,00	200.000,00	700.000,00	647.624,22	558.683,23	558.683,23	52.375,78	92,51	79	79
06.122.1160	33.90.39	0240	100.000,00	67.000,00	167.000,00	74.691,72	63.103,85	63.103,85	92.308,28	44,72	37	37
06.122.1160	33.90.92	0240	100.000,00	65.000,00	165.000,00	6.123,67	6.123,67	6.123,67	158.876,33	3,71	3	3
06.122.1160	44.90.51	0240	1.869.021,00	-260.000,00	1.609.021,00	0,00	0,00	0,00	1.609.021,00	0,00	0	0
06.122.1160	44.90.52	0240	500.000,00	-72.000,00	428.000,00	0,00	0,00	0,00	428.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
2.000.000				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	2.000.000,00	915.000,00	45,7500	

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista a existência de elementos que dificultam seu desenvolvimento. Em virtude do Decreto nº 6.074, de 30 de março de 2020, que estabelece medidas de redução e controle de Serviços e Despesas, e também do Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, devido a Pandemia mundial decretada pela OMS por causa do surgimento do novo Coronavírus (COVID-19), garantindo somente as despesas de manutenção da máquina administrativa da instituição, impedindo a implementação das atividades programadas para a ação. As reformas e melhorias programadas para a ação, principalmente, nas unidades desconcentradas desta autarquia, não foram realizadas, em virtude da situação pandêmica. Os valores até agora referem-se a MATERIAL DE CONSUMO no valor de R$30.190,14, e desembolso no valor R$63.103,85 para pessoas jurídicas e R$558.683,23 para pessoas físicas; despesas de exercícios anteriores R$6.123,67. Estudos sobre a melhorias da infraestrutura das CIRETRANS estão sendo realizados, principalmente, nas unidades próprias, e aguardam uma melhoria no cenário econômico, e um aumento na arrecadação das taxas e serviços prestados pelo órgão.

Foram atendidos aproximadamente 915.000.000 (novecentos e quinze mil) cidadãos.

As movimentações orçamentárias no valor de R$260.000,00 e R$72.000 foram realizadas dentro da mesma Ação de natureza de despesa diferentes para atender despesas de exercício anterior com locação de imóveis da Ciretran de Colinas e Anexo II, de Palmas; e locação de imóvel de outras Ciretran´s. Processos 2014/830; 2015/415; 2015/418.

Unidade Gestora:	
32470	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Objetivo:

Promover um trânsito responsável e seguro em todo o Estado

Indicador:

-Índice de acidentes de trânsito
-Índice de vítimas fatais nos acidentes de trânsito

Programa:	
1160	Segurança Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
3017	DETRAN educa	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
12.530.000,00	-6.100.000	6.430.000,00	0,00	0,00	0,00	6.430.000,00	0,0000		

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
12.530.000,00	-6.100.000,00	6.430.000,00	0,00	0,00	0,00	6.430.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.131.1160	33.90.14	0240	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0	0
06.131.1160	33.90.30	0240	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0	0
06.131.1160	33.90.31	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
06.131.1160	33.90.32	0240	6.300.000,00	-6.100.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0
06.131.1160	33.90.39	0240	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
06.131.1160	33.90.92	0240	5.400.000,00	0,00	5.400.000,00	0,00	0,00	0,00	5.400.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
400.000				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	400.000,00	6.580,00	1,6450	

Análise:

A ação não foi executada com êxito, tendo em vista a existência de elementos que dificultam seu desenvolvimento. Em virtude do Decreto nº 6.074, de 30 de março de 2020, que estabelece medidas de redução e de controle de Serviços e Despesas, e também do Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, devido a Pandemia mundial decretada pela OMS por causa do novo Coronavírus (COVID-19). Com isso afetaram e afetam profundamente as atividades programadas para a ação. Entre as mais sacrificadas são as Campanhas Educativas de Trânsito, que em sua grande maioria, dependente de recursos financeiros para seu desenvolvimento e também contato físico. Estas atividades envolvem campanhas publicitárias e institucionais, que demandam volumes significativos de recursos.

Por sua vez, a Diretoria de Educação para o Trânsito manteve-se ativa e durante o ano de 2020, realizou, por exemplo, o Movimento Maio Amarelo, de proporção internacional, com intuito de conscientização para redução de acidentes de trânsito. As ações foram divulgadas por meio das redes sociais do Detran – Twitter, Facebook, Instagram e o Site – compartilhamento massivo de mensagens instantâneas, presenças em rádios e emissoras de televisão, sempre abordando o trânsito com base no tema deste ano, "Perceba o Risco. Proteja a Vida". Não foi possível precisar quantas pessoas foram pessoas alcançadas diretamente e indiretamente.

Ainda durante o ano, livros foram distribuídos para todas as escolas do Estado, que é uma parceria entre a Secretaria da Educação e o DETRAN, referente ao projeto "Trânsito Legal", o qual está de fato na grade dos alunos de 2º a 9º do ensino fundamental. Devido ao COVID-19, as aulas continuaram suspensas, então o projeto ainda não foi divulgado e apresentado à população, que será realizado quando autorizado a volta às aulas.

O método de trabalho para conscientização continuou restrito devido COVID-19, sendo realizado de forma online, com pequenas ações presenciais com todas as medidas de segurança cabíveis. A semana mais importante do trânsito no ano, SNT – Semana Nacional de Trânsito, é comemorada entre os dias 18 e 25 de setembro, e foram realizadas ações diárias por 8 (oito) dias seguidos, desde sua abertura até a finalização.

Em 2020, iniciou-se a implantação ao Renaest – Registro Nacional de Estatística, com participação de todos os Estados, onde serão inseridas as estatísticas coletadas de forma que possua uma melhor exatidão.

Ainda devido pandemia, os cursos dos institutos credenciados a esta Autarquia foram suspensos, no final de março, voltando somente a partir de 1º de julho. Foram certificados **6.580** condutores especializados através do ITASET - Instituto Tocantinense de Aprendizagem e Estudos Especializados em Trânsito, ITT - Instituto Tocantinense De Trânsito - e SEST/SENAT - Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

Lembrando que datas comemorativas que possuem uma maior visibilidade não foram esquecidas, porém foram realizadas ações somente digitais.

Um projeto ambicioso voltado para a Educação no Trânsito no Estado do Tocantins, e a expectativa que em 2021 seja colocado em prática.

Esclarecemos que os eventos não necessitam de recursos financeiros, pois em sua quase totalidade, necessitam somente da presença dos servidores da Educação para o Trânsito e levam informações a população sobre um trânsito seguro.

Nesta ação foi realizada a movimentação orçamentária no valor de R$6.100.000,00 para a suplementar a Ação 3063 (Trânsito Legal) para atender despesas com locação de veículos (pessoa jurídica), e também para atender pagamento de Precatório em cumprimento a determinação judicial, referente aos autos nº 0000739-82-2015.8.27.2729.

Unidade Gestora:

32470	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Objetivo:

Promover um trânsito responsável e seguro em todo o Estado

Indicador:

-Índice de acidentes de trânsito
-Índice de vítimas fatais nos acidentes de trânsito

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
3063	Trânsito legal	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.100.000,00	600.000	1.700.000,00	507.961,50	507.961,50	507.961,50	1.192.038,50	29,8800	100,0000	100,0000

Recursos Próprios **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.100.000,00	600.000,00	1.700.000,00	507.961,50	507.961,50	507.961,50	1.192.038,50	29,88	29,88	29,88

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.122.1160	33.90.14	0240	300.000,00	0,00	300.000,00	200.241,50	200.241,50	200.241,50	99.758,50	66,74	66	66
06.122.1160	33.90.30	0240	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0
06.122.1160	33.90.39	0240	0,00	600.000,00	600.000,00	307.720,00	307.720,00	307.720,00	292.280,00	51,28	51	51
06.122.1160	33.90.92	0240	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
06.122.1160	44.90.52	0240	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
200.000				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	200.000,00	72.749,00	36,3745	

Análise:

A ação não foi executada com êxito, mesmo sendo uma ação prioritária para o órgão. Em virtude do Decreto nº 6.074, de 30 de março de 2020, que estabelece medidas de redução e de controle de Serviços e Despesas, e também do Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, devido a Pandemia mundial decretada pela OMS por causa do surgimento do novo Coronavírus (COVID-19), houve a suspensão das bancas examinadora. As atividades da Banca Examinadora foram retomadas a partir de 01/06/2020, pois estavam suspensas para evitar a propagação do novo coronavírus, com atendimento ao público e aos Centros de Formação de Condutores de forma presencial, via telefone e email, com limitação de aplicação das provas. Lembramos que o número de "blitz" educativas e repressivas nas vias e rodovias estaduais também sofreram uma redução significativa em virtude da pandemia.

Durante o ano, as ações desenvolvidas na Banca Examinadora, foram **aplicados 43.621 exames entre provas teóricas e práticas aos** candidatos a CNH. E foram realizadas **457** (quatrocentos e cinquenta e sete) operações Educativas e Repressivas nas vias de trânsito em parceria com Prefeituras e Polícia Militar.

Os valores pagos em Diárias, no valor de R$200.241,50 referem-se a deslocamentos dos examinadores de trânsito e agentes de fiscalização, e Pessoa Jurídica no valor de R$307.720,00, onde encontram-se as despesas relacionadas aos prestadores de serviços.

Foram aplicados **16.122** Autos de Infração de Trânsito – AITs, além de **4.126 Medidas Administrativas de Remoção de Veículos**, devido a irregularidades que não poderiam ser sanadas no momento da abordagem, sendo que destes, **2.384** veículos foram devidamente liberados após sanar as irregularidades.

Ainda durante o ano foram vistoriados de **2.806 veículos (escolar, veículos oficiais e de leilão para outros órgãos)**, e veículos localizados nos pátios da Sancar-Palmas e Prefeitura de Palmas, a serem levados a hasta pública, e notificados **1.105** proprietários de veículos removidos/recolhidos ao pátio. E ainda, nos leilões foram negociados **2.128** veículos (automóveis e motos).

Unidade Gestora:	
42650	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

Objetivo:

Promover a Proteção Social Básica

Indicador:

-Percentual de unidades de CRAS com dimensão de Recursos Humanos igual a 5

Programa:	
1161	Assistência Social

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
4344	Cofinanciamento dos benefícios eventuais	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	0	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000		

Recursos do Tesouro - Ordinários	**0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
08.244.1161	33.40.41	0100	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
139				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	139,00	16,00	11,5107	

Análise:

O cofinanciamento é uma ação prioritária, mas em virtude dos tramites administrativos devido ao período eleitoral não foi realizado o repasse financeiro aos municípios, os processos digitais estão em andamento e a previsão é para o primeiro quadrimestre de 2021. Ressalto que o orçamento é de origem do FECOEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, Resolução Nº 02/2020, no valor de R$ 3.904.200,00 (três milhões novecentos e quatro mil e duzentos reais). Informo que a suplementação orçamentária na ação ocorre a partir da solicitação para realizar o repasse financeiro aos municípios.

Informo ainda, que houve execução de 11%, onde foram cofinanciados 16 municípios: Aliança, Tocantins, Alvorada, Angico, Barra do Ouro, Carmolândia, Combinado, Darcinópolis, Dianópolis, Ipueiras, Monte Santo, Praia Norte, Santa Rosa, São Valério da Natividade, Sítio Novo, Santa Terezinha e Sandolândia, totalizando R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), destinado a despesas com Benefícios Eventuais (famílias com auxilio natalidade, funeral e auxilio temporal e calamidade publica). O repasse é referente ao exercício de 2019, onde dos 131 municípios cofinanciados 16 estavam com problemas na conta corrente, por isso foi executado no exercício de 2020.

O Recurso utilizado é de origem do FECOEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e o valor foi executado na Ação 4320 equivocadamente, ocasionando a divergência entre execução física e financeira na ação.

Unidade Gestora:	
24950	Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio

Objetivo:

Aprimorar a Gestão Administrativa dos Serviços Públicos do Poder Executivo

Indicador:

-Índice de satisfação dos usuários com os serviços prestados pelo É PRA JÁ
-Percentual de servidores capacitados do Poder Executivo

Programa:	
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:		
Código 3010	**Título** Capacitação dos servidores públicos	**Prioritária** Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
210.000,00	0	210.000,00	400,00	400,00	400,00	209.600,00	0,1904	100,0000	100,0000

Recursos Próprios					**0240**				
Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
210.000,00	0,00	210.000,00	400,00	400,00	400,00	209.600,00	0,19	0,19	0,19

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.128.1166	33.90.36	0240	100.000,00	0,00	100.000,00	400,00	400,00	400,00	99.600,00	0,40	0	0
04.128.1166	33.90.39	0240	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
2.500				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	2.500,00	1.967,00	78,6800	

Análise:

A ação não foi executada com êxito, devido as restrições para produção de novos cursos, conforme Decreto nº 6.074 de 30 de março de 2020. No entanto, a DICAP/UNICET ofertou cursos EaD que já existiam na grade, os quais foram produzidos, em módulos, em anos anteriores, mas que podem ser relançados conforme necessário.

No exercício foram ofertados 17 cursos com emissão de certificados, além do Webinar que não houve certificação, capacitando 1967 servidores.

CURSOS UNICET 2020		
SEQ	**NOME DO CURSO**	**SERVIDORES QUALIFICADOS**
1	Planejamento Estratégico	230
2	Como Falar em Público	293
3	Relações Humanas com Ênfase na Qualidade dos Serviços Públicos	320
4	Liderança, Gerenciamento e Gestão de Pessoas	101
5	Negociação e Gerenciamento de Conflitos	81
6	Formação de Instrutor da Educação a Distância	75
7	Boas Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho	127
8	Inteligência Financeira para Funcionários Públicos	171
9	Treinamento SIGA-UNICET	46
10	Noções de Primeiros Socorros	102
11	Qualidade de Vida nas Organizações	106
12	Aspectos Econômicos, Históricos e Geográficos do Estado do Tocantins	85
13	Introdução ao Orçamento Público I e II	61
14	Libras para Comunicação no Trabalho	68
15	Cerimonial e Protocolo para Eventos I e II	49
16	Formação de Pregoeiro	27
17	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	25
TOTAL		**1.967**

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Promover o Ordenamento e a Gestão Territorial

Indicador:

-Índice de Implantação dos Instrumentos de Gestão Territorial do Estado do Tocantins
-Índice de Implantação do Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2053	Elaboração de estudos para subsidiar o ordenamento e a gestão territorial do Estado	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
6.119.000,00	-200.000	5.919.000,00	0,00	0,00	0,00	5.919.000,00	0,0000		

Recursos do Tesouro - Ordinários — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.127.1166	33.90.14	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.127.1166	33.90.30	0100	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.127.1166	33.90.33	0100	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.127.1166	44.90.52	0100	80.000,00	-80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operações de Crédito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
5.919.000,00	0,00	5.919.000,00	0,00	0,00	0,00	5.919.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.127.1166	44.90.14	4220	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.33	4220	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.35	4220	4.755.000,00	0,00	4.755.000,00	0,00	0,00	0,00	4.755.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.39	4220	1.024.000,00	0,00	1.024.000,00	0,00	0,00	0,00	1.024.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
8				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	8,00	1,00	12,5000

Análise:

A ação foi executada com a elaboração de zoneamentos ambientais, levantamentos de recursos naturais e socioambientais.

As principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2020 foram:

(i) a condução técnica dos serviços de Elaboração do *Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins*, formalizado por meio do contrato nº 11/2015;
Estes serviços estão sendo executados no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, instrumentalizado no Contrato nº 11/2015, vigente desde junho/2015, e conduzido pela equipe técnica da Gerência de Zoneamento Territorial – GZT da Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ. Contratualmente, estão previstos 19 produtos. Desses, 18 (dezoitos) analisados e pagos anteriormente.

Houveram seis aditamentos oficiais de prazo e mais um referente a reajuste financeiro.

O último aditamento de prazo foi iniciado em 27/08/2020 com finalização prevista para 31/12/2020, tendo sido acrescidos mais 127 dias ao Contrato. Informa-se que a extensão de prazo foi necessária para conclusão de todas as atividades previstas no Contrato nº 11/2015 – refinamentos/editoração de produtos P17 e P18, elaboração de mapas em diversas escalas, elaboração/finalização do produto P19 (Síntese do Plano de zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins), e realização de dois seminários online para entrega dos resultados do trabalho realizados nos dias 1 e 3 de dezembro de 2020.

O Contrato foi paralisado entre 20/06 e 23/07/2020 em função de formalização de extensão de prazo. Em 7/12/2020 a Administração se viu obrigada a Paralisar/Suspender a Execução dos Serviços por 60 (sessenta) dias em função dos seguintes motivos: 1) finalização de produtos técnicos e resguardar a execução de trâmites financeiros.

Institucionalmente, foi revisada a constituição da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE), obrigatória no processo legal de aprovação do Instrumento Zoneamento Ecológico-Econômico, publicado no Diário Oficial 5.724 o decreto n° 6.183.

(ii) a condução técnica dos serviços de Consultoria para Elaboração de Cartas Climáticas do Estado do Tocantins, formalizado pelo contrato nº 45/2019;

Estes serviços foram executados no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, instrumentalizado no Contrato nº 45/2019, e conduzido pela equipe técnica da Gerência de Zoneamento Territorial – GZT da Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ. Contratualmente, estão previstos 6 (seis) produtos, sendo que todos foram analisados e aprovados, sendo que 5 produtos foram pagos e o sexto encaminhado para pagamento.

Em 08/07/2020 foi iniciado aditivo de prazo ao Contrato de 90 (noventa) dias, totalizando 420 dias de execução, com finalização prevista para 06/10/2020. O aditamento foi motivado pela necessidade de maior prazo para realizar as revisões dos Produtos 5 - Diagnóstico Climático e Produto 6 - Banco de Dados Geográfico, que devido ao grande volume de informações disponibilizadas nestes produtos e as dificuldades impostas pelo trabalho remoto, requerem um tempo maior para as avaliações da equipe técnica e gestores da SEFAZ e revisões do Consórcio.

O Contrato foi paralisado por 30 dias entre 20/06 e 20/07/2020, em função da necessidade de formalização de extensão de prazo não serem concluídos antes do contrato expirar. Em 30/09/2020 a Administração se viu obrigada a Paralisar/Suspender a Execução dos Serviços por 60 (sessenta) dias em função dos seguintes motivos: 1) finalização de produtos técnicos e resguardar a execução de trâmites financeiros.

As informações resultantes do trabalho foram sistematizadas para disponibilização pública na forma de série editorial. Além disso, os dados vetoriais e os mapas foram devidamente estruturados para composição do Sistema Estadual de Informações Geográficas do Tocantins.

Ressaltamos que parte da equipe técnica da Diretoria e Gerencia de Zoneamento Territorial foi acometida pela Covid-19 (Novo Coronavírus), e teve que se afastar temporariamente das atividades de análise dos produtos. Ressaltada também o grande volume de dados/informações produzidos, houve um atraso da SEFAZ no retorno da análise dos produtos entregues pela Consultora, o que provocou um atraso no cronograma.

Unidade Gestora:	
25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Fortalecer a Gestão das Transferências Voluntárias e Operações de Crédito

Indicador:

-Percentual de transferências voluntárias federais executadas

Programa:	
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	**Título**	**Prioritária**
2119	Gerenciamento do projeto de desenvolvimento regional integrado e sustentável	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo**	**% E/A**	**% L/E**	**% P/L**
22.213.000,00	-7.000.000	15.213.000,00	556.878,92	510.733,56	510.733,56	14.656.121,08	3,6605	91,7135	100,0000

Operações de Crédito Externas - Em Moeda	**4220**

Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
22.213.000,00	-7.000.000,00	15.213.000,00	556.878,92	510.733,56	510.733,56	14.656.121,08	3,66	3,35	3,35

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	44.90.14	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	8.662,50	8.662,50	8.662,50	91.337,50	8,66	8	8
04.121.1166	44.90.33	4220	500.000,00	0,00	500.000,00	10.445,82	10.445,82	10.445,82	489.554,18	2,08	2	2
04.121.1166	44.90.35	4220	21.113.000,00	-7.050.000,00	14.063.000,00	487.822,40	441.677,04	441.677,04	13.575.177,60	3,46	3	3
04.121.1166	44.90.36	4220	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.39	4220	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.47	4220	0,00	50.000,00	50.000,00	49.948,20	49.948,20	49.948,20	51,80	99,89	99	99

Meta Física:

2020	**2021**	**2022**	**2023**	**Unidade**	**Sigla**
3				Unidade	un

Referência:

Ano	**Período**	**Meta do Ano (2020)**	**Execução**	**% Execução**	
	3o Quadrimestre	3,00	3,00	100,0000	

Análise:

Para a análise da referida ação, apesar do contexto e reflexos da Pandemia do COVID - 19 que está exercendo influência negativa sobre o alcance das metas do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS. Portanto informamos que foi possível dar andamento em alguns processos sendo: foram aditivados para até 31 de dezembro de 2021, 02 (dois) processos de Consultoria Individual para apoiar o Projeto PDRIS na sua finalização, 01 (um) processo de Consultoria Individual da tradutora e 01 (um) processo de Consultoria Jurídica de Publicação da Empresa Folha da Manhã S. Paulo. Acrescentamos também que foi dado início na contratação (processo em fase de licitação) de Empresa de Idiomas no curso de Inglês, sendo que a meta é capacitar 20 servidores com o objetivo de "adquirir conhecimento, proporcionar aos participantes o exercício oral e escrito do idioma inglês com foco em situações de condução e participação de reuniões e negociações de contratos". Mediante o quadro atual do país, estaremos fazendo uma reorganização interna para darmos continuidade com as atividades sem causar nenhum prejuízo na Execução Final da Ação.

Unidade Gestora:

34490	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

Objetivo:

Promover a Extensão Rural e Assistência Técnica Agropecuária

Indicador:

-Total de assistência Técnica realizada
-Percentual de projetos de crédito rural aprovado

Programa:

1147	Agricultura Familiar

Ação:

Código	Título	Prioritária
4118	Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.692.000,00	-46.457	1.645.543,00	533.260,26	523.368,26	522.783,59	1.112.282,74	32,4063	98,1449	99,8882

Recursos do Tesouro - Ordinários — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
110.000,00	-109.767,00	233,00	232,50	232,50	232,50	0,50	99,78	99,78	99,78

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.606.1147	33.90.14	0100	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.606.1147	33.90.30	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.606.1147	33.90.39	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.606.1147	33.90.92	0100	10.000,00	-9.767,00	233,00	232,50	232,50	232,50	0,50	99,78	99	99
20.606.1147	33.90.93	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contrapartida — 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	25.000,00	25.000,00	12.800,25	12.800,25	12.800,25	12.199,75	51,20	51,20	51,20

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.606.1147	33.90.14	0103	0,00	25.000,00	25.000,00	12.800,25	12.800,25	12.800,25	12.199,75	51,20	51	51

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) — 0218

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	172.442,00	172.442,00	129.321,31	129.321,31	129.152,55	43.120,69	74,99	74,99	74,89

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.606.1147	33.90.14	0218	0,00	172.442,00	172.442,00	129.321,31	129.321,31	129.152,55	43.120,69	74,99	74	74

Recursos de Convênios Federais — 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.205.000,00	0,00	1.205.000,00	156.363,59	156.363,59	156.363,59	1.048.636,41	12,97	12,97	12,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.606.1147	33.90.14	0225	500.000,00	0,00	500.000,00	152.930,72	152.930,72	152.930,72	347.069,28	30,58	30	30
20.606.1147	33.90.30	0225	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0	0
20.606.1147	33.90.33	0225	20.000,00	0,00	20.000,00	1.917,12	1.917,12	1.917,12	18.082,88	9,58	9	9
20.606.1147	33.90.36	0225	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0
20.606.1147	33.90.92	0225	120.000,00	0,00	120.000,00	1.515,75	1.515,75	1.515,75	118.484,25	1,26	1	1
20.606.1147	33.90.93	0225	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0	0

Recursos Próprios — 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
377.000,00	-134.132,00	242.868,00	234.542,61	224.650,61	224.234,70	8.325,39	96,57	92,49	92,32

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.606.1147	33.90.14	0240	75.000,00	103.500,00	178.500,00	170.671,81	170.671,81	170.671,81	7.828,19	95,61	95	95
20.606.1147	33.90.30	0240	60.000,00	-29.750,00	30.250,00	30.249,36	20.357,36	19.941,45	0,64	99,99	67	65
20.606.1147	33.90.33	0240	0,00	6.100,00	6.100,00	6.075,69	6.075,69	6.075,69	24,31	99,60	99	99
20.606.1147	33.90.39	0240	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.606.1147	33.90.41	0240	0,00	28.018,00	28.018,00	27.545,75	27.545,75	27.545,75	472,25	98,31	98	98
20.606.1147	33.90.92	0240	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.606.1147	33.90.93	0240	192.000,00	-192.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
20.000				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	20.000,00	3.317,00	16,5850

Análise:

A ação foi executada parcialmente, devido situação atual provocada pelo corona vírus causador da Covid-19, que inviabilizando a ida dos técnicos a campo para realizar as visitas de assistência técnica, atendendo 3.317 agricultores familiares de forma individual sem repetições, representando 16,58% da meta estabelecida. impossibilitando o efetivo cumprimento da meta estabelecida para

visitas de assistência técnica e extensão rural. A ação 4118 - Extensão rural, assistência técnica, promoção de feiras e eventos agropecuários e que ainda foi executada com bastante esforço e dedicação pelos servidores das Unidades Locais de Execução de Serviços deste Instituto - ULES, no exercício de 2020.
ba= 3.317
Nba= 3.317

Materiais pagos na 33.90.92, no valor de R$ 232,50, são referentes a aquisição de materiais de expediente.

CRÉDITO ADICIONAL DE ORÇAMENTO:

crédito suplementar no valor de 75.000,00, fonte 0218, Credito Adicional Orçamentário, Conforme Ofício Nº. 956/2020/GABSEC, destinado aquisição de materiais de EPIs, higiene, limpeza, combustíveis, manutenção de veículos e diárias que serão utilizadas nas ações de enfrentamento e combate a pandemia provocada pelo Corona vírus, causador da Covid-19.

crédito suplementar no valor de 75.000,00, fonte 0218, destinado ao pagamento de despesas com diárias, combustíveis, peças e serviços para manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos deste Instituto, que serão utilizadas em graus de excepcionalidades nas ações emergenciais de entregas de cestas básicas as famílias que estão em situação de vulnerabilidades devido a pandemia provocada pelo Corona vírus, causador da Covid-19 em todo o Estado do Tocantins.

TRANSFERÊNCIAS DE ORÇAMENTO DENTRO DA MESMA AÇÃO:

35.000,00, na fonte 0100, destinado a devolução de saldo não utilizado do convênio numero 787124/2013.

100.000,00, na fonte 0240, Transferência de Dotação Orçamentária, destinado ao pagamento de despesas referente o exercício de 2019, com combustíveis, peças e serviços para manutenção de veículos.

12.000,00, na fonte 0240, Destinado AO PAGAMENTO DE DESPESAS COM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ASBRAER.

40.000,00, na fonte 0240, alteração de qdd, Destinado ao pagamento de despesas com diárias, que serão utilizadas nas ações emergenciais de entregas de cestas básicas as famílias que estão em situação de vulnerabilidades devido a pandemia provocada pelo Corona vírus, causador da Covid-19 em todo o Estado do Tocantins.

50.000,00, na fonte 0240, Destinado ao pagamento de despesas com diárias, que serão utilizadas nas ações emergenciais de entregas de cestas básicas as famílias que estão em situação de vulnerabilidades devido a pandemia provocada pelo Corona vírus, causador da Covid-19 em todo o Estado do Tocantins.

6.100,00, fonte 0240, destinado ao pagamento de despesas com passagens aéreas para participação de reunião em brasília da asbraer, por meio do convênio anater.

10.000,00, fonte 0240, Destinado ao pagamento de despesas com diárias para Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários, por meio de recursos próprios.

20.000,00, fonte 0240, Destinado ao pagamento de despesas com diárias para Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários, por meio de recursos próprios.

10.000,00, fonte 0240, Destinado ao pagamento de despesas com diárias para Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários, por meio de recursos próprios.

11.018,00, fonte 0240, Destinado ao pagamento de despesas com a mensalidade da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural ASBRAER, referente o mês de OUTUBRO E NOVEMBRO de 2020.

5.000,00, fonte 0240, Destinado ao pagamento de despesas com a mensalidade da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural ASBRAER, referente o mês de OUTUBRO E NOVEMBRO de 2020.

TRANSPOSIÇÕES DE ORÇAMENTO DA 4118 PARA OUTRA AÇÃO:

15.000,00, na fonte 0100, para fonte 0103, ação 4118, transposição destinado ao pagamento de diárias, que serão usadas na implantação do sistema integrado alternativo para produção de alimentos, por meio do convênio Sisteminha.

15.000,00, na fonte 0100, para ação 4195, transposição destinado ao pagamento de despesas com prestação de serviços de telefonia fixa e internet para suprir as necessidades do instituto de desenvolvimento rural do estado do tocantins.

50.000,00, na fonte 0100, para ação 4195, transposição destinado ao pagamento de despesas com prestação de serviços de telefonia fixa e internet para suprir as necessidades do instituto de desenvolvimento rural do estado do tocantins.

10.000,00, na fonte 0100, para ação 4195, transposição destinado ao pagamento de despesas com prestação de serviços de telefonia fixa e internet para suprir as necessidades do instituto de desenvolvimento rural do estado do tocantins.

9.767,00, na fonte 0100, para ação 4195, transposição destinado ao pagamento de despesas com prestação de serviços de telefonia fixa e internet para suprir as necessidades do instituto de desenvolvimento rural do estado do tocantins.

29.750,00, na fonte 0240, para ação 4195, DESTINADO PAGAMENTO DE DESPESAS COM MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ENSINO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TAXAS.

250,00, na fonte 0240, para ação 4195, DESTINADO PAGAMENTO DE DESPESAS COM MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ENSINO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TAXAS.

60.000,00, na fonte 0240, para ação 4195, transposição de dotação orçamentaria destinado ao pagamento de despesas com aquisição de materiais de expediente e manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos do instituto de desenvolvimento rural do estado do tocantins.

9.500, na fonte 0240, para ação 3007, transposição de saldo orçamentário destinado aquisição de equipamento de informática para suprir as necessidades da ti deste instituto.

12.632,00, na fonte 0240, para ação 3007, transposição de saldo orçamentário destinado aquisição de equipamento de informática para suprir as necessidades da ti deste instituto.

22.000,00, na fonte 0240, para ação 3007, transposição de saldo orçamentário destinado aquisição de equipamento de informática para suprir as necessidades da ti deste instituto.

10.000,00, na fonte 0100, para fonte 0103, na ação 4118, destinado ao pagamento de despesas com diárias para execução das metas estabelecidas pelo Convênio Sisteminha, fortalecendo os serviços de extensão rural.

TRANSPOSIÇÕES DE ORÇAMENTO DE OUTRA AÇÃO PARA 4118:

1.430.984,00 na fonte 0100, ação de origem 3013

Unidade Gestora:	
40330	Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA

Objetivo:
Conservar, preservar e proteger a biodiversidade e os recursos naturais do Tocantins

Indicador:
-Índice de Conservação Ambiental

Programa:	
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ação:

Código	Título	Prioritária
4034	Educação ambiental	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
250.000,00	0	250.000,00	92.643,75	92.643,75	92.643,75	157.356,25	37,0575	100,0000	100,0000

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
250.000,00	0,00	250.000,00	92.643,75	92.643,75	92.643,75	157.356,25	37,05	37,05	37,05

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
18.541.1150	33.90.14	0240	75.000,00	0,00	75.000,00	3.371,25	3.371,25	3.371,25	71.628,75	4,49	4	4
18.541.1150	33.90.30	0240	100.000,00	0,00	100.000,00	74.272,50	74.272,50	74.272,50	25.727,50	74,27	74	74
18.541.1150	33.90.39	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	35.000,00	30,00	30	30
18.541.1150	33.90.92	0240	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
100				Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	100,00	93,00	93,0000	

Análise:

Esta Ação foi executada com alcance de 93,0% da meta física prevista, na medida em que a meta planejada para 2020 é de 100 unidades, sedo que deste total foram executas 93 atividades de educação ambiental, buscando envolver a população em ações e boas práticas de conservação e preservação ambiental. As metas físicas alcançadas seguem descritas no quadro abaixo:

META FÍSICA EXECUTADA COM O DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Projetos/programas	Metas	Atividades
Agenda Ambiental do Naturatins – A2N/ A3P	05	Realização de campanha para arrecadação de tampas de garrafas PET e lacres de latas de alumínio para a construção do Hospital do Amor; Projeto Geladeira Teca; Reuniões para a reformulação das atividades da A2N devido a pandemia; Submissão do Projeto Geladeira Teca ao concurso de Projetos de boas práticas ambientais do Ministério do Meio Ambiente; Atividade de replantio de mudas no prédio do Instituto.
Protocolo do fogo	32	Atendimentos virtuais via grupo de mensagens referentes a dúvidas sobre a comprovação das atividades dos Protocolos Municipais de Uso do Fogo para apresentação em processos do ICMS Ecológico: São Bento, Silvanópolis, Carrasco Bonito, Centenário, São Sebastião, Natividade, Mateiros, Monte do Carmo, São Félix, Lajeado, Rio Sono, Sampaio, Porto Nacional, Angico, Ponte Alta do Tocantins, Goianorte, Crixás, Jaú do Tocantins, Couto Magalhães, Dianópolis, Tocantínia, Taguatinga, Porto Nacional, Lavanderia, Aurora do Tocantins, Barra do Ouro, Colméia, Paranã e Luzinópolis.
Plano de educação ambiental	- x -	- x -
Fórum Lixo e Cidadania	25	Atendimento virtual, via aplicativo de mensagens ou via telefone, dos Secretários municipais de meio ambiente para implantação ou renovação do Fórum do Lixo e Cidadania em seus respectivos municípios (Silvanópolis, Carrasco Bonito, Natividade, Goianorte, Monte do Carmo, São Bento, Crixás, Jaú do Tocantins, Couto Magalhães, Dianópolis, Tocantínia, Taguatinga, Porto Nacional, Lavanderia, Aurora do Tocantins, Barra do Ouro, Colméia, Paranã e Luzinópolis; Participação em (04) reuniões do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania.
Campanhas de educação ambiental	02	Participação em reunião com parceiros (SEMARH e SEDUC) para a elaboração da proposta para realização da Semana da Água. Observação: apesar da proposta ter sido elaborada as atividades não ocorreram devido a pandemia.
Oficina para formar Vigilante Voluntário do Meio Ambiente	01	Elaboração de um vídeo contendo informações sobre o Sistema de Cadastro e Acompanhamento de criadores de aves (SISPAS).
Oficina Ambiente-se	- x -	- x -
Capacitação em educação ambiental para Brigadas civis	- x -	- x -
Oficina de Práticas Ecológica	01	Campanha de arrecadação de alimentos para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Palmas (ASCAMPA) devido à pandemia.
Apoio as comunidade tradicionais	09	Reuniões virtuais para apoio aos projetos com aldeias e associações indígenas do município de Tocantínia-TO e com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM); Apoio técnico para elaboração de três editais para aquisição de insumos para o viveiro de mudas da Associação Indígena Nrozawi; Apoio técnico para a prestação de contas e submissão de relatório de atividades do projeto de Gestão Ambiental e Territorial da Aldeia Porteira da Associação Indígena Nrozawi; Participação em duas reuniões virtuais contando com a presença da equipe do

		Centro de Agricultura do Norte de Minas e da Associação Indígena Nrozawi para o planejamento e finalização das atividades do projeto (02 reuniões);Apoio no plantio de mudas nativas do cerrado, com brigadistas da APA Serra do Lajeado, em nascentes da Aldeia Porteira no âmbito do Projeto de Gestão Territorial e Ambiental da Aldeia Porteira.
Demandas Externas	18	Orientação para a gestão da APA do Jalapão sobre a emissão de carteiras para coleta, manejo e transporte de capim dourado e buriti conforme a Política Estadual do Capim Dourado e do Buriti; Participação em reunião do conselho da APA do Jalapão/Parque Estadual do Jalapão; Realização de visitas técnicas para implantação dos viveiros do Projeto Pioneiros Ambientais Mirins (PAM): Araguaína, Colinas, Guaraí, Tocantinópolis, Araguatins, Augustinópolis, Pedro Afonso e Palmas; Participação, apoio técnico e operacional para a realização das reuniões do Conselho da APA Ilha do Bananal Cantão e do Parque Estadual do Cantão (05 reuniões); Participação, apoio técnico e operacional para a realização da primeira reunião do grupo de monitoramento dos Termos de Compromisso entre o Instituto e as Associações de Torraozeiros do município de Caseara-TO e Barreira dos Campos-PA; Encaminhamento de resposta via e-mail à solicitação feita por acadêmico do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins;Participação em aula por vídeo-conferência na Faculdade Guaraí para turma de 8 período do curso de pedagogia com o tema: Estratégias Institucionais da Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Tocantins.
Unidades Executadas	93	

O desenvolvimento desta Ação beneficiou diretamente a 139 municípios de todas as Regiões Administrativas do Estado.

O público alvo beneficiado pelas atividades relacionadas no quadro acima é a população dos municípios tocantinenses em geral, especialmente as lideranças locais, Servidores das Agências do Naturatins, pescadores, professores, produtores rurais, servidores públicos profissionais da iniciativa privada, de associações e sociedades civis organizadas,

Quanto à execução orçamentária verificou-se que houve o comprometimento de R$ 92.643,75 do total autorizado de R$ 250.000,00, que corresponde à execução 37,05% do orçamento para o exercício de 2020, sendo importante informar que o Naturatins sofre com escassez de disponibilidade financeira, uma vez que está sujeito às autorizações da Secretaria da Fazenda, levando o Naturatins a fomentar parceria financeira com os municípios que também contribuíram financeiramente para a execução desta Ação.

Justificativa: a diferença proporcional entre a execução de 93% da meta física com 37,05% de execução orçamentária se justifica por que o orçamento global da Fonte 240 - Recursos Próprios é gerado conforme a programação da receita anual do NATURATINS, sendo que a capacidade de execução do NATURATINS em nível de quantidade de servidores e de estrutura física e de logística são insuficiente para executar 100% dos recursos orçamentários oriundos da receita prevista. Assim sendo, a capacidade de execução do NATURATINS sobre o seu orçamento total tenderá a ser regular ou abaixo do regular. Para o caso específico desta Ação, cabe ressaltar que o teto orçamentário total autorizado ao NATURATINS para a Fonte 240 em 2020 foi de R$ 8.537.000,00 conforme a receita prevista e informada à SEFAZ, sendo que para esta Ação foi distribuído o valor de R$ 250.000,00, correspondente a 2,92% do teto orçamentário total, sendo que o valor executado de R$ 92.643,75 corresponde a 1,08% daquele montante

Importa destacar que o Programa Estadual de Educação Ambiental - PEEA é um instrumento de gestão que colabora na construção de uma nova racionalidade ambiental, fundamental na promoção do desenvolvimento, envolvendo diversos atores sociais como corresponsáveis na formação de uma sociedade sustentável, visando à formação individual e coletiva dos cidadãos. O Naturatins vem tentando implementar gradualmente a educação ambiental para institucionalização do PEEA. Entretanto essas ações são insuficientes para atender a demanda do Estado, necessitando de mais aporte técnico e financeiro, a fim de fortalecer o processo educativo, a mudanças de comportamento dos indivíduos, tornando-os aptos a agir individual e coletivamente resolvendo os problemas ambientais. Essas ações são executadas com várias atividades de sensibilização para despertar a mudança de comportamento frente aos recursos naturais.

INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1- Apoio Aos Protocolos Municipais De Controle Do Uso Do Fogo: Esta atividade é executada com apoio dos municípios e seus líderes dos segmentos sociais para a elaboração do documento de prevenção dos incêndios florestais. Para o ano em exercício havia a previsão de atender os 139 municípios com a oferta da capacitação para a elaboração do documento, porém coube a equipe da Gerência atender e esclarecer as dúvidas quanto a confecção do documento via e-mail e aplicativo de mensagens. No total foram realizados 32 atendimentos as seguintes cidades: São Bento, Silvanópolis, Carrasco Bonito, Centenário, São Sebastião, Natividade, Mateiros, Monte do Carmo, São Félix, Lajeado, Rio Sono, Sampaio, Porto Nacional, Angico, Ponte Alta do Tocantins, Goianorte, Crixás, Jaú do Tocantins, Couto Magalhães, Dianópolis, Tocantínia, Taguatinga, Lavanderia, Aurora do Tocantins, Barra do Ouro, Colmeia, Paranã e Luzinópolis.

2- Fórum do Lixo e Cidadania: O Fórum do Lixo e Cidadania é um espaço de discussão, proposição e apoio ao poder público na gestão dos resíduos sólidos. Até o momento foram realizadas as seguintes atividades: Reuniões com instituições públicas, privadas e catadores através do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania- FELC em Palmas em formato virtual.

3- Campanhas Educativas: Esta atividade é realizada geralmente em parceria com instituições públicas parceiras, como Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC). Durante o início do ano foram feitas duas reuniões para a elaboração da campanha anual da semana da água, porém, devido a situação pandêmica, a atividade não foi realizada.

4- Oficina AMBIENTE-SE: É um projeto com o objetivo de capacitar lideranças, Brigadistas, produtores, servidores e diversos segmentos municipais sobre a sensibilização das questões ambientais para serem multiplicadores de informação. Devido a situação pandêmica a atividade não foi realizada.

5- Agenda Ambiental do Naturatins é um projeto para melhorar a sensibilização dos servidores públicos em relação ao consumo consciente e recursos naturais. Este ano houve atividades com o Lançamento do Projeto A3P, limpeza da garagem e arredores, mobilização sobre as atividades, Projeto GeladeiraTeca.

6- Oficina para formar Vigilante Voluntário do Meio Ambiente: Devido a situação pandêmica a atividade foi comprometida sendo possível apenas a elaboração de um vídeo contendo informações sobre o Sistema de Cadastro e Acompanhamento de criadores de aves (SISPAS).

7- Apoio as Comunidades Tradicionais e Indígenas: Atividades realizadas no âmbito do edital DGM/FIP/Brasil conforme termo de cooperação técnica entre a Associação Indígena Nrozawi e o Instituto Natureza do Tocantins. Foram feitas atividade de apoio técnico para intercomunicação entre a agência executora Nacional e a Associação Indígena, apoio na prestação de contas mensais e solicitação de recursos financeiros para realização das atividades previstas e avaliação do projeto. Também foi oferecido apoio para o replantio de mudas do cerrado em locais de relevância ambiental para a comunidade indígena. O atendimento ocorreu em Palmas-TO e na cidade de Tocantínia-TO. Vale ressaltar que as atividades presenciais, como o replantio de mudas, ocorreu anteriormente a pandemia e que as demais atividades foram realizadas de forma virtual.

8- Oficina de práticas ecológicas: Campanha interna de arrecadação de alimentos para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Palmas (ASCAMPA) devido à pandemia.

9 – Algumas demandas externas foram atendidas de forma virtual.

OBS: Devido a pandemia várias atividades foram repensadas e estiveram disponível aos beneficiários dos 139 municípios de forma virtual (e-mail, aplicativo de mensagens e telefone institucional).

Unidade Gestora:	
40330	Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA

Objetivo:
Conservar, preservar e proteger a biodiversidade e os recursos naturais do Tocantins

Indicador:
-Índice de Conservação Ambiental

Programa:	
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ação:

Código	Título	Prioritária
4294	Licenciamento ambiental	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
567.000,00	0	567.000,00	327.292,41	324.177,87	316.442,96	239.707,59	57,7235	99,0483	97,6139

Recursos Próprios	0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
567.000,00	0,00	567.000,00	327.292,41	324.177,87	316.442,96	239.707,59	57,72	57,17	55,81

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
18.541.1150	33.90.14	0240	280.000,00	-34.000,00	246.000,00	132.002,50	132.002,50	130.652,50	113.997,50	53,65	53	53
18.541.1150	33.90.30	0240	16.000,00	154.000,00	170.000,00	113.691,60	113.691,60	113.691,60	56.308,40	66,87	66	66
18.541.1150	33.90.33	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	6.686,05	3.571,51	3.571,51	3.313,95	66,86	35	35
18.541.1150	33.90.36	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
18.541.1150	33.90.39	0240	65.000,00	0,00	65.000,00	32.104,53	32.104,53	25.719,62	32.895,47	49,39	49	39
18.541.1150	33.90.92	0240	186.000,00	-120.000,00	66.000,00	42.807,73	42.807,73	42.807,73	23.192,27	64,86	64	64

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
100				Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	100,00	119,00	119,0000

Análise:

Esta Ação foi executada com êxito, na medida em que o Naturatins atendeu 119% da meta prevista, mediante a emissão de 6.575 atos administrativos concedidos para o licenciamento e funcionamento de obras e empreendimentos no Estado em relação ao total de 5.500 planejados para execução no exercício de 2020, conforme segue descrito nos quadros abaixo:

A Gerência de Análise e Licenciamento Ambiental emitiu 3.661 atos administrativos, descritos no quadro abaixo:

ATOS ADMINISTRATIVOS	QUANTIDADE
Autorização ambiental	54
Autorização para transporte de cargas perigosas – ATCP	171
Declaração de dispensa de licenciamento ambiental estadual – DDLAE	86
Declaração de dispensa de piscicultura – DDP	02
Licença prévia – LP	1.007
Licença de instalação – LI	596
Licença de operação – LO	503
Licença de operação – LO (Renovação)	136
Licença simplificada (LP, LI, LO)	03
Declaração de dispensa de licenciamento ambiental on line (simplifica verde) – DLA	1.103
TOTAL DE ATOS EMITIDOS	**3.661**

A Gerência de Controle do Uso dos Recursos Florestais emitiu 2.277 atos administrativos, descritos nos quadros abaixo:

ATOS ADMINISTRATIVOS	QUANTIDADE
Autorização para Exploração de Floresta Plantada	28
Autorização para Exploração de Floresta Plantada Não Vinculada à Reposição Florestal	10
Autorização de Exploração Florestal	348
Autorização de Exploração Florestal on line (Simplifica Verde)	338
Autorização de Exploração Florestal Menor que 20 ha	05
Prorrogação de AEF	19
Prorrogação de AEFP	04
Autorização de Queima Controlada	03
Autorização de Queima Controlada on line (Simplifica Verde)	222
Autorização para corte de árvores imunes	12
Autorização para corte de árvores isoladas	01
Autorização para Exploração e Aproveitamento de Material Lenhoso	01
Certidões de Concessão de Créditos de Reposição Florestal	07
Declaração de Autorização para Reforma e Limpeza de Pastagem on line (Simplifica Verde)	671

Gerenciamento do Sistema Federal DOF (Documento de Origem Florestal)	01
Suplementação/aproveitamento de material lenhoso	02
TOTAL DE ATOS EMITIDOS	**1.662**

Atos do Gerenciamento do Sistema de Controle e Ordenamento Florestal	QUANTIDADE
Homologação de Autorização de Exploração Florestal	17
Cadastro Inicial de Crédito de Reposição Florestal no Sistema DOF	07
Transferência de Créditos de Reposição Florestal no Sistema DOF	432
Cadastro de Autorização Ambiental	09
Homologação de Pátio no Sistema DOF	33
Ajuste Administrativo de Material Lenhoso no Pátio no Sistema DOF	02
Estorno de Material Lenhoso de DOF	0
Suspensão de DOF	06
Extensão de Validade de DOF	02
Entrega Forçada de Material Lenhoso de DOF	0
Liberação de Oferta no Pátio no Sistema DOF	02
Liberação de Pátio no Pátio no Sistema DOF	25
Liberação de Veículo no Pátio no Sistema DOF	06
Pagamento de Débito de Reposição Florestal	74
Cancelamento de Veículo	0
Vinculação de Responsável Operacional	0
TOTAL DE ATOS EMITIDOS	**615**

A Gerência de Cadastro Ambiental Rural e Regularização emitiu 637 atos administrativos, conforme quadro abaixo:

Atos de validação de Cadastro Ambiental Rural - CAR	QUANTIDADE
Parecer Técnico de análise para validação de CAR - Favorável	154
Parecer Técnico de análise para validação de CAR - Com ofício de pendência	416
Parecer Técnico de análise para validação de CAR - Desfavorável	67
TOTAL DE ATOS EMITIDOS	**637**

O público alvo atendido são as atividades empresariais e os empreendimentos econômicos localizados em todas as regiões administrativas do Estado. A execução dos recursos orçamentários ocorreu com eficiência, pois todas as demandas foram atendidas com o comprometimento de R$ 327.292,41, que corresponde a 57,72% do orçamento autorizado que totaliza R$ 567.000,00. Justificativa: a diferença proporcional entre a execução de 119% da meta física com 57,72% de execução orçamentária se justifica por que o orçamento global da Fonte 240 - Recursos Próprios é gerado conforme a programação da receita anual do NATURATINS, sendo que a capacidade de execução do NATURATINS em nível de quantidade de servidores e de estrutura física e de logística são insuficiente para executar 100% dos recursos orçamentários oriundos da receita prevista. Assim sendo, a capacidade de execução do NATURATINS sobre o seu orçamento total tenderá a ser regular ou abaixo do regular. Para o caso específico desta Ação, cabe ressaltar que o teto orçamentário total autorizado ao NATURATINS para a Fonte 240 em 2020 foi de R$ 8.537.000,00 conforme a receita prevista e informada à SEFAZ, sendo que para esta Ação foi distribuído o valor de R$ 567.000,00, correspondente a 6,64% do teto orçamentário total, sendo que o valor executado de R$ 327.292,41 corresponde a 3,83% daquele montante. A execução de despesas de exercícios anteriores no valor total de R$ 42.807,73, estão descritas no quadro abaixo:

14 - Diárias no País - Pessoal Civil	855,00
39 - Serviços de Terceiros com Aluguéis	28.851,55
40 - Serviços de Terceiros com Tecnologia da Informação	13.101,18

Unidade Gestora:

38970	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS

Objetivo:

Garantir a operacionalização dos serviços públicos de saneamento básico

Indicador:

-Expansão da rede de distribuição de água nos municípios atendidos pela ATS
-Quantidade de estações de tratamento de água com capacidade aumentada

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
4115	Operacionalização e manutenção dos sistemas de tratamento de água e coleta e tratamento de esgoto	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.636.605,00	3.211.018	13.847.623,00	10.961.571,63	9.380.676,14	9.380.676,14	2.886.051,37	79,1585	85,5778	100,0000

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
17.512.1151	33.90.92	0100	0,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	0,00	100,00	100	100

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	100.000,00	100.000,00	99.979,03	0,00	0,00	20,97	99,97	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
17.512.1151	33.90.30	0104	0,00	100.000,00	100.000,00	99.979,03	0,00	0,00	20,97	99,97	0	0
17.512.1151	44.90.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Próprios — **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
10.636.605,00	2.699.018,00	13.335.623,00	10.449.592,60	8.968.676,14	8.968.676,14	2.886.030,40	78,35	67,25	67,25

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
17.512.1151	33.30.92	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
17.512.1151	33.90.14	0240	287.559,00	346.202,00	633.761,00	632.017,50	632.017,50	632.017,50	1.743,50	99,72	99	99
17.512.1151	33.90.30	0240	926.667,00	-188.000,00	738.667,00	682.521,61	612.628,11	612.628,11	56.145,39	92,39	82	82
17.512.1151	33.90.36	0240	45.000,00	-45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
17.512.1151	33.90.39	0240	6.983.123,00	365.517,00	7.348.640,00	5.460.538,95	5.460.538,95	5.460.538,95	1.888.101,05	74,30	74	74
17.512.1151	33.90.92	0240	0,00	2.501.033,00	2.501.033,00	2.263.491,58	2.263.491,58	2.263.491,58	237.541,42	90,50	90	90
17.512.1151	44.40.51	0240	0,00	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0	0
17.512.1151	44.90.51	0240	625.000,00	0,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	625.000,00	0,00	0	0
17.512.1151	44.90.52	0240	1.769.256,00	-338.734,00	1.430.522,00	1.411.022,96	0,00	0,00	19.499,04	98,63	0	0
17.512.1151	44.90.92	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
50				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	50,00	46,00	92,0000

Análise:

Em todos os 46 (quarenta e seis) municípios com os quais mantemos contrato de manutenção foram realizadas ações de manutenção e ampliação de nossos serviços, com destaque para: expansão de rede de abastecimento de água, substituição e reparos em equipamentos eletromecânicos, perfuração, ativação e limpeza de poços tubulares profundos (PTP), instalação de sistemas de tratamento de água tipo "*Gutwasser*" e instalação de filtros pressurizados.

Dentre as dificuldades identificadas em nossa operação podemos destacar a distância geográfica entre os municípios atendidos e a sede da Agência, a impossibilidade de expansão dos polos de atendimento em função da restrição na contratação de pessoal, o rodízio elevado de mão de obra nos municípios (substituição de operadores) e lentidão na conclusão de procedimentos licitatórios para a aquisição de serviços e materiais mantenedores de nossas atividades.

No que diz respeito á execução orçamentária da Ação, destacamos:

Possui 100,0% do seu orçamento executado, equivalendo à R$ 13.380,9 mil, destacando que houve remanejamento orçamentário para esta Ação, no montante de R$ 2.744,3 mil, em função do déficit orçamentário ocasionado pelo fato de a previsão feita ter sido inferior ao o que de fato ocorreu.A seguir elencamos as principais execuções orçamentárias, seus valores e percentuais em relação ao total executado na Ação:

- Diárias – R$ 633,4 mil – 4,7%;
- Suprimento de Fundos – R$ 194,8 mil – 1,5%;
- Materiais Hidráulicos – R$ 440,2 mil – 3,3%;
- Padrões de Energia – R$ 43,8 mil – 0,3%;
- Material Elétrico – R$ 26,1 mil – 0,2%;
- Produtos Químicos – R$ 215,9 mil – 1,6%;
- Contrato Análise Laboratorial (Conágua) – R$ 1.860,8 mil – 13,9%;
- Contrato Comercial (EOS) – R$ 4.375,6 mil – 32,7%;
- Agente Arrecadador – R$ 1.017,0 mil – 7,6%;
- Despesas de Exercícios Anteriores – R$ 2.486,4 mil – 18,6%:
  - Conágua – R$ 375,2 mil (2019);
  - EOS – R$ 1.465,5 mil (2019);
  - Hydrogeron – R$ 29,1 mil (jan à jun/2019);
  - Limpa Fossa – R$ 33,2 mil (2017);
  - Agente Arrecadador – R$ 447,5 mil (2019);
  - Hidrodome – R$ 135,9 mil.
- Obras e Instalações – R$ 660,2 mil – 4,9%:
  - Reforma Res Elevado e const casa química – Fátima – R$ 180,9 mil;
  - Reforma Esgotamento Sanitário em Sampaio – R$ 283,8 mil;
  - Reforma Res Elevado e const casa química – Brejinho de Nazaré – R$ 137,8 mil;

- Reforma Sistema Abastecimento de Água – Taipas – R$ 57,8 mil;
- Equipamentos e Material Permanente – R$ 1.426,7 mil – 10,7%:
  - Hidrojato – R$ 175,7 mil;
  - Bombas – R$ 1.251,0 mil.

Oper. e Manut. dos Sist. de Tratamento de Água e Esgoto - 4115

Discriminação	R$ mil	%
Diárias	633,4	4,7%
Suprimento de Fundos	194,8	1,5%
Material Hidráulico	440,2	3,3%
Padrões de Energia	43,8	0,3%
Material Elétrico	26,1	0,2%
Produtos Químicos	215,9	1,6%
Contrato de Análise Laboratorial	1.860,8	13,9%
Contrato Comercial	4.375,6	32,7%
Agentes Arrecadadores	1.017,0	7,6%
Despesas de Exercícios Anteriores	2.486,4	18,6%
Obras e Instalações	660,2	4,9%
Equipamentos e Materiais Permanentes	1.426,7	10,7%
TOTAL	13.380,9	100,0%

Unidade Gestora:

37010 — Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação

Objetivo:

Promover o Desenvolvimento das Cidades e de Habitação de Interesse Social

Indicador:

-Número de unidades habitacionais entregues

Programa:

1151 — Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
2133	Produção, reforma e/ou ampliação de habitação de interesse social	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
29.896.000,00	-5.479.293	24.416.707,00	2.710.110,66	1.912.216,75	1.876.775,65	21.706.596,34	11,0994	70,5586	98,1465

Recursos do Tesouro - Ordinários — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
196.000,00	8.819,00	204.819,00	150.941,02	90.651,43	90.651,43	53.877,98	73,69	44,25	44,25

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.90.14	0100	50.000,00	0,00	50.000,00	2.868,75	2.868,75	2.868,75	47.131,25	5,73	5	5
16.482.1151	33.90.39	0100	10.000,00	144.580,00	154.580,00	147.834,16	87.544,57	87.544,57	6.745,84	95,63	56	56
16.482.1151	33.90.47	0100	0,00	239,00	239,00	238,11	238,11	238,11	0,89	99,62	99	99
16.482.1151	33.90.92	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.51	0100	58.000,00	-58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.52	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.92	0100	58.000,00	-58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contrapartida — 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	252.195,00	252.195,00	252.193,87	252.193,87	252.193,87	1,13	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.90.51	0103	0,00	252.195,00	252.195,00	252.193,87	252.193,87	252.193,87	1,13	99,99	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.100.000,00	-1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.50.42	0104	1.100.000,00	-1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convênios Federais — 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.600.000,00	-3.462.768,00	137.232,00	134.331,21	134.331,21	134.331,21	2.900,79	97,88	97,88	97,88

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.90.47	0225	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.93	0225	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.51	0225	3.200.000,00	-3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.52	0225	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.92	0225	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.93	0225	0,00	137.232,00	137.232,00	134.331,21	134.331,21	134.331,21	2.900,79	97,88	97	97

Alienação de Bens — 0226

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.90.51	0226	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0	0

ICMS - FECOEP — 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	1.822.461,00	1.822.461,00	1.822.459,54	1.084.855,22	1.049.414,12	1,46	99,99	59,52	57,58

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.90.51	0238	0,00	1.272.701,00	1.272.701,00	1.272.700,09	535.095,77	499.654,67	0,91	99,99	42	39
16.482.1151	44.90.92	0238	0,00	549.760,00	549.760,00	549.759,45	549.759,45	549.759,45	0,55	99,99	99	99

Operações de Crédito Internas - Em Moeda — 4219

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
21.000.000,00	-3.000.000,00	18.000.000,00	350.185,02	350.185,02	350.185,02	17.649.814,98	1,94	1,94	1,94

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A

16.482.1151	44.90.51	4219	20.500.000,00	-3.000.000,00	17.500.000,00	350.185,02	350.185,02	350.185,02	17.149.814,98	2,00	2	2
16.482.1151	44.90.92	4219	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
1.057				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	1.057,00	142,00	13,4342	

Análise:

A ação foi executada, tendo em vista que foram adjudicadas 142 habitações de interesse social em 2020, representando 13,43% da meta física planejada. Em que pese às crises sanitária mundial, financeira e a redução dos investimentos federais para habitação, a SEINF por meio da Superintendência de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano seguiu em 2020 atuando para ampliar os investimentos no setor e entregou as seguintes obras:

- 41 unidades habitacionais de interesse social no município de Palmas, Taquari T-23, PPI-FAVELAS, Processo 2011/51010/00153, Contrato 0218.868-95/07. Previsão para entrega das demais 142 unidades que estão em pleno andamento;
- 40 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de São Bento, Processo 2013/63010/124, Contrato 0232.101-10;
- 19 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de Pium, Processos 2018/51010/00105/ 2008/51010/00120, Contrato Financiamento CAIXA 0232.107-76, Convênio 012/2008;

- 22 unidades habitacionais, do contrato nº TC PAC Nº 02227257-90/2007 - do Programa PPI Favelas – Quebradeiras de Côco (reparação), no município de Buriti do Tocantins (2020/37000/00022, Contrato 036/2020);

- 08 unidades habitacionais, do contrato nº TC PAC Nº 02227257-90/2007 - do Programa PPI Favelas – Quebradeiras de Côco (reparação), no município de São Miguel (Processo 2020/37000/00021, Contrato 035/2020);

- 12 unidades habitacionais, do contrato nº TC PAC Nº 02227257-90/2007 - do Programa PPI Favelas – Quebradeiras de Côco (reparação), no município de Sítio Novo (Processo 2020/37000/00021, Contrato 035/2020).

Ainda encontram-se em fase de execução as obras de reparação das unidades habitacionais, com a finalidade de conclusão / prestação de contas final do contrato nº TC PAC Nº 02227257-90/2007 - do Programa PPI Favelas – Quebradeiras de Côco nos demais municípios contemplados – Axixá, Praia Norte e Carrasco Bonito.

No exercício foi efetuado o Distrato do Contrato 009/2014 com a Empresa Portal Construtora LTDA (Diário Oficial 5.618 de 08/06/2020), referente à Construção de 272 unidades habitacionais (apartamentos) na Quadra ARSO 92, em Palmas/TO, com recursos do Programa Pró-Moradia, CPAC e Tesouro do Estado, que estava paralisada. Está sendo providenciado o Chamamento da segunda colocada no processo de licitação, visando a retomada e conclusão da mesma.

Tendo em vista a pandemia decretada pela OMS e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pelo Coronavírus, SARS - Cov-2 (COVID-19), muitos serviços de execução de HIS foram paralisados ou ainda tiveram suas execuções reduzidas o que inferiu na redução das metas físicas previstas para entrega neste exercício.

As despesas de exercícios anteriores se referem ao processo 2018/63010/00002 – Conclusão de 183 unidades habitacionais horizontais no Jardim Taquari em Palmas, objeto do contrato 023/2019.

A redução orçamentária é resultante de dedução que suplementou as ações 1148, 2020 e 2233, houve também suplementações com recursos oriundos das ações 6003 (UG 268000), 4121 (UG 38960), 2316 (UG 450100) e 2020.

Unidade Gestora:	
38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR

Objetivo:

Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica

Indicador:

-Índice de fiscalização dos serviços públicos

Programa:	
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
4170	Regulação dos serviços públicos	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
50.000,00	0	50.000,00	22.428,00	22.428,00	22.428,00	27.572,00	44,8560	100,0000	100,0000

Recursos Próprios					0240				
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
50.000,00	0,00	50.000,00	22.428,00	22.428,00	22.428,00	27.572,00	44,85	44,85	44,85

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.125.1151	33.90.14	0240	20.000,00	-8.450,00	11.550,00	0,00	0,00	0,00	11.550,00	0,00	0	0
04.125.1151	33.90.30	0240	5.000,00	-3.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0	0
04.125.1151	33.90.33	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
04.125.1151	33.90.39	0240	15.000,00	-11.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0	0
04.125.1151	33.90.41	0240	0,00	22.450,00	22.450,00	22.428,00	22.428,00	22.428,00	22,00	99,90	99	99

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
293				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	293,00	126,00	43,0034	

Análise:

A Ação foi executada, porém, não atingimos a meta prevista. Realizamos 43% da Meta anual .Durante o ano de 2020 foram cadastrados 126 veículos conforme planilha abaixo.

CADASTRO DE VEICULOS/ATUALIZAÇÃO	
JANEIRO	14
FEVEREIRO	18
MARÇO	19
ABRIL	10
MAIO	6
JUNHO	4
JULHO	11
AGOSTO	12
SETEMBRO	12
OUTUBRO	5
NOVEMBRO	4
DEZEMBRO	11
TOTAL	**126**

Atualmente o Estado do Tocantins possui 209 linhas intermunicipais ativas, operadas por 186 permissionários (cadastrados).Sendo 121 linhas operadas pelo transporte convencional e 65 linhas operadas pelo transporte alternativo.

RELATÓRIO DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO / 2020 (RECEITA PRÓPRIA 0240)							
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS ARRECADADA NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO 2020							
CÓDIGO-488	Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos Regulados – ATR						
CÓDIGO-613	Multas por Infrações na execução dos Serviços Públicos Regulados – ATR						
CÓDIGO-434	Emolumentos de Serviços de Transportes -ATR						
CÓDIGO-860	Dívida Ativa – Débitos da ATR						
MESES	CÓDIGOS DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS				TOTAL DE RECEITAS TRANSPORTES	TOTAL DE RECEITAS SANEAMENTO BASICO-COD.488	TOTAL ARRECADAÇÃO MENSAL
	FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES						
	EMOLUMENTOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES COD.434	TAXAS FISCALIZAÇÃO SERV. PÚBLICOS COD.488	MULTAS POR INFRAÇÕES SERV.PÚBLICOS COD.613	RECEITA TRIBUTÁRIA DIVIDA ATIVA - 860			
JANEIRO	3.038,20	21.819,97	13.358,06	3.036,44	41.252,67	161.412,96	202.665,63
FEVEREIRO	2.775,19	13.379,13	0,00	7.255,61	23.409,93	161.412,96	184.822,89
MARÇO	2.455,83	22.326,40	406,23	3.928,81	29.117,27	161.412,96	190.530,23
ABRIL	698,76	9.667,63	9.436,95	2.021,49	21.824,83	161.412,96	183.237,79
MAIO	720,69	7.770,84	0,00	2.248,55	10.740,08	161.412,96	172.153,04
JUNHO	657,78	9.437,02	2.520,88	3.391,41	16.007,09	161.412,96	177.420,05
JULHO	4.804,20	23.552,21	11.462,77	2.115,27	41.934,45	161.412,96	203.347,41
AGOSTO	1.556,71	24.385,65	6.010,99	4.582,53	36.535,88	161.412,96	197.948,84
SETEMBRO	3.473,03	17.640,89	2.520,88	689,29	24.324,09	161.412,96	185.737,05
OUTUBRO	1.688,29	21.198,68	8.745,67	4.164,63	35.797,27	161.412,96	197.210,23
NOVEMBRO	2.010,35	32.031,54	10.539,58	19.198,39	63.779,86	161.412,96	225.192,82
DEZEMBRO	4.088,82	17.915,58	7.432,36	22.889,14	52.325,90	161.412,96	213.738,86
TOTAIS:	**27.967,85**	**221.125,54**	**72.434,37**	**75.521,56**	**397.049,32**	**1.936.955,52**	**2.334.004,84**

Todos os municípios foram atendidos, pois foram realizados estudos nos 139 municípios do Estado do Tocantins, com a intenção de garantir que o serviço de Transporte Público estivesse sendo prestado corretamente, e que todas as linhas de ônibus estivessem operando de acordo com o estabelecido nos contratos, firmados entre a ATR e os permissionários dessas. Os municípios que possuem Terminais Rodoviários foram estudados, a fim de regularizar alguns dos Terminais para as futuras concessões dos mesmos. A criação, elaboração, reformulação e atualização das normas pertinentes a fiscalização de serviços públicos de Transporte Rodoviário Intermunicipal de passageiros estão paradas, porém, o que já estava pensado para ser alterado já foi, entretanto, é necessário avaliá-las e adequá-las às futuras situações, após as Licitações dos Terminais Rodoviários e Rodovias do Estado forem concluídas. Toda a população que faz uso do Transporte Público foi atendida.A utilização dos recursos cumprindo a Meta parcialmente , foram referente a Contribuição/ anuidade junto a ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação, promovendo a continuidade da parceria entre a associação e a Agência perfazendo um valor de R$ 22.428,00 . Houve uma alteração Orçamentária para pagamento da contribuição/Anuidade da ABAR R - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO .Houve atrasos nas atividades a serem realizadas devido à situação sanitária do Covid-19.A execução física das atividades têm o objetivo de fiscalizar e melhorar os serviços de Transporte Público ofertados à população.Devido à realização de estudos em parceria com a Secretaria de Parcerias e Investimentos, os estudos realizados, também, possuem objetivo de viabilizar as concessões de todos os Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins.Para a realização dos estudos, serão necessários recursos para empreender de viagens para conhecimento da situação dos municípios e população.

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
3059	Restauração e conservação de estradas estaduais pavimentadas CREMA - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
90.500.000,00	14.561.265	105.061.265,00	98.755.141,69	83.842.497,94	79.783.021,70	6.306.123,31	93,9976	84,8993	95,1582

Recursos do Tesouro - Ordinários — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	25.000,00	25.000,00	24.908,00	24.908,00	24.705,50	92,00	99,63	99,63	98,82

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0100	0,00	25.000,00	25.000,00	24.908,00	24.908,00	24.705,50	92,00	99,63	99	98

Operações de Crédito Externas - Em Moeda — 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
90.500.000,00	14.536.265,00	105.036.265,00	98.730.233,69	83.817.589,94	79.758.316,20	6.306.031,31	93,99	79,79	75,93

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.35	4220	200.000,00	-109.000,00	91.000,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4220	88.500.000,00	-10.656.943,00	77.843.057,00	71.664.055,51	63.021.800,44	58.962.526,70	6.179.001,49	92,06	80	75
26.782.1152	44.90.92	4220	1.800.000,00	25.302.208,00	27.102.208,00	27.066.178,18	20.795.789,50	20.795.789,50	36.029,82	99,86	76	76

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
1.556				Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1.556,00	1.556,00	100,0000

Análise:

A ação foi executada no período de janeiro a dezembro de 2020, tendo em vista a execução da Etapa CREMA 1 - referente aos quatro lotes (03, 04, 05 e 06) perfazendo um total de 1.144 km de manutenção e a Etapa CREMA 2 - referente aos dois lotes (07 e 08), perfazendo um total de 411,70 km de manutenção no qual, desse quantitativo 133,97 foram de restauração.
Cabe salientar que os serviços previstos nesta ação vão desde restauração a serviços rotineiros de tapa buraco, roçagem, restauração da sinalização horizontal e vertical, manutenção do sistema de drenagem. Estas obras é fruto da parceria entre Governo do Estado do Tocantins e Banco Mundial por meio do Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável – PDRIS e levando-se em consideração as duas Etapas CREMA (01 e 02), foram realizadas no período, um total equivalente de **1.555,70 km.**

TRECHOS DE RODOVIAS EM EXECUÇÃO DA ETAPA CREMA 1:

LOTE 03 - Foram executados os serviços de manutenção em 291,68 km da malha rodoviária:

1. TO – 280 Natividade / São Valério
2. TO – 280 São Valério / Entr BR-242
3. TO – 373 Entr BR-242 / Alvorada
4. TO – 373 Alvorada / Araguaçú
5. TO – 373 Araguaçú / Divida TO/GO (São Miguel)

LOTE 04 - Foram executados os serviços de manutenção em 172,08 km da malha rodoviária:

1. TO – 050 Príncipe / Conceição do Tocantins
2. TO – 050 Conceição do Tocantins / Arraias
3. TO – 050 Arraias / Divisa TO/GO

LOTE 05 - Foram executados os serviços de manutenção em 302,70 km:

1. TO - 130 Bielândia / Barra do Ouro
2. TO - 222 Filadélfia / Bielândia
3. TO - 222 Bielândia / Ent. TO-424 (Acesso Babaçulândia)
4. TO - 222 Ent. TO-424 (Aces. Babaçulândia) / Araguaína (Av. Filadélfia)
5. TO - 222 Araguaína / Novo Horizonte
6. TO - 222 Novo Horizonte / Aragominas
7. TO - 222 Aragominas / Muricilândia
8. TO - 222 Muricilândia / Santa Fé do Araguaia
9. TO - 222 Santa Fé do Araguaia / Porto Lemos
10. TO - 424 Babaçulândia / Entr. TO-222

LOTE 06 - Foram executados os serviços de manutenção em 378,43 km:

1. TO - 010 Entr. BR-230 (Transaraguaia) / Araguatins
2. TO - 010 Araguatins / Entr. TO-404
3. TO - 010 Buriti / São Sebastião
4. TO - 126 Sítio Novo / Itaguatins
5. TO - 126 Tocantinópolis / Aguiarnópolis
6. TO - 134 Axixá / Entr. BR-230 (São Bento)
7. TO - 134 Luzinópolis / Angico
8. TO - 134 Angico / Darcinópolis
9. TO - 201 Divisa TO-MA (Ponte) / Sítio Novo
10. TO - 201 Sítio Novo / Axixá
11. TO - 201 Axixá / Augustinópolis
12. TO - 201 Augustinópolis / Buriti
13. TO - 201 Buriti / Esperantina
14. TO - 403 Itaúba / Sampaio
15. TO - 404 Praia Norte / Augustinópolis
16. TO - 404 Augustinópolis / Entr. TO-010
17. TO – 407 Carrasco Bonito / Entr. TO-201

18. TO – 201 Entr./ Bela Vista (Balsa)

TRECHOS DE RODOVIAS EM EXECUÇÃO DA ETAPA CREMA 2:

LOTE 07: : Foram executados os serviços de manutenção da malha rodoviária num total de 285 km:

1. TO-040 Dianópolis/Novo Jardim
2. TO-040 Novo Jardim/Divisa TO-BA
3. TO-110 Divisa TO-BA(garganta)/Entr. TO-040 (Dianópolis)
4. TO-110 Entr. TO-040/Ponte Alta do Jesus
5. TO-110 Ponte Alta do Jesus/Entr. BR- 242 (Taguatinga)
6. TO-110 Taguatinga/Aurora
7. TO-110 Aurora/Lavandeira
8. TO-110 Lavandeira/Combinado
9. TO-110 Combinado/Novo Alegre
10. TO-110 Novo Alegre/Divisa TO-GO
11. TO-110 Entr. TO-110/Azuis

LOTE 08: Foram executados os serviços de manutenção da malha rodoviária total de 126,90 km:

1. TO- 070 Porto Nacional (Pinheirópolis)/Brejinho
2. TO- 255 Monte do Carmo/Porto Nacional
3. TO- 080 Palmas/Paraíso

O pagamento de despesas de exercícios anteriores saldaram os seguintes processos:

1. Processo nº 2019/38960/000337 do contrato 002/2019 – CREMA II Lote 7;
2. Processo nº 2019/38960/00338 do contrato 009/2019 – CREMA II Lote 08;
3. Processo nº 2016/38960/000251 do contrato 007/2016 – CREMA I Lote 03;
4. Processo nº 2016/38960/000252 do contrato 008/2016 – CREMA I Lote 04;
5. Processo nº 2016/38960/000253 do contrato 009/2016 – CREMA I Lote 05;
6. Processo nº 2016/38960/000254 do contrato 010/2016 – CREMA I Lote 06.

A redução orçamentária é resultante de dedução, que suplementou as ações 3048 e 4003 e suplementações orçamentárias com recursos oriundos das ações 3043, 3073, 4082 e 4198.

Unidade Gestora:	
38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:	
1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4121	Pavimentação de vias urbanas	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
144.404.537,00	6.588.187	150.992.724,00	14.493.757,25	13.383.045,36	11.125.990,90	136.498.966,75	9,5989	92,3366	83,1349

Recursos do Tesouro - Ordinários — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
950.000,00	6.575.197,00	7.525.197,00	7.455.573,98	6.985.112,11	6.984.212,11	69.623,02	99,07	92,82	92,81

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0100	50.000,00	-25.000,00	25.000,00	24.381,00	24.381,00	23.481,00	619,00	97,52	97	93
26.782.1152	44.90.51	0100	400.000,00	653.058,00	1.053.058,00	984.054,78	513.592,91	513.592,91	69.003,22	93,44	48	48
26.782.1152	44.90.92	0100	500.000,00	5.947.139,00	6.447.139,00	6.447.138,20	6.447.138,20	6.447.138,20	0,80	99,99	99	99

Recursos do Tesouro - Contrapartida — 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	1.307.738,00	1.307.738,00	1.271.054,76	1.271.054,74	779.097,23	36.683,24	97,19	97,19	59,57

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.51	0103	0,00	863.792,00	863.792,00	827.866,97	827.866,97	335.909,46	35.925,03	95,84	95	38
26.782.1152	44.90.92	0103	0,00	443.946,00	443.946,00	443.187,79	443.187,77	443.187,77	758,21	99,82	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
700.000,00	208.250,00	908.250,00	886.500,00	246.250,00	246.250,00	21.750,00	97,60	27,11	27,11

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.40.42	0104	500.000,00	308.250,00	808.250,00	788.000,00	246.250,00	246.250,00	20.250,00	97,49	30	30
26.782.1152	44.40.51	0104	0,00	100.000,00	100.000,00	98.500,00	0,00	0,00	1.500,00	98,50	0	0
26.782.1152	44.90.51	0104	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convênios Federais — 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.754.537,00	-1.502.998,00	1.251.539,00	125.258,89	125.258,89	0,00	1.126.280,11	10,00	10,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.51	0225	2.604.537,00	-1.502.998,00	1.101.539,00	125.258,89	125.258,89	0,00	976.280,11	11,37	11	0
26.782.1152	44.90.92	0225	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0	0

Operações de Crédito Internas - Em Moeda — 4219

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
140.000.000,00	0,00	140.000.000,00	4.755.369,62	4.755.369,62	3.116.431,56	135.244.630,38	3,39	3,39	2,22

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.51	4219	138.000.000,00	0,00	138.000.000,00	3.600.738,60	3.600.738,60	1.993.465,06	134.399.261,40	2,60	2	1
26.782.1152	44.90.92	4219	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1.154.631,02	1.154.631,02	1.122.966,50	845.368,98	57,73	57	56

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
4.055.000				Metro Quadrado	m²

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	4.055.000,00	69.323,00	1,7095	

Análise:

A ação foi realizada, tendo em vista a execução dos contratos relacionados abaixo durante o período de janeiro a dezembro de 2020, perfazendo um total de **69.322,88 m², ou seja, 1,70% da meta física planejada.**

- **Convênio nº 26/2014** – Serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e drenagem das ruas de Axixá do Tocantins – TO num total de 37.568,03 m². Houve desembolso, entretanto ainda não foi possível aferir a execução física.
- **Contrato 010/2013** - Execução de obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de vias das quadras T22 e T23, do SETOR TAQUARI, em Palmas - TO. Com execução equivalente a **31.043,65 m²**. Cabe salientar que a AGETO é apenas interveniente da SEINF para conclusão das obras deste contrato, tendo em vista que é uma das finalidades desta Agência esse tipo de obra.
- **Contrato 007/2014** - Serviços de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, nas quadras 307 sul, 309 sul e 407 sul em Palmas - TO. Com execução equivalente a **5.429,82 m².**
- **Contrato 078/2014** - Pavimentação asfáltica das Avenidas NS - 15 e LO 13 Palmas - TO. Os serviços realizados de drenagem, terraplenagem, iluminação pública e calçadas. Com execução equivalente a **12.125,87 m².**

- **Contrato 013/2018** - Serviços de drenagem e pavimentação asfáltica urbana no setor Taquari, nas avenidas TNS 02, TNS 04, TNS 08 e TLO 05, em Palmas - TO. Com execução equivalente a **3.864,43 m².**
- **Contrato 035/2019** – Serviços de conclusão das obras físicas relacionadas a pavimentação asfáltica do tipo TSD, drenagem pluvial, sinalização viária, passeios com acessibilidade, a serem realizadas nos Bairros Jardim América; Jardim Paulista e Vila Milena localizada na Zona Urbana de Paraíso do Tocantins – TO. Obra iniciada em 19 de agosto de 2019. Com execução equivalente a **16.859,11 m².**

Informamos que o **Contrato 064/2014** - Obras relacionadas à pavimentação asfáltica tipo TSD, drenagem superficial, sinalização viária, passeios com acessibilidade, galerias pluviais com obras complementares à funcionalidade do sistema de águas pluviais e elaboração dos projetos básico e executivo, a serem realizadas no setor Santa Rosa, em Colinas do Tocantins - TO. Contrato extinto por decurso de prazo e será realizado nova licitação dos serviços remanescentes.

A baixa execução da meta física planejada para o exercício deu-se em razão da pandemia decretada pela OMS e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pelo Coronavírus, SARS - Cov-2 (COVID-19), onde foram paralisados e/ou suspensos temporariamente algumas atividades que impacta direto nesta ação, bem como ainda ao processo eleitoral e a não formalização de recursos de operação de crédito e outros convênios no período.

A redução orçamentária é resultante de dedução, que suplementou as ações 4106, 4003, 4342, 4106, 4222, 1022 (UG 370100) e 2020 (UG 370100) e suplementações orçamentárias com recursos oriundos das ações 2316 (UG 450100), 9003 (UG 450100), 2316 (UG 450100), 4238, 4336(UG 108200), 4163, 4272, 4157, 4164, 4113 (UG 305500), 1110 (UG 370100) e 4120.

O pagamento das despesas de exercício anterior saldaram os seguintes processos: 2019/3896/01089; 2014/38960/000561; 2014/38960/00348 ; 2014/38960/ 00566.

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4163	Recuperação e conservação das rodovias estaduais não pavimentadas	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.975.000,00	-335.322	2.639.678,00	2.037.284,79	2.037.284,79	1.734.282,34	602.393,21	77,1792	100,0000	85,1271

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
25.000,00	1.916.292,00	1.941.292,00	1.865.773,81	1.865.773,81	1.562.771,36	75.518,19	96,10	96,10	80,50

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0100	0,00	5.000,00	5.000,00	4.833,75	4.833,75	4.833,75	166,25	96,67	96	96
26.782.1152	44.90.51	0100	0,00	303.063,00	303.063,00	303.002,45	303.002,45	0,00	60,55	99,98	99	0
26.782.1152	44.90.52	0100	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.92	0100	0,00	1.633.229,00	1.633.229,00	1.557.937,61	1.557.937,61	1.557.937,61	75.291,39	95,39	95	95

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos 0217

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.250.000,00	-1.661.097,00	588.903,00	62.028,44	62.028,44	62.028,44	526.874,56	10,53	10,53	10,53

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0217	2.000.000,00	-1.651.097,00	348.903,00	0,00	0,00	0,00	348.903,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.39	0217	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.47	0217	100.000,00	0,00	100.000,00	62.028,44	62.028,44	62.028,44	37.971,56	62,02	62	62
26.782.1152	33.90.92	0217	50.000,00	-10.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0	0

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE 0224

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
700.000,00	-590.517,00	109.483,00	109.482,54	109.482,54	109.482,54	0,46	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.47	0224	100.000,00	9.483,00	109.483,00	109.482,54	109.482,54	109.482,54	0,46	99,99	99	99
26.782.1152	44.90.51	0224	600.000,00	-600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
3.000				Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	3.000,00	5.661,00	188,7000

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foram realizadas as recuperações e conservações das rodovias não pavimentadas do Estado. Foram efetivados serviços de roçagem lateral, saídas de drenagem, manutenção em pontes e demais serviços, conseguindo reproduzir a finalidade da ação de recuperar, manter e conservar as rodovias e manter a malha viária em bom estado para garantir a segurança e melhorar a trafegabilidade dos veículos. Perfazendo um total de **5.660,94 km** de conservação e manutenção, nas TO's.

Ressaltamos que o percentual executado superou a meta planejada para o exercício, devido a alguns trechos que não estavam previstos na meta inicial, mas necessitaram de intervenção. Tendo em vista que a **malha viária não pavimentada do Estado é de 7.442 km**. Informamos que neste exercício o percentual executado superou a meta planejada para o exercício, devido a alguns trechos que não estavam previstos na meta inicial, mas necessitaram de intervenção. Para melhor entendimento em relação a discrepância da execução física em relação à financeira, destacamos que as 07 (sete) Residências Rodoviárias executam os serviços relacionadas na especificação da ação, disponibilizando toda uma logística de funcionários, equipamentos, maquinários de grande porte, caminhões, material betuminoso, combustível, dentre outros materiais. Assim sendo, as Residências dão o devido suporte para que se executem os serviços e obras de manutenção, recuperação e restauração de rodovias estaduais pavimentadas e não pavimentadas, bem como às estradas vicinais, o que implica muitas vezes na execução financeira desta ação e das 4106, 4164 e 4342), que concluímos serem correlacionadas quanto à sua finalidade.

Ressaltamos para o exercício posterior, quando for realizada a revisão do PPA 2021, iremos propor a aglutinação dessas ações correlacionadas para melhor aprimoramento da execução do PPA de forma que possamos mensurar melhor os dispêndios dos serviços e obras de manutenção viária.

SERVIÇOS REALIZADOS PELAS 07 RESIDÊNCIAS RODOVIÁRIAS – RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS - Janeiro a Dezembro de 2020

RODOVIA TRECHO

010 LAJEADO / TOCANTÍNIA 8,00 km

010 TOCANTINIA / ENTRº. TO-245 (RIO SONO) 32,00 km

030 NOVO ACORDO / SÃO FÉLIX DO TOCANTINS 148,00 km

040 PINDORAMA DO TO / ENTRº. TO-369 - (ALMAS) 38,00 km

040 ENTRº. TO-255 (MONTE DO CARMO) / ENTRº. TO-262 (SILVANÓPOLIS) 62,00 km

110 MATEIROS / SÃO FÉLIX DO TOCANTINS 75,00 km

130 PINDORAMA DO TO / BR - 010 - CHAPADA DA NATIVIDADE 66,00 km

342 TOCANTÍNIA / ENTRº. BR-010 (APARECIDA DO RIO NEGRO) 69,00 km

362	BREJINHO DE NAZARÉ / ENTRº. BR-153 SANTA RITA DO TOCANTINS	45,00 km
362	BREJINHO DE NAZARÉ / IPUEIRAS	37,00 km
365	ENTROº. TO-255 (MONTE DO CARMO) / ENTRº. TO-030 (TAQUARUÇU)	68,00 km
365	ENTRº. TO-050 (SILVANOPOLIS) / IPUEIRAS	32,00 km
452	LAGOA DO TO / ENTRº. TO-030 (NOVO ACORDO)	28,00 km
453	ENTRº. TO-030 (BURITIRANA) / ENTRº. TO-365 (MONTE DO CARMO)	39,00 km
454	TO-454 ENTRº. TO-455 (PORTO NACIONAL) / RIBEIRÃO DOS MANGUES	32,00 km
456	LAGOA DO TO / ENTRº. TO-030 (STA TEREZA / NOVO ACORDO)	21,00 km
457	ENTRº. TO-255 (MONTE DO CARMO) / PONTE ALTA DO TOCANTINS	27,00 km
458	ENTROº. BR-010 (STA ROSA DO TO) / MORRO S. JOÃO / TO-365 (IPUEIRAS)	33,00 km
482	ENTRº. TO-458 (SANTA ROSA) / RIO MANUAL ALVES	22,00 km
486	SANTA ROSA DO TOCANTINS / NATIVIDADE	64,00 km
TOTAL	**946,00**	

RODOVIA	TRECHO	
TO-130	ENTR. TO-222 (BRAGOLÂNDIA) / ENTR.TO-424	19,60 km
TO-165	ENT. TO-226 (CABIRURU) / ARAPOEMA	34,80 km
TO- 226	NOVA OLINDA / ENTR. TO-010	53,00 km
TO-419	ENTR. (BRITADOR DA UMUARAMA) / ENTR. TO-222 (POV. BARRA DA GROTA)	28,40 km
TO-421	BR-153 / LARANJEIRAS	16,00 km
TO-423	ARAGUAÍNA / MATA VERDE / ENTR. TO-424	28,00 km
TO-424	ENTR. TO-222 (FILADÉLFIA) / ENTR. TO-010 (TRNSDIAS)	48,00 km
TO-427	PAU D'ARCO / ENTR. TO-226	28,80 km
TO-430	ENTR. TO-164 (ZÉ PRETO) / ENTR. TO-230 (ARAPOEMA)	16,60 km
TOTAL	**273,20 KM**	

RODOVIA	TRECHO	
TO -201	BR-230 / NAZARÉ	60,40 km
TO-210	ENTR. TO-010 / ANTONINO (DIVISA TO-PA)	194,00 km
TO-10	ANANÁS / ENTR. BR-230 (ARAGUATINS)	408,00 km
TO-402	ENTROC. TO210/ RIO TOCANTINS (Engancho)	30,00 km
TO-205	SÃO BENTO / ENTRONCAMENTO TO -010	60,00 km
TO-201	ESPERANTINA / PEDRA DE AMOLAR	24,00 km
TO-409	CAFÉ QUENTE / MAURILÂNDIA	21,20 km
TO-134	AXIXA / JATOBAL	53,80 km
TO-201	ENTRO. TO-201 PEDRA GRANDE DIV. TO/PA	10,40 km
TO-414	ANANÁS / CACHOEIRINHA	67,00 km
TO-126	TOCANTINÓPOLIS/MAURILÂNDIA	181,20 km
TO-403	SAMPAIO/CARRASCO BONITO	40,00 km
TO-405	ENTR. BR 230 / AXIXÁ DO TOCANTINS	139,80 km
TOTAL	**1289,80**	

RODOVIA	TRECHO	
TO-020	Centenario / Entr. TO-245 (Lizarda)	35,00 km
TO-020	Centenario / Entr. TO-428	23,00 km
TO-020	Novo Acordo / Entr. TO-245	106,00 km
TO-130	Entr. TO-245 (Rio Sono) / Entr. TO-020 (Novo Acordo)	56,00 km
TO-130	Entrº TO-245 (Rio Sono) / Entrº TO-020	35,00 km
TO-160	Entr. TO-336 (Colméia) / Entr. TO-431 (Tabocão)	65,00 km
TO-162	Goianorte / Ribeirão Cocalinho (Entrº TO-342)	79,00 km
TO-164	Goianorte / Ribeirão Cocalinho (Dois Irmão)	84,00 km
TO-239	Presidente Kennedy / Itaporã	17,00 km
TO-239	Pequizeiro / Entrº TO-436 (Tarumã)	33,00 km
TO-239	Pequizeiro / Entrº TO-436 (Tarumã)	60,00 km
TO-245	Mansinha / Lizarda	40,00 km
TO-245	Lizarda / Divisa TO/MA	17,30 km
TO-428	Santa Maria / Recursolândia	86,40 km
TO-431	Itapiratins / Projeto Gurita	30,00 km
TO-434	BR-153 (Guaraí) / Entrº TO-164 (Itaporã)	41,00 km
TO-434	Entrº TO-336 (Colméia) / Entrº TO-164 (Goianorte)	16,50 km
TO-437	Entrº TO-239 / Entrº TO-164 (Goianorte)	66,00 km
TO-437	Entrº TO-162 (Goianorte) / Entrº TO-431 (Tabocão)	20,00 km
TO-438	Entrº TO-164 / Entrº TO-436 (Rio Piranhas)	15,00 km
TOTAL	**925,20 KM**	

RODOVIA	TRECHO	
TO-483	Sucupira / Figueirópolis	42,00 km
TO-484	Figueirópolis / Entº TO-070 Dorilândia	65,70 km
TO-373	Ent. TO-365 / Agropic/L. Romão/ Ent. TO-280	90,00 km
TO-479	Lagoa do Romã/Apinajé	55,00 km

TO-479	Peixe/Apinajé	53,00 km
TO-491	Ent. BR-242 (Rio Tocantins) / Ent.. TO-296	59,04 km
TO-296	Jaú (Retiro) / Ent. TO-387 São Salvador	66,00 km
TO-365	Gurupi / trevo da praia / Ipueiras	113,00 km
TO-181	Capão do Côco / Cobrape	46,00 km
TO-482	São Valério / Apinajé	51,00 km
TO-481	Duerê / Capão de Côco	40,00 km
LIGAÇÃO	ENTR. TO-374 (GURUPI) / ENTR.TO-070 (DUERÉ)	26,00 km
TO-491	ENT. BR 242 RIO TOCANTINS / ENT. TO-296	59,00 km
TOTAL	**765,74**	

RODOVIA	**TRECHO**	
TO-030	São Félix / Novo Acordo	148,00 km
TO-040	Almas / Rio Traira	60,00 km
TO-110	Mateiros /São Félix	80,00 km
TO-247	Entro TO 030 (jamp) / Lagoa do TO (Pt Rio Vermelho)	28,00 km
TO-255	Mateiros / Ponte Alta	160,00 km
TO-387	Taipas / Conceição	40,00 km
TO-387	Trevo TO-040 / Taipas	68,00 km
TO-477	Almas /Entro BR-010 (Barra Nova)	73,00 km
TO-485	Taipas / Ponte Alta do Bom Jesus	98,00 km
TO-487	Entr. TO-485 (Mimosa dos Marins) / BR-242	22,00 km
TO-497	Entro TO 296 (Jacaré/ Depasa) / Taguatinga	77,00 km
TOTAL	**854,00**	

RODOVIA	**TRECHO**	
TO-164	Dois Irmãos / Rio Cocalinho	27,00 km
TO0-164	Cristalândia / Córrego Barreira	34,00 km
TO-164	TO - 447 (km - 31) / TO - 354 (km - 09)	19,00 km
TO-181	Ent. TO-255 / Capão do Coco	10,00 km
TO-245	BR-153 (Cercadinho) / Miracema	46,00 km
TO-251	TO - 164- Pium / TO - 374	52,00 km
TO-255	Lagoa da Confusão / B. da Cruz	54,00 km
TO-348	Abreulândia / Ent. TO-342	70,00 km
TO-348	Ent.-153 (Barrolâ.)TO-164(Abreulândia.)	30,00 km
TO-354	Pium / Café da Roça	75,00 km
TO-442	Caseara / Ent. TO-348	65,00 km
TO-446	Miranorte / Abreulândia	29,00 km
TO-447	Chapada de Areia / Ent. TO-354 (Pneus)	34,00 km
TO-447	Paraíso / Chapada de Areia	31,00 km
TO-454	BR-153 (Paraíso) / Rib. Mangues	31,00 km
TOTAL	**607,00**	

TOTAL REALIZADO: 5.660,94 km

A redução orçamentária é resultante de dedução que suplementou as ações 4039, 4121, 4164, 4198, 4249 e 4342 e suplementações orçamentárias com recursos oriundos das ações 4198, 4342, 4164, 9003 (UG 450100) e 4164.

O pagamento das despesas de exercício anterior saldou o seguinte processo: 2009/384500/00700.

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de rodovias conservadas
-Quilômetros de rodovias pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4164	Recuperação e conservação das rodovias estaduais pavimentadas	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.336.382,00	3.635.826	13.972.208,00	10.412.455,74	9.282.909,14	8.840.956,60	3.559.752,26	74,5226	89,1519	95,2390

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
425.000,00	34.870,00	459.870,00	458.131,20	458.131,20	458.131,20	1.738,80	99,62	99,62	99,62

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0100	0,00	5.000,00	5.000,00	3.636,75	3.636,75	3.636,75	1.363,25	72,73	72	72
26.782.1152	33.90.30	0100	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.92	0100	0,00	454.495,00	454.495,00	454.494,45	454.494,45	454.494,45	0,55	99,99	99	99
26.782.1152	44.90.52	0100	25.000,00	-24.625,00	375,00	0,00	0,00	0,00	375,00	0,00	0	0

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos 0217

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.911.382,00	-2.456.837,00	454.545,00	0,00	0,00	0,00	454.545,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0217	2.861.382,00	-2.456.837,00	404.545,00	0,00	0,00	0,00	404.545,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.39	0217	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.92	0217	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0	0

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE 0224

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
7.000.000,00	6.057.793,00	13.057.793,00	9.954.324,54	8.824.777,94	8.382.825,40	3.103.468,46	76,23	67,58	64,19

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0224	5.000.000,00	4.089.101,00	9.089.101,00	6.219.997,38	5.090.450,78	4.648.498,24	2.869.103,62	68,43	56	51
26.782.1152	33.90.39	0224	2.000.000,00	1.441.492,00	3.441.492,00	3.207.127,72	3.207.127,72	3.207.127,72	234.364,28	93,19	93	93
26.782.1152	33.90.92	0224	0,00	527.200,00	527.200,00	527.199,44	527.199,44	527.199,44	0,56	99,99	99	99

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
2.500				Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	2.500,00	4.265,00	170,6000

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que foram realizados por meio das Residências Rodoviárias recuperação e conservação das rodovias pavimentadas do Estado. Executando serviços de roçagem, tapa-buracos e manutenções rotineiras nas rodovias estaduais pavimentadas, perfazendo um total de **4.265,30 km** de conservação e manutenção nas TO's.

Ressaltamos que o percentual executado superou a meta planejada para o exercício, devido a alguns trechos que não estavam previstos na meta inicial, mas necessitaram de intervenção. Tendo em vista que a **malha viária pavimentada do Estado é de 5.840 km**, informamos que neste exercício, o percentual executado superou a meta planejada para o exercício, devido a alguns trechos que não estavam previstos na meta inicial, mas necessitaram de intervenção. Para melhor entendimento em relação a discrepância da execução física em relação à financeira, destacamos que as 07 (sete) Residências Rodoviárias executam os serviços relacionadas na especificação da ação, disponibilizando toda uma logística de funcionários, equipamentos, maquinários de grande porte, caminhões, material betuminoso, combustível, dentre outros materiais. Assim sendo, as Residências dão o devido suporte para que se executem os serviços e obras de manutenção, recuperação e restauração de rodovias estaduais pavimentadas e não pavimentadas, bem como às estradas vicinais, o que implica muitas vezes na execução financeira desta ação e das 4106, 4163 e 4342) que concluímos serem correlacionadas quanto à sua finalidade.

Para o exercício posterior, quando for realizada a revisão do PPA 2021, iremos propor a aglutinação dessas ações correlacionadas para melhor aprimoramento da execução do PPA de forma que possamos mensurar melhor os dispêndios dos serviços e obras de manutenção viária.

SERVIÇOS REALIZADOS PELAS 07 RESIDÊNCIAS RODOVIÁRIAS – Janeiro a Dezembro de 2020

RODOVIA	TRECHO	
TO-010	PALMAS / LAJEADO	55,00 km
TO-020	PALMAS / APARECIDA DO RIO NEGRO	64,00 km
TO-020	APARECIDA DO RIO NEGRO / NOVO ACORDO	42,40 km
TO-030	TAQUARALTO / TAQUARUÇU	14,00 km
TO-030	TAQUARUÇU / SANTA TEREZA DO TOCANTINS	45,30 km
TO-050	TAQUARALTO / PORTO NACIONAL	40,80 km
TO-050	PORTO NACIONAL / SILVANÓPOLIS (ANEL VIÁRIO)	7,50 km

TO-050	PORTO NACIONAL / SILVANOPOLIS	55,70 km
TO-130	SANTA TEREZA DO TO / PONTE ALTA DO TOCANTINS	73,00 km
TO-247	ENTRº. TO-030 (STA. TEREZA DO TO) / LAGOA DO TO.	23,50 km
T0-255	MONTE DO CARMO / PONTE ALTA DO TOCANTINS	74,00 km
TO-255	PORTO NACIONAL / BR-153 (FATIMA)	61,40 km
TO-455	ENTRº.TO-454(P. NAL.)/ENTRº.TO-080(LUZIMANGUES)	20,00 km
TO-342	MIRACEMA / MIRANORTE	18,00 km
TO-080	PONTE FHC	8,00 km
TO-455	LAJEADO / MIRACEMA	19,00 km
TOTAL	**621,60**	

RODOVIA	**TRECHO**	
TO-010	BABAÇULÂNDIA / WANDERLÂNDIA	52,80 km
TO-010	ENTR. BR-153 (WANDERLÂNDIA) / ENTR. TO-416 (RIACHINHO)	57,00 km
TO-010	ENT. TO-416 / ANÁNAS	9,00 km
TO-130	BARRA DO OURO / MORRO GRANDE	28,00 km
TO-164	NOVO HORIZONTE / CARMOLÂNDIA	18,00 km
TO-164	CARMOLÂNDIA / ARAGUANÃ	61,00 km
TO-164	ARAGUANÃ / XAMBIOÁ	25,00 km
TO-164	FABRICA / CHAPADA / XAMBIOÁ	14,00 km
TO- 226	BR 153 / GARIMPINHO	104,00 km
TO- 226	GOIATINS / CAMPOS LINDOS	90,00 km
TO-230	BR-153 / BANDEIRANTES	18,00 km
TO-230	BANDEIRANTES / BRASILENE	11,50 km
TO-230	BRASILENE (CANTÃO) / POVOADO 19	20,00 km
TO-230	POVOADO 19 / ARAPOEMA	33,00 km
TO-230	ARAPOEMA / PAU D'ARCO	38,00 km
TO-416	ENTR.TO-222 (SANTA FÉ) / DISTRITO DE COCALINHO	4,50 km
TO-416	BR-153 / RIACHINHO	32,00 km
TO-420	BR-153 / PIRAQUÊ	32,00 km
TOTAL	**647,80**	

RODOVIA	**TRECHO**	
TO-126	MAURILÂNDIA / ITAGUATINS	88,00 km
TO- 210	TOCANTINÓPOLIS / BR-230	63,00 km
TO- 415	SANTA TEREZINHA / NAZARÉ	12,60 km
TO -201	TRECHO PERÍMETRO URBANO DE AUGUSTINÓPOLIS	9,00 km
TO- 201	ANGICO / ANANÁS	50,60 km
TO- 210	NAZARÉ / GROTÃO - ENTRON. TO134	52,00 km
TO- 415	PALMEIRAS DO TOCANTINS / SANTA TEREZINHA	73,50 km
TO-126	SÍTIO NOVO / SUMAUMA	26,00 km
TO- 404	ENTR. TO-404 (ARAGUATINS) / SÃO SEBASTIÃO	166,80 km
TOTAL	**541,50**	

RODOVIA	**TRECHO**	
TO-010	Pedro Afonso / Km 46 (PRODECER)	44,00 km
TO-010	Entrº BR-235 / Santa Maria	55,00 km
TO-164	COLMÉIA / ITAPORÃ	24,20 km
TO-164	BERNADO SAYAO / ENTR. TO-335	28,00 km
TO-164	GOIANY DOS CAMPOS / GOIANORTE	18,50 km
TO-239	Tupiratins / Entrº BR-153	46,60 km
TO-239	Entrº BR-153 / Presidente Kennedy	2,00 km
TO-335	COLINAS / COUTO MAGALHÃES	100,00 km
TO-335	COLINAS / PALMEIRANTE	75,50 km
TO-336	GUARAÍ / COLMÉIA	34,00 km
TO-336	COLMÉIA / GOIANY DOS CAMPOS	14,80 km
TO-336	GOIANY DOS CAMPOS / PEQUIZEIRO	12,50 km
TO-336	PEQUIZEIRO / COUTO MAGALHÃES	44,10 km
TO-336	COUTO MAGALHÃES / DIVISA TO-PA	11,60 km
TO-430	Entrº TO-335 / Juarina	14,00 km
TO-431	Guaraí / Rio Tocantins	65,50 km
TOTAL	**590,30**	

RODOVIA	TRECHO	
T0-070	ALIANÇA / DUERÉ 49,00 km	
T0-070	Duerê / Formoso do Araguaia 61,00 km	
T0-070	Brejinho de Nazaré / Aliança do Tocantins 60,00 km	
TO-70	Formoso do Araguaia / Dorilândia 55,00 km	
TO-70	Dorilândia / Ent° TO-181 14,00 km	
TO-181	Entr° TO-070 / Sandolândia 32,00 km	
TO-181	Sandolândia / Araguaçú 50,00 km	
TO-181	Ent. BR-242 / Fundação Bradesco 27,00 km	
TO-181	Cobrape / Ent° BR-242 (Rio Javaé) 35,00 km	
TO-296	Talismã / Ent° TO 498 (Jaú do Tocantins) 64,00 km	
TO-374	GURUPI / DUERÉ 52,60 km	
TO-374	Duerê / Lagoa da Confusão 92,00 km	
TO-387	Palmeirópolis / Div. TO/ GO (R.Capivara) 32,20 km	
TO-498	Ent. TO-373 / Jaú do TO. 38,00 km	
TO-498	Jaú do TO / Ent. TO-387 49,90 km	
TOTAL	**711,70**	

RODOVIA	TRECHO	
TO-476	Dianópolis / Rio da Conceição 27,00 km	
TO-040	Dianópolis / Porto Alegre do Tocantins 26,00 km	
TO-040	Porto Alegre do Tocantins / Almas 17,00 km	
TO-280	Almas / Natividade 80,00 km	
TO-110	Perimetro Urbano de Ponte Alta do B.Jesus 4,40 km	
TO-110	Perimetro Urbano de Taguatinga 11,60 km	
TO-110	Perímetro Urbano de Aurora do TO 3,60 km	
TO-110	Perímetro Urbano de Combinado 6,80 km	
TO-110	Perímetro Urbano de Novo Alegre do TO 6,00 km	
TO-050	Porto Nacional / Silvanópolis (parceria RR1) 55,00 km	
TO-348	Entro TO 342 / Araguacema (parceria RR7) 50,00 km	
TO-342	Entro BR 153 (Miranorte) / Dois Irmãos (parceria RR7)	77,00 km
TO-387	Palmeirópolis / Div TO/GO (mata Azul)(parceria RR5)	32,00 km
TO-498	Entr TO 387 / Jau do TO (parceria RR5) 42,00 km	
TOTAL	**438,40**	

RODOVIA	TRECHO
TO-080	Paraíso / Monte Santo 24,00 km
TO-080	Monte Santo / Divinópolis 36,00 km
TO-080	Divinópolis / Marianópolis 52,00 km
TO-080	Marianópolis / Caseara 78,00 km
TO-080	Caseara / Balsa 5,00 km
TO-164	Divinópolis / Abreulândia 22,00 km
TO-164	Abreulândia / Dois Irmãos 42,00 km
TO-164	Pium / Cristalândia 18,00 km
TO-255	Nova Rosalândia / Cristalândia 32,00 km
TO-255	Cristalândia / L. da Confusão 55,00 km
TO-342	Miracema / Miranorte 20,00 km
TO-342	Dois Irmãos / Ent. TO -348 50,00 km
TO-342	Ent.- BR-153 (Miranorte) / Dois Irmãos 77,00 km
TO-348	Ent. TO-080 / Barrolândia 63,00 km
TO-348	Ent. TO-342 / Araguacema 51,00 km
TO-354	Pugmil / Pium 31,00 km
TO-374	C. da Roça / TO-080 (Marianópolis) 33,00 km
TO-445	Miracema / Lajeado 25,00 km
TOTAL	**714,00**

TOTAL REALIZADO: 4.265,30 km

A redução orçamentária é resultante de dedução, que suplementou as ações 4039, 4106, 4121, 4163, 4198 e 4342 e suplementações orçamentárias com recursos oriundos das ações 4026, 4039, 4120, 4163, 4198, 4238, 4249 e 4342.

O pagamento das despesas de exercício anterior saldaram os seguintes processos: 2018/38960/00977, 2019/38960/001180.

Unidade Gestora:

37010	Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação

Objetivo:

Promover o Desenvolvimento dos Serviços Públicos, Logística e às Infraestruturas do Estado.

Indicador:

-Total de obras realizadas

Programa:

1153	Infraestrutura Pública

Ação:

Código	Título	Prioritária
1110	Estruturação das edificações públicas	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.852.000,00	-1.521.157	3.330.843,00	2.394.167,93	816.667,93	816.667,93	936.675,07	71,8787	34,1107	100,0000

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
145.000,00	39.732,00	184.732,00	170.161,75	70.161,75	70.161,75	14.570,25	92,11	37,98	37,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1153	33.90.14	0100	55.000,00	21.778,00	76.778,00	70.161,75	70.161,75	70.161,75	6.616,25	91,38	91	91
04.122.1153	33.90.36	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1153	33.90.39	0100	15.000,00	90.894,00	105.894,00	100.000,00	0,00	0,00	5.894,00	94,43	0	0
04.122.1153	33.90.92	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1153	44.90.51	0100	35.000,00	-32.940,00	2.060,00	0,00	0,00	0,00	2.060,00	0,00	0	0
04.122.1153	44.90.52	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1153	44.90.92	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contrapartida 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	37.400,00	37.400,00	37.325,31	37.325,31	37.325,31	74,69	99,80	99,80	99,80

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1153	44.90.92	0103	0,00	37.400,00	37.400,00	37.325,31	37.325,31	37.325,31	74,69	99,80	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.950.000,00	-1.264.589,00	1.685.411,00	1.477.500,00	0,00	0,00	207.911,00	87,66	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1153	44.40.42	0104	2.300.000,00	-614.589,00	1.685.411,00	1.477.500,00	0,00	0,00	207.911,00	87,66	0	0
04.122.1153	44.40.51	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1153	44.50.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1153	44.90.51	0104	600.000,00	-600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1153	44.90.52	0104	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convênios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
250.000,00	-250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1153	44.90.51	0225	250.000,00	-250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operações de Crédito Internas - Em Moeda 4219

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.507.000,00	-83.700,00	1.423.300,00	709.180,87	709.180,87	709.180,87	714.119,13	49,82	49,82	49,82

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1153	44.90.51	4219	1.457.000,00	-830.207,00	626.793,00	0,00	0,00	0,00	626.793,00	0,00	0	0
04.122.1153	44.90.92	4219	50.000,00	746.507,00	796.507,00	709.180,87	709.180,87	709.180,87	87.326,13	89,03	89	89

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
729				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	729,00	0,00	0,0000	

Análise:

Ação não foi executada, tendo em vista que não houve construção, reformas, adequações e manutenções ocorridas no período de análise. A pandemia decretada pela OMS e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pelo Coronavírus, SARS - Cov-2 (COVID-19), ocasionou a inexecução de muitas obras prevista em cronograma, onde grande parte foi paralisada, por exemplo, o contrato de adequação e manutenção dos prédios públicos do Estado.

A Superintendência de Obras Públicas por meio de seu corpo técnico fiscalizou as seguintes obras de reforma e construção relacionadas abaixo, caracterizando etapas para geração de produtos da ação:

1. Construção do Prédio Ruraltins - contrato nº 258/2008;
2. Construção de Prédio padrão MEC c/ 8 salas em Ananás-TO - contrato nº 257/2010;
3. Construção do Hospital Geral de Palmas-TO - contrato nº 357/2013;
4. Construção do Hospital Geral de Gurupi - contrato nº 350/2013;
5. Construção do Hospital de Araguaína-TO - contrato nº 453/2013;
6. Construção do CASE de Araguaína-TO - contrato nº 14/2016;
7. Construção do Prédio NATURATINS - contrato nº 25/2017;
8. Construção Da Sede Da Agência Estadual De Metrologia - AEM - Contrato nº 02/2018;
9. Construção do Pavilhão de Vivencia Coletiva da Cadeia Publica de Palmas-TO - contrato nº 33/2017;
10. Construção da nova sede do GCG (palmas) do corpo de bombeiros militar do tocantins - contrato nº 03/2020;
11. Construção do Centro Olímpico do QCG em Palmas-TO, contrato nº 04/2020;
12. Reforma e Ampliação do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek De Oliveira, no Município de Paraíso Do Tocantins – TO –Contrato nº 042/2018;
13. Reforma e Ampliação do Hosp. de Augustinópolis -TO - contrato nº 13/2013;
14. Reforma e Ampliação do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã em Cariri-TO - contrato nº 38/2017;
15. 15- Reforma e ampliação do Colégio Estadual Lacerdino de Oliveira Campos, no município de Colinas do Tocantins, lote 01, contrato nº 40/2018
16. Reforma e ampliação do Colégio Estadual Anaides Brito Miranda, no município de Guaraí do Tocantins, lote 02, contrato nº 41/2018;
17. Reforma e ampliação do Colégio Estadual Conceição Brito, no município de Fátima do Tocantins, lote 04, contrato nº 43/2018;
18. Reforma e ampliação do Colégio Estadual Ana Maria de Jesus, no município de Alvorada do Tocantins, lote 05, contrato nº 44/2018;
19. Reforma de ginásio de esportes Neblina, localizado na cidade de Araguaína, lote 02, contrato nº 47/2018;
20. Reforma de ginásio de esportes JK, localizado na cidade de Araguaína, lote 03, contrato nº 48/2018;
21. 21- Reforma de ginásio de esportes Noroeste, localizado na cidade de Araguaína, lote 04, contrato nº 49/2018
22. Reforma Do Ginásio Idonizeti De Paula, Em Gurupi – contrato nº 097/2018;
23. Reforma Do Ginásio Luiz Orlando Pompeu ,em Cariri –contrato nº 089/2018;
24. Reforma E Ampliação Esc. Est. Anita Cassimiro, em Aliança –contrato nº 012/2019;
25. Reforma Conclusão da cia independente de operações especiais - CIOE, Palmas - To -contrato nº 24/2019;
26. Reformas, adequações, especificações técnicas ambientais e sociais (etas), residência de Porto Nacional - contrato nº 38/2019;
27. Reformas, adequações, especificações técnicas ambientais e sociais (etas), residência de Tocantinópolis - contrato nº 39/2019;
28. Construção e Reforma De Quiosque, Sanitários ,Trilha e Praças em Mateiros - contrato nº 07/2019;
29. Pavimentação em Bloco intertravado de Concreto, para a obra do Hospital Geral De Gurupi – HGG – contrato nº 106/2020;
30. Ampliação das dependências administrativas da Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco (EGEFAZ), contrato nº 21/2020.

Foram atendidas 75 demandas referentes a pedidos para elaboração de projetos e análises técnicas na área da construção civil, atendendo à própria SEINF e a diversos Órgãos Estaduais (NATURATINS, SESAU, SICS, ADETUC, SEAGRO, ATI, SECAD, RURALTINS, SSP, SEMARH, SEFAZ, AGETO, PMTO), além do Ministério da Saúde na esfera federal e da Prefeitura de Tocantínia nível municipal bem como ainda do Conselho Regional de Serviço Social.

Além das análises foram produzidos projetos (reformas e novas construções) de arquitetura; elétrica; cabeamento estruturado; sistema de proteção a descargas atmosféricas; estruturas de concreto; As Built; prevenção e combate a incêndio; urbanismo. Dentre as demandas desenvolvidas destacam-se os projetos e análises para viabilizar a continuidade da execução do Hospital Geral de Gurupi; as análises de projetos para liberação de verbas de convênios; o desenvolvimento do projeto para a Casa de Saúde Indígena de Palmas; projetos de Reforma da parte elétrica de órgãos como a SEMARH; urbanismo para praça na Av. Filadélfia em Araguaína; projeto de SPDA para a SEINF; dentre outros.

Houve no exercício a celebração do seguintes convênio de emenda parlamentares:

1. Construção de Espaço Cultural no município de Carrasco Bonito – contrato nº 01/2020;
2. Conclusão da Câmara Municipal de Rio Sono - contrato nº 02/2020;
3. Conclusão da Obra da Sede da Prefeitura de Rio Sono- contrato nº 03/2020;
4. Reforma da Praça Nossa Senhora do Carmo e Implantação dos Leds, no município de Carmolândia - contrato nº 04/2020;
5. Construção de um Centro Comunitário no município de Pedro Afonso – contrato nº 05/2020;
6. Construção de Mini Laticínio no município de Brejinho de Nazaré – contrato nº 06/2020;
7. Construção de uma Praça no município de Silvanópolis – contrato 014/2020.

Ocorreu neste exercício ainda, nesta ação, os pagamentos de despesas de exercícios anteriores realizados equivocadamente, mas sem acarretar prejuízos ao erário e à missão da SEINF. Cabe salientar que a AGETO atua apenas como interveniente do objeto do referido contrato relacionado abaixo e que a execução financeira é realizada pela SEINF na Ação 2020 – Desenvolvimento da Política e Funções Urbanas – regularizado no decorrer do exercício pelo setor de execução orçamentária:

1. Pagamentos de contrapartida, reajustamentos e medições referente ao processo nº 2018/38960/001235, contrato 10/2013, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução das obras de infraestrutura (pavimentação e drenagem) de vias das quadras T-22 e T-23 do Setor Jardim Taquari em Palmas.

A redução orçamentária é resultante de dedução que suplementou as ações 1022, 1148, 2020, 2108, 2203, 2233, 2244 e 4198 (UG 389600), houve também suplementações com recursos oriundos das ações 4156 (UG 305500), 1084 (UG 310100), 1118 (UG 270100), 1080 (UG 330100), 3099 (UG 305500), 4343 (UG 108200), 4336 (UG 108200), 1148 (UG 370100) e 4113 (UG 305500).

Unidade Gestora:

10820	Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC

Objetivo:

Fomentar o fluxo turístico no Tocantins

Indicador:

-Fluxo Turístico

Programa:

1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:

Código	Título	Prioritária
4335	Promoção dos destinos turísticos e do patrimônio cultural	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.480.000,00	-500.000	980.000,00	85.177,87	84.199,53	84.199,53	894.822,13	8,6916	98,8514	100,0000

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
130.000,00	0,00	130.000,00	85.177,87	84.199,53	84.199,53	44.822,13	65,52	64,76	64,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	33.90.14	0100	70.000,00	17.000,00	87.000,00	70.177,87	70.177,87	70.177,87	16.822,13	80,66	80	80
23.695.1155	33.90.30	0100	5.000,00	-4.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.32	0100	10.000,00	-9.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.33	0100	40.000,00	-5.000,00	35.000,00	15.000,00	14.021,66	14.021,66	20.000,00	42,85	40	40
23.695.1155	33.90.39	0100	5.000,00	1.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0	0

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,76	64,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	33.40.41	0104	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convênios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
50.000,00	500.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	33.90.35	0225	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.39	0225	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0	0

Operações de Crédito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	44.90.35	4220	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
10				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	10,00	8,00	80,0000

Análise:

A ação foi executada parcialmente visto que, segundo o decreto n°6.074 de 30 de março de 2020 que estabelece medidas de redução e de controle das despesas, decreto n°6.083, de 13 de abril de 2020 que prevê o distanciamento social e os decretos subsequentes deste.

1° Quadrimestre – janeiro a abril de 2020

Tocantins ganhou visibilidade com a participação nestas programações e ampliou os contatos com com empresários e gestores do setor de turismo nos países: **Alemanha, França e Portugal.**

O gasto total com diárias foi de R$ 50.610,37 (cinquenta mil seiscentos e dez reais e trinta e sete centavos)

2° Quadrimestre – maio a agosto de 2020

Captura de imagens - viagem à região Vale dos Grandes Rios para captação de imagens para compor banco de imagens com objetivo de promoção dos destinos.

Despesas com diárias no valor de R$ 2.958,75 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

3° Quadrimestre – setembro a dezembro de 2020

Participação na ABAV Collab – no mês de setembro, evento totalmente digital, promovido pelo Ministério do Turismo, uma plataforma digital onde criamos um estande virtual com exposição de vídeos e imagens dos destinos turísticos. Este evento, um dos maiores da América Latina, acontece todos os anos em São Paulo- SP de forma presencial, em razão da pandemia a proposta de 2020 foi realiza-lo virtualmente. Sendo assim não houve gastos com diárias e passagens aéreas.

Divulgação nas redes sociais - Na era do mundo digital, apoiar ações com a participação de digital influencers tem sido uma estratégia de marketing muito eficaz para promoção dos destinos turísticos. Nas redes sociais: *instagran e facebook*, houve um aumento, significativo, do número de seguidores e espera-se com isso ampliar a busca por viagens por meio das redes sociais.

Captura de Imagens dos atrativos turísticos para uso em material promocional, sites e redes sociais. Foram realizadas capturas de imagens nas regiões: Lagos e Praias do Cantão, Ilha do Bananal, Serras Gerais e Encantos do Jalapão.

Participação da Feira FESTURIS - Festival de Turismo em Gramado RS; mês de novembro

Participação no evento Visit Pernambuco – Travel Show – em Porto de Galinhas PE, no mês de novembro;

Total de Diárias executadas no ano de 2020 - R$ 70.177,87

Valor gasto com passagens aéreas 2020 - R$ 14.021,66

CUMPRIMENTO DAS METAS

Os destinos turísticos são promovidos/divulgados principalmente através da participação da ADETUC em eventos (visitas técnicas a embaixadas de outros países, feiras nacionais e internacionais, festivais, redes sociais - *instagran e facebook* entre outros). Em 2020 considerando a Pandemia da Covid-19 a ADETUC restringiu a participação em alguns eventos presenciais. Outro aspecto foi o cancelamento pelos próprios organizadores de alguns eventos considerados importantes para a promoção do turismo nacional e internacional. No entanto, esta redução de eventos presenciais foi compensada através dos eventos online.

Os eventos a ADETUC participou foram:

- Visitas técnicas à embaixada da **Alemanha - Presencial**
- **Visitas técnica à embaixada da França - Presencial**
- **Visitas técnicas às embaixada de Portugal - presencial**
- **Participação na ABAV Collab - online**
- **Participação da Feira FESTURIS - presencial**
- **Participação no evento Visit Pernambuco - presencial**
- **Divulgação no *instagran* - *online***
- **Divulgação no *Facebook* - *online***

A ação não foi executada satisfatoriamente, considerando o decreto n°6.074 de 30 de março de 2020 que estabelece medidas de redução e de controle das despesas, decreto n°6.083, de 13 de abril de 2020 que prever o distanciamento social e os decretos subsequentes deste tema.

Unidade Gestora:

20600	Fundo de Desenvolvimento Econômico

Objetivo:

Fomentar o Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Industrial do Estado do Tocantins

Indicador:

-Municípios alcançados com ações de fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial do Tocantins
-Empresas beneficiadas do programa de incentivo fiscal

Programa:

1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:

Código	Título	Prioritária
4064	Fortalecimento da atividade empresarial	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
3.220.000,00	4.134.043	7.354.043,00	2.194.925,04	1.537.368,00	1.523.715,00	5.159.117,96	29,8465	70,0419	99,1119

Recursos Próprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.220.000,00	4.134.043,00	7.354.043,00	2.194.925,04	1.537.368,00	1.523.715,00	5.159.117,96	29,84	20,90	20,71

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
22.691.1155	33.40.41	0240	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0	0
22.691.1155	33.50.41	0240	1.100.000,00	4.134.043,00	5.234.043,00	2.164.772,38	1.518.882,00	1.518.882,00	3.069.270,62	41,35	29	29
22.691.1155	33.90.14	0240	50.000,00	0,00	50.000,00	18.486,00	18.486,00	4.833,00	31.514,00	36,97	36	9
22.691.1155	33.90.30	0240	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
22.691.1155	33.90.32	0240	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0
22.691.1155	33.90.33	0240	40.000,00	0,00	40.000,00	11.666,66	0,00	0,00	28.333,34	29,16	0	0
22.691.1155	33.90.36	0240	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0	0
22.691.1155	33.90.39	0240	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	0,00	0	0
22.691.1155	33.90.41	0240	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0	0
22.691.1155	33.90.92	0240	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0	0
23.691.1155	33.40.41	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.50.41	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.14	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.30	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.32	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.33	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.36	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.39	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.41	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
23.691.1155	33.90.92	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
150				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	150,00	160,00	106,6666	

Análise:

Esta ação, as metas financeiras não foram atingidas como planejado, devido as dificuldades enfrentadas para executar o orçamento, atendimento às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e por causa da crise da pandemia da COVID-19 , tendo a necessidade de adotar uma série de ações de contenção de despesas e providências restritivas para a utilização do orçamento.
No entanto, houve execução orçamentária através do dois convênios firmados entre a SICS e a FACIET, sendo um para a realização de **Campanha Natalina**, com o repasse de R$ 887.666,00. e para realização do **Projeto Integrar para Desenvolver** (R$ 381.216,00). Também houve repasse no montante de R$ 250.000,00, para o IEL/TO, para continuação do **Projeto Tecnova**.
Por meio de reuniões virtuais a SICS mobilizou o setor de eventos e a Agência de Fomento a fim de disseminar as informações sobre acesso ao crédito. Bem como, realizou entrevista com o Superintendente do Banco do Brasil para tratar da linha de crédito especial do BB para o enfrentamento da crise instalada.
A SICS também atuou na sensibilização de empresas industriais e de serviços para exposição virtual durante a realização da Agrotins Virtual 2020. E seguindo os protocolos de segurança sanitária foram realizadas visitas técnicas para disseminação dos Projetos Tocantins + Crédito, Tocantins + Consciente e da Sala de Suporte Empresarial.

Foram realizadas 05 (cinco) visitas técnicas na Região Econômica Metropolitana, no município de Palmas: **a)** 05 visitas em Palmas (Pamonharia Paraíso, KOKAR, CDL de Palmas, Cerealista Santa Fé e Durax).

Foram realizadas 10 (dez) visitas técnicas na Região Econômica Norte: **a)** 10 empresa em Araguaína (Pães Aliança, Vasque Móveis e Aciara, Radinfo, NWSYS, Aranel, Concrenorte, Durax, Frango Americano, Quatro Ventos)

Foram realizadas 13 (treze) visitas técnicas na Região Econômica Médio Norte, sendo: **a)** 02 empresas em Pedro Afonso (COAPA e JV Ferragens); **b)** 04 empresas em Guaraí (Marmoraria Wenafra, Arroz Nativo, ACIAG e AGREX); **c)** 01 empresas em Bernardo Sayão (Laticínio Cremolat); **d)** 02 empresas em Badeirantes (Supercal e Caltins -Grupo J. Demito); **e)** 01 empresas em Nova Olinda (Master boi); **f)** 02 empresas em Colinas (Laticínio Palac e Recanto do Queijo); **g)** 01 empresas em Palmeirante (Terminal Integrador VLI).

Foram realizadas 56 (cinquenta e seis) visitas técnicas na Região Econômica do Portal do Jalapão, sendo: **a)** 14 empresas em Ponte Alta do Tocantins (Farmácia Santa Luzia, Comercial Conquista, Drogaria Vida, Loja Fricote, Farmácia dos Trabalhadores, Agrototal, Comercial Econômico, Sacolão Popular, Supermercado Jalapão, Distribuidora Avenida, Cabana Capim Dourado, Mercearia Baratão, GWR Moda e Cosméticos, A Curraleira); **b)** 15 empresas em Mateiros (Conveniência Barretão, Mercado Moura / Correspondente CEF, Modas, Distribuidora de Bebidas, Verdurão, Pastelaria Tavares, Tavares, Supermercado Sta Maria, GG da Rocha Xavier, Lojão Popular, Atacadão dos Colchões, Panificadora Pão Gostoso, Mini Mercado Salobro, Farmácia Vitória, Comercial Jalapão); **c)** 13 empresas em São Félix do Tocantins (Posto Jalapão, Mercado Santa Maria, Super Marques, Lanchonete as Delícias da mamãe, Depósito Lima, Restaurante Lima, Supermercado Estrela, Panificadora Toca do Açaí, Pit Dog Araras, Feirante, Pegue Pague Neves, Ampla Opção, Mercado Luizinho); **d)** 07 empresas em Lagoa do Tocantins (Casa do Fazendeiro, Supermercado São José, Moto Peças Rio Vermelho, Agropecuária Casa do Campo, Mat. Construção e Agropecuária, Supermercado Corujinha, JJ Cândido; **e)** 07 empresas em Santa Tereza do Tocantins (Supermercado Souza, Supermercado, Sorveteria e Lanchonete Doce Mel, Farmácia Sta. Tereza, Papelarte, Mercadinho Ana Lúcia, Supermercado Campos).

A SICS promoveu a disseminação de informações acerca dos protocolos de segurança sanitária por meio do Projeto Tocantins + Consciente, onde atendeu 87 empresários e instituições.
No geral, foram realizados mais de 160 atendimentos empresariais por visitas técnicas e atendimentos locais na Secretaria, por meio da Sala de Suporte Empresarial, com vistas à assistência empresarial, retenção e expansão dos negócios para o fortalecimento da gestão empresarial. Os projetos de capacitação técnica e Feiras de Negócios, aprovados no ano de 2020, estão previstos para realização em 2021.

Unidade Gestora:

10820	Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC

Objetivo:

Fomentar o fluxo turístico no Tocantins

Indicador:

-Fluxo Turístico

Programa:

1155	Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

Ação:

Código	Título	Prioritária
3091	Melhoria das infraestruturas turísticas.	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.860.000,00	-500.000	5.360.000,00	7.029,50	7.029,50	7.029,50	5.352.970,50	0,1311	100,0000	100,0000

Recursos do Tesouro - Ordinários — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
45.000,00	0,00	45.000,00	1.478,00	1.478,00	1.478,00	43.522,00	3,28	3,28	3,28

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	33.90.14	0100	10.500,00	0,00	10.500,00	288,00	288,00	288,00	10.212,00	2,74	2	2
23.695.1155	33.90.30	0100	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.33	0100	8.000,00	-2.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.35	0100	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.36	0100	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.39	0100	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	33.90.47	0100	500,00	2.000,00	2.500,00	1.190,00	1.190,00	1.190,00	1.310,00	47,60	47	47

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,28	3,28

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	33.50.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convênios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.950.000,00	-500.000,00	4.450.000,00	0,00	0,00	0,00	4.450.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	33.90.39	0225	1.050.000,00	-500.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	44.90.51	0225	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00	0,00	0,00	0,00	3.900.000,00	0,00	0	0

Operações de Crédito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
865.000,00	0,00	865.000,00	5.551,50	5.551,50	5.551,50	859.448,50	0,64	0,64	0,64

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
23.695.1155	44.50.93	4220	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	44.90.14	4220	10.000,00	0,00	10.000,00	5.551,50	5.551,50	5.551,50	4.448,50	55,51	55	55
23.695.1155	44.90.39	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
23.695.1155	44.90.51	4220	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
4				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	4,00	4,00	100,0000

Análise:

A ação foi executada a contento, apesar da pandemia da COVID-19, onde algumas atividades tiveram que ser suspensas. Porém nas demais tivemos avanço nas atividades, conforme segue abaixo:

Acompanhamento das obras no Jalapão que foram inauguradas, em 30 de setembro por tanto, do produto que é infraestrutura melhorada foi cumprido e sua meta de 4 infraestrutura turística melhorada foi alcançada em 100%, são elas:

Construção de Apoio Quiosque na Prainha do Rio Novo com 104,65 m² e Reforma dos Sanitários da Prainha com 37,30 m²;
Construção de Apoio Quiosque nas Dunas com 51,00m², na Fazenda Tria Agro;
Reforma da Trilha da Serra do Espírito Santo com 630,00 metros lineares de proteção e corrimão;
Construção de Praça de lazer no povoado do Prata, com 4.496,58 m².

Estas obras foram preparadas para atender ao público-alvo deste projeto que são: turistas, comunidade local e comunidade quilombola do Prata.
As obras acima descritas foram financiadas pelo Banco Mundial através do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) com o valor total do contrato foi de R$ 1.658.972,01. Justifica-se a pouca execução financeira na fonte 220, pois medições que faltavam ser pagas em 2019 foram inscritas em restos a pagar na ação 1066 e em 2020 foi liquidado, segue as liqudação dos restos a pagar:

Número	UG Emitente	Data Emissão	Cnpj	Nome do Credor	Valor das Retenções	Valor
2020NL00362	108200	27/07/2020	00123661000104	CONSTRUTORA JARDIM LTDA	1.137,40	32.497,05
2020NL00429	108200	26/08/2020	00123661000104	CONSTRUTORA JARDIM LTDA	2.909,14	118.598,83
2020NL00528	108200	23/10/2020	00123661000104	CONSTRUTORA JARDIM LTDA	416,82	11.909,05

do contrato 07/2019 e pago feito foi completa o valor total.
Na fonte 100 houve uma transferência por alteração de QDD da natureza 3.3.90.33 para a natureza de despesa 3.3.90.47 o valor de R$2.000,00. Também foram empenhados e pagos os valores R$288,00 com diárias e R$ 1190,00 pago com obrigações tributárias e contributivas
Os recursos provenientes da fonte 225 foi frustrado, pois o governo federal não repassou o recurso acordado. Do valor de R$4.950.000,00 do orçamento inicial, R$500.000,00 foram repassados para a ação 4335.
As despesas com diárias foram executadas na fonte 4220 foi no valor de R$ 5.551,50 para acompanhamento das obras.
As quatro obras de infraestrutura previstas foram concluídas 100%. Assim a meta foi concluída com êxito permitindo a melhoria da infraestrutura turística no jalapão.

Unidade Gestora:

27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Promover a valorização dos profissionais e servidores da educação

Indicador:

-Índice de participação dos profissionais da educação básica na formação inicial e continuada
-Índice de professores em exercício de docência atuando na área de conhecimento da sua formação

Programa:

1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2062	Formação continuada dos profissionais da educação básica	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
14.426.753,00	-3.709.553	10.717.200,00	9.522,79	9.522,79	9.522,79	10.707.677,21	0,0888	100,0000	100,0000

Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.147.427,00	-1.147.427,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0101	202.788,00	-202.788,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.18	0101	721.389,00	-721.389,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.30	0101	31.550,00	-31.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.33	0101	16.100,00	-16.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.36	0101	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.39	0101	170.600,00	-170.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
9.873.753,00	-117.100,00	9.756.653,00	917,29	917,29	917,29	9.755.735,71	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0211	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.33	0211	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.36	0211	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.39	0211	9.692.753,00	-118.018,00	9.574.735,00	0,00	0,00	0,00	9.574.735,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.92	0211	0,00	918,00	918,00	917,29	917,29	917,29	0,71	99,92	99	99

Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.590.719,00	-2.445.026,00	145.693,00	5.833,50	5.833,50	5.833,50	139.859,50	4,00	4,00	4,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0214	525.100,00	-519.266,00	5.834,00	5.833,50	5.833,50	5.833,50	0,50	99,99	99	99
12.368.1156	33.90.18	0214	1.861.619,00	-1.861.619,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.30	0214	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.33	0214	27.000,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.36	0214	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.39	0214	112.000,00	859,00	112.859,00	0,00	0,00	0,00	112.859,00	0,00	0	0

Cota-Parte de Compensações Financeiras 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
814.854,00	0,00	814.854,00	2.772,00	2.772,00	2.772,00	812.082,00	0,34	0,34	0,34

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.43	0235	0,00	2.950,00	2.950,00	0,00	0,00	0,00	2.950,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.14	0235	391.200,00	0,00	391.200,00	2.772,00	2.772,00	2.772,00	388.428,00	0,70	0	0
12.368.1156	33.90.18	0235	239.354,00	-2.950,00	236.404,00	0,00	0,00	0,00	236.404,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.33	0235	36.300,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.36	0235	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.39	0235	144.000,00	0,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	144.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
6.623				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	6.623,00	12.111,00	182,8627

Análise:

A ação está foi executada a contento, tendo em vista que 12.111 profissionais da Educação Básica foram qualificados. As formações continuadas ofertadas foram:

FORMAÇÕES REALIZADAS PELAS DRES

1. Formação Pedagógica para o fortalecimento das Lideranças Educacionais para o ano letivo de 2020: 871 profissionais;
2. Avaliação no Contexto Escolar-DRE de Palmas: 61 profissionais;
3. BNCC / Documento Curricular do Tocantins – DCT-DRE de Tocantinópolis: 375 profissionais;
4. DCT/BNCC e a Gestão Escolar, pela plataforma Google Sala de Aula - DRE de Gurupi: 45 profissionais;
5. DCT/BNCC-Formação para professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental - DRE de Gurupi: 57 profissionais;

6. Educadores Articuladores no Desenvolvimento das Habilidades Socioemocionais - DRE de Tocantinópolis: 27 profissionais;
7. Formação Continuada para Professores na Implementaçãoo doDCT/BNCC- DRE de Pedro Afonso: 165
8. 1ª Formação em Metodologias Ativas: 78 profissionais;
9. Formação Inicial Modelo Jovem em Ação 2020 - DRE de Gurupi: 120 profissionais;
10. Formação Pela Escola/ Programa Nacional do Livro Didático_DRE de Palmas: 22 profissionais;
11. Formação Rotinas Pedagógicas_DRE de Gurupi: 16 profissionais;
12. Oficina para elaboração do PPP alinhado ao DCT-DRE de Araguatins: 85 profissionais;
13. Organizando a Biblioteca Escolar e Fomentando a Leitura-DRE de Tocantinópolis: 14 profissionais;
14. Projeto de Vida e Metodologias Ativas-DRE de Palmas: 65 profissionais.

FORMAÇÕES REALIZADAS PELA SEDUC/SEDE

15. Formação para os assessores pedagógicos das Diretorias Regionais de Educação sobre estratégias pedagógicas para o retorno das atividades educacionais na rede estadual (formação online): 179 profissionais.
16. Formação de professores para início das atividades não presenciais na rede estadual de ensino, aulas para os alunos da 3ª série do ensino médio (formação online): 2563 profissionais.
17. Formação de professores para início das atividades não presenciais na rede estadual de ensino aulas para os alunos das 1ª e 2 série do ensino médio (formação online): 3500 profissionais.
18. Seminário "Das políticas públicas à sala de aula: currículo e avaliação no contexto da pandemia (online): 3.512 profissionais.
19. Formação de professores para início das atividades não presenciais na rede estadual de ensino, aulas para os alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental (formação online): 3780 profissionais;
20. Participação o 1º Encontro Técnico Regional do PNLD – Etapa Norte: 1 profissional;
21. 2ª etapa da Formação do Projeto de Inovação Educação Conectada –TO Ligado: 288 profissionais;
22. Formação para Professores que atuam na Educação em Prisões: 67 profissionais;
23. Seminário Profissão Professor: 3.975 professores;
24. Formação Continuada da Rede Estadual de Ensino - Plataforma Moodle 2020: 11.731 profissionais;

As regiões beneficiadas foram:

- Araguaína:557 profissionais,
- Araguatins: 947 profissionais,
- Arraias: 568 profissionais,
- Colinas do TO: 679 profissionais,
- Dianópolis: 728 profissionais,
- Guaraí: 639 profissionais,
- Gurupi:499 profissionais,
- Miracema do TO: 563 profissionais,
- Palmas:165 profissionais,
- Paraíso do TO: 839 profissionais,
- Pedro Afonso: 771 profissionais,
- Porto Nacional:084 profissionais,
- Tocantinópolis:072 profissionais,

Obs: A soma do número de profissionais que constam em cada curso difere do total informado por DRE (12.111), uma vez que a maioria dos profissionais participaram de mais de um curso.

O baixo valor de dispêndios financeiros é em função de que a maioria das formações presencias foram realizadas de forma descentralizada, pelas próprias Diretorias Regionais de Educação - DRE e as demais foram realizadas de forma online pela necessidade de distanciamento social em função da Pandemia da Covid 19; motivo pelo qual também foi possível contemplar uma considerável quantidade de profissionais com formação além do previsto na meta física inicial.

As reduções orçamentárias foram destinadas a atender despesas das ações: 2323; 2293; 2368 e 2109.

A suplementação no valor de R$ 112.858,00 foi originada da ação 2116.

A previsão no valor de R$ 918,00 da fonte 0211 para pagamento de despesas do exercício anterior se destina a atender a DD 2020/00418, Processo nº.: 2016/27000/010087 referente à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de marcação, remarcação e emissão de passagens terrestres para a formação continuada em Atendimento Educacional Especializada - AEE para professores de salas de recursos multifuncionais, técnicos da educação especial das DRE e sede da SEDUC.

Unidade Gestora:

27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Garantir com qualidade o acesso, a permanência e o sucesso do aluno da educação básica

Indicador:

-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio

Programa:

1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
1086	Construção, reforma e ampliação de unidade escolar	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
79.861.177,00	-11.431.836	68.429.341,00	20.422.650,25	11.396.563,90	10.216.670,23	48.006.690,75	29,8448	55,8035	89,6469

Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.985.000,00	-2.063.144,00	1.921.856,00	1.921.849,42	1.605.710,98	787.206,28	6,58	99,99	83,55	40,96

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.43	0101	0,00	119.250,00	119.250,00	119.245,00	119.245,00	119.245,00	5,00	99,99	99	99
12.368.1156	33.90.39	0101	40.000,00	-15.000,00	25.000,00	25.000,00	24.695,44	24.499,54	0,00	100,00	98	97
12.368.1156	33.90.92	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.90.51	0101	1.945.000,00	-1.535.841,00	409.159,00	409.158,26	93.324,38	93.324,38	0,74	99,99	22	22
12.368.1156	44.90.92	0101	2.000.000,00	-631.553,00	1.368.447,00	1.368.446,16	1.368.446,16	550.137,36	0,84	99,99	99	40

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.825.000,00	-3.798.750,00	1.026.250,00	640.250,00	0,00	0,00	386.000,00	62,38	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.40.42	0104	3.312.500,00	-2.484.500,00	828.000,00	541.750,00	0,00	0,00	286.250,00	65,42	0	0
12.368.1156	44.40.51	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.50.42	0104	0,00	98.500,00	98.500,00	98.500,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
12.368.1156	44.90.51	0104	1.512.500,00	-1.412.750,00	99.750,00	0,00	0,00	0,00	99.750,00	0,00	0	0
12.368.1156	44.90.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
24.317.977,00	0,00	24.317.977,00	1.247.684,43	386.798,14	369.003,51	23.070.292,57	5,13	1,59	1,51

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.51	0211	24.317.977,00	-15.782,00	24.302.195,00	1.231.903,10	371.016,81	353.222,18	23.070.291,90	5,06	1	1
12.368.1156	44.90.92	0211	0,00	15.782,00	15.782,00	15.781,33	15.781,33	15.781,33	0,67	99,99	99	99

Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
18.460.000,00	-1.005.694,00	17.454.306,00	10.796.786,48	7.291.318,97	7.066.886,14	6.657.519,52	61,85	41,77	40,48

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.43	0214	3.500.000,00	794.315,00	4.294.315,00	3.305.373,97	3.305.373,97	3.305.373,97	988.941,03	76,97	76	76
12.368.1156	33.90.14	0214	160.000,00	-80.000,00	80.000,00	79.590,00	79.590,00	79.590,00	410,00	99,48	99	99
12.368.1156	33.90.30	0214	720.462,00	-605.840,00	114.622,00	114.621,23	6.073,67	6.073,67	0,77	99,99	5	5
12.368.1156	33.90.39	0214	91.138,00	-91.138,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.50.42	0214	0,00	340.543,00	340.543,00	340.541,64	340.541,64	340.541,64	1,36	99,99	99	99
12.368.1156	44.50.43	0214	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.90.51	0214	13.488.400,00	-1.583.180,00	11.905.220,00	6.556.933,64	3.160.013,69	3.144.850,66	5.348.286,36	55,07	26	26
12.368.1156	44.90.52	0214	0,00	719.606,00	719.606,00	399.726,00	399.726,00	190.456,20	319.880,00	55,54	55	26

Recursos de Convênios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
23.221.686,00	-150.000,00	23.071.686,00	5.816.079,92	2.112.735,81	1.993.574,30	17.255.606,08	25,20	9,15	8,64

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.51	0225	23.221.686,00	-187.583,00	23.034.103,00	5.806.547,64	2.103.203,53	1.988.680,96	17.227.555,36	25,20	9	8
12.368.1156	44.90.92	0225	0,00	37.583,00	37.583,00	9.532,28	9.532,28	4.893,34	28.050,72	25,36	25	13

Cota-Parte de Compensações Financeiras 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
5.051.514,00	-4.414.248,00	637.266,00	0,00	0,00	0,00	637.266,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.51	0235	5.051.514,00	-4.414.248,00	637.266,00	0,00	0,00	0,00	637.266,00	0,00	0	0

Meta Física:					
2020 64	**2021**	**2022**	**2023**	**Unidade** Unidade	**Sigla** un
Referência:					
Ano	**Período** 3o Quadrimestre	**Meta do Ano (2020)** 64,00	**Execução** 57,00	**% Execução** 89,0625	

Análise:

CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR

A ação está sendo executada, sendo que 05 obras estão em andamento, construção da Escola Estadual Sales Pereira Marins em Miranorte, construção da Escola Estadual Getúlio Vargas em Ananás, construção de prédio padrão com 06 salas de aula em Novo Alegre, construção da ETI Setor Maracanã em Araguaína e ETI em Araguatins.
04 obras estão em fase de licitação, construção de ETI 1500 alunos nos municípios de Pedro Afonso, Palmas - AENE 23 e Araguaína - Setor Nova Araguaína e Paraíso do Tocantins.
02 obras estão em fase de assinatura de contrato, sendo: Escola Estadual Indígena Oytiri – Aldeia São João e Escola Estadual Indígena Tainá ambas em Formoso do Araguaia.

REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR

A ação está sendo executada, uma vez que 12 obras de reforma de UE's foram concluídas e entregues: CEM Bom Jesus em Gurupi, ETI Ernesto Barros e CEM Castelo Branco ambas em Colinas do Tocantins (reforma elétrica), CEM Dona Filomena em Miracema, Escola Estadual Nossa Senhora da Providência em Miranorte, Escola Indígena Skawe em Tocantínia, CEM Benjamim José de Almeida e Escola Estadual Adolfo Bezerra de Meneses, CEM Rui Barbosa em Araguaína (reforma elétrica) em Araguaína, CEM Antônio Povoa em Dianópolis, CEM Darcy Marinho em Tocantinópolis, (reforma elétrica) Escola Estadual Família Agrícola em Porto Nacional.
05 obras estão em andamento: Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo em Aliança do Tocantins, Colégio Estadual Tancredo Neves em Barrolândia, Colégio Estadual Ademar Vicente Ferreira Sobrinho em Araguaína, (reforma do salão de eventos) Escola Estadual Família Agrícola em Porto Nacional, Escola Estadual Francisco Pereira Felício em Colinas do Tocantins.
03 obras com contrato assinado aguardando a emissão da ordem de serviço: Escola Estadual de Tempo Integral Sancha Ferreira em Araguaína, CEM Ary Ribeiro Valadão (adaptação de sala maker) em Gurupi e Escola Indígena Wahuri Aldeia Cachoeirinha em Formoso do Araguaia.
16 obras estão em fase de licitação: Colégio Estadual Cristo Rei em Pedro Afonso, Escola Estadual Indígena Pêpekro – Aldeia Botica e Escola Estadual Indígena Tamkak – Aldeia Bonito ambas em Tocantinópolis, Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira em Nova Rosalândia, ETI Maria da Glória em Tupirama, Escola Estadual Marechal Ribas Junior em Axixá do Tocantins, Escola Estadual São José Operário em Paraíso, Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (reformas pontuais e PCPIP) e CEM Santa Rita Cássia em Palmas, Escola Indígena Tainahaki – Aldeia Warîty em Santa Fé do Araguaia, Escola Estadual Indígena Kwatepó em Tocantínia, Escola Estadual João Pires Querido em Silvanópolis, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Olinda, Colégio Estadual Jardim Paulista em Araguaína e CEM Rui Barbosa (reformas pontuais e PCPIP) em Araguaína e CEM Castelo Branco em Colinas do Tocantins (reformas pontuais PCPIP).
27 obras de pequeno porte foram concluídas com recursos repassados através do programa de descentralização extra-obra, no montante de R$ 1.768.225,05 (um milhão, setecentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinco centavos).

AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR

A ação está sendo executada, uma vez que 02 obras de ampliação foram concluídas e entregues: Escola Estadual Adeuvaldo de Oliveira Moraes em Filadélfia, Escola Estadual Nossa Senhora da Providência em Miranorte.
09 obras estão em andamento, sendo: CEM Paulo Freire (construção de quadra urbanização) e Escola Estadual Ademar Vicente Ferreira Sobrinho em Araguaína, CEM Joana Batista Cordeiro em Arraias, Colégio Estadual Anita Cassimiro Moreno em Aliança do Tocantins, CEM Bom Jesus (cobertura) e Escola Estadual José Seabra Lemos em Gurupi, Escola Brasil em Porto Nacional, Escola Estadual Professora Maria Guedes – Palmeirópolis e Escola Estadual Floresta em Paranã,
02 obras estão aguardando ordem de serviços: CEMI Caraja – Xambioá em Santa Fé do Araguaia e CEM Ary Ribeiro Valadão (posto de transformação) em Gurupi.
26 obras estão em fase de licitação: Escola Estadual Irmã Aspásia em Porto Nacional, Escola Estadual Angélica Ribeiro Aranha em Porto Nacional Colégio Estadual David Barbosa Rolins em Marianópolis, (Escola Estadual Indígena Wakomekwa e Escola Indígena Warô ambas em Tocantínia), Colégio Estadual São José, ETI Augusto dos Anjos, Escola Estadual Liberdade e Escola Estadual Frederico Pedreira Neto (posto de transformação) em Palmas, Escola Adá de Assis em Goiatins, Colégio Estadual Darcy Ribeiro em Pugmil, Colégio Estadual Paulina Câmara em Barrolândia, Escola Estadual João da Silva Guimarães em Silvanópolis, CEM Castelo Branco em Araguaína, CEM Benjamim José de Almeida e Escola Estadual João Guilherme Leite Kunze em Araguaína), CEM de Gurupi e CEM Bom Jesus (refeitório) em Gurupi, CEM Darcy Marinho em Tocantinópolis, Escola Estadual São Miguel em São Miguel, Colégio Estadual Buruti em Buriti do Tocantins, Escola Estadual Manoel Vicente de Sousa em Augustinópolis, CEM Antônio Póvoa em Dianópolis, Escola Estadual Antônio Carlos de França em Ponte Alta do Bom Jesus, Colégio Estadual Nazaré Nunes da Silva em Aguiarnópolis e Colégio Estadual José Luiz Siqueira em Wanderlândia.
16 obras de pequeno porte foram concluídas com recursos repassados através do programa de descentralização extra-obra, no montante no valor de R$ 1.977.690,56 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos).
Devido ao advento da pandemia do novo Corona Vírus (Covid-19), houve um reflexo negativo na execução física das obras, razão pela qual a meta financeira não foi executada satisfatoriamente.
Houve reduções nas fontes: 0101, 0104, 0214, 0225, 0235 para atender os dispêndios das ações 1086, 1123, 2293, 2325, 2007, 1146, 2295, 2209 e 2381.

Período	Construção de unidade escolar (quantitativo)	Reforma de unidade escolar (quantitativo)	Ampliação de unidade escolar (quantitativo)	Executada
Janeiro a abril		03	01	04
maio a agosto		05	01	06
setembro a dezembro		31	16	47
Acumulado		**39**	**18**	**57**

Unidade Gestora:

27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Garantir com qualidade o acesso, a permanência e o sucesso do aluno da educação básica

Indicador:

-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio

Programa:

1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2007	Aparelhamento de unidade escolar	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
34.598.435,00	-24.317.981	10.280.454,00	5.883.219,12	2.480.180,72	1.396.604,72	4.397.234,88	57,2272	42,1568	56,3106

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	78.542,00	78.542,00	78.541,57	78.541,57	78.541,57	0,43	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.93	0100	0,00	78.542,00	78.542,00	78.541,57	78.541,57	78.541,57	0,43	99,99	99	99

Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE — 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
5.852.571,00	-5.840.813,00	11.758,00	11.598,75	11.598,75	11.598,75	159,25	98,64	98,64	98,64

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0101	100.000,00	-88.963,00	11.037,00	11.036,25	11.036,25	11.036,25	0,75	99,99	99	99
12.368.1156	33.90.30	0101	1.182.571,00	-1.182.450,00	121,00	0,00	0,00	0,00	121,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.92	0101	0,00	600,00	600,00	562,50	562,50	562,50	37,50	93,75	93	93
12.368.1156	33.90.93	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.90.52	0101	4.570.000,00	-4.570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
750.000,00	-750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98,64	98,64

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.40.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.40.42	0104	250.000,00	-250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.50.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.90.52	0104	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE — 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
7.493.462,00	-5.033.000,00	2.460.462,00	819.889,40	263.000,00	263.000,00	1.640.572,60	33,32	10,68	10,68

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0211	1.590.174,00	-184.522,00	1.405.652,00	0,00	0,00	0,00	1.405.652,00	0,00	0	0
12.368.1156	44.90.52	0211	5.903.288,00	-4.848.478,00	1.054.810,00	819.889,40	263.000,00	263.000,00	234.920,60	77,72	24	24

Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB — 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
18.826.242,00	-15.647.439,00	3.178.803,00	2.973.477,40	1.809.502,40	1.043.464,40	205.325,60	93,54	56,92	32,82

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0214	8.165.675,00	-6.150.847,00	2.014.828,00	2.014.827,40	1.809.502,40	1.043.464,40	0,60	99,99	89	51
12.368.1156	44.90.52	0214	10.660.567,00	-9.496.592,00	1.163.975,00	958.650,00	0,00	0,00	205.325,00	82,36	0	0

Cota-Parte de Compensações Financeiras — 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.676.160,00	-424.000,00	1.252.160,00	0,00	0,00	0,00	1.252.160,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0235	1.486.160,00	-329.000,00	1.157.160,00	0,00	0,00	0,00	1.157.160,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.39	0235	190.000,00	-95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0	0

ICMS - FECOEP — 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	3.298.729,00	3.298.729,00	1.999.712,00	317.538,00	0,00	1.299.017,00	60,62	9,62	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0238	0,00	3.298.729,00	3.298.729,00	1.999.712,00	317.538,00	0,00	1.299.017,00	60,62	9	0

Meta Física:					
2020 350	2021	2022	2023	Unidade Unidade	Sigla un
Referência:					
Ano	Período 3o Quadrimestre	Meta do Ano (2020) 350,00	Execução 22,00	% Execução 6,2857	

Análise:

A ação não foi executada a contento, tendo em vista que foram atendidas 22 unidades escolares. As unidades escolares foram aparelhadas com os seguintes equipamentos: conjunto professor, conjuntos refeitórios, fogão, condicionadores de ar, estantes, mesas, armários, cadeiras fixas e longarinas, contemplando assim escolas de tempo integral de ensino fundamental e de ensino médio, escolas indígenas, dentre outras modalidades de ensino ofertadas por esta Pasta.

Ressalta-se que as 22 unidades foram aparelhadas de foram a atender todas as suas maiores necessidades, recebendo itens imprescindíveis ao seu funcionamento.

Foram aparelhadas as unidades escolares dos seguintes municípios descritos na tabela abaixo:

Nº	DRE	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR
1	ARAGUAINA	ARAGUAINA	CAIC - JORGE HUMBERTO CAMARGO
2	ARAGUAÍNA	ARAGUAÍNA	CEM BENJAMIM JOSÉ DE ALMEIDA
3	ARAGUAÍNA	ARAGUAÍNA	CEM PAULO FREIRE
4	ARAGUAÍNA	ARAGUAÍNA	ESCOLA ESTADUAL GUILHERME DOURADO
5	ARAGUAÍNA	ARAGUAÍNA	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO NASSER
6	ARAGUAÍNA	ARAGUAÍNA	ESCOLA ESTADUAL JARDIM PAULISTA
7	ARAGUAÍNA	ARAGUAÍNA	COLÉGIO ESTADUAL ADOLFO BEZERRA DE MENEZES
8	ARAGUAÍNA	ARAGOMINAS	COLÉGIO ESTADUAL GETÚLIO VARGAS
9	ARAGUAÍNA	FILADÉLFIA	ESCOLA ESTADUAL ADEUVALDO DE OLIVEIRA M. SILVA
10	ARAGUATINS	ARAGUATINS	ESC. EST. ISOLADA BOA SORTE
11	ARAGUATINS	ARAGUATINS	ESC. EST. BELA VISTA
12	ARAGUATINS	BURITI DO TOCANTINS	ESCOLA ESTADUAL VICENTE CARLOS DE SOUSA
13	ARRAIAS	ARRAIAS	GTI AGRÍCOLA DAVID AIRES FRANÇA
14	GURUPI	GURUPI	COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ SEABRA LEMOS
15	GURUPI	ALIANÇA DO TOCANTINS	COLÉGIO ESTADUAL ANITA CASSIMIRO MORENO
16	GURUPI	GURUPI	ESCOLA ESTADUAL VILA GUARACY
17	GURUPI	GURUPI	ESCOLA ESTADUAL HERCÍLIA CARVALHO DA SILVA
18	GURUPI	GURUPI	COLÉGIO ESTADUAL WALDIR LINS
19	MIRACEMA	TOCANTÍNIA	ESCOLAS ESTADUAIS INDÍGENAS
20	PALMAS	APARECIDA DO RIO NEGRO	COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL MEIRA MATOS
21	PEDRO AFONSO	PEDRO AFONSO	ESCOLA ESTADUAIS INDÍGENAS
22	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL	ESCOLA ESTADUAL PROF.ª ALCIDES RODRIGUES AIRES

Justifica-se a execução parcial, da meta física e financeira, por meio dos decretos emitidos pelo Governador do Estado:

- Decreto nº 6.064 de 12 de março de 2020
- Decreto nº 6.065 de 13 de março de 2020;
- Decreto nº 6.070 de 18 de março de 2020
- Decreto nº 6.072 de 21 de março de 2020;
- Decreto nº 6.086 de 22 de abril de 2020;
- Decreto nº 6.087 de 27 de abril de 2020;
- Decreto nº 6.095 de 15 de maio de 2020;
- Decreto nº 6.099 de 28 de maio de 2020;
- Decreto nº 6.112 de 29 de junho de 2020;
- Decreto nº 6.128 de 31 de julho de 2020;
- Decreto nº 6.143 de 31 de agosto de 2020;
- Decreto nº 6.159 de 30 de setembro de 2020;
- Decreto nº 6.175 de 29 de outubro de 2020;
- Decreto nº 6.185 de 25 de novembro de 2020;
- Decreto nº 6.203 de 30 de dezembro de 2020.

Houve a redução dentro da mesma ação na fonte 0211, da natureza de despesa 33.90.30 para a natureza 44.90.52 e ainda das fontes 0101, 0104, 0211, 0214 e 0235, para atender os dispêndios das ações 1086, 1103, 1136, 2109, 2116, 2150, 2209, 2323 e 2349.

Houve a suplementação nas fontes 0101, 0104, 0211, 0214 e 0238, oriundos das ações 1084, 1086, 2014, 2166, 2209, 2372 e 6003.

Unidade Gestora:

27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Garantir com qualidade o acesso, a permanência e o sucesso do aluno da educação básica

Indicador:

-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental
-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio

Programa:

1156	Educação de Qualidade e Formação Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2116	Manutenção do transporte escolar	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
240.351.193,00	-78.113.101	162.238.092,00	142.525.518,17	89.515.659,52	84.396.183,04	19.712.573,83	87,8496	62,8067	94,2809

Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
107.893.648,00	-67.158.418,00	40.735.230,00	40.735.227,37	27.571.317,72	22.542.632,71	2,63	99,99	67,68	55,33

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.20.41	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.40.41	0101	10.000.000,00	-10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.50.43	0101	0,00	2.304.222,00	2.304.222,00	2.304.221,11	2.304.221,11	2.304.221,11	0,89	99,99	99	99
12.368.1156	33.90.30	0101	77.893.648,00	-77.893.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.33	0101	20.000.000,00	-20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.39	0101	0,00	33.971.882,00	33.971.882,00	33.971.881,38	20.809.553,73	15.787.146,93	0,62	99,99	61	46
12.368.1156	33.90.47	0101	0,00	33.977,00	33.977,00	33.976,52	33.976,52	33.976,52	0,48	99,99	99	99
12.368.1156	33.90.92	0101	0,00	4.423.567,00	4.423.567,00	4.423.566,36	4.423.566,36	4.417.288,15	0,64	99,99	99	99
12.368.1156	44.90.52	0101	0,00	1.582,00	1.582,00	1.582,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,68	55,33

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.40.42	0104	60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.50.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
65.206.292,00	21.893.600,00	87.099.892,00	86.502.656,00	51.352.722,00	51.352.722,00	597.236,00	99,31	58,95	58,95

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.52	0211	65.206.292,00	21.893.600,00	87.099.892,00	86.502.656,00	51.352.722,00	51.352.722,00	597.236,00	99,31	58	58

Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
40.000.000,00	-32.788.283,00	7.211.717,00	7.071.841,62	7.071.841,62	7.071.841,62	139.875,38	98,06	98,06	98,06

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.40.41	0214	39.850.000,00	-32.788.283,00	7.061.717,00	7.061.716,62	7.061.716,62	7.061.716,62	0,38	99,99	99	99
12.368.1156	33.90.14	0214	150.000,00	0,00	150.000,00	10.125,00	10.125,00	10.125,00	139.875,00	6,75	6	6

Cota-Parte do Salário-Educação 0216

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
27.191.253,00	0,00	27.191.253,00	8.215.793,18	3.519.778,18	3.428.986,71	18.975.459,82	30,21	12,94	12,61

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.33	0216	27.191.253,00	-18.975.459,00	8.215.794,00	8.215.793,18	3.519.778,18	3.428.986,71	0,82	99,99	42	41
12.368.1156	33.90.39	0216	0,00	18.975.459,00	18.975.459,00	0,00	0,00	0,00	18.975.459,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
52.000				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	52.000,00	33.412,00	64,2538

Análise:

A ação foi executada parcialmente, tendo em vista que foram atendidos com transporte escolar 33.412 alunos até março de 2020, sendo o atendimento suspenso devido ao advento da Pandemia COVID-19, que suspendeu ainda, as atividades educacionais presenciais e viagens a trabalho.

Após a suspensão das aulas presenciais, foi dada a continuidade do transporte escolar com as entregas dos kits alimentação, material pedagógico e material TÔ no Enem atendendo as 13 DRE's do Estado do Tocantins.

Justifica-se a execução parcial, por meio dos decretos emitidos pelo Governador do Estado:

- Decreto nº 6.064 de 12 de março de 2020

- Decreto nº 6.065 de 13 de março de 2020;
- Decreto nº 6.070 de 18 de março de 2020
- Decreto nº 6.072 de 21 de março de 2020;
- Decreto nº 6.086 de 22 de abril de 2020;
- Decreto nº 6.087 de 27 de abril de 2020;
- Decreto nº 6.095 de 15 de maio de 2020;
- Decreto nº 6.099 de 28 de maio de 2020;
- Decreto nº 6.112 de 29 de junho de 2020;
- Decreto nº 6.128 de 31 de julho de 2020;
- Decreto nº 6.143 de 31 de agosto de 2020;
- Decreto nº 6.159 de 30 de setembro de 2020;
- Decreto nº 6.175 de 29 de outubro de 2020;
- Decreto nº 6.185 de 25 de novembro de 2020;
- Decreto nº 6.203 de 30 de dezembro de 2020.

Houve superávit na fonte 0211 no valor de R$ 33.706.494,00.

Houve redução da mesma ação na fonte 0101, da natureza de despesa 33.90.30 para natureza 44.90.52 e da natureza 33.40.41 para natureza 33.20.41 e ainda nas fontes 0101 e 0104 para atender os dispêndios das ações 2007, 2109, 2062, 2349, 2157, 1086, 2166,, 2293 e 2042.

Houve a suplementação nas fontes 0104 e 0211, oriundo da ação 2007.

Unidade Gestora:

10820	Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC

Objetivo:

Implementar políticas públicas culturais

Indicador:

-% de execução de ações e projetos executados no âmbito da Cultura.

Programa:

1158	Cultura

Ação:

Código	Título	Prioritária
4336	Fomento à produção, circulação e promoção da arte, da cultura e do turismo cultural.	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
14.932.500,00	-10.299.275	4.633.225,00	3.654.728,50	3.063.520,54	2.866.520,54	978.496,50	78,8808	83,8234	93,5694

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
120.000,00	-45.000,00	75.000,00	45.553,50	45.345,54	45.345,54	29.446,50	60,73	60,46	60,46

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
13.392.1158	33.90.14	0100	50.000,00	-10.000,00	40.000,00	37.553,50	37.553,50	37.553,50	2.446,50	93,88	93	93
13.392.1158	33.90.30	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.33	0100	20.000,00	-8.000,00	12.000,00	8.000,00	7.792,04	7.792,04	4.000,00	66,66	64	64
13.392.1158	33.90.36	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.39	0100	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	44.90.52	0100	0,00	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0	0

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
14.812.500,00	-10.254.275,00	4.558.225,00	3.609.175,00	3.018.175,00	2.821.175,00	949.050,00	79,17	66,21	61,89

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
13.392.1158	33.40.41	0104	6.350.000,00	-5.483.850,00	866.150,00	628.400,00	234.400,00	234.400,00	237.750,00	72,55	27	27
13.392.1158	33.50.41	0104	7.562.500,00	-4.011.925,00	3.550.575,00	2.980.775,00	2.783.775,00	2.586.775,00	569.800,00	83,95	78	72
13.392.1158	33.90.39	0104	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	44.40.42	0104	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
13.392.1158	44.50.42	0104	400.000,00	-358.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00	41.500,00	0,00	0	0

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
80				Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	80,00	66,00	82,5000	

Análise:

A ação foi parcialmente executada, tendo em vista que a linha de base eram 20 ações e projeto de arte e cultura apoiado mas estava previsto um aumento de 80% o que somaria 36 ações e projeto de arte e cultura apoiado, no entanto conseguimos atingir 24 ações e projeto de arte e cultura apoiado o que representa 66%, então calculamos a meta física (80% representa 100% da meta a ser atingida, como 66% = ((66X100)/ 80) só atingimos então chegamos a 82,50 que é a meta física estipulada, apesar do decreto no. 6.074 de 30 de março de 2020 que estabelece medidas de redução e de controle das despesas, decreto no. 6.083, de 13 de abril de 2020 que prever o distanciamento social e os decretos subsequentes, a meta financeira foi de 78,88 % em cima do autorizado para realizamos as atividades que fomentou a produção cultural, as quais serão discriminadas a seguir:

1. Apoio na realização do Primeiro Sarau Literário – "Inspiração Tocantinense", no dia 29 de janeiro de 2020. Com o objetivo de dar mais evidência à produção literária tocantinense, foram convidados os principais autores do Tocantins, além de novos escritores também. Cada um deles teve a oportunidade de apresentar sua obra com um breve resumo do conteúdo.
2. Apoio a realização do Pré-carnaval "TOCA PRA PRAÇA", no dia 15/02/2020, que aconteceu na Praça dos Girassóis em Palmas. Objetivo: Com a proposta de resgatar o carnaval de rua o Governo do Estado com o apoio da ADETUC, tem como objetivo fomentar o comércio da capital reunindo todos os foliões dispostos a festejar no pré-carnaval. Sendo um importante ativo que gera emprego, renda, fomenta a cultura, o turismo e movimenta a economia. A proposta foi juntar os grupos de amigos, de trabalho, de escolas, de classes culturais, etc., e se divertir na praça #tocaprapraça;
3. Elaboração, lançamento e recebimento de documentação para o Edital de Chamamento Público para a participação dos artesãos no 13o. Salão do Artesanato de Brasília. Obs: Suspenso por conta da pandemia;
4. Entrega de cestas básicas. Objetivo: Entrega de cestas básicas aos artesãos, músicos, quadrilheiros e foliões, que estão temporariamente com suas fontes de renda prejudicadas em decorrência das ações de contingenciamento da disseminação do COVID-19.

   Resultado: 4.252 cestas distribuídas em 71 municípios.

   O Governo do Tocantins, por meio da Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (ADETUC) ampliou entrega das cestas básicas, para foliões e quadrilheiros. Ao todo foram beneficiadas mais de 7 mil famílias em todas as regiões do Estado;

5. Live ao vivo em comemoração ao aniversário de Palmas, no dia 20 de maio de 2020. Apresentação de 3 cantores tocantinenses, em frente ao Memorial Coluna Prestes;
6. Projeto: Canção Folia em Casa. Esta pasta entende e acompanha as necessidades das classes profissionais autônomas que compõem as Políticas Públicas desenvolvidas e assim, com o apoio do Governo do Estado três artistas tocantinenses compuseram e gravaram a canção Folia em Casa. O momento requer a sensibilidade e o apoio dos que muito podem contribuir num momento de isolamento social e, sobretudo, de compartilhamento de solidariedade. Com este intuito o grupo idealizou uma canção que vêm a encontro do singular momento vivido, não só em nosso Estado, mas também no Brasil e no mundo. Solicitamos a divulgação nos veículos de comunicação dessa canção que foi lançada na Live in Palmas, no dia do aniversário da capital.
7. Participação da Agrotins online 2020.

   Resultado: Fomentou 32 artesãos diretamente e 638 indiretamente.

   Total comercializado: R$4.325,00;

8. Projeto: Cadastro do Artesão Online. Inclusão de link "carteira do artesão" no site da ADETUC. Objetivo: Facilitar e tirar as dúvidas de como obter a carteira do artesão e carteira do mestre artesão através do site ADETUC totalizando:

   95 carteiras renovadas;

   23 validação de pré-cadastros e

   7 carteiras geradas;

9. Projeto: Somos Todos o Tocantins. Foram selecionados 100 artistas da área musical, sendo 40 para a regional de Palmas, 30 para a regional de Araguaína e 30 para a regional de Gurupi. A realização é do Instituto Cidadania Amazônia, com aporte de emenda parlamentar da deputada estadual Cláudia Lelis, e visa a redução dos impactos financeiros provocados pela pandemia do novo coronavírus. Cada proponente apresentou um único projeto (individual ou dupla), para produção e apresentação de conteúdo artístico-cultural inédito, com duração entre 30 a 40 minutos. O cachê teve o valor de R$ 800,00;
10. Valorização do Artesanato Tocantinense com Card Ritxoko. Objetivo: Tag explicativo da boneca ritxoko;
11. Processo eleitoral do Conselho de Política Cultura do Tocantins. Desenvolvimento do Sistema para o processo eleitoral dos segmentos artísticos e culturais do Conselho de Polítca Cultural do Estado - CPC 2020 a 2022. O Conselho de Política Cultural possui caráter consultivo e deliberativo da estrutura político administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil. Criado por lei, com atribuições de propor e aprovar, as diretrizes gerais do Plano de Cultura e fiscalizar o Fundo de Cultura;
12. Implementação do selo TO Seguro: A retomada das atividades turísticas na Região Encantos do Jalapão em atendimento aos protocolos de prevenção à Covid-19, a Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (Adetuc) implantou o selo TO Seguro, para preparar empreendimentos e profissionais do setor cultural para a reabertura das atividades. Foram implantadas nas associações e lojas de artesanato;
13. Reativação da plataforma mapa.cultura.to.gov.br.

    O Mapa Cultural é a plataforma livre, gratuita e colaborativa de mapeamento da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (Adetuc) sobre o cenário cultural tocantinense. Ficou mais fácil se programar para conhecer as opções culturais que o Estado oferece: shows, espetáculos teatrais, sessões de cinema, saraus, entre outras. Além de conferir a agenda de eventos, você também pode colaborar na gestão da cultura do Estado: basta criar seu perfil de agente cultural. A partir deste cadastro, fica mais fácil participar dos editais de fomento à cultura e também divulgar seus eventos, espaços ou projetos;

14. Edital de Chamamento Público, seleção de artesãos e entidades representativas para participar, no período de 1º a 6 de dezembro, da 31ª Feira Nacional de Artesanato (Expominas), de Belo Horizonte (MG). Disponibilizadas 14 vagas, sendo selecionados sete artesãos individuais (pessoa física) e sete entidades representativas de artesãos (pessoa jurídica), com suas respectivas produções, para a divulgação e a comercialização de produtos artesanais.
    Resultado:

    Número de peças vendidas: 2.306
    Total em vendas: R$49.971,00
    Número de peças encomendadas: 5.765
    Total em encomendas: R$85.137,00
    Totalizando em 148 artesãos beneficiados diretamente e 980 pessoas indiretamente;

15. Plano de Ação para execução da Lei Aldir Blanc aprovado pelo Governo Federal. O Governo do Tocantins está apto ao recebimento dos recursos e com a conta bancária aberta às transferências no valor de R$ 18.968.667,80;

16. Aplicação do Inciso I, Renda Emergencial aos trabalhadores da Cultura; Pagamento do primeiro Lote, Inciso I, Renda Emergencial Lei Aldir Blanc aos artistas tocantinenses que se inscreveram até 15 de outubro e tiveram seus cadastros aprovados receberam no dia 22 de outubro o auxílio emergencial da Lei Aldir Blanc. As cinco parcelas, no valor de R$ 600,00 cada, foram pagas por meio de depósito único, totalizando o valor de R$ 3 mil. Foi levado em consideração para o pagamento de 5 parcelas de R$ 600,00 (seiscentos reais) para cada trabalhador o seguinte:

    O art. 5º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 menciona que será pago o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) em 3 parcelas sucessivas;
    O § 1º do art. 5º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 onde menciona que o benefício será pago retroativamente desde 1º de junho de 2020;
    O § 2º do art. 5º da Lei Aldir Blanc menciona que será prorrogado no mesmo prazo em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;
    Que o Governo Federal prorrogou o benefício da lei Lei nº 13.982 através do Decreto 10.412 de 30/06/2020 totalizando 5 parcelas.
    Totalizando no primeiro lote o valor de R$9.000,00 a 3 beneficiário.
    Pagamento segundo Lote, Inciso I, Renda Emergencial Lei Aldir Blanc no mês de dezembro, totalizando 10 beneficiários, no valor total de R$30.000,00.
    Resultado final Inciso I Lei Aldir Blanc: R$39.000,00 pagos a 13 beneficiários (trabalhadores da cultura);

17. Aplicação Inciso III Lei Aldir Blanc.

    III - compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2 da Lei n 14.017, de 2020;

18. Edital Aldir Blanc Tocantins, executado pela 4157, mas a ação 4336 ajudou no alcance do produto.

    O concurso visa premiar a trajetória e a produção individual ou coletiva de artistas, companhias, grupos, associações, pontos de cultura, coletivos, cooperativas ou empresas de natureza cultural. No total, serão distribuídos R$ 7,5 milhões, entre as áreas de Cultura Tradicional, Popular e Urbana (R$ 1,2 milhões), Música (R$ 1,3 milhões), Artes Cênicas (R$ 1,2 milhões), Artes Visuais (R$ 1,2 milhões), Literatura (R$ 900 mil), Audiovisual (R$ 1,5 milhões) e Áreas Técnicas (R$ 200 mil);

19. Pagamento segundo Lote, Inciso I, Renda Emergencial Lei Aldir Blanc no mês de dezembro, totalizando 10 beneficiários, no valor total de R$30.000,00.

    Resultado final Inciso I Lei Aldir Blanc: R$39.000,00 pagos a 13 beneficiários (trabalhadores da cultura);

20. Atendimento in loco aos trabalhadores (as) da Cultura na região do Jalapão para orientações da Renda Emergencial.

    Com o objetivo de atender o maior número de artistas tocantinenses com os recursos da Lei Aldir Blanc, foi feito atendimento in loco na região do Jalapão entre os dias 4 e 10 de novembro. O objetivo foi orientar e auxiliar no preenchimento de informações no site mapa.cultura.to.gov.br.

21. Edital de Credenciamento de Pareceristas de Projetos Culturais, executado pela ação 4157, mas esta ação ajudou no alcance do produto.

    O Edital selecionou profissionais qualificados para compor o banco de pareceristas que irão selecionar os projetos inscritos em concursos para concessão de prêmios para iniciativas artísticas e culturais, com recursos da Lei Aldir Blanc;

22. Publicação de 12 Editais Emergenciais Segmentados, executado pela ação 4157, mas esta ação ajudou no alcance do produto são eles: Edital 11 - Comunidades Afro Brasileira e Quilombolas, Edital 12 Artes Visuais, Edital 13 Artesanato, Edital 14 Audiovisual, Edital 15 Circo doc., Edital 16 - Dança, Edital 17- literatura, Edital 18 - Mestres e Mestras, Edital 19 - Música, Edital 20 Patrimônio Material e Imaterial, Edital 21 Povos Indígenas, Edital 22 Teatro.

23. Atendimento in loco aos trabalhadores (as) da Cultura nos seguintes municípios: Paraíso; Araguacema; Guaraí; Colinas do Tocantins; Araguaína; Xambioá e Tocantinópolis
    para orientações e dúvidas para participação e inscrição nos editais;

24. Resultados Alcançados Lei Aldir Blanc, executado pela ação 4157, mas esta ação ajudou no alcance do produto:

    Valor destinado ao Tocantins: R$18.698.667,80
    Valor total executado em Editais: R$17.450.858,46
    Valor total executado em auxílio emergencial: R$39.000,00
    94% resultado executado.

No Exercício de 2020, na fonte 104 foram empenhadas 29 emendas parlamentares no valor de R$3.609.175,00 e pago o valor de R$2.821.175,00 conforme segue:

Deputados	Data Evento	Empenhado	Pago	Objeto	Credor
Dep. Jair Farias	20/02/2020	197.000,00	0,00	REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TO	25064007000106 - PREFEITURA DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS - TO
Dep. Luana Ribeiro	22/02/2020	197.000,00	0,00	REALIZAÇÃO DO CARNAVÁL DO MUNICÍPIO DE DIANOPOLIS	01138957000161 - PREFEITURA DE DIANOPOLIS - TO
Dep. Claudia Lelis	21/02/2020	147.750,00	147.750,00	APOIO À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE TAGUATINGA	10273789000108 - Instituto Cidadania Amazónia
Dep. Claudia Lelis	15/02/2020	49.250,00	49.250,00	Apoio a realização do Pré-carnaval "TOCÁ PRA PRAÇA" - Praça dos Girassóis Palmas	10273789000108 - Instituto Cidadania Amazónia
Dep. Jair Farias		49.250,00	49.250,00		
Dep. Leo Barbosa		49.250,00	49.250,00		
Dep. Valderez Castelo Branco		98.500,00	98.500,00		
Dep. Claudia Lelis	19/02/2020	98.500,00	98.500,00	APOIO À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE PIUM	10273789000108 - Instituto Cidadania Amazónia

Dep. Claudia Lelis	21/02/2020	137.900,00	137.900,00	APOIO À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE DIANÓPOLIS	01138957000161 - PREFEITURA DE DIANOPOLIS - TO
Dep. Claudia Lelis	21/02/2020	197.000,00	197.000,00	Apoio a realização do 1º CARNAPRAÇA	10273789000108 - Instituto Cidadania Amazónia
Dep. Leo Barbosa		197.000,00	197.000,00		
Dep. Ricardo Ayres		197.000,00	197.000,00		
Dep. Ivory de Lira		197.000,00	197.000,00		
Dep. Valdemar Júnior	20/02/2020	98.500,00	98.500,00	REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SALVADOR DO TO	09045123000113 - ASSOCIAÇÃODE RODEIO PIONEIRO DO TOCANTINS
Dep. Nilton Franco	21/02/2020	194.000,00	194.000,00	REALIZAÇÃO DO CARNAFÓLIA DE PORTO NACIONAL 2020	13553118000199 - INSCCTO INSTITUTO SOCIOCULTURAL COMUNICA TOCANTINS
Dep. Vanda Monteiro	22/02/2020	98.500,00	98.500,00	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE BABAÇULÂNDIA	13553118000199 - INSCCTO INSTITUTO SOCIOCULTURAL COMUNICA TOCANTINS
Dep. Issam Saado	22/02/2020	98.500,00	98.500,00	APOIO AO EVENTO DE CARNAVAL EM ANANÁS	0436545000107 - INSTITUTO MUSICAL ARTÍSTICO TOCANTINENSE - MAT
Dep. Valderez Castelo Branco		197.000,00	0,00		
Dep. Claudia Lelis	22/02/2020	49.250,00	49.250,00	POIO À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DAS ÁRNOS	0436545000107 - INSTITUTO MUSICAL ARTÍSTICO TOCANTINENSE - MAT
Dep. Issam Saado	22/02/2020	98.500,00	98.500,00	CARNAVAL DE BABAÇULÂNDIA 2020	10436545000107 - INSTITUTO MUSICAL ARTÍSTICO TOCANTINENSE - MAT
Dep. Valderez Castelo Branco		197.000,00	0,00		
Dep. Issam Saado	22/02/2020	98.500,00	98.500,00	APOIO AO EVENTO DE CARNAVAL EM CAMPOS LINDOS	10436545000107 - INSTITUTO MUSICAL ARTÍSTICO TOCANTINENSE - MAT
Dep. Valderez Castelo Branco		98.500,00	98.500,00		
Dep. Valdemar Júnior	21/02/2020	96.500,00	96.500,00	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS DO TOCANTINS	01125780000169 - PREFEITURA DE ARRAIAS - TO
Dep. Jorge Frederico	28/02/2020	118.200,00	118.200,00	1º RODEIO DE ARAGUANÃ EM COMEMORAÇÃO AOS 29 ANOS DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO	25092230000159 - FAET - FEDERACAO DA AGRICULTURA DO TOCANTINS
Dep. Leo Barbosa	05/03/2020	128.025,00	128.025,00	POIO PARA REALIZAÇÃO DO I RODEIO SHOW DE SANDOLÂNDIA-TO	25092230000159 - FAET - FEDERACAO DA AGRICULTURA DO TOCANTINS
Dep. Vanda Monteiro	21/02/2020	48.500,00	48.500,00	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DA PAZ EM TAQUARI - PALMAS	15621024000135 - ASSOCIACAO EM DEFESA CONTRA A FOME DE PALMAS
Dep. Valdemar Júnior	19/03/2020	78.800,00	78.800,00	REALIZAÇÃO DO FESTEJO DE SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO	10273789000108 - Instituto Cidadania Amazónia
	21/05/2020	98.500,00	98.500,00		10273789000108 - Instituto Cidadania Amazónia
Total		**3.609.175,00**	**2.821.175,00**		

Na fonte 100 foram gastos com diária o valor de R$37.553,50 com as seguintes finalidades:

a)Participar da primeira reunião que aconteceu nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2020 das 09h às 18h, na cidade do Rio de Janeiro, no auditório do CRAB. Envolvendo todos(as) os(as) Coordenadores(as) do Programa do Artesanato Brasileiro e todos(as) os(as) Gestores(as) do SEBRAE que trataram do tema, para apresentação e aproximação de ambas as equipes. O PAB apresentou suas ações para 2020, bem como definiu o cronograma da Agenda Nacional, o qual contará com um encontro em cada Unidade da Federação, conforme explanado na reunião que ocorreu em Palmas.
b) o motorista e a vice presidente da ADETUC, acompanhar palestrante renomado da gastronomia nacional Mário Portella, para conhecer a cultura e a gastronomia tocantinense no Jalapão, a fim de divulgar e promover o Estado nacionalmente.
c) técnicos e motoristas, atenderem as entregas de cestas básicas aos artesãos, músicos, quadrilheiros e foliões que estão temporariamente com suas fontes de renda prejudicadas em decorrência das ações de contingenciamento da disseminação do COVID-19.
d) atendimento in loco aos trabalhadores (as) da Cultura na região do Jalapão para orientações da Renda Emergencial, atendimento in loco aos trabalhadores (as) da Cultura para orientações e dúvidas para participação e inscrição nos editais, fomento e promoção dos artesãos tocantinenses na 31ª Feira Nacional de Artesanato (Expominas).
Também na fonte 100 na natureza 3.3.90.33 – Passagens e despesas com locomoção foi empenhado o valor de R$8.000,00 e pago o valor R$7.792,04 a P & P TURISMO LTDA – ME.
Foi feita alteração de QDD no valor de R$4.713.000,00, suplementação por crédito suplementar no valor de R$16.885.450,00 e redução por crédito suplementar no valor de R$27.184.725,00. Informo ainda que, os créditos suplementares da fonte 104 Emenda parlamentar são emendas impositivas de livre arbítrio dos deputados, alteração estas feitas pela SUBPLAN. Já a redução de crédito suplementar R$68.000,00 provenientes da fonte 100 foram para as ações 4331 para pagamento de energia elétrica, curso/treinamento e para ressarcimento de 40% - ART. 22 A MP 5 DE 2020 e para ação 4336 na natureza de despesa 4.4.90.52 para aquisição de equipamentos para confecção das carteirinhas dos artesões.

Unidade Gestora:

20720	Fundo Cultural

Objetivo:

Implementar políticas públicas culturais

Indicador:

-% de execução de ações e projetos executados no âmbito da Cultura.

Programa:

1158	Cultura

Ação:

Código	Título	Prioritária
4157	Incentivo a projetos artísticos culturais	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
14.016.767,00	5.031.901	19.048.668,00	17.667.418,99	17.667.418,99	39.000,00	1.381.249,01	92,7488	100,0000	0,2207

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
14.016.767,00	-13.666.767,00	350.000,00	297.560,00	297.560,00	0,00	52.440,00	85,01	85,01	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
13.392.1158	33.90.14	0100	266.767,00	-266.767,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.30	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.31	0100	300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.32	0100	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.33	0100	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.35	0100	400.000,00	-400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.36	0100	1.300.000,00	-1.072.000,00	228.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	28.000,00	87,71	87	0
13.392.1158	33.90.39	0100	11.000.000,00	-10.930.000,00	70.000,00	59.200,00	59.200,00	0,00	10.800,00	84,57	84	0
13.392.1158	33.90.47	0100	0,00	52.000,00	52.000,00	38.360,00	38.360,00	0,00	13.640,00	73,76	73	0
13.392.1158	44.90.51	0100	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Auxílio emergencial da cultura enfrentamento da COVID-19 - Lei 14.017/2020 - Aldir Blank 0261

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	18.698.668,00	18.698.668,00	17.369.858,99	17.369.858,99	39.000,00	1.328.809,01	92,89	92,89	0,20

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
13.392.1158	33.90.31	0261	0,00	18.659.668,00	18.659.668,00	17.330.858,99	17.330.858,99	0,00	1.328.809,01	92,87	92	0
13.392.1158	33.90.36	0261	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.39	0261	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.47	0261	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
13.392.1158	33.90.48	0261	0,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00	0,00	100,00	100	100

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
50				Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	50,00	1.290,00	2.580,0000

Análise:

A ação executada parcialmente tendo em vista que, apesar de termos o Decreto n°6.074 de 30 de março de 2020 que estabelece medidas de redução e de controle das despesas, Decreto n°6.083, de 13 de abril de 2020 que prever o distanciamento social e os Decretos subsequentes deste tema, pois recentemente elegemos o Conselho de Políticas Culturais do Tocantins e a partir daí conseguiremos fomentar editais e incentivar projetos artísticos e culturais.

Em relação a meta física foi de 2.580%, superando a expectativa dos projetos beneficiados com recursos da Lei Aldir Blanc fomentando a cultura com editais na modalidade de premiação de projetos de todo Estado. A meta financeira foi de 92,74%. A dificuldade que houve foi que o recurso enviado pelo Governo federal referente lei 14.017/2020 tinha que ser empenhado até 31/12/2020, comprometendo o cronograma de execução total do recurso, tempo exíguo.

Foram executadas redução de credito suplementar no valor de R$ 13.916.767,00, na fonte 100 da ação 4157 tendo como destino as seguintes unidades orçamentarias:

a) 30550 - Fundo Estadual de Saúde o valor de R$5.052.282,00;

b) 31010 - Secretaria da Segurança Pública o valor de R$1.901.383,00;

c) 38960 - Agência Tocantinense de Transportes e Obras o valor de R$880.218,00;

d) 49010 – Defensoria Pública do Estado do Tocantins o valor de R$1.521.856,00;

e) 17010 - Secretaria da Cidadania e Justiça o valor de R$3.019.622,00;

f) 11010 - Secretaria da Comunicação o valor de R$880.218,00;

g) 09070 – Casa Militar o valor de R$836.499,00;

h) 09040 – Controladoria-Geral do Estado o valor de R$195.137,00 e

i) 25010 – Secretaria da Fazenda e Planejamento o valor de R$259.730,00.

Foi feita suplementação por credito suplementar na fonte 100 da ação 4157 no valor de R$250.000,00 vindo da Unidade orçamentária 27010 – Secretaria da Educação, Juventude e Esporte para pagamento de pareceristas.

Por tanto, na fonte 100 foi empenhado o valor de R$297.560,00 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta reais, restando um saldo de R$ 52.440,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e quarenta reais). Que foi utilizado para realizar o edital de credenciamento de pareceristas de projetos culturais, registrado no processo 2020/10820/000086 do SGD. Este edital visou selecionar profissionais qualificados para compor o banco de pareceristas que avaliaram os projetos inscritos nos concursos para concessão de prêmios para iniciativas artísticas e culturais, com recursos da Lei Aldir Blanc.

Já na fonte 261 Auxilio Emergencial da Cultura enfrentamento da COVID-19 Lei 14.017/2020 – Aldir Blanc foi suplementada o valor de R$18.698.669,00 (Dezoito milhões, seiscentos e noventa e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais) vinda por meio de transferência da União para o Estado a ser executado pelo Fundo Cultural vinculado a ADETUC, para ser gasto com o descrito no inciso I e III do Art. 2o. da lei 14.017/2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Na execução execução da lei 14.017/2020 (Aldir Blanc) no seu Art. 2º. inciso I de renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura foi aberto processo, cujo o SGD é: 2020/10820/000081 e foi pago o valor de R$**39.000,00** (trinta e nove mil) levando em conta as exigências federais para liberação das rendas

emergenciais.

E ainda, com a finalidade de fomentar e beneficiar os trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e em conformidade ao inciso III do Art. 2° da Aldir Blanc, a ADETUC lançou 13 editais para selecionar pessoas físicas e jurídicas por meio de concurso para concessão de prêmios para iniciativas artísticas e culturais. E foram distribuídos conforme tabela abaixo:

QTD.	DESCRÇÃO	VALOR	PROCESSO SGD
139	PROJETOS DIVERSOS	R$ 8.509.260,53	2020/10820/000087
15	PROJETOS DE COMUNIDADES AFROS E QUILOMBOLAS	R$ 549.050,00	2020/10820/000100
19	PROJETOS DE ARTES VISUAIS	R$ 661.553,99	2020/10820/000101
19	PROJETOS DE ARTESANATOS	R$ 458.832,65	2020/10820/000102
26	PROJETOS DE AUDIOVISUAL	R$ 1.387.529,50	2020/10820/000103
19	PROJETOS DE CIRCO	R$ 504.810,52	2020/10820/000104
21	PROJETOS DE DANÇA	R$ 945.127,79	2020/10820/000105
15	PROJETOS DE LITERATURA	R$ 520.215,34	2020/10820/000106
14	PROJETOS DE COMUNIDADES MESTRES E MESTRAS	R$ 444.478,10	2020/10820/000107
43	PROJETOS DE MÚSICA	R$ 1.197.949,70	2020/10820/000108
24	PROJETOS DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	R$ 1.073.583,39	2020/10820/000109
7	PROJETOS DE COMUNIDADES POVOS INDIGENAS	R$ 239.500,00	2020/10820/000110
26	PROJETOS DE TEATRO	R$ 958.967,48	2020/10820/000111
387	**TOTAL**	**17.450.858,99**	

Unidade Gestora:

31010	Secretaria da Segurança Pública

Objetivo:

Promover de forma integrada a segurança pública estadual

Indicador:

-Índice de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2105	Suporte técnico, logístico e operacional às unidades de polícia judiciária	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.160.000,00	6.203.843	16.363.843,00	15.648.236,98	15.514.515,28	14.044.601,88	715.606,02	95,6269	99,1454	90,5255

Recursos do Tesouro - Ordinários 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
10.160.000,00	6.180.843,00	16.340.843,00	15.625.455,73	15.491.734,03	14.021.820,63	715.387,27	95,62	94,80	85,80

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.14	0100	500.000,00	-252.534,00	247.466,00	214.146,64	214.146,64	214.028,51	33.319,36	86,53	86	86
06.181.1160	33.90.15	0100	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.181.1160	33.90.30	0100	400.000,00	331.528,00	731.528,00	226.948,94	93.227,24	68.273,04	504.579,06	31,02	12	9
06.181.1160	33.90.36	0100	2.000.000,00	-504.088,00	1.495.912,00	1.493.977,02	1.493.977,02	806.854,09	1.934,98	99,87	99	53
06.181.1160	33.90.39	0100	1.800.000,00	1.621.534,00	3.421.534,00	3.340.191,68	3.340.191,68	2.582.824,16	81.342,32	97,62	97	75
06.181.1160	33.90.40	0100	1.000.000,00	51.693,00	1.051.693,00	1.029.151,23	1.029.151,23	1.029.151,23	22.541,77	97,85	97	97
06.181.1160	33.90.92	0100	2.390.000,00	2.786.660,00	5.176.660,00	5.142.718,67	5.142.718,67	5.142.718,67	33.941,33	99,34	99	99
06.181.1160	33.90.93	0100	2.000.000,00	2.216.050,00	4.216.050,00	4.178.321,55	4.178.321,55	4.177.970,93	37.728,45	99,10	99	99
06.181.1160	44.90.52	0100	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 0218

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	23.000,00	23.000,00	22.781,25	22.781,25	22.781,25	218,75	99,04	99,04	99,04

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.14	0218	0,00	23.000,00	23.000,00	22.781,25	22.781,25	22.781,25	218,75	99,04	99	99

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
221				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	221,00	221,00	100,0000	

Análise:

Considerando a necessidade do permanente monitoramento e avaliação das estratégias institucionais, aferindo os resultados e necessidades de ajustes nas intervenções, e de acordo com as ações estratégicas estabelecidas para a Polícia Civil do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas, no âmbito da Delegacia-Geral da Polícia Civil mais de 100 ações e realizadas mais de 300 operações policiais, além do registro de 73.651 Boletins de Ocorrência, 914 Boletins de mandados de prisão cumpridos, 17.538 Inquéritos Policiais instaurados, 4.188 autores presos e 183 infratores apreendidos, bem como, a apreensão de 1.251 armas brancas e 1.614 armas de fogo, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Estatística criminal do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS - SEGURANÇA PÚBLICA EM NÚMEROS
Estatística Criminal - Registros Policiais
Período: 1º de Janeiro a 31 de Dezembro/2020
Nº Absolutos
73651
914
191
49
316
13204
4334
17538
3047
7941
4188
4644
2110
234
149
383
86
161
183

843
444
1251
1614
2865

Fonte: Relatório Gerencial do PPE.

Dentro da ação "Suporte técnico, logístico e operacional às unidades de polícia judiciária", que significa especificamente: "Unidades de polícia civil mantidas mensalmente com infraestutrutura adequada, aquisição de material de expediente e limpeza, material de consumo em geral, insumos e periféricos de informática, despesas administrativas em geral e serviços diversos", é possível listas como principais ações a: distribuição do material necessário para observância da cadeia de custódia, objetivando a preservação dos vestígios coletados; a distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI); viabilização do pagamento de diárias ao servidores; implementação e melhoria na identidade visual das Unidades Policiais, sendo adquiridas placas de identificação e placa de mesa; distribuição do material de limpeza e outros bens de consumo.

Além disso, foi realizada gestão, pela Delegacia-Geral, junto ao Governo do Estado, coordenada pelo Secretário de Segurança Pública, que normatizou a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins. Nesse sentido, a Delegacia-Geral, através da gerência de operações, desenvolve a elaboração da escala mensal, planilhas financeiras e estimativa de impacto orçamentário das referidas cumulações.

Outrossim, como de forma a realizar a inclusão periódica e regular para manter o efetivo mínimo necessário à regularidade do serviço público, foi desenvolvido estudo quanto ao efetivo de escrivães de polícia e realizada gestão junto ao Governador do Estado, o qual nomeou, a princípio, 15 (quinze) policiais deste cargo e, posteriormente, mais 19 (dezenove) servidores.

Buscando desenvolver atividades dentro do eixo da promoção da Cultura de paz, foram estabelecidos protocolos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, às vítimas de violência sexual, à criança e ao adolescente, à vítima idosa e à vítima com deficiência, bem como, implementadas Sala de Depoimento Especial para atender crianças, adolescentes e vítimas de violência sexual na CAM-24h e DEAMV's, como forma de salvaguardar as mulheres e grupos vulneráveis, de estruturar, ampliar, aparelhar e manter a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, e, com fundamento nos princípios de proteção integral e atendimento prioritário; intervenção mínima; atendimento qualificado, individualizado e confidencial.

No que diz respeito ao impacto causado pelo COVID-19, diversas medidas foram tomadas pela gestão para minimizar os problemas causados pelo afastamento dos servidores, tais como: a publicação do Decreto 6.072/2020, o qual decretou o estado de calamidade no Tocantins e dispôs sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, estabelecendo a modalidade de do trabalho remoto; a autorização e oferecimento de capacitação aos policiais, para o uso de sistemas eletrônicos de gravação por videoconferência na realização de procedimentos policiais e administrativos, de acordo com a Instrução Normativa SSP nº 002, de 03 de abril de 2020; a instituição do plantão por videoconferência, conforme Instrução Normativa SSP nº 004, de 11 de setembro de 2020; a otimização da Delegacia Virtual, a qual oportuniza e facilita, à população de todo o Estado, o registro de Boletim de Ocorrência por meio online, permitindo uma atuação mais célere e eficiente dos serviços prestados pela Polícia Civil; dentre outras providências.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1. Material de Limpeza e Produtos de Higienização, para atender as unidades da policia judiciária do Estado – R$ 90.435,40;
2. Gêneros de Alimentação – (café, açúcar, água mineral e outros), a fim de atender as unidades de policia judiciária do Estado – R$ 39.290,00;
3. Material de Copa e Cozinha – utensílios domésticos para atender as unidades de policia judiciária do Estado – R$ 15.156,64;
4. Material de Sinalização Visual e Outros – (placas de identificação das unidades de policia judiciária do Estado) – R$ 23.006,50;
5. Locação de Imóveis, onde se instala as unidades da policia judiciária no Estado – R$ 2.013.999,16;
6. Serviços de Energia Elétrica – para atender as instalações de unidades da policia judiciária do Estado – R$ 1.081.857,36;
7. Serviços de Água e Esgoto – para atender as instalações de unidades da policia judiciária do Estado – R$ 226.570,04;
8. Telefonia Fixa – a fim de atender as unidades da policia judiciária do Estado R$ 1.023.449,18;

1. Indenizações e Restituições – verba indenizatória para Delegados de Policia Civil, Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, que prestam serviços em mais de uma unidade policial, conforme a Medida Provisória nº 12, de 25 de Maio de 2020 – R$ 4.178.321,55;

10. Diária Civil – a fim de atender os policiais civis no deslocamento para realização de procedimentos da polícia judiciária em todo o Estado – R$ 214.146,64;
11. Diária Civil – a fim de atender os policiais civis no deslocamento para realização de procedimentos da polícia judiciária em todo o Estado **COVID** – R$ 22.781,25;
12. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – (locação de imóvel pessoa física) – R$ 1.493.977,02.

Despesas de Exercício Anterior:

1. Diária Civil – a fim de atender os policiais civis no deslocamento para realização de procedimentos da polícia judiciária em todo o Estado – R$ 158.454,75;
2. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – (locação de imóvel pessoa física) – R$ 1.632.767,11;
3. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – (locação de imóvel pessoa jurídica) R$ 1.533.746,01;
4. Indenizações e Restituições – verba indenizatória para Delegados de Policia Civil, que prestam serviços em mais de uma unidade policial, Lei nº 3.463/2019 – R$ 1.717.839,65;
5. Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica – (empresa que presta serviço de out sourcing de impressão, Contrato 039/2019) – R$ 99.911,15.

ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Cancelamento de dotação no elemento de despesa 3.3.90.36 no valor de R$ 84.500,00 para atender suplementação orçamentária na ação 2318 referente aquisição de material de consumo. Decreto Nº 6.057, de 02 de março de 2020;
- Suplementação na ação 2105 , 3.3.90.30 no valor de R$ 948.645,00 e cancelamento da ação 2379 no valor correspondente, com objetivo de suprir as necessidades desta pasta com materiais e insumos para prevenção ao corona vírus. Decreto Nº 6.057, de 02 de março de 2020.
- Suplementação no valor de R$ 23.000,00, fonte 0218, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 568 - para pagamento de diárias de policiais civis em escolta de viagem de repatriação de estudantes nas fronteiras dos países Paraguai e Bolívia. Decreto Nº 6.103, de 01 de junho de 2020.
- Suplementação no valor de R$1.900.000,00, fonte 0100, com cancelamento na ação 2082, 3.3.90.40 - R$ 500.000,00, na ação 2379, 3.3.90.39 - R$ 500.000,00 e na ação 2387 , 3.3.90.39 - R$ 500.000,00, 3.3.90.40 - R$400.000,00, destinado ao pagamento de locações de imóveis exercício anterior, de indenizações de delegados, servidores policiais em plantão. Decreto 6.101, de 01 de junho de 2020.
- Suplementação no valor de R$ 788.000,00 , fonte 0100, com cancelamento na ação 2379 e 2387, destinada a aquisição de material de consumo, locação de imóveis e indenização de servidores policiais. Decreto 6.160 de 08 de outubro de 2020.
- Cancelamento no valor de R$ 149.000 , fonte 0100, com suplementação na ação 2318, destinada a despesas diversas: Auxílios, diárias e tarifas. Decreto 6.160 de 26 de outubro de 2020.
- Suplementação no valor de R$ 986.027,00, fonte 0100, com cancelamento das ações 1144, 2379, 2387, destinado a atender despesas com indenizações de servidores policiais. Decreto 6.176 de 03 de novembro de 2020.
- Suplementação no valor de R$ 161.704,00, fonte 0100, com cancelamento das ações 2318, 2031, 1144 e 2387 para complementação de saldo para pagamento de indenizações de servidores policiais. Decreto 6176 de de 30 de novembro de 2020.
- Suplementação no valor de R$ 1.430.000,00, fonte 0100, por excesso de arrecadação, para atender despesas de locação de imóvel. Decreto 6.195 de 18 de dezembro de 2020.

Unidade Gestora:

30550	Fundo Estadual de Saúde

Objetivo:

Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em tempo oportuno, de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde

Indicador:

-Taxa de ocupação dos leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal) contratualizados
-Percentual de contrato de gestão assinado
-Taxa de ocupação hospitalar
-Tempo médio de permanência por leito de clínica médica
-Tempo médio de permanência por leito de clínica cirúrgica
-Taxa de ocupação dos leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal) próprios

Programa:

1165	Integração de Ações e Serviços de Saúde

Ação:

Código	Título	Prioritária
4113	Oferta de ações e serviços de MAC Ambulatorial e hospitalar nas unidades hospitalares próprias	Sim

Orçamento - 12/2020:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
269.290.964,00	263.168.720	532.459.684,00	475.471.038,67	391.893.548,89	389.216.001,61	56.988.645,33	89,2970	82,4221	99,3167

Recursos do Tesouro - Ações de Serviços Públicos de Saúde / ASPS — **0102**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
51.306.732,00	33.845.628,00	85.152.360,00	78.027.590,31	77.448.273,50	76.955.842,23	7.124.769,69	91,63	90,95	90,37

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.30.30	0102	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.30	0102	7.313.000,00	-5.898.353,00	1.414.647,00	1.283.094,41	1.283.094,41	814.127,74	131.552,59	90,70	90	57
10.302.1165	33.90.36	0102	110.000,00	-110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.39	0102	35.820.875,00	9.114.443,82	44.935.318,82	39.199.828,68	38.620.511,87	38.620.511,87	5.735.490,14	87,23	85	85
10.302.1165	33.90.40	0102	0,00	1.227.178,00	1.227.178,00	1.193.764,26	1.193.764,26	1.193.764,26	33.413,74	97,27	97	97
10.302.1165	33.90.47	0102	0,00	149.429,18	149.429,18	149.323,08	149.323,08	149.323,08	106,10	99,92	99	99
10.302.1165	33.90.91	0102	500.000,00	-467.035,00	32.965,00	32.964,60	32.964,60	9.500,00	0,40	99,99	99	28
10.302.1165	33.90.92	0102	7.550.357,00	29.839.965,00	37.390.322,00	36.168.615,28	36.168.615,28	36.168.615,28	1.221.706,72	96,73	96	96
10.302.1165	44.90.52	0102	12.500,00	-10.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0	0

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.050.000,00	15.486.320,00	16.536.320,00	14.146.002,18	2.318.293,10	2.110.395,14	2.390.317,82	85,54	14,01	12,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.40.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.50.30	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.50.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.30	0104	1.050.000,00	520.600,00	1.570.600,00	1.385.902,18	458.043,10	363.934,10	184.697,82	88,24	29	23
10.302.1165	33.90.32	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.39	0104	0,00	14.109.470,00	14.109.470,00	12.760.100,00	1.860.250,00	1.746.461,04	1.349.370,00	90,43	13	12
10.302.1165	44.40.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	44.90.52	0104	0,00	856.250,00	856.250,00	0,00	0,00	0,00	856.250,00	0,00	0	0

Auxílio Financeiro de Enfrentamento à COVID-19-Lei Complementar 173 — **0209**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	31.582.753,00	31.582.753,00	31.007.003,07	24.594.256,02	23.046.351,57	575.749,93	98,17	77,87	72,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.39	0209	0,00	13.267.753,00	13.267.753,00	13.267.752,48	6.855.005,43	5.307.100,98	0,52	99,99	51	39
10.302.1165	33.90.93	0209	0,00	17.909.000,00	17.909.000,00	17.739.250,59	17.739.250,59	17.739.250,59	169.749,41	99,05	99	99
10.302.1165	44.90.52	0209	0,00	406.000,00	406.000,00	0,00	0,00	0,00	406.000,00	0,00	0	0

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) — **0218**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	2.192.725,00	2.192.725,00	2.177.700,00	1.467.384,18	1.423.637,93	15.025,00	99,31	66,92	64,92

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.39	0218	0,00	2.192.725,00	2.192.725,00	2.177.700,00	1.467.384,18	1.423.637,93	15.025,00	99,31	66	64

Recursos de Convênios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
110.000,00	271.876,00	381.876,00	88.027,50	0,00	0,00	293.848,50	23,05	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.14	0225	50.000,00	31.669,00	81.669,00	81.669,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
10.302.1165	33.90.33	0225	20.000,00	33.211,00	53.211,00	0,00	0,00	0,00	53.211,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.36	0225	5.000,00	1.359,00	6.359,00	6.358,50	0,00	0,00	0,50	99,99	0	0
10.302.1165	33.90.39	0225	25.000,00	4.842,00	29.842,00	0,00	0,00	0,00	29.842,00	0,00	0	0
10.302.1165	44.90.52	0225	10.000,00	200.795,00	210.795,00	0,00	0,00	0,00	210.795,00	0,00	0	0

Cota-Parte de Compensações Financeiras — **0235**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A

1.500.000,00	-31.926,00	1.468.074,00	0,00	0,00	0,00	1.468.074,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.30	0235	550.000,00	-7.417,00	542.583,00	0,00	0,00	0,00	542.583,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.39	0235	950.000,00	-24.509,00	925.491,00	0,00	0,00	0,00	925.491,00	0,00	0	0

Recursos Próprios **0240**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	301.635,00	301.635,00	0,00	0,00	0,00	301.635,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	44.90.52	0240	0,00	301.635,00	301.635,00	0,00	0,00	0,00	301.635,00	0,00	0	0

Investimento **0249**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.340.000,00	54.432.450,00	56.772.450,00	46.680.733,99	19.781.123,99	19.467.623,99	10.091.716,01	82,22	34,84	34,29

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.30	0249	0,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	0,00	100,00	100	100
10.302.1165	33.90.92	0249	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	44.90.52	0249	2.340.000,00	54.426.850,00	56.766.850,00	46.675.133,99	19.775.523,99	19.462.023,99	10.091.716,01	82,22	34	34

Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar **0250**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
212.984.232,00	125.087.259,00	338.071.491,00	303.343.981,62	266.284.218,10	266.212.150,75	34.727.509,38	89,72	78,76	78,74

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2020							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	31.90.16	0250	3.294.232,00	-3.294.232,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.30.30	0250	0,00	22.530,00	22.530,00	0,00	0,00	0,00	22.530,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.50.43	0250	2.400.000,00	-2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.14	0250	3.619.000,00	-1.711.760,00	1.907.240,00	1.014.570,93	856.852,75	855.384,40	892.669,07	53,19	44	44
10.302.1165	33.90.30	0250	95.855.974,00	25.832.584,89	121.688.558,89	107.450.604,03	92.607.297,95	92.593.617,95	14.237.954,86	88,29	76	76
10.302.1165	33.90.32	0250	0,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0,00	100,00	100	100
10.302.1165	33.90.33	0250	70.000,00	-32.092,00	37.908,00	1.107,22	0,00	0,00	36.800,78	2,92	0	0
10.302.1165	33.90.36	0250	0,00	418.855,00	418.855,00	290.306,20	205.131,80	204.821,30	128.548,80	69,30	48	48
10.302.1165	33.90.37	0250	900.000,00	-900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.39	0250	95.129.026,00	90.758.999,11	185.888.025,11	167.380.349,64	146.880.803,35	146.825.423,58	18.507.675,47	90,04	79	78
10.302.1165	33.90.40	0250	2.000.000,00	6.809.596,00	8.809.596,00	7.922.695,00	6.454.546,85	6.454.546,85	886.901,00	89,93	73	73
10.302.1165	33.90.92	0250	4.716.000,00	14.580.978,00	19.296.978,00	19.282.548,60	19.277.785,40	19.276.556,67	14.429,40	99,92	99	99
10.302.1165	33.93.30	0250	5.000.000,00	-5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2020	2021	2022	2023	Unidade	Sigla
3.780.000				Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2020)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	3.780.000,00	3.069.721,00	81,2095

Análise:

Na ação de ***"Oferta de ações e serviços de MAC ambulatorial e hospitalar nas unidades hospitalares próprias"*** a execução orçamentária efetivou o empenho de 89,29% do recurso autorizado, e a meta física prevista de executar 3.780.000 procedimento de assistência realizado foi atingida em 81,2% (3.069.721 procedimentos realizados, conforme dados de janeiro a novembro de 2020). Esta execução ocorreu para empreendimentos de assistência hospitalar da rede hospitalar própria formada pelos 18 hospitais estaduais.

Na tabela a seguir constam dados do quantitativo de leitos clínicos e de isolamento (exceto Covid-19) ao final de 2020 na rede hospitalar própria de 18 hospitais.

Tabela – Total de leitos gerais nos hospitais estaduais, por região e macrorregião de saúde, Tocantins, dezembro, 2020.

Ord.	Unidade Hospitalar Estadual/Regional	Porte	Pop. Ref. 2019*	Região	Macrorregião	Dezembro de 2020		
						Leito Clínico	Leito Isolamento - exceto Covid	Quant.de Leito Geral (Clínico + Isolamento)
1	Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres (Lei nº. 1.595 de 09/08/2005)	III	899.406	Capim Dourado	Centro Sul 899.406hab. (57% da pop.) 1.064 Leitos (67% dos Leitos)	377	1	378
2	Centro Integrado de Assistência à Mulher e à Criança Dona Regina Siqueira Campos	III	899.406			78	0	78
3	Hospital Estadual de Miracema do Tocantins Dona Oneide Borba (Lei nº. 434 de 30/07/1992)	II	375.033			69	2	71
4	Hospital Infantil de Palmas Dr. Hugo da Rocha Silva	II	899.406			32	0	32
5	Hospital Regional de Porto Nacional	II	111.395	Amor Perfeito		101	0	101
6	Hospital Materno-Infantil Tia Dedé Porto Nacional	II	111.395			50	0	50
7	Hospital de Referencia de Paraíso - Dr.	II	130.124	Cantão		88	1	89

	Alfredo Oliveira de Barros (Lei nº. 1.601 de 22/08/2005)							
8	Hospital Regional de Gurupi	III	299.992	Ilha do Bananal	109	1	110	
9	Hospital Regional Tertuliano Corado Lustosa Araguaçu	I	299.992		27	1	28	
10	Hospital Regional de Alvorada	I	299.992		23	0	23	
11	Hospital Regional de Dianópolis	II	98.597	Sudeste	39	0	39	
12	Hospital Regional de Arraias Juraildes de Sena Abreu (Lei nº. 485 de 26/11/1992)	I	98.597		33	1	34	
13	Hospital Regional de Guaraí	II	161.802	Cerrado Tocantins Araguaia	Norte 673.460hab. (43% da pop.) 521 Leitos (33% dos Leitos)	57	1	58
14	Hospital Regional de Pedro Afonso	I	161.802			31	1	32
15	Hospital Regional de Arapoema	I	161.802			28	1	29
16	Hospital Regional de Araguaína Dr. Iderval da Silva Sobrinho (Lei nº. 623 de 28/12/1993)	III	673.460	Médio Norte Araguaia		232	0	232
17	Hospital Regional de Xambioá	I	301.862			28	0	28
18	Hospital Regional de Augustinópolis	II	209.796	Bico do Papagaio		82	8	90
Total de Leitos nos Hospitais Estaduais						**1.484**	**18**	**1.502**

Fonte: http://cnes.datasus.gov.br/ Competência dezembro/2020- consulta em 21/01/2021 *IBGE – Estimativa TCU 2019, acesso DATASUS.

Na tabela a seguir constam dados do quantitativo de leitos de UTI (exceto Covid-19) ao final de 2020 na rede do SUS do Estado do Tocantins, demonstrando o quantitativo existente na rede hospitalar própria.

Tabela – Total de leitos de UTI nos hospitais estaduais, Tocantins, dezembro, 2020.

UNIDADE HOSPITALAR	GESTOR	Unidade Terapia Intensiva Tipo II											
		UTI Neo		UTI Pediátrica		UTI Adulto		UTI Queimado		UTI Coronariana		Total	
		Existente	Habilitada	Existente	Habilitada	Existente	Habilitada	Existente	Habilitada	Existente	Habilitada	Existente	Habilitada
Hospital Regional de Araguaína	Estadual	-	-	1	1	19	19	6	6	-	-	**26**	**26**
Hospital Regional de Gurupi		-	-	2	2	18	18	-	-	-	-	**20**	**20**
Hospital Geral de Palmas - HGP		-	-	8	8	26	26	6	6	1	1	**41**	**41**
Hospital e Maternidade D Regina		20	20	-	-	-	-	-	-	-	-	**20**	**20**
Hospital Municipal de Araguaína	Municipal	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-	**10**	**10**
Hospital e Maternidade Dom Orione – em Araguaína	Filantrópico	20	18	-	-	10	10	-	-	-	-	**30**	**28**
Total Geral		**40**	**38**	**21**	**21**	**73**	**73**	**12**	**12**	**1**	**1**	**147**	**145**

Fonte: MS/CNES Competência dezembro de 2020, consulta em 26/01/2021.

Em 2020 a pandemia da Covid-19 exigiu esforços para implantar leitos especializados de isolamento para atender exclusivamente os pacientes acometidos pela Covid-19.

Quanto ao provimento da assistência hospitalar da Covid-19, os empreendimentos efetivados pela SES-TO já viabilizaram a implantação de mais de 450 leitos Covid-19 no Estado do Tocantins.

Observa-se que para instalação de leitos Covid-19 em hospitais públicos não houve recursos ordinariamente repassados pelo Ministério da Saúde com esta finalidade específica. Os recursos repassados pelo MS foram apenas para custeio de leitos Covid-19.

Apesar das limitações e condições operacionais das unidades hospitalares existentes no Estado, a SES-TO conseguiu estruturar a rede hospitalar própria e complementar, de modo que a assistência ao paciente vem sendo ofertada em leitos de estabilização todos com suporte ventilatório; leitos clínicos de complexidade intermediária e leitos de UTI de cuidados intensivos.

Para a implantação dos leitos Covid-19 foram empreendidas as seguintes ações:

- Organização de espaços isolados (de isolamento devido à alta transmissibilidade da doença) para tratamento da doença nas 18 unidades hospitalares sob gestão estadual, sendo leitos clínicos e leitos de UTI, dotados de equipamentos, insumos e recursos humanos;
- Contratualização de leitos de UTI na rede privada para tratar pacientes com Covid-19 nas cidades de Palmas e Araguaína;
- Contratação de mais de mil profissionais para atuarem especificamente na assistência de pacientes da Covid-19;
- Organização de uma unidade hospitalar especializada no tratamento de pacientes da Covid-19 em Palmas (com 60 leitos clínicos e 10 leitos de UTI).

O Tocantins foi destaque na imprensa nacional pela ampliação de leitos para tratamento da COVID-19, sendo posicionado entre os 8 estados que mais dobraram os leitos de Unidade de Terapia Intensiva em 2020.

A implantação de leitos Covid-19 tem sido provida pelo Estado do Tocantins, correspondendo a 92% dos leitos já implantados no Estado, conforme tabela a seguir.

Tabela – Quantidade de Leitos Covid-19 por por esfera de gestão, Tocantins, 2020.

ESFERA	QUANT.	%
Estadual - Instalado nos 18 Hospitais Estaduais	285	92%
Estadual - Contratualizado no setor Privado	70	
Estadual - Gerenciamento de Organização Social	70	
Municipal - Regulação Estadual	29	6%
Federal - Contratualizado pela esfera estadual	10	2%
TOTAL	464	100%

Fonte: Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020.

O Estado implantou e tem disponibilizado a população os seguintes leitos Covid-19: 21 leitos de estabilização, 252 leitos clínicos adulto, 19 leitos clínicos neonatal/pediátrico, 166 Leitos de UTI Adulto, e 6 leitos de UTI pediátricos homologados pela Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020.

Nas tabelas a seguir constam as quantidades de leitos Covid-19 por tipo e localização.

Tabela – Leitos Clínicos Covid-19, Tocantins, 2020.

	Unidade Hospitalar	Leito Clínico Adulto		Soma	Leito Clínico Neo/Ped		Soma	TOTAL	%
		10/jul	20/ago		10/jul	20/ago			
1	Hospital COVID-19 em Palmas		60	60				60	22%
2	Hospital Estadual de Miracema	12	08	20				20	7%
3	Hospital Geral de Palmas	20		20				20	7%
4	Hospital Regional de Porto Nacional	17		17				17	6%
5	Hospital Regional de Augustinópolis	16	03	19				19	7%
6	Hospital Regional de Guaraí	16		16				16	6%
7	Hospital de Referência de Paraíso	35	-20	15				15	6%
8	Hospital e Maternidade Dom Orione	05	10	15				15	6%
9	Hospital Regional de Gurupi	15		15				15	6%
10	Hospital Regional de Xambioá	06	06	12				12	4%
11	Hospital de Doenças Tropicais	10		10				10	4%
12	Hospital Regional de Pedro Afonso	08		08				08	3%
13	Hospital Infantil de Palmas	0		0	03	05	08	08	3%
14	Dona Regina	01		01	01	05	06	07	3%
15	Hospital Regional de Araguaçu	06		06				06	2%
16	Hospital Regional de Arapoema	06		06				06	2%
17	Hospital de Alvorada	04		04				04	1%
18	Hospital Regional de Dianópolis	04		04				04	1%
19	Hospital Materno-Infantil Tia Dedé	01	01	02	01	01	02	04	1%
20	Hospital Municipal de Araguaína	00		0	03	0	03	03	1%
21	Hospital Regional de Arraias	02		02				02	1%
	Total	184	68	252	08	11	19	271	100%

Fonte: Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020.

Tabela – Leitos de Estabilização Covid-19, Tocantins, 2020.

Unidade Hospitalar	Leitos de Estabilização		
	10/jul	20/ago	Soma

Hospital de Alvorada	2		2
Hospital Regional de Araguaçu	2		2
Hospital Regional de Arapoema	2		2
Hospital Regional de Arraias	2		2
Hospital Regional de Dianópolis	2		2
Hospital Regional de Guaraí	2		2
Hospital Regional de Gurupi	1		1
Hospital Estadual de Miracema	0	1	1
Hospital Geral de Palmas	2		2
Hospital de Referência de Paraíso	2		2
Hospital Regional de Pedro Afonso	1		1
Hospital Regional de Xambioá	2		2
Total	**20**	**1**	**21**

Fonte: Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020.

Tabela – Leitos de UTI Covid-19, Tocantins, 2020.

Unidade Hospitalar	Localidade	Leitos UTI Adulto		Soma	Leitos UTI Ped	TOTAL	%
		10/jul	20/ago		10/jul e 20/ago		
Hospital Regional de Araguaína	Araguaína	17		17		17	40%
Hospital Municipal de Araguaína		10	10	20	6	26	
Dom Orione		10	5	15		15	
Instituto SINAI Araguaína		0	10	10		10	
Hospital Geral de Palmas	Palmas	20	14	34		34	43%
Hospital Palmas Medical Center		5		5		5	
Hospital Oswaldo Cruz		5		5		5	
Hospital Santa Tereza		10	10	20		20	
Hospital COVID-19 em Palmas		0	10	10		10	
Hospital Regional de Gurupi	Gurupi	10	10	20		20	12%
Hospital Regional de Augustinópolis	Augustinópolis	10		10		10	6%
Total de Leitos		**97**	**69**	**166**	**6**	**172**	**100%**

Fonte: Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020.

O Hospital Geral de Palmas foi um dos 5 hospitais escolhidos entre 6,5 mil hospitais do Brasil para fazer parte do Projeto Reab pós Covid-19 do Ministério da Saúde. Além de ser o único hospital da Região Norte a participar do projeto.

Tabela – Quantidade de Leitos Covid-19 por classificação e por município, Tocantins, 2020.

Ord.	Município	Leito de Estabilização	Leito Clínico Adulto	Leito Clínico Pediátrico	Leito UTI Adulto	Leito UTI Pediátrico	TOTAL	%
1	Palmas	02	81	14	74	-	**171**	37%
2	Araguaína	-	25	03	62	06	**96**	21%
5	Gurupi	01	15	-	20	-	**36**	8%
4	Augustinópolis	-	19	-	10	-	**29**	6%
6	Miracema	01	20	-	-	-	**21**	5%
8	Porto Nacional	-	19	02	-	-	**21**	5%
7	Guaraí	02	16	-	-	-	**18**	4%
3	Paraíso	02	15	-		-	**17**	4%
9	Xambioá	02	12	-	-	-	**14**	3%
10	Pedro Afonso	01	08	-	-	-	**09**	2%
11	Araguaçu	02	06	-	-	-	**08**	2%
12	Arapoema	02	06	-	-	-	**08**	2%
13	Alvorada	02	04	-	-	-	**06**	1%
14	Dianópolis	02	04	-	-	-	**06**	1%
15	Arraias	02	02	-	-	-	**04**	1%
	TOTAL	**21**	**252**	**19**	**166**	**06**	**464**	**100%**

Fonte: Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020.

A meta estabelecida nesta ação é realizar nas unidades hospitalares estaduais/regionais de Porte I, II e III sob gestão estadual, consultas, internações, exames e procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. A classificação destes hospitais sob gestão estadual está disposta no Decreto Nº 4.012, de 26 de março de 2010, DOE Nº 3.106.

A rede de unidades hospitalares próprias é formada por 18 Hospitais, localizados em 15 cidades distintas, dos quais 04 são de alta complexidade (HGP, Dona Regina, Hospital Regional de Gurupi e o Hospital Regional de Araguaína). Todos estes hospitais são Portas de Entrada Hospitalar, e funcionam de "porta aberta". Eles possuem 66% dos Leitos SUS e realizam aproximadamente 78% das internações que ocorrem no Estado.

Esta rede de 18 hospitais realizaram em 2020, segundo dados de janeiro a novembro, acessados na base dos sistemas de informações do Ministério da Saúde/ Datasus, tendo em vista que o processamento do mês de dezembro ainda não ocorreu:

- 67% dos procedimentos hospitalares na internação
- 56% dos procedimentos ambulatoriais que ocorrem na Rede do SUS do estado do Tocantins

Tabela – Consolidado da produção ambulatorial e hospitalar apresentada, 1º , 2º e 3º Quad., Tocantins, 2020.

Tipo de Hospital - SUS	Total de Hospital	%	Quant.de Leito Geral (Clínico + Isolamento) - exceto Leitos Covid-19	%	Total de Procedimentos 2020					
					Ambulatorial	%	Hospitalar	%	Total	%

Estadual/Regional	18	38%	1.502	66%	1.988.460	56%	1.081.261	67%	3.069.721	60%
Municipal	27	57%	615	27%	1.399.643	40%	202.022	12%	1.601.665	31%
Filantrópico	01	2%	102	4%	93.104	3%	261.124	16%	354.228	7%
Federal	01	2%	52	2%	49.719	1%	80.154	5%	129.873	3%
TOTAL	**47**	**100%**	**2.271**	**100%**	**3.530.926**	**100%**	**1.624.561**	**100%**	**5.155.487**	**100%**

Fonte: SIHSUS e SIASUS - TabwinDatasus - jan-a nov./2020.*dados parciais /Consulta em 26/01/2021.

Nas tabelas a seguir constam os dados da produção ambulatorial e hospitalar dos 18 Hospitais Regionais:

Tabela - Produção Ambulatorial apresentada nos Hospitais Regionais, Tocantins, jan. a nov., 2020.

HOSPITAL ESTADUAL	01 Ações de promoção e prevenção em saúde	02 Proc. com finalidade diagnóstica	03 Proc. clínicos	04 Proc. cirúrgicos	07 Órteses, próteses e materiais especiais	08 Ações complementares da atenção à saúde	Total
Hospital Regional de Araguaína	5.145	207.788	98.896	3.948	10.495	-	326.272
Hospital Regional de Porto Nacional	-	79.719	152.623	2.801	2.810	-	237.953
Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres	9	136.020	90.188	1.847	-	-	228.064
Hospital Regional de Paraíso Dr. Alfredo O Barros	145	110.594	52.161	758	-	-	163.658
Hospital Regional de Augustinópolis	-	38.395	80.429	1.071	-	-	119.895
Hospital Regional de Guaraí	559	48.616	56.497	840	-	-	106.512
Hospital Regional de Miracema	-	15.696	89.679	703	-	-	106.078
Hospital Regional de Pedro Afonso Leôncio de Sousa Miranda	-	25.789	78.352	1.068	-	-	105.209
Hospital Regional de Gurupi	294	55.981	48.311	436	-	-	105.022
Hospital Dom Orione de Araguaína	445	70.047	22.612	-	-	-	93.104
Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos de Palmas	2.049	37.941	38.703	-	-	-	78.693
Hospital Infantil de Palmas	12.500	18.955	30.488	230	-	-	62.173
Hospital Regional Tertuliano C Lustosa de Araguaçu	-	2.495	51.144	74	-	-	53.713
Hospital Regional de Dianópolis	-	5.519	39.189	-	-	-	44.708
Hospital Materno Infantil Tia Dede	5	15.869	27.302	-	-	-	43.176
Hospital Regional de Arraias	4	2.841	32.602	230	-	-	35.677
Hospital Regional de Arapoema	-	7.301	23.748	349	-	-	31.398
Hospital Regional de Xambioá	1	3.606	22.181	721	-	-	26.509
Hospital de Pequeno Porte de Alvorada	-	1.791	17.595	477	-	783	20.646
TOTAL	**12.505**	**884.963**	**1.052.700**	**230**	**2.810**	**783**	**1.988.460**

Fonte: SIASUS - TabwinDatasus - jan-a nov./2020.*dados parciais /Consulta em 26/01/2021.

Tabela - Produção Hospitalar apresentada nos Hospitais Regionais, Tocantins, jan. a nov., 2020.

HOSPITAL ESTADUAL	02 Proc. com finalidade diagnóstica	03 Procedimentos clínicos	04 Proc. cirúrgicos	GRUPO-05 (Transplantes de órgãos e tecidos e células)	GRUPO-06 (Medicamentos)	07 Órteses, próteses e materiais especiais	08 Ações complementares da atenção à saúde	Total
Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres	111.701	277.423	69.987	277	415	8.469	97.149	565.421
Hospital Regional de Gurupi	182.796	136.703	14.325		391	1.234	22.854	358.303
Hospital e maternidade Dona Regina Siqueira Campos de Palmas	108.492	107.538	13.751		116		42.043	271.940
Hospital Regional de Araguaína	13.704	128.580	33.683		3.597	1.268	56.498	237.330
Hospital Infantil de Palmas	25.358	63.534	1.950		194	5	10.942	101.983
Hospital Regional de Miracema	24.927	26.663	38.549		180	431	3.147	93.897
Hospital Regional de Paraíso Dr Alfredo O. Barros	42.036	38.140	5.491		6	131	4.418	90.222
Hospital Regional de Augustinópolis	18.787	13.357	10.191		23		11.708	54.066
Hospital Regional de Guaraí	22.849	19.657	5.351		25		2.734	50.616
Hospital Regional de Porto Nacional	21.531	14.440	5.368		1	809	7.543	49.692
Hospital Materno Infantil Tia Dede	21.100	12.900	3.229		33		5.538	42.800
Hospital Regional de Pedro Afonso Leôncio de Sousa Miranda	7.394	10.613	1.898		3		1.817	21.725
Hospital Regional de Xambioá	7.538	4.633	847				1.544	14.562
Hospital Regional de Arapoema	5.761	2.057	518				260	8.596
Hospital Regional de Dianópolis	119	6.508	38					6665
Hospital Regional Tertuliano C Lustosa de Araguaçu	348	5.064	128				303	5843
Hospital Regional de Arraias	484	2.944	214				797	4439

Hospital de Pequeno Porte de Alvorada	51	1.459	1.146				505	3161
TOTAL	614.976	872.213	206.664	277	4984	12347	269.800	1.981.261

Fonte: SIHSUS - TabwinDatasus - jan-a nov./2020.*dados parciais /Consulta em 26/01/2021.

Tabela - Produção Hospitalar de cirurgias de urgência apresentados pelos Hospitais Regionais, Tocantins, jan. a nov., 2020

HOSPITAL ESTADUAL	URGÊNCIA
Hospital Geral de Palmas	7.625
Hospital Regional de Gurupi	3.012
Hospital Dona Regina Siqueira Campos	2.959
Hospital Regional de Araguaína	1.217
Hospital Regional de Porto Nacional	1.507
Hospital Regional de Paraiso	1.238
Hospital Regional de Augustinópolis	1.339
Hospital Regional de Miracema	948
Hospital Regional de Guaraí	727
Hospital Materno Infantil Tia Dede	688
Hospital Infantil de Palmas	463
Hospital Regional de Pedro Afonso	251
Hospital de Peq. Porte de Alvorada	27
Hospital Regional de Arapoema	15
Hospital de Xambioá	27
Hospital Regional de Arraias	54
Hospital Regional de Dianópolis	18
Hospital Regional de Araguaçu	5
Total	**22.120**

Fonte: SIHSUS - TabwinDatasus - jan-a nov./2020.*dados parciais /Consulta em 26/01/2021.

As cirurgias de caráter eletivo estão descritas na análise da meta

Tabela - Produção ambulatorial de cirurgias apresentados pelos Hospitais Regionais, Tocantins, jan. a nov., 2020.

HOSPITAL ESTADUAL	ELETIVO	URGÊNCIA	Total
Hospital Regional de Araguaína	69.093	4.130	73.223
Hospital Geral de Palmas	23.078	22.734	45.812
Hospital Regional de Paraiso	6.492	2.393	8.885
Hospital Regional de Porto Nacional	7.897	-	7.897
Hospital Regional de Augustinópolis	203	7.662	7.865
Hospital Regional de Gurupi	818	2.978	3.796
Hospital Regional de Miracema	-	2.033	2.033
Hospital Regional de Guaraí	3	1.933	1.936
Hospital Regional de Pedro Afonso	-	1.622	1.622
Hospital de Peq. Porte de Alvorada	19	1.339	1.358
Hospital Dona Regina Siqueira Campos	-	1.300	1.300
Hospital Materno Infantil Tia Dede	-	1.251	1.251
Hospital de Xambioá	325	741	1.066
Hospital Infantil de Palmas	-	1.010	1.010
Hospital Regional de Arapoema	152	398	550
Hospital Regional de Arraias	76	254	330
Hospital Regional de Dianópolis	-	213	213
Hospital Regional de Araguaçu	57	47	104
TOTAL	**108.213**	**52.038**	**160.251**

Fonte: SIASUS - TabwinDatasus - jan-a nov./2020.*dados parciais /Consulta em 26/01/2021.

Os 18 hospitais estaduais compõem a rede de atenção à saúde materno-infantil (Rede Cegonha) exercendo papel fundamental no componente do Parto e Nascimento.

Dos 139 municípios 14 tem maternidades e/ou serviços que realizam parto, dos quais 12 são unidades que concentram serviços de risco habitual e dois de alto risco, sendo o Hospital e Maternidade Dona Regina como referência de alto risco para toda Macrorregião Centro Sul; e, Hospital e Maternidade Dom Orione para a Região Macrorregião Norte Estado do Tocantins.

A seguir constam dados de partos realizados no ano de 2020.

Tabela - Quantidade de partos realizados nos Hospitais Regionais, Tocantins, jan. a nov., 2020.

HOSPITAL ESTADUAL	Parto Normal	Parto Cesariano	Parto	Parto Cesariano c/	Total

		em Gestação Alto Risco	Cesariano	Laqueadura Tubaria	
Hospital Dona Regina Siqueira Campos	2.971	75	1.839	302	5.072
Hospital Regional de Gurupi	676	-	887	252	1.789
Hospital Materno Infantil Tia Dede	714	-	473	100	1.242
Hospital Regional de Augustinópolis	764	-	433	69	1.160
Hospital Regional de Paraiso	426	-	386	-	800
Hospital Regional de Guaraí	190	-	567	-	749
Hospital Regional de Miracema	280	-	244	73	590
Hospital Regional de Pedro Afonso	82	-	131	-	207
Hospital Regional de Dianópolis	169	-	2	-	133
Hospital Regional de Arraias	108	-	16	6	117
Hospital Regional de Arapoema	57	-	4	-	59
Hospital de Xambioá	49	-	10	-	59
Hospital Regional de Araguaçu	9	-	-	-	9
Hospital de Peq. Porte de Alvorada	4	-	5	-	9
Hospital Geral de Palmas	-	1	3	-	3
TOTAL	**6.499**	**76**	**5.000**	**802**	**11.998**

Fonte: SIHSUS - TabwinDatasus - jan-a nov./2020.*dados parciais /Consulta em 26/01/2021.

66% dos partos (11.998 partos realizados) que ocorreram na rede pública de serviços do SUS de janeiro a novembro de 2020 foram realizados nos Hospitais Estaduais/Regionais dos quais 5.072 no Hospital e Maternidade Dona Regina; 5.484 no Hospital e Maternidade Dom Orione (30% dos partos); 570 nos hospitais municipais (3% dos partos), totalizando de janeiro a novembro de 2020, 18.052 partos.

O Hospital e Maternidade Dona Regina realiza quase 50% dos partos da rede estadual, sendo Palmas, o município com o maior número de partos realizados.

Os Ambulatórios dos 18 hospitais estaduais produziram 102.346 consultas especializadas no ano de 2020.

O Hospital e Maternidade Dona Regina em setembro de 2020 realizou curso de preparação para o parto para as gestantes e acompanhantes com intuito de preparar para a hora do parto.

Em setembro de 2020, o HGP realizou Campanha de Sobrevivência à Sepse (CSS), ação internacional incentivada pelo Instituto Latino Americano de Sepse (ILAS), para conscientização e evitar a mortalidade por esta doença.

O Hospital Geral de Palmas, por meio do Núcleo de Práticas Médicas Assistenciais (Nupma) apresentou a revisão do Protocolo de AVCI com terapia Trombolítica Alteplase (rt-PA). De janeiro a junho de 2020 ocorreram 105 internações na unidade do AVC do HGP. Destas internações, 57% foram por acidente vascular cerebral isquêmico e 21% acidente vascular cerebral hemorrágico.

A Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) do Hospital Geral de Palmas registrou em média 950 procedimentos quimioterápicos mensalmente aos usuários com câncer de próstata, pulmão, colo uterino, mama, gástrico, leucemia mieloide crônica e aguda e outros.

Com foco na melhoria da assistência e cuidado ao usuário do SUS, o Hospital Geral de Palmas disponibilizou a segunda edição do informativo sobre a segurança do paciente, com o intuito de fornecer informações no sentido de auxiliar as lideranças nas tomadas de decisão, nos processos de melhorias, envolvendo eventos adversos.

A seguir constam dados da continuidade do cuidado, que também visa a segurança do paciente, para a manutenção do tratamento hospitalar em hospitais de menor complexidade, oportunizando ao mesmo tempo a disponibilidade de leitos nos de maior complexidade, ou seja, pacientes dos hospitais de porte III e Hospital Infantil de Palmas – HIP são contrareferenciados para tratamento em outras unidades hospitalares, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela - Relatório estatístico Inter Hospitalar - Transferência para Continuidade do Cuidado para Hospitais de Menor ou Maior Porte - Produção do Núcleo Interno de Regulação - NIR 2020.

HOSPITAIS PORTE III e Hospital Infantil de Palmas - HIP	Contra Referencia Continuidade do Cuidado	1ºQuad/2020	Contra Referencia continuidade do cuidado	2ºQuad/2020	Contra Referencia continuidade do cuidado	3ºQuad/2020
Hospital Geral de Palmas	Arraias, Araguaína, Divinópolis, Gurupi, Miracema, Miranorte, Paraíso, P. Afonso, P.Nacional, Silvanópolis	91	Araguaína, Dianópolis, Gurupi, Miracema, Palmeirópolis, P. Nacional, Guaraí, Pedro Afonso, Augustinópolis, Palmas/Semus, Paraíso, Arraias e Natividade	99	Araguaína, Gurupi, Divinópolis, Paraíso, Miracema,P. NacionalArraias, Dianópolis, Palmas, Pedro Afonso, Miranorte, Silvanópolis, Palmeirópolis, Augustinópolis, Natividade, Formoso do Araguaia, Colinas, Araguacema e Paranã.	124
Hospital Maternidade Dona Regina	Paraíso, Araguaína, Dianópolis, Gurupi, P. Nacional, Miracema, Palmas, Paraiso, P. Nacional, Brasília/Df, Campinas/Sp, Passos/Mg, Goiânia e S. Paulo.	38	Araguaína, Dianópolis, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Palmas, Paraiso, Passos de Minas-Mg, Pedro Afonso	40	Palmas, Paraíso, Araguaina, Porto Nacional e Brasília - DF	29
Hospital Regional de Araguaína	Arapoema, Augustinópolis, Floresta do Araguaia-Pa, Redenção-Pa, Carolina/Ma, Loreto/Ma, Guaraí.	8	BRASÍLIA-DF, Palmas, Barretos, Imperatriz/Ma, Carolina/Ma, Guaraí e Colinas	22	Hospital Maternidade Dom Orione,Hospital Municipal de Araguaína,Hospital de Doenças Tropicais,Augustinópolis,Guaraí, Palmas, Campinas/SP Barretos/Sp, Bauru /SP, São Paulo, Darcinópolis/To.	60
Hospital Regional de Gurupi	Miracema, Palmas, Fatima, F.do Araguaia, Palmeirópolis	6	Alvorada, Araguaçu, Formoso do Araguaia, Palmeirópolis, Peixe, Paraíso, Jaú, Almas e Arraias	24	Alvorada, Araguaçu, Aliança, Dueré,Miracema e Palmeirópolis, Peixe e Talismã.	14
Hospital Infantil de Palmas - Hip	Barretos/Sp, Araguaína, Brasília/DF, Goiânia, Gurupi, Palmas Cristo Rei, Palmas/Emadi, Palmas/HGP, Palmas/Med. Center, P. Afonso	40	BARRETOS / SP, Hospital Munic. Araguaína, Hospital da Criança Brasília, Hospital da Criança de Goiânia, Palmas/HMDR, Palmas/HGP UTI Ped., Palmas /HGP-Proc. diversos, Palmas/Emadi, Palmas, Med./Center, P.Nacional, São Paulo.	33		43
TOTAIS		**183**		**218**		**270**

*Fonte: Relatório de contra Referencia: NIR – Serviço Social –HGP/ HRG/HMDR/HRG / HRA

Em menos de uma semana, Hospital Geral de Palmas realizou duas captações múltiplas de órgãos.

A SES-TO promoveu, por meio da Central Estadual de Transplante do Tocantins, cursos de capacitação para profissionais de saúde quanto ao processo de doação e transplante.

Em 2020 ocorreram respectivamente: 09, 06 e 03 doações de córnea e 01, 06 e 05 doações de múltiplos órgãos. Deste último, 06 em Palmas, no Hospital Geral de Palmas e 03 em Araguaína, no Hospital Municipal de Araguaína, totalizando 12. Ressaltamos que devido a pandemia as captações de córnea estão sendo realizadas somente em pacientes doadores de morte encefálica , por isso na planilha abaixo apresenta-se repetido o número 6 de doadores. Essa redução dá-se ao cenário que pandemia que houve suspensão das captações em óbitos por parada cardiorrespiratória, conforme orientação da NOTA TÉCNICA Nº 25/2020-CGSNT/DAET/SAES/MS.

Em janeiro de 2020 ocorreu a 10ª captação de múltiplos órgãos do Estado e a 1º do ano, que foi ofertada à Central Nacional de Transplante que procedeu com a distribuição nacional. Em julho de 2020 ocorreu a 1º captação de coração do estado. A tabela abaixo aponta o número de doadores do ano de 2020.

Tabela – Doação de Órgãos, Estado do Tocantins, 1º, 2º e 3º Quad., 2020.

Procedimento	1º quadrimestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre*		TOTAL
	Serviço Público	Serviço Privado	Serviço Público	Serviço Privado	Serviço Público	Serviço Privado	
Doações de Córneas	09	00	06*	00	03	00	18
Doações efetivas de Múltiplos Órgãos	01	00	06	00	05	00	12

Fonte: Sistema de Informação de Gerenciamento – SIG/ Sistema Nacional de Transplante – SNT, 06/01/2021.

* Córnea de processo de doação de múltiplos órgãos

Considerando o número de óbitos por região ocorrido nos estabelecimentos de saúde, classificados como hospitais notificantes do Estado do Tocantins, e a centralização de notificações de potenciais no município de Palmas/TO, observa-se que ainda carece de cobertura total de equipe de busca de órgãos e tecidos para transplante no Estado do Tocantins.

Assistência aos pacientes Covid-19 - Hospitalizações

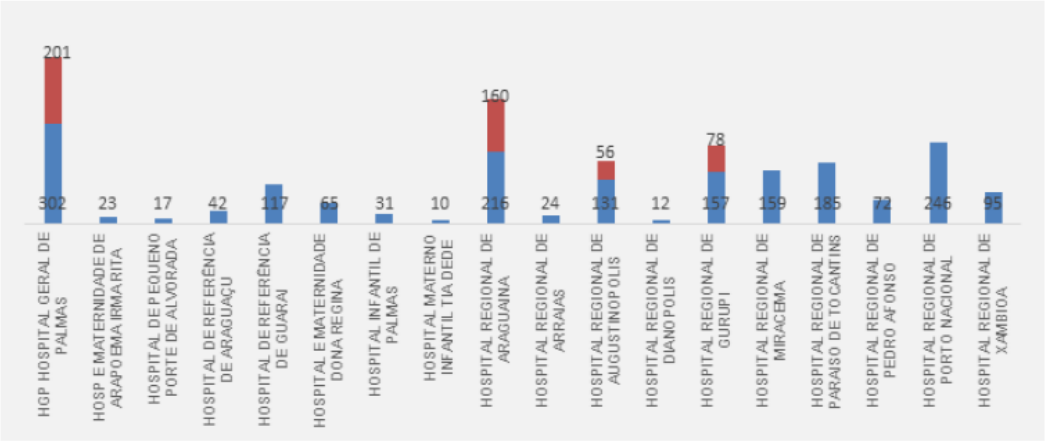
Desde o início do registro de casos de COVID-19 no Tocantins ocorreram 2.399 internações de pacientes confirmados positivos em unidades hospitalares sob gestão estadual. Sendo 1.904 (79,3%) internações em leito clínico e 495 (20,6%) em UTI. Neste período ocorreram 1.428 altas por melhora, 337 transferências entre unidades e foram registrados 595 óbitos hospitalares, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela – Internações de pacientes confirmados com COVID-19 em Unidade Hospitalar sob gestão estadual. Tocantins, 2020.

Unidade	Clínico	UTI	Total	Altas	Óbitos Hospitalares
HGP HOSPITAL GERAL DE PALMAS	302	201	503	267	220
HOSPITAL DE REFERÊNCIA DE GUARAI	117	-	117	79	11
HOSPITAL E MATERNIDADE DONA REGINA	65	-	65	60	-
HOSPITAL DE REFERÊNCIA DE ARAGUAÇU	42	-	42	24	3
HOSPITAL INFANTIL DE PALMAS	31	-	31	28	1
HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAINA	216	160	376	166	167
HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS	131	56	187	127	44
HOSPITAL REGIONAL DE DIANOPOLIS	12	-	12	6	1
HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI	157	78	235	116	64
HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA	159	-	159	101	17
HOSPITAL REGIONAL DE PARAISO DE TOCANTINS	185	-	185	125	18
HOSPITAL REGIONAL DE PEDRO AFONSO	72	-	72	51	6
HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL	246	-	246	173	31
HOSPITAL REGIONAL DE XAMBIOA	95	-	95	59	7
HOSP E MATERNIDADE DE ARAPOEMA IRMA RITA	23	-	23	13	4
HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDE	10	-	10	9	-
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE ALVORADA	17	-	17	9	1
HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS	24	-	24	15	-
Total	**1904**	**495**	**2399**	**1428**	**595**

Fonte: Soul MV – Período de apuração: 01/04/2020 a 31/12/2020.

Gráfico– Internações de pacientes confirmados com COVID-19 por Unidade Hospitalar sob gestão estadual. Tocantins, 2020. Vermelho - UTI | Azul - Clínico



Fonte: Soul MV – Período de apuração: 01/04/2020 a 31/12/2020.

Diariamente são avaliados os seguintes indicadores hospitalares dos Leitos COVID-19 nas unidades sob gestão estadual: Taxas de ocupação dos leitos (disponível para consulta online em integra.saude.to.gov.br); Taxa de permanência; Número de internações hospitalares; Número de óbitos.

Tabela – Indicadores hospitalares das unidades sob gestão estadual. Tocantins, 2020.

Indicadores Hospitalares			
Tipo de Leito	Nº de Internações	Tempo médio de Permanência	Nº de óbitos Hospitalares
Leitos Clínicos	1.904	9,08 dias	595
Leitos Intensivos	495	13,56 dias	

Fonte: Soul MV - Período de apuração: 01/04/2020 a 31/12/2020.

Nota: Os óbitos hospitalares em unidades estaduais são de pacientes residentes e não residentes no Tocantins

Neste período também ocorreram 872 internações em outras unidades, privadas e públicas, que possuem leitos ofertados pelo SUS em modalidade de contratualização com o Estado, sendo 416 em leito clínico e 456 em UTI, de acordo com a tabela 10.

Tabela– Internações de pacientes confirmados com COVID-19 em unidades hospitalares contratualizadas com o Estado. Tocantins, 2020.

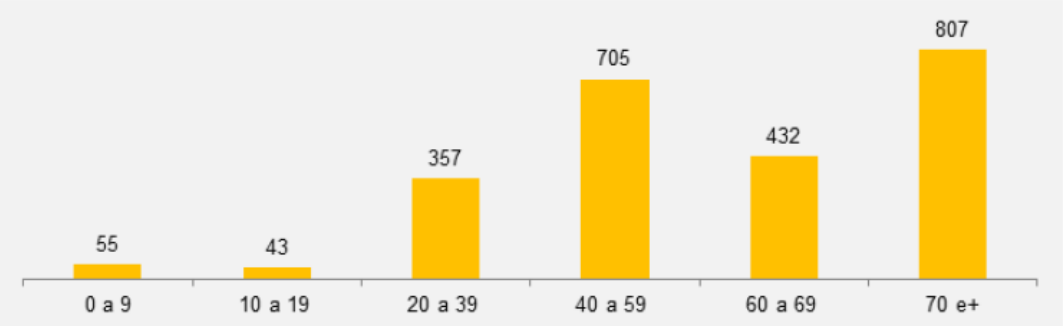
UNIDADE	CLINICO	UTI	ALTAS	ÓBITOS HOSP.
Hospital Dom Orione (Araguaína)	-	149	63	81
Intensicare - Unidade Osvaldo Cruz (Palmas)	-	2	2	-
Hospital Santa Thereza (Palmas)	-	105	41	64
Hospital Osvaldo Cruz (Palmas)	-	26	12	14
Hospital Municipal de Araguaína (UTI Pediátrica)	-	16	16	-
Hospital Palmas Medical (Palmas)	-	31	15	15
Hospital Municipal de Campanha Araguaína-HMC	-	90	27	61
Instituto Sinai Araguaína	-	47	18	29
Hospital Estadual de Combate a COVID 19	293	45	293	44
Hospital Doenças Tropicais (Araguaína)	193	-	184	3
Total	**486**	**576**	**690**	**353**

Fonte: Sistema SER – DIREG – Período de apuração: 01/05/2020 a 31/12/2020.

Somando as internações ocorridas em unidades hospitalares sob gestão estadual com as dos hospitais que possuem leitos ofertados ao SUS, temos um total de 3.461 internações SUS, sendo que 2.390 (69,5%) foram em leito clínico e 1.071 (30,5%) em leito de UTI.

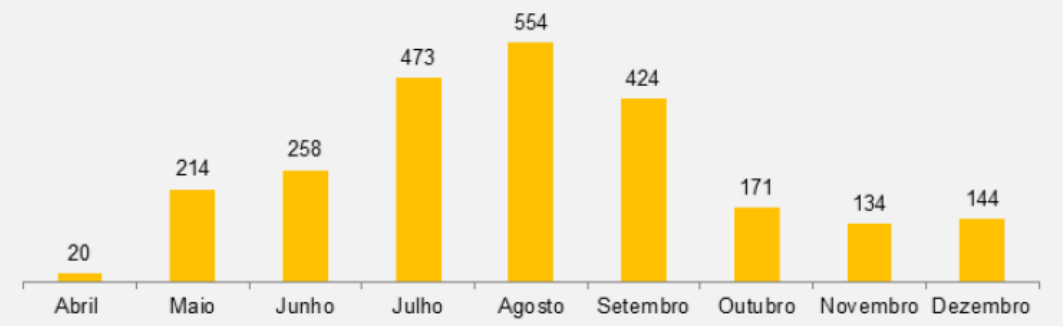
Considerando as 3.461 internações em leitos SUS e com o total de casos em 91.546, significa que a taxa de hospitalização de COVID-19 no SUS está em 3,78%.

Gráfico – Nº de internações por faixa etária de pacientes com COVID-19 nas unidades hospitalares sob gestão estadual. Tocantins, 2020.



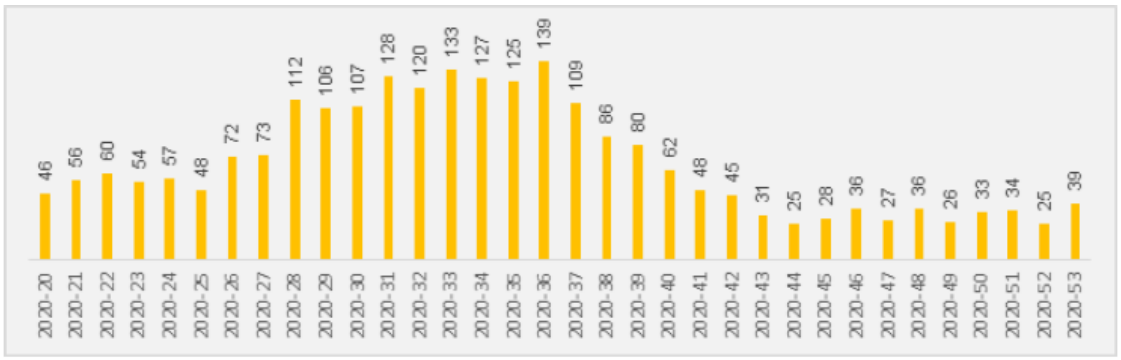
Fonte: Soul MV – Consolidado até 31/12/2020.

Gráfico – Nº de internações por COVID-19 por mês nas unidades hospitalares sob gestão estadual. Tocantins, 2020.



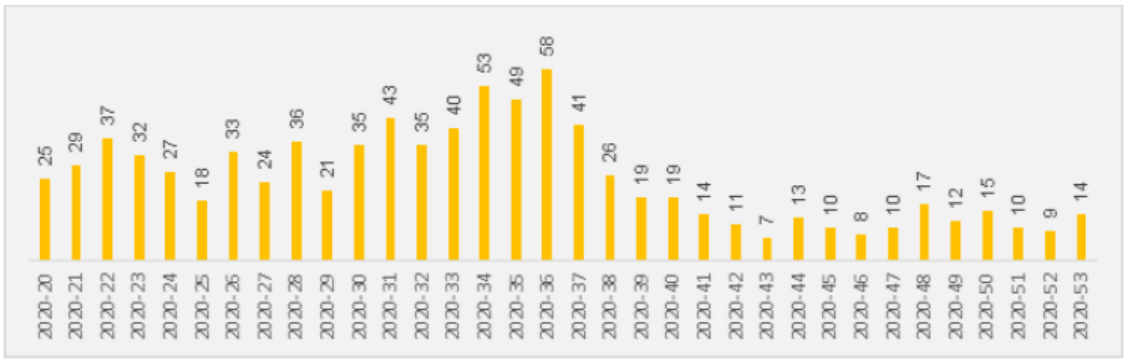
Fonte: Soul MV - Consolidado até 31/12/2020.

Gráfico – Nº de internações por COVID-19 por semana epidemiológica nas unidades hospitalares sob gestão estadual. Tocantins, 2020.



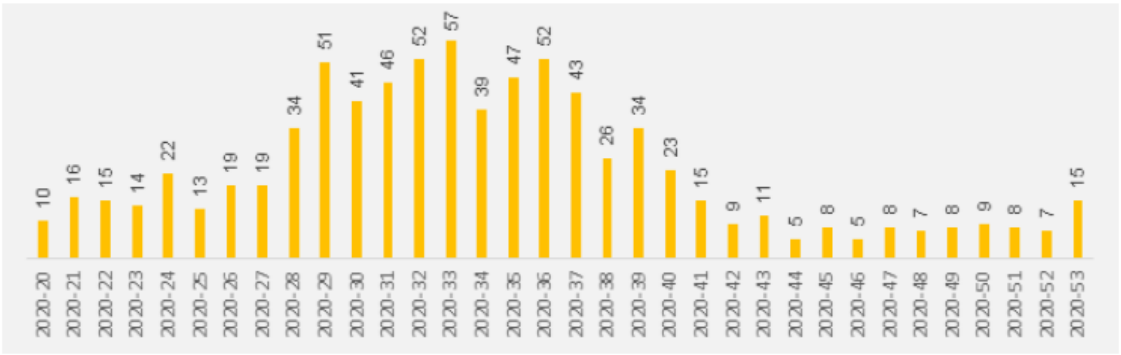
Fonte: Soul MV – Consultado em 31/12/2020.

Gráfico – Nº de internações de pacientes com COVID-19 na macrorregião norte por semana epidemiológica nas unidades hospitalares sob gestão estadual. Tocantins, 2020.



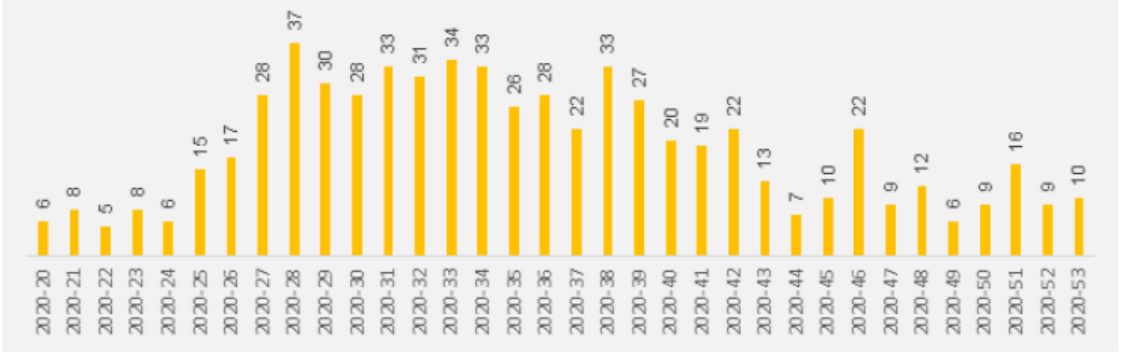
Fonte: Soul MV - Consultado em 31/12/2020.

Gráfico – Nº de internações de pacientes com COVID-19 na macrorregião central por semana epidemiológica nas unidades hospitalares sob gestão estadual. Tocantins, 2020.



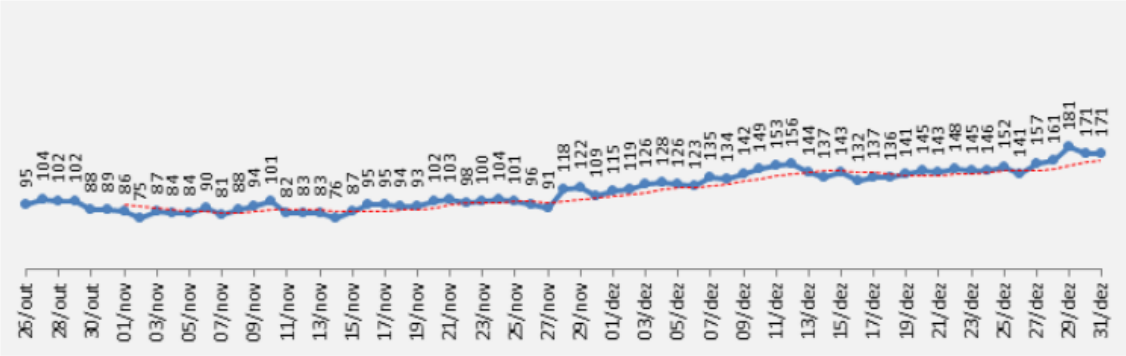
Fonte: Soul MV - Consultado em 31/12/2020.

Gráfico – Nº de internações de pacientes com COVID-19 munícipes na macrorregião sul por semana epidemiológica nas unidades hospitalares sob gestão estadual. Tocantins, 2020.



Fonte: Soul MV - Consultado em 31/12/2020.

Gráfico – Nº de pacientes com COVID-19 hospitalizados por dia nas unidades hospitalares público e privadas no Estado do Tocantins. Tocantins, 2020.



Fonte: Boletim Epidemiológico COVID-19/SES – Período de apuração: 26/10/2020 a 31/12/2020.

Atendimentos de Pronto Socorro (PS) a pacientes com suspeita de COVID-19

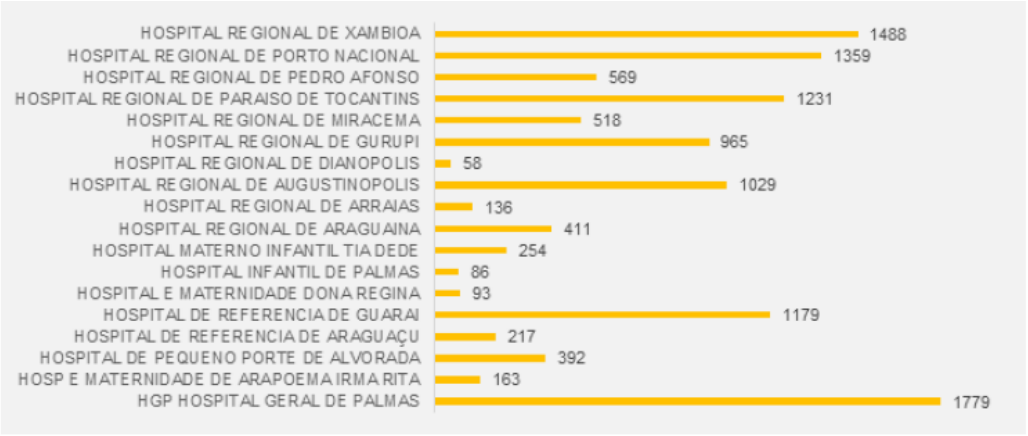
De acordo com os registros no sistema de gestão hospitalar Soul/MV, do dia 1 de abril a 31 de dezembro, houve 11.927 atendimentos em Pronto Socorro (PS) pelo motivo registrado como "Suspeita de COVID-19" nas unidades hospitalares sob gestão estadual.

Tabela – Número de atendimentos de PS pelo motivo registrado como "Suspeita de COVID-19" nas unidades. Tocantins, 2020.

Unidade Saúde	SUSPEITA DE COVID-19
HGP HOSPITAL GERAL DE PALMAS	1779
HOSP E MATERNIDADE DE ARAPOEMA IRMA RITA	163
HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE ALVORADA	392
HOSPITAL DE REFERENCIA DE ARAGUAÇU	217
HOSPITAL DE REFERENCIA DE GUARAI	1179
HOSPITAL E MATERNIDADE DONA REGINA	93
HOSPITAL INFANTIL DE PALMAS	86
HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDE	254
HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAINA	411
HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS	136
HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS	1029
HOSPITAL REGIONAL DE DIANOPOLIS	58
HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI	965
HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA	518
HOSPITAL REGIONAL DE PARAISO DE TOCANTINS	1231
HOSPITAL REGIONAL DE PEDRO AFONSO	569
HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL	1359
HOSPITAL REGIONAL DE XAMBIOA	1488
Total	**11.927**

Fonte: Soul MV - Consolidado até 31/12/2020.

Gráfico – Nº de atendimentos no PS por suspeita de COVID-19 nas unidades hospitalares estaduais. Tocantins, 2020.



Fonte: Soul MV – Consolidado até 31/12/2020.

Logística e Abastecimento

A Superintendência de Aquisição Estratégica e Logística é a responsável pela aquisição, armazenamento e distribuição. Em 2020 o abastecimento de insumos hospitalares no Centro de Distribuição da SES-TO apresentou uma média de 80% nos itens de medicamentos e de 81% nos itens de materiais.

Na tabela abaixo estão demonstrados os percentuais mensais de abastecimentos durante o ano de 2020, cujos valores contribuíram para assegurar a assistência hospitalar.

Tabela – Percentual de abastecimento de materiais e medicamentos no Centro de Distribuição da SES-TO, Tocantins, 2020.

MESES/ANO	MEDICAMENTOS	MATERIAIS HOSPITALARES
Janeiro	85,55%	78,84%
Fevereiro	83,63%	77,58%
Março	80,79%	78,45%
Abril	81,83%	79,01%
Maio	81,67%	84,32%
Junho	78,19%	79,14%
Julho	79,62%	83,18%
Agosto	81,99%	82,55%
Setembro	79,77%	83,18%
Outubro	77,56%	84,70%
Novembro	73,45%	82,96%
Dezembro	73,30%	80,11%
Fonte: SES-TO, SAEL - 26/01/2021.		

Considerando que a pandemia da COVID-19 estabeleceu uma situação de extrema anormalidade, e com o aumento dos casos no Estado, exige-se para além do usualmente necessário o provimento de insumos nas unidades hospitalares.

Tabela – Quantidade de equipamentos de proteção individual disponível no estoque da Secretaria Estadual de Saúde. Tocantins, 2020.

PRODUTO	UNIDADE	SALDO EM ESTOQUE
ALCOOL ETILICO 70% 1000ML	Unidade	4042
ALCOOL GEL 70% 190G	Unidade	5282
ALCOOL GEL 70% 700ML	Unidade	40
AVENTAL CIRURGICO IMPERMEAVEL TAMANHO G	Unidade	220
AVENTAL DE SEGURANCA TIPO MACACAO GG	Unidade	218
AVENTAL USO HOSPITALAR NAO ESTERIL	Unidade	50410
LUVA CIRURGICA ESTERIL No 7,0 DE LATEX COM PO.	Par	23500
LUVA CIRURGICA ESTERIL No 7,5 DE LATEX COM PO.	Par	42167
LUVA CIRURGICA ESTERIL NÂº 8,0 DE LATEX COM PO.	Par	3150
LUVA DE PROCEDIMENTO M DE LATEX COM PO CX/ 100 UND	Caixa	7662
LUVA DE PROCEDIMENTO P DE LATEX COM PO CX/ 100 UND	Caixa	8773
MASCARA CIRURGICA C/ ELASTICO TRIPLA RETANGULAR	Unidade	507690
MASCARA DE PROTECAO FACIAL N95	Unidade	142683
PROTETOR FACIAL	Unidade	32051
PROTETOR FACIAL INFANTIL TRANSPARENTE	Unidade	1000
PROTETOR FACIAL TRANSPARENTE DE ACRILICO	Unidade	32051
PROTETOR FACIL TRANSPARENTE DE ACRILICO	Unidade	32051
SAPATILHA CIRURGICA (PROPE)	Par	50
TOUCA SANFONADA BRANCA PCT C/100 UNID.	Pacote	9020

Fonte: Centro de Distribuição da SES-TO. Última consulta em 03/12/2020.

Os 18 hospitais estaduais demandam um volume significativo de recursos de todas as naturezas sendo o maior deles o de Recursos Humanos ao concentrar 79% dos profissionais da SES-TO, com uma folha de salário mensal média de 73.352.351,01 para uma média de 10.131 servidores em 2020.

As alterações orçamentárias nesta ação temática resultaram em suplementação do seu orçamento inicial em R$263.168.720,00 visando à priorização da manutenção dos serviços essenciais para o funcionamento das Unidades Hospitalares sob gestão estadual, que recebeu a maior parte dos recursos remanejados no orçamento, tendo em vista a condição de provedor de maior parte da assistência hospitalar que ocorre no Estado inclusive da assistência hospitalar de pacientes acometidos pela Covid-19.

No campo da gestão hospitalar destacam-se ainda, assim insuficientes as suplementações para atender a demanda do exercício em decorrência do subfinanciamento do SUS atrelado a fatores que afetam a ampliação dos Recursos Próprios em Saúde no Estado do Tocantins, sendo um deles a centralização de ações e serviços de saúde de média e alta complexidade na gestão estadual.

A centralização da função de cuidados de saúde no campo da atenção curativa (atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade) na gestão estadual sob a administração direta é uma questão importante de ser pontuada por afetar diretamente a necessidade de recursos para o custeio da saúde por parte da esfera estadual.

No Brasil todo, 16% dos leitos gerais SUS estão sob a administração direta, enquanto no Tocantins é 50%, perdendo apenas para Roraima, Acre, Amapá e Amazonas, ocupando a 5ª colocação desta centralização de leitos, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela – Leitos de internação – Brasil - Quantidade existente por Unidade da Federação e Esfera Jurídica.

Ord.	UF	Quantidade Leitos Gerais no ano de 2019		
		Total	Quantidade na Administração Pública Estadual – Leitos SUS	%
1	Roraima	1.134	919	81%
2	Acre	1.489	1.199	81%
3	Amapá	1.092	839	77%
4	Amazonas	5.684	3.165	56%

5	Tocantins	3.053	1.549	51%
6	Piauí	7.409	2.715	37%
7	Sergipe	3.170	1.008	32%
8	Rondônia	4.252	1.190	28%
9	Pernambuco	21.466	5.967	28%
10	Paraíba	8.117	2.252	28%
11	Rio Grande do Norte	7.255	1.874	26%
12	Espírito Santo	8.138	2.066	25%
13	Bahia	28.967	5.323	18%
14	Maranhão	13.766	2.249	16%
15	Ceará	18.466	2.951	16%
16	São Paulo	91.023	14.431	16%
17	Pará	14.188	2.203	16%
18	Alagoas	5.891	892	15%
19	Mato Grosso	7.261	991	14%
20	Santa Catarina	15.300	2.076	14%
21	Rio de Janeiro	35.425	3.536	10%
22	Goiás	17.358	1.525	9%
23	Mato Grosso do Sul	5.577	399	7%
24	Paraná	27.439	1.855	7%
25	Minas Gerais	40.880	2.558	6%
26	Rio Grande do Sul	30.137	538	2%
	Total	**423.937**	**66.270**	**16%**

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES / SIOPS

No Brasil apenas 9,08% dos hospitais estão sob a administração pública estadual; na Região Norte este percentual é de 22%, e no Tocantins 38%.

Observa-se que os hospitais gerenciados pela esfera estadual no Tocantins são todos de média e alta complexidade (14 de média complexidade e 04 de alta complexidade) e os gerenciados pela esfera municipal são todos de pequeno porte (26 de pequeno porte e apena 01 com leitos de UTI pediátrica).

Tabela – Quantidade de hospitais por Região e Esfera Jurídica.

	Região	Adm. Pública Federal		Adm. Pública Estadual ou Distrito Federal		Adm. Pública Municipal		Adm. Pública - Outros		Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista		Demais Entidades Empresariais		Entidades sem Fins Lucrativos		Total	
1	Nordeste	15	18%	232	38%	781	45%	-		7	39%	696	28%	264	14%	1995	30%
2	Sudeste	42	50%	168	27%	349	20%	1	33%	2	11%	911	37%	872	48%	2345	35%
3	Norte	9	11%	132	22%	192	11%	-		1	6%	169	7%	46	3%	549	8%
4	Centro-Oeste	8	10%	41	7%	258	15%	2	67%	2	11%	356	15%	119	6%	786	12%
5	Sul	10	12%	39	6%	169	10%	-		6	33%	313	13%	530	29%	1067	16%
Total		**84**	**100%**	**612**	**100%**	**1749**	**100%**	**3**	**100%**	**18**	**100%**	**2445**	**100%**	**1831**	**100%**	**6742**	100%
% de Hospitais por esfera jurídica		**1,25%**		**9,08%**		**25,94%**		**0,04%**		**0,27%**		**36,27%**		**27,16%**		**100%**	
		36%								**64%**							

Fonte: MS-CNES - acesso em 05/02/2020

No mesmo sentido ao se analisar a quantidade de hospitais por esfera jurídica no Brasil, nota-se que 64% dos hospitais do SUS já não estão sob a administração pública direta.

Os custos no elemento de despesa ***material de consumo*** e seus respectivos subgrupos empenhados no exercício de 2020 somam R$108.733.698,44 (entre R$ 1.283.094,41 na Fonte 102 e R$ 107.450.604,03 na Fonte 250) nos seguintes objetos:

- Aquisição de nutrições, medicamentos, materiais hospitalares e OPME.

Os custos no elemento de despesa ***material de consumo*** e seus respectivos subgrupos com despesas relacionadas à COVID-19 empenhados no exercício de 2020 somam R$10.974.043,84 (na Fonte 250) nos seguintes objetos:

- Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares.

Os custos no elemento de despesa ***serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica*** empenhados no exercício de 2020 somam R$ 9.116.459,26 (entre R$ 1.193.764,26 na Fonte 102 e R$ 7.922.695,00 na Fonte 250) nos seguintes objetos:

- Prestação de serviços de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços de Tecnologia da Informação para Implantação, Evolução, Manutenção, Treinamento e Suporte dos Sistemas de Regulação, Demandas Judiciais e Gestão de Compras e Estoque;
- Prestação serviços de locação de equipamentos reprográficos – Outsourcing de impressoras.

Os custos no elemento de despesa ***serviços de terceiros – pessoa jurídica*** e seus respectivos subgrupos com despesas relacionadas à COVID-19 empenhados no exercício de 2020 somam R$ 13.267.752,48 (na Fonte 209) nos seguintes objetos:

- Contratação em caráter emergencial de organização de social de saúde (OSS) para gerenciamento e operacionalização de leitos de terapia intensiva adulto tipo II.

Os custos no elemento de despesa ***a classificar*** e seus respectivos subgrupos com despesas relacionadas à COVID-19 empenhados no exercício de 2020 somam R$17.739.250,59 (na Fonte 209) nos seguintes objetos:

- Pagamento de Folha (Recursos Financeiros) dos funcionários contratados para atendimento COVID-19.

Os custos no elemento de despesa ***serviços de terceiros – pessoa jurídica*** e seus respectivos subgrupos com despesas relacionadas à COVID-19 empenhados exercício de 2020 somam R$2.177.700,00 (na Fonte 218) nos seguintes objetos:

- Contratação em caráter emergencial de organização de social de saúde (OSS) para gerenciamento e operacionalização de leitos de terapia intensiva adulto tipo II.

Os custos no elemento de despesa ***equipamentos e material permanente*** e seus respectivos subgrupos com despesas relacionadas à COVID-19 empenhados no exercício de 2020 somam R$ 46.675.133,99 (na Fonte 249) nos seguintes objetos:

- Aquisição e camas eletrônicas hospitalares.

Os custos no elemento de despesa ***serviços de terceiros – pessoa jurídica*** empenhados no exercício de 2020 reúne R$ 146.650.432,71 (entre R$ 39.199.828,68 na Fonte 102 e R$ 167.380.349,64 na Fonte 250) nos seguintes objetos:

- Prestação de serviço de energia elétrica;
- Prestação de serviços de abastecimento de água;
- Prestação de serviços de telefonia fixa;
- Pagamento de alugueis de imóveis para as unidades hospitalares e anexos;
- Serviços de Telerradiologia, com emissão de Laudos de TC, RM e Tomografia e Radiologia Geral, destinados aos 18 hospitais da rede estadual;
- Serviços de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Cateterismo Cardíaco Pediátrico em Cardiopatias Congênitas;
- Serviços de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de Coleta Externa; Transporte Externo; Tratamento de Resíduo Perigoso Infectante e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde após Tratamento em Aterro Industrial e/ou Sanitário Classe I em conformidade com a Legislação em vigor;
- Prestação de serviços de nutrição hospitalar;
- Prestação de serviços de higienização e limpeza hospitalar;
- Prestação de serviços de processamento de roupas e locação de enxoval hospitalar;
- Prestação de serviços de análises clínicas para as unidades hospitalares;
- Prestação de serviços de Pessoa Jurídica especializada para Prestação de serviços de alta complexidade em oncologia nas áreas de oncologia clínica e quimioterapia;
- Contratação de serviços de Pessoa Jurídica especializada para Prestação de serviços de oxigeno terapia hiperbárica;
- Prestação de Serviços de Pessoa Jurídica especializada para Prestação de serviços monitoramento radiológico pessoal através de dosímetrotermoluminescente – TLD de tórax;
- Prestação de serviço de Imagenologia para as unidades hospitalares;
- Prestação de serviços de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços médicos hospitalares em terapia intensiva neonatal e procedimentos clínicos e cirúrgicos;
- Prestação de serviços de Medicina Nuclear "In Vivo" – Cintilografia;
- Prestação de serviços de fornecimento de combustíveis e lubrificantes, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota das unidades Hospitalares;
- Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades hospitalares;
- Pagamentos de taxa de seguro DPVAT dos veículos pertencentes à frota das unidades Hospitalares;
- Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em aparelhos eletromédicos para as unidades hospitalares;
- Prestação de serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares para as unidades hospitalares;
- Aquisição de nutrições enterais, medicamentos, materiais hospitalares e OPME;
- Prestação de serviço de dedetização para as unidades hospitalares;
- Prestação de serviços laboratoriais de citopatologia, anatomia patológica e biópsias;
- Prestação de serviços de exames de imunoistoquímica;
- Prestação de serviços de detecção de defeitos e/ ou falhas de funcionamento do tomógrafo computadorizado do Hospital Regional de Araguaína;
- Prestação de serviços de malote e carta comercial destinados a atender as necessidades dos Hospitais Estaduais;
- Manutenção preventiva e corretiva predial para as unidades hospitalares e anexos;
- Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e chamada de urgência com reposição de peças em elevadores;
- Prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial armada e desarmada para as unidades hospitalares;
- Aquisição de gases medicinais;
- Locação de unidade de serviços hospitalares em ambiente único, equipado e estruturado, com capacidade de mínima de 60 a 70 leitos, para atendimento de uso exclusivo COVID-19, com oferta mínima de e imediata de 10 leitos de unidade de terapia intensiva e demais leitos passíveis de conversão para leitos com assistência respiratória, incluindo rede de gases medicinais equipamentos, aparelhos de ar condicionado, mobiliário hospitalar e administrativo, enxoval hospitalar, material cirúrgico e sala de cirúrgica equipada.

Os custos no elemento de despesa ***serviços de terceiros – pessoa jurídica*** e seus respectivos subgrupos com despesas relacionadas à COVID-19 empenhados no exercício de 2020 somam R$40.606.566,68 (na Fonte 250) nos seguintes objetos:

- Locação de unidade de serviços hospitalares equipado e estruturado, com capacidade mínima de 60 a 70 leitos;
- Contratação em caráter emergencial de organização de social de saúde (OSS) para gerenciamento e operacionalização de leitos de terapia intensiva adulto tipo II.

Os preços da contratação de serviços para o gerenciamento e operacionalização de Leitos de UTI Covid-19 foram parametrizados pelo valor da diária do leito de UTI, sendo:

- **No Hospital Regional de Gurupi**:

R$2.618,21 a diária do leito de UTI Covid-19 ao **Instituto Saúde e Cidadania** que gerencia os 20 leitos em operacionalização.

- **No Hospital Regional de Araguaína**:

R$2.683,33 a diária do leito de UTI Covid-19 ao **Instituto Saúde e Cidadania** que gerencia os17 leitos em operacionalização.

- **No Hospital Geral de Palmas**:

R$2.723,42 a diária do leito de UTI Covid-19 ao **Instituto Saúde e Cidadania** que gerencia os 30 leitos em operacionalização.

- **No Hospital Regional de Augustinópolis**:

R$2.790,00 a diária do leito de UTI Covid-19 ao **Instituto Sinai Serviços Médicos Ltda** que gerencia os 10 leitos em operacionalização.

- **No Hospital de Combate a COVID – 19 em Palmas-TO**:

R$2.924,14 é o valor pago pela diária do leito de UTI Covid-19 ao **Instituto Saúde e Cidadania** que gerencia os 10 leitos em operacionalização.

Observa-se que o preço médio da diária do leito de UTI encontrado na pesquisa de preços a título de referencial de mercado para a contratação da Organização Social para gerenciar os leitos Covid-19 do Hospital Especializado da Covid-19 em Palmas: **R$3.144,24**

O Preço da diária do leito de UTI Covid-19 ajustado/conciliado por meio da Justiça Estadual, Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas na Ação Civil Pública - ACP nº 0018428-37.2018.827.2729 para aquisição dos leitos de UTI na rede privada com fins lucrativos pela SES-TO, contratados pela SES-TO por meio de credenciamento nos seguintes hospitais: Hospital Palmas Medical Ltda, Hospital de Urgência de Palmas Ltda (Osvaldo Cruz), Hospital Santa Thereza em Palmas e Instituto Sinai em Araguaína foi de:

- R$4.100,00 o valor pago pela primeira diária do leito de UTI Covid-19
- A partir da segunda diária paga-se o valor de R$2.600,00

Sendo:

R$1.600,00/diária pela disponibilização dos leitos de UTI (custo fixo)

R$1.500,00/por paciente internado (custo fixo por internação).

R$1.000,00/diária em caso de ocupação

O custo médio da diária do leito de UTI em hospitais públicos da SES-TO:

Quadro – Custo Médio Unitário Paciente/Dia nos hospitais públicos gerenciados pela SES-TO, Tocantins, 2020.

Ano	Hospital	Tipo de UTI	Custo Médio Unitário (R$) Paciente/Dia
2014	Dona Regina	UTI - Neonatal	3.670,20
2017	Dona Regina	UTI - Neonatal	3.427,76
2018	Dona Regina	UTI - Neonatal	3.517,10
	Custo Médio		**3.517,10**
2014	Hospital Geral de Palmas	UTI Pediátrica	5.242,94
2017	Hospital Geral de Palmas	UTI Pediátrica	4.703,45
	Custo Médio		**4.973,20**
2014	Hospital Geral de Palmas	UTI Adulto	6.281,86
2019	Hospital Regional de Araguaína	UTI Adulto	3.021,17
	Custo Médio		**4.651,52**

Fonte: Relatórios de custos apurados nos Hospitais da SES-TO, disponível em https://saude.to.gov.br/planejamento-/economia-da-saude/programa-nacional-de-gestao-de-custos-pngc/

Conforme demonstrado no quadro acima, percebe que o custo da diária do leito de UTI em hospital público é muito maior do que no setor privado.

Os custos em ***despesa do exercício anterior*** empenhadas no exercício de 2020 totalizam R$55.451.163,88 (sendo R$36.168.615,28 na Fonte 102 e R$19.282.548,60 na Fonte 250) nos seguintes objetos:

- Prestação de serviço de energia elétrica;
- Prestação de serviços de abastecimento de água;
- Prestação de serviços de telefonia fixa;
- Prestação de serviço de locação de contêineres para as unidades hospitalares;
- Pagamento de diárias a servidores das unidades hospitalares para fazer o translado de pacientes em TFD;
- Aquisição de nutrições enterais, medicamentos, materiais hospitalares e OPME;
- Pagamentos de taxa de seguro DPVAT dos veículos pertencentes à frota das unidades Hospitalares;
- Prestação de serviço de dedetização para as unidades hospitalares;
- Prestação de serviços de monitoramento por câmeras para atender as necessidades do Centro de Radioterapia do Hospital Regional de Araguaína;

- Prestação de serviços de nutrição hospitalar;
- Prestação de serviços de higienização e limpeza hospitalar;
- Prestação de serviços de processamento de roupas e locação de enxoval hospitalar;
- Manutenção preventiva e corretiva predial para as unidades hospitalares e anexos;
- Prestação de serviço de Imagenologia para as unidades hospitalares;
- Prestação de serviços de análises clínicas para as unidades hospitalares;
- Pagamento de alugueis de imóveis para as unidades hospitalares e anexos;
- Prestação de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares;
- Prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial armada e desarmada para as unidades hospitalares;
- Aquisição de gases medicinais para as unidades hospitalares.

Capítulo 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - CONTAS CONSOLIDADAS

CAPÍTULO 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – CONTAS CONSOLIDADAS

Com base na Resolução nº 144/2020 - PLENO - Processo nº 9817/2018, a CGE encaminhou Ofício Circular a todos os órgãos para que adotassem as medidas necessárias ao cumprimento das determinações contidas na referida Resolução.

A seguir serão demonstradas as informações prestadas pela Administração Pública do Poder Executivo Estadual quanto ao atendimento:

6.1 RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS - Resolução 144/2020 – Pleno, item 7.3

7.3. – **Determinar** aos Chefes dos Poderes e Órgãos que adotem as medidas junto às Unidades Gestoras e responsáveis no sentido de fortalecer os procedimentos de controle interno, de modo que os indícios apurados neste levantamento não voltem a ocorrer, destacando-se:

a. Que os responsáveis da área de Recursos Humanos adotem procedimentos visando a observância do art. 134, X da Lei Estadual nº 1.818/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins), e legislação correlata em âmbito municipal, no que concerne à vedação do servidor público ser sócio administrador de empresa, e ainda, fortaleçam os controles relativos ao cumprimento da carga horária tendo em vista os riscos de irregularidades apurados na trilha 6, e a determinação contida no item 7.2 "e" e "f" da Resolução Plenária nº 1011/2019 (autos nº 10.770/2019);

Respostas:

Secretaria da Educação:

Foi criado um termo de ciência para que os servidores que estivessem em desacordo com o art.134, X, da Lei nº 1.818/2007, regularizassem sua situação perante a JUCETINS, estipulando o prazo de 30 (trinta) dias.

Desta forma, os servidores desta Pasta já apresentaram a documentação probatória com a regularização, as quais já foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Administração – SECAD.

Secretaria da Saúde:

Informamos que fora encaminhada notificação para as lotações dos profissionais em questão por meio dos SGD's relacionados ao anexo I. Destarte, alguns profissionais responderam a notificação e encaminharam os documentos solicitados, no entanto, alguns destes não remeteram os documentos de regularização, conforme anexos II e III. Ressalta-se que os documentos recebidos foram encaminhados à Secretaria de Administração por meio dos SGD's: 2020/30559/143135, 2020/30559/148225, 2020/30559/150567.

Secretaria da Fazenda e Planejamento:

Foi encaminhado aos chefes de setores, bem como aos demais servidores da SEFAZ o Memorando Nº 1/2021/GGP, SGD nº 2021/25009/000592, o qual reforça o cumprimento do dispositivo supramencionado.

Foi reiterado aos servidores que as fichas individuais de frequências dos servidores sejam impreterivelmente assinadas pelo servidor e chefias imediata e mediata, encaminhadas à Gerência de Gestão de Pessoas para controle de frequência e apontamentos funcionais exclusivamente através do SGD (Sistema de Gestão de Documento), até o 5º dia do mês subsequente para inclusão das informações no sistema de folha de pagamento. O envio posterior a esse período não será considerado, sob pena de suspensão de pagamento. As frequências que não estiverem de acordo com as instruções do memorando circular serão devolvidas ao chefe do setor responsável para devida correção. Os servidores que forem afastados das atividades laborais por testar positivo para a COVID-19, deverão encaminhar os exames e teste para a Gerência de Gestão de Pessoas, por meio do SGD para fins de licença médica. Orientamos ainda, observância às determinações prevista na Portaria nº 322, de 06 de abril de 2020.

Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação e AGETO:

Todos os servidores foram devidamente cientificados por meio do OFÍCIO/SEINF/GASEC N.º 815/2020 (SGD: 2020/37009/007720) e OFÍCIO/AGETO/GAPRES N.º 780/2020, (SGD: 2020/38969/011076) e todas as declarações emitidas pela Junta Comercial do Tocantins – JUCETINS foram encaminhados à Secretaria de Administração por meio do SGD.

Agência do Desenv. do Turismo, Cultura e Economia Criativa:

Informamos a Vossa Excelência que todos os servidores, apontados pelo OFÍCIO/SECAD/Nº 2987/2020/GASEC, já foram regularizados perante a junta comercial atendendo às recomendações exaradas na Resolução nº 144/2020 do Pleno.

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura:

Foram tomadas as seguintes medidas:

- Investigação junto a JUCETINS, da situação de servidores públicos que porventura infringiam o art. 134, inciso X, da Lei nº 1.818/2007, e obtivemos a informação de que havia servidores detentores de empresas privadas na condição de sócio empresário/administrador;
- Notificamos-vos em relação à situação e definimos um prazo de 15 dias para que eles resolvessem sua pendência funcional;
- Realização de pesquisa no site http://paineldecompras.economia.gov.br/contratos, vinculado ao Ministério da Economia, para apurar sobre a participação em processo de licitação;
- Consulta junto a Secretaria da Administração – SECAD, a respeito de servidor que se encontra de Licença para Tratar de Interesses Particulares – LIP, que possui empresa na condição de sócio empresário/administrador, fomos orientados que a partir do seu retorno ao exercício de suas funções, terá que dar entrada ao processo de alteração da condição de sócio ou encerramento da natureza jurídica da referida empresa sob sua responsabilidade.

Diante do exposto, ressaltamos que estas foram as medidas implementadas por este Órgão, e que até o presente momento a situação dos servidores desta Pasta encontra-se em consonância ao art. 134, da Lei Estadual nº 1.818/2007.

Agência Estadual de Metrologia:

Informamos que estamos cumprindo o que diz a Resolução 144/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE, e, nesta data não temos nenhum caso que fere o art. 134, X da Lei Estadual nº 1818/2007 (Estatuto do Servidor Público do Estado do Tocantins). Mantemos o controle referente à carga horária dos Servidores.

Departamento de Trânsito do Tocantins:

Em observância ao art. 134, X, da Lei Estadual nº 1.818/2007, as medidas tomadas pela responsável pelo Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, sobretudo para que não houvesse reincidências, foi enviar um memorando comunicando os servidores sobre a necessidade de regularizar sua situação junto à Junta Comercial do Estado do Tocantins, bem como informá-los que Secretaria de Administração concedera um prazo de 60 dias para o mesmo enviar à Diretoria de Gestão Funcional da Secad e normalizar sua situação.

No que tange ao cumprimento da carga horária, o Órgão possui um sistema de ponto eletrônico e a forma manual de preenchimento de frequência, no qual a gerência responsável faz um acompanhamento para que não haja irregularidades e nenhum servidor ou o Órgão sofram penalidades.

Instituto de Terras do Tocantins:

Com relação aos procedimentos adotados pelo responsável da área de Recursos Humanos, visando a observância do art. 134, X da Lei Estadual nº 1.818/2007 e legislação correlata em âmbito municipal, justificamos que tem-se observado com critério e bastante rigor a vedação legal do servidor público ser sócio administrador de empresa, vez que no ato de posse realizado exclusivamente pela Secretaria de Estado da Administração, o servidor declara, sob pena da lei, encontrar-se livre de impedimento para exercício do cargo, de maneira a cumprir com a carga horária relativo a sua função.

Junta Comercial do Estado do Tocantins:

Informamos que realizamos o cruzamento dos CPF's de todos os servidores lotados no nosso Órgão (servidores ativos, de licenças e cedidos) com o cadastro de empresa da Jucetins. Tínhamos 2 servidores com situação de administrador e sócio gerente de empresa, e que os servidores foram notificados a regularizarem a situação (relação na planilha no anexo I).

Em relação ao controle de cumprimento da carga horária, informamos que fazemos o controle de frequência dos servidores via sistema digital - web ponto, com exceção dos cargos de gestão da estrutura e casos autorizados, em que é feito o controle de frequência manual, conforme Instrução Normativa Nº 001, de 28/09/2015 da Jucetins.

Casa Militar:

No tocante ao item 7.3, "a", o Setor de Recursos Humanos da Casa Militar - CAMIL realizou os procedimentos necessários, utilizando-se do OFÍCIO/SECAD/N° 2995/2020, SGD 2020/23009/055198, o qual identificou um dos servidores da CAMIL em desacordo com o estabelecido no inciso X, art. 134 da Lei 1.818/2007; o servidor citado realizou os procedimentos necessários para a extinção da empresa a qual fazia parte, sendo encaminhadas tais informações à SECAD através do Ofício n° 126/2020 – RH/CAMIL, SGD 2020/09079/001947 e anexos;

Acerca da carga horária dos servidores civis, sendo este somente 02 (dois) servidores, o controle é devidamente realizado em conformidade com o estabelecido a todos os servidores do Quadro Geral do Estado. Quanto aos militares, estes são regidos por legislação específica, estando estes subordinados às determinações/orientações proferidas por este Secretário-Chefe, não se abstendo os Policiais e Bombeiros Militares de suas obrigações, quer sejam administrativas ou operacionais;

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:

Informamos que recebemos notificação de teor semelhante por parte da Secretaria da Administração – SECAD – pelo Ofício/SECAD/Nº 2968/2020/GABSEC acerca

dos servidores desta Pasta que estavam em desconformidade com a vedação contida na Lei nº 1.818 de 23 de agosto de 2007, art. 134, inciso X, e que tais servidores foram devidamente notificados a fim de que regularizassem sua situação perante a Junta Comercial e que apresentassem os documentos da regularização na própria da SECAD. Segue abaixo a lista dos servidores e as respectivas Notificações:

a) Raildo Cruz dos Santos, Notificação Nº 01/2020/GABSEC (SGD Nº 2020/41009/8793);
b) Raimundo Gonçalo Mendes Vieira, Notificação Nº 02/2020/GABSEC (SGD Nº 2020/41009/8794)
c) João Welson Pereira de Almeida, Notificação Nº 03/2020/GABSEC (SGD Nº 2020/41009/8796)
d) Giovana Katia Muniz Sales, Notificação Nº 04/2020/GABSEC (SGD Nº 2020/41009/8797)
e) Deusamar da Silva Parente, Notificação Nº 05/2020/GABSEC (SGD Nº 2020/41009/8799)
f) Andreia Cristina Garcia Cabus, Notificação Nº 06/2020/GABSEC (SGD Nº 2020/41009/8800).

Agência de Tecnologia da Informação:

O servidor identificado em situação fora da normativa, foi cientificado e já providenciou a regularização de sua situação perante a Junta Comercial do Estado do Tocantins, conforme determinações proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em relação à Resolução nº 144/2020-Pleno – 1ª RELT, referente ao Processo nº 9817/2018.

Secretaria da Segurança Pública:

Foi determinado pelo Corregedor-Geral da Segurança Pública através do Despacho contido no SGD: 2020/23009/055177 que os servidores fossem notificados e que no prazo de 10 (dez) dias, se manifestassem sobre os fatos e, se fosse o caso, regularizassem imediatamente sua situação perante a Junta Comercial do Estado do Tocantins, com apresentação de comprovante emitido pela Junta, informando da sua regularização e cumprimento do estabelecido em Lei.

Após cientificação dos servidores, foi encaminhado a Secad o OFÍCIO N°1140/2020/COGER, SGD: 2020/31009/088020, a lista com os servidores que se manifestaram com as devidas comprovações da regularização de sua situação na Junta Comercial do Estado do Tocantins. E por fim, foi instaurado pela Corregedoria Geral da Segurança Pública um procedimento preliminar de processo administrativo face a cada um dos servidores para apuração dos fatos.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

Em resposta ao Ofício nº 39/2020/GABSEC, encaminhamos anexo, as declarações prestadas pelos servidores lotados nesta Secretaria, conforme as determinações da Resolução nº. 144/2020 do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Ressaltamos que a entrega das declarações não atingiu sua totalidade, em virtude da desídia de alguns servidores, que mesmo informados acerca da necessidade de assinatura do documento, não tomaram medidas para prestar tal informação.

Procuradoria Geral do Estado:

No que tange a recomendação contida **na letra "a"** acima destacada, já foram tomadas as devidas medida administrativas quanto **à vedação de servidor público ser sócio administrador de empresa,** tendo sido todas as pendências regularizadas, inclusive nos termos do **OFÍCIO/PGE/GABNº10487/2020**, de 02 de dezembro de 2020, SGD 2020/09069/044287, no qual atendemos solicitação semelhante contida no **OFÍCIO/SECAD/Nº2990/2020/GASEC**, de 23 de setembro de 2020 (SGD 2020/23009/055193).

Oportuno salientar que atualmente, no ato da posse, a Secretaria da Administração do Estado exige que o empossando ateste, sob as penas da lei, que: "*Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário"*, (modelo SECAD – DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO).

Em relação **ao cumprimento da carga horária** por servidores da PGE, já utilizamos sistema de controle de pontos digital, mediante o qual são registrados os horários de entrada e saída dos servidores desta Pasta.

Agência de Defesa Agropecuária:

Informamos que estamos seguindo as determinações legais e não medimos esforços para adotar todas as precauções necessárias ao fiel cumprimento da citada resolução no sentido de intensificar os serviços de Controle Interno, nos Recursos Humanos, nas Compras Públicas e Despesas, para garantir o bom andamento das demandas desta Agência.

Diante disso, robustecemos que a Secretaria da Administração, como órgão central de recursos humanos, passou a adotar controle rigoroso e comunicou a todos os órgãos do Poder Executivo Estadual, quanto a vedação do servidor público ser sócio administrador de empresa, e ainda, que fortalecessem os controles relativos ao cumprimento da carga horária nos termos da lei, acarretando com isso ao servidor as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Civis, Lei nº 1.818/2007.

b. Que os responsáveis pelas licitações e procedimentos internos que antecedem a contratação consultem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e adotem todas as medidas que assegurem a ampla concorrência prevista no art. 3º da Lei nº 8666/93, inclusive observando-se a vedação contida no artigo 9º, III da Lei nº 8666/93 (trilhas 9 e 10);

Respostas:

Secretaria da Educação:

Todas as análises documentais dos licitantes são precedidas da consulta ao CEIS, com a juntada do resultado dessa consulta ao processo físico e/ou digital, dentro do Sistema de Gestão de Documentos (SGD) do Estado do Tocantins.

Secretaria da Saúde:

Conforme informações prestadas pela Superintendência da Central de Licitação – SCL temos a informar que durante o desempenho de nossas atividades observamos os princípios previstos no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, bem como a vedação do art. 9º, inciso III é prevista nos editais dos certames. Quanto à consulta ao Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), é realizada no momento de habilitação das empresas.

Secretaria da Fazenda e Planejamento:

Em resposta à Controladoria - Geral do Estado onde solicita medidas cabíveis para a consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), manifestamos que já constam nos editais de licitação a obrigatoriedade da consulta no momento da habilitação das empresas vencedoras.

Agência Tocantinense de Transportes e Obras:

A Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da portaria nº 102/2020/SEINF/GASEC de 15/05/20, publicada no D.O.E Nº 5620 de 10/06/2020, executa todos os atos necessários para garantir a ampla concorrência de todo e qualquer interessado, publicando os avisos de abertura nos meios de comunicação oficial, tais como: site e mural do Órgão, jornal de maior circulação, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União, e ainda, garante aos licitantes ampla defesa e contraditório após a publicação de seus atos, em total obediência aos princípios constitucionais e aos ditames da Lei nº 8.666/93. Efetivada a contratação do licitante vencedor, a Secretaria da Infraestrutura, Cidades e habitação e a Agência Tocantinense de Transportes e Obras, designa um servidor para fiscalizar a execução do contrato afim de garantir o seu real cumprimento e a correta prestação e/ou execução do serviço. E, que efetiva a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

c. Que acompanhem a execução contratual e/ou da despesa em termos de qualidade, produtividade e frequência na prestação dos serviços, conforme exige os artigos 67 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 63 da Lei nº 4320/64 no que concerne à fase de liquidação da despesa (trilhas 5, 6, 7, 8, 9 e 13)

Respostas:

Secretaria da Educação:

Todos os contratos formalizados com esta Pasta possuem designação de Fiscal de Contrato publicadas no Diário Oficial do Tocantins para acompanhar sua execução, qualidade, produtividade e frequência.

Secretaria da Fazenda e Planejamento:

Quanto a este item temos a informar que esta Pasta cumpre com as determinações por meio de relatórios extraídos pelos fiscais de contratos designados em portaria para acompanhamento e fiscalização dos contratos conforme preconiza o art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93;

Informamos que existe a PORTARIA SEFAZ Nº 736/2020/GABSEC, DE 4/08/2020 que define a unidade administrativa responsável pelas atividades inerentes à gestão dos Contratos no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins - Sefaz/TO, anexo;

Informamos ainda que existe o Setor de Contratos que tem como finalidade o acompanhamento da execução contratual e/ou da despesa.

Agência Estadual de Metrologia:

Matemos o controle da execução contratual e/ou despesa, sempre observando a qualidade, produtividade e legalidade. Mesmo não tendo na estrutura da Agência um Departamento de Controle Interno, indicamos um servidor efetivo lotado na Assessoria Jurídica para contribuir na análise dos processos indicando, sugerindo e apontando possíveis falhas, para serem sanadas pelo setor responsável.

Departamento de Trânsito do Tocantins:

No que diz respeito ao acompanhamento da execução contratual e/ou da despesa em termos de qualidade, produtividade e frequência na prestação dos serviços, ressalto que devido à situação pandêmica causada pela Covid-19, os servidores do grupo de risco passaram a atuar na forma de trabalho remoto. Outrossim, é mister destacar que o Detran/TO passou por uma reestruturação, na qual realizou mudanças tecnológicas significativas, as quais permitiram que o servidor, por meio do Sistema de Gestão de Documento (SGD), trabalhe normalmente, mesmo de forma remota, acompanhando todos os processos e procedimentos documentais inerentes a esta Pasta.

Por fim, é de imperativa relevância salientar que essa forma operacional adotada por este Departamento Estadual de Trânsito garantiu o fluxo processual, sendo vigilantes, e atendendo ao que determina a Lei, assegurando a regularidade dos processos no que diz respeito à liquidação da despesa aos prestadores de serviços deste Órgão.

Instituto de Terras do Tocantins:

Em relação ao acompanhamento da execução contratual, para se alcançar termos de qualidade, produtividade e frequência na prestação de serviços, conforme exige os artigos 67 da Lei nº 8.666/96 e no artigo 63 da Lei nº 4.320/64 no que concerne à fase de liquidação da despesa, justificamos que temos realizado procedimentos criteriosos com o acompanhamento pelo fiscal de contrato e/ou seu substituto, que são designados através de Portaria Interna publicada, juntamente com o extrato de contrato, em Diário Oficial do Estado, as quais são juntadas aos processos de contratações de prestação de serviços firmados com este Instituto de Terras.

Junta Comercial do Estado do Tocantins:

Quanto a fase de liquidação das despesas, que consiste na verificação do direito do credor de receber o valor empenhado, ou parte dele. Houve o efetivo acompanhamento desta fase, onde foram conferidas as medições dos serviços, as notas fiscais de entrega dos materiais e os recibos de prestação de serviços, assim como, da comprovação física do recebimento dos bens adquiridos ou da efetiva prestação de serviços contratados, em observância ao art. 63, da Lei n.º 4.320/64.

Ademais, cumpre informar que os contratos são devidamente acompanhados e fiscalizados por representante especialmente designado, os quais emitem relatório certificando que o contrato, com todas as suas particularidades, está sendo cumprido pelo contratado, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

Casa Militar:

No tocante ao item 7.3, "b", a CAMIL busca sempre realizar a execução de suas despesas contratuais seguindo as normas vigentes, assim como o acompanhamento da prestação de serviços por seus fornecedores mediante notificações realizadas por seus fiscais de contratos devidamente designados, caso sejam constatadas irregularidades, na busca da excelência dos serviços a serem prestados, de modo a não comprometer a missão institucional da pasta, dentre elas a segurança pessoal do Exmo. Sr. Governador do Estado, Vice-Governador e seus familiares.

Agência de Tecnologia da Informação:

A execução dos nossos contratos é acompanhada e fiscalizada por representantes designados por portaria em conformidade com as determinações dos artigos 67 da Lei n° 8.666/93 e do artigo 63 da Lei n° 4.320/64.

Procuradoria Geral do Estado:

Esclarecemos que a Procuradoria já adota as providências prevista no art. 67 da Lei 8.666/93, designando por meio de portaria específica fiscais de contratos, os quais assumem o encargo de acompanharem e fiscalizarem a regular execução contratual, com observância das normas legais pertinentes, emitindo relatórios mensais do serviço executado em cada processo.

Atinente **à fase de liquidação** de despesas disposta no art. 63 da Lei 4.320/64, este Órgão vem cumprindo com regularidade referida norma, efetuando os pagamentos devidos aos prestadores de serviços e demais fornecedores em geral somente após a regular execução do objeto contratual, e mediante conferência pelo fiscal do contrato.

Na fase de liquidação, em observância ao previsto no art. 63 da lei acima citada, verifica-se, ainda, a regularidade fiscal do prestador ou fornecedor.

Em suma, na fase de liquidação, realiza-se a verificação a despesa para fins de pagamento, em consonância com os ditames legais.

Outrossim, que a Controladoria – Geral do Estado, verifica em auditorias, inspeções, análise processuais todas as fases da despesa pública, orientando e determinando a necessidade de inclusão de fiscais e gestores dos contratos, contribuindo para uma melhor e mais efetiva execução da despesa pública, atendendo com isso, os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório das Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins, exercício de 2020, tem como objetivo atender ao disposto no artigo 99, § 2º, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado -TCE), e cumprir o artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, a execução dos orçamentos de que trata o § 5º, do art. 165 da Constituição Federal, e os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2020, abrangendo os três Poderes e o Ministério Público, estimou a receita e fixou a despesa em R$ 10,82 bilhões, de acordo com a Lei nº 3.609, de 18 de dezembro de 2019 (LDO), e aprovado pela Lei Estadual n° 3.622, de 18 de dezembro de 2019 (LOA).

O somatório geral da arrecadação do Estado alcançou a cifra de R$ 10,76 bilhões, que corresponde a 91,23% da receita prevista atualizada para o exercício, apresentando, portanto, uma frustração na arrecadação de 8,77%.

Com relação à despesa estadual, a realização (despesa empenhada) girou em torno de R$ 10,45 bilhões, representando 86,85% da despesa autorizada para o exercício.

A Receita Corrente Líquida alcançou um montante de R$ 8,97 bilhões, cifra que representa acréscimo na ordem de 11,88% em relação ao exercício de 2019.

As Despesas Correntes, que correspondem aos gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, além de outras despesas correntes, somaram R$ 9,38 bilhões, o que representou 89,74% do total dos gastos realizados em 2020.

As Despesas de Capital, que basicamente constituem os investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, somaram R$ 1,07 bilhão, que corresponde a 10,26% do total realizado no período.

As despesas com pessoal do Estado (consolidadas) correspondem a 53,68% da Receita Corrente Líquida Ajustada, ficando 6,32% abaixo do limite máximo legal. As despesas do Poder Executivo com pessoal ficaram em 45,27% da RCL ajustada, também abaixo do limite máximo permitido de 49% em 3,73%, no entanto acima do limite de alerta, que é de 44,10% (Inciso II, § 1º, art. 59 da LRF).

Na manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas atingiram a cifra de R$ 1,85 bilhão, o que corresponde a 25,07% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, ficando 0,07% acima do percentual mínimo de aplicação previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Nas ações e serviços públicos de saúde foram aplicados R$ 1,18 bilhão, que corresponde ao percentual de 16,01% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, ultrapassando em 4,01% o percentual mínimo previsto no art. 77, inc. II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

O valor do Resultado Primário, corresponde a R$ 784,93 milhões, ficando dentro da meta anual prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2020, estimada em R$ 285,70 milhões.

O Resultado Nominal, cujo objetivo é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício atual e o anterior, foi de R$ 429,85 milhões, apresentando um resultado positivo em relação à meta fixada para o período, que era negativa no valor de (R$ 398,05 milhões), apresentando um índice também negativo de (107,99%) em relação à meta prevista.

A Dívida Consolidada registrou saldo de R$ 5,31 bilhões no final do exercício, sendo que deste saldo R$ 1,41 bilhão refere-se à Dívida Fundada Interna, R$ 1,48 bilhão à Dívida Fundada Externa, R$ 1,22 bilhão ao Parcelamento e Renegociação de Dívidas, R$ 90,00 milhões às Demais Dívidas Contratuais e R$ 1,12 bilhão à Outras Dívidas.

Quanto à Dívida Consolidada Líquida, o montante é de R$ 3,25 bilhões, que corresponde a 36,22% da Receita Corrente Líquida Ajustada, sendo inferior ao limite fixado na Resolução nº 40 do Senado Federal, que permite o montante máximo de duas vezes a RCL, ou seja, 200% da RCL.

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, o exercício encerrou-se com um Superavit Orçamentário de R$ 313,42 milhões.

Além dos aspectos orçamentário-financeiros, foram efetivadas algumas importantes realizações no ano de 2020, que, sinteticamente, estão destacadas nos seis eixos estratégicos da atuação estatal, apresentados a seguir:

I - SAÚDE

A sociedade brasileira e as autoridades públicas no exercício de 2020, depararam-se com uma situação de elevada gravidade e complexidade gerada pela pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-COV2 – COVID-19, configurando-se como uma ameaça real e iminente, que acabou extenuando a capacidade operacional do sistema público de saúde, com consequências para a população, e demandando atitudes e ações do poder público para a adoção de medidas de efeito imediato.

Neste cenário, a política pública de saúde foi desenvolvida pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins – SES-TO atuando sobre o diagnóstico da situação imposta pela pandemia, buscando compreender os cenários e apresentando o planejamento de ações imediatas na busca de resolver, de forma célere, os problemas apresentados e obter resultados.

Visando contextualizar os aspectos inerentes à gestão do SUS, apresenta-se a seguir um breve diagnóstico da Saúde no Estado do Tocantins:

A pandemia da Covid-19 exigiu esforços para implantar leitos especializados para atender exclusivamente os pacientes acometidos pela Covid-19, sendo disponibilizado à população nos hospitais regionais do Tocantins os seguintes leitos Covid-19: 21 leitos de estabilização, 252 leitos clínicos adulto, 19 leitos clínicos neonatal/pediátrico, 166 Leitos de UTI Adulto, e 6 leitos de UTI pediátricos homologados pela Resolução – CIB/TO Nº. 157, de 25 de agosto de 2020. O Tocantins foi destaque na imprensa nacional pela ampliação de leitos para tratamento da COVID-19, sendo posicionado entre os 8 estados que mais dobraram os leitos de Unidade de Terapia Intensiva em 2020.

O Governo por meio da Secretária da Saúde realizou diversas ações em 2020 para que as demandas da COVID-19 fossem atendidas de forma ordenada e objetivando ampliação dos canais de comunicação e informações sobre os cuidados para prevenção, diagnóstico, tratamento, isolamento e necessidade de assistência à saúde, tais como: Elaboração de materiais de apoio para dar aporte aos profissionais de saúde dos municípios; Divulgação dos materiais de apoio para os profissionais de saúde, bem como para população geral; Revisão do plano de contingência e boletim estadual e dos materiais de divulgação de acordo com a atualização do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde; Acompanhamento das coletivas pelos canais das redes sociais do Ministério da Saúde; Monitoramento diário do banco de dados do Ministério da Saúde; Orientação aos Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar, dos Hospitais de Referência do Estado e municípios para a elaboração do plano de contingência local da COVID – 19; Esclarecimentos aos municípios sobre manejo clínico e medidas de prevenção, quando solicitado; Busca de rumores nas redes sociais; investigação epidemiológica de caso ou surto; Monitoramento dos casos diariamente até o seu encerramento; Plantão diário de 12 horas através da implantação do Centro de Operações de Emergência – COE, com equipe treinada para orientação quanto o atendimento e fluxo do paciente suspeito para COVID-19, Realização de testes para o diagnóstico da doença COVID-19 com a metodologia PCR-RT SARS-CoV-2, pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Tocantins (LACEN-TO), de acordo com critérios adotados na Nota Técnica SES-TO/SVS/LACEN-TO/CIEVS – Covid-19.

Por meio da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual o Governo realizou também o constante monitoramento das ações sanitárias, bem como apoio técnico e jurídico à atuação das ações das vigilâncias sanitárias municipais, além de canalizar esforços para as seguintes medidas: Controle de fabricação de produtos de interesse a saúde (álcool gel, máscaras e outros) junto ao setor regulado em consonância aos instrutivos de boas práticas; Fiscalização sanitária dos estabelecimentos de serviços de saúde, de alimentos e produtos de serviços e interesse à saúde; Atendimento de denúncias relacionadas à COVID-19; Acompanhamento das ações dos núcleos de segurança do paciente e comissões de controle de infecções hospitalares; Coordenação e elaboração de notas técnicas para subsidiar ações sanitárias em todo o território Tocantinense; Compartilhamento de instrumentos legais e operacionais de orientação e recomendação de procedimentos adotados em todo o País que tenham relação com a prevenção da COVID-19; Monitoramento das Unidades Hospitalares sobre os atendimentos dos casos suspeitos e confirmados pelo SARS COV2-COVID19 .

O Governo com a premissa de viabilizar à população acesso às ações e serviços em saúde com qualidade, possibilitou a realização de diversas ações em 2020, destacando-se: atendimentos de 303.825 usuários no Pronto Socorro (Urgência/Emergência), correspondendo a uma média de 26.420 atendimentos por mês em 2020; obras de infraestrutura em saúde, como a da reforma da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON, em Araguaína, construção da UNACON em Palmas, de ampliação do Hospital Geral de Palmas – ala pediátrica e da construção da 1ª etapa do Hospital Geral de Gurupi.

Voltado a Atenção à Saúde, O Governo, por meio da área técnica de Saúde do Idoso, realizou o 1º Seminário Estadual on-line de Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa e, por meio da Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde e Diretoria de Atenção Primária, implementou uma série de iniciativas para assessorar os municípios no enfrentamento à Covid-19. E em alusão ao Dia Mundial da Alimentação e com o intuito de divulgar os dados e as estratégias para o enfrentamento da obesidade no Tocantins, a SES-TO promoveu o "Seminário Estratégias de Prevenção e Enfrentamento à Obesidade no Tocantins".

No quesito Atenção Psicossocial, no Estado do Tocantins existem 22 Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, sendo 21 gerenciados por municípios e um gerenciado pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, localizado em Araguaína. O valor pactuado de incentivo financeiro estadual para 21 CAPS é de R$ 2.625.524,88 ano. O Governo por meio da Secretaria da Saúde, efetivou todos os repasses pactuados aos municípios que oferecem estes serviços.

No Tocantins, as Centrais de Regulação Médicas de Urgências (SAMU 192) realizaram no exercício de 2020 aproximadamente 83 mil atendimentos das seguintes ocorrências: clínico adulto, causas externas, ginecologia/obstetrícia, colisão, psiquiatria, clínico pediátrico, atropelamento, capotamento, e as UPAS realizam aproximadamente 35 mil atendimentos com observação de 24 horas em atenção especializada. O valor pactuado de incentivo financeiro estadual para os SAMUs é de R$ 3.729.942,00 ano e para as UPA's é de R$ 8.100.000,00. A Secretaria de Saúde efetivou todos os repasses pactuados aos municípios que oferecem estes serviços.

Quanto aos serviços de UTI prestados à população em 2020 foram atendidos 143(cento e quarenta e três) pessoas com UTI Aérea, sendo investido anualmente R$ 4.729.941,08 e UTI terrestre foram atendidas 1.297 (um mil, duzentos e noventa e sete) pessoas, sendo gasto o valor de R$ 4.586.040,08.

O Governo realizou no exercício de 2020 aproximadamente 5 mil procedimentos cirúrgicos eletivos, observando às necessidades críticas de atendimento ao paciente. Contudo devido à prevenção e o controle das infecções pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) em procedimentos cirúrgicos a prática cirúrgica foi afetada diretamente.

Merece destaque a organização do serviço e abastecimento dos estoques de materiais e medicamentos, com a padronização que possibilitou a compra correta, reduzindo custos, simplificando as rotinas de aquisição e possibilitando maior controle de estoque na Secretaria de Saúde ao produzir uma série histórica consistente de consumo de cada hospital.

Atualmente, o estoque regulador supre 81% do abastecimento de materiais e 80% de medicamentos necessários nas unidades hospitalares.

Outro ponto a ser destacado é que no Tocantins zerou a fila de espera para tratamento de hemodiálise. Em 2020, os 522 pacientes com insuficiência renal utilizaram o serviço através do SUS em 4 centros de Nefrologia localizados em Palmas, Gurupi, Araguaína e 101 máquinas de hemodiálise disponíveis no Estado.

Em relação à assistência Farmacêutica, o valor pactuado de contrapartida estadual para a Farmácia Básica é de R$ 3.947.913,72 ano. O Governo efetivou todos os repasses pactuados com os 139 municípios de forma regular e automática, assegurando este incentivo financeiro destinado à aquisição de medicamentos básicos para a população.

Com certeza, pela dedicação incansável e pela capacidade de oferta de respostas rápidas às necessidades que surgiram, pela atuação conjunta dos Poderes e Instituições do Estado, sob a coordenação do Executivo Estadual, com o apoio do Governo Federal, e um inestimável trabalho realizado por todos os profissionais de saúde da linha de frente de combate à pandemia, possibilitaram que o Estado, em que pese a triste constatação de vidas tocantinenses perdidas, tenha logrado êxito até aqui em um contexto tão adverso.

II - EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Governo no exercício de 2020, por meio da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes aprimorou a oferta dos serviços prestados à comunidade e aperfeiçoou o atendimento, na busca da melhoria do ensino-aprendizagem e consequentemente da qualidade de vida dos estudantes atendidos pela rede estadual de educação.

Os desafios impostos pela Pandemia da Covid-19, exigiram respostas eficientes que garantiram a continuidade, presencial e não presencial das atividades didático-pedagógicas. Foram investidos pelo Governo R$ 6,9 milhões em segurança sanitária e prevenção Covid-19, sendo R$ 3,8 milhões na sanitização das escolas e R$ 3,1 milhões com equipamentos de proteção individual. 42,6 milhões investidos na segurança alimentar dos estudantes e 315.200 mil com a aquisição de kits de alimentos, perfazendo um total de 4.4 mil toneladas de alimentos.

Mesmo no contexto de Pandemia o Governo atendeu, de forma gradativa, com aulas não presenciais, 100% dos estudantes matriculados. Iniciando com o atendimento de 20.207 estudantes da 3ª série do ensino médio, em 29/06/2020; em seguida, 43.743 estudantes das lª e 2ª série do ensino médio, em 10/08/2020; e posteriormente os 82.494 estudantes dos anos iniciais e finais ensino fundamental, em 10/09/2020.

Outra ação de destaque na área da Educação foi a realização do “Seminário de Implantação do Aprova Brasil — Tocantins”, em parceria com a Editora Moderna. O projeto tem como objetivo articular estudantes, professores e gestores em prol do desenvolvimento da competência leitora e da competência matemática, por meio de uma série de recursos integrados. O público-alvo do projeto são os educadores do 1° ao 9° ano do ensino fundamental.

Foram distribuídos para as unidades escolares 82 mil kits pedagógico de língua portuguesa e matemática para os estudantes do 1° ao 9° ano do ensino fundamental e realizada formação para os professores de língua portuguesa e matemática que atuam do 1º ao 9° ano do ensino fundamental.

O Programa Olhar Atento, desenvolvido em parceria com a Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins (Proex/UFT) e com o Instituto Península, por intermédio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), ofertou cursos online com certificação pela UFT, atendendo a 400 orientadores educacionais das unidades escolares. O programa Olhar Atento foi pensado para oferecer a educadores e estudantes da rede estadual de ensino apoio socioemocional. Com essa iniciativa, o público-alvo teve acesso a assistência psicológica, cursos online com certificação gratuita, palestras, e outras ferramentas que irão proporcionar o apoio necessário neste período e após a pandemia.

Importa destacar também que a formação continuada de professores das redes estadual e municipais formaram e certificaram mais de 20 mil profissionais.

Por meio da Ação de valorização dos profissionais da Educação "O Selo Quem Educa, Faz! em 2020, foi premiado 683 servidores da educação; 21 unidades escolares foram premiadas com Salas Interativas (01 lousa digital, 01 projetor de curta distância, 01 computador, Software de criação e apresentação de conteúdo, pacote de 300 títulos (aulas) para o ensino fundamental 1 e 2); foram também distribuídos 47 troféus para os 10 primeiros colocados e 92 certificados; um investimento de R$ 804 mil.

Outra importante ação de reconhecimento e valorização dos profissionais da educação é o "Prêmio Gestão Escolar 2020", que coordenado pela Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, recebeu 7980 inscrições de todo o Brasil, com 532 escolas estaduais e municipais do Tocantins inscritas. No Tocantins a escola que ficou em primeiro lugar foi premiada com R$ 5 mil reais e os seis servidores de cada escola em 1º, 2° e 3° com curso de Pós-graduação.

O Governo também ofertou seis cursos de Formação Inicial e Continuada gratuitos na modalidade de Educação a Distância (EAD) em duas edições, por meio do Programa Novos Caminhos/Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Os cursos foram ofertados na modalidade EAD, em decorrência das ações para a prevenção ao contágio da Covid-19. Foram investidos nesta ação R$ 490 mil.

O Projeto "ToNoEnem", que auxilia os estudantes na preparação para a realização da Prova do Exame Nacional do Ensino Médio-Enem, foi reformulado tendo em vista a Pandemia, e recebeu um novo nome, "TOdeCasalloEnem", que realizou aplicação de simulados aos estudantes da 2º e 3ª série do ensino médio; aulas ao vivo e gravadas por meio da TV Seduc Tocantins; distribuição de material impresso para os estudantes da 3ª série; atendendo a mais de 19 mil inscritos.

Mais do que estímulos, educar implica em garantir um ambiente favorável às interações humanas e aos propósitos de uma educação de qualidade e devido a isso, a Seduc

aparelhou as suas unidades escolares com carteiras, conjuntos de refeitórios, aparelhos de ares-condicionados e longarinas, perfazendo um investimento total de R$ 5,8 milhões.

Quanto aos programas educacionais destinados ao alcance das políticas em educação, o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada assegurou a progressiva autonomia administrativa, financeira e jurídica das unidades escolares com emprego de R$ 37,5 milhões, repassados durante o exercício de 2020. Também foram investidos R$ 834 mil, na aquisição de 6.643 extintores, contemplando 493 unidades escolares.

O Programa de Transporte Escolar proporcionou o acesso à educação para 33.412 alunos residentes na Zona Rural, em locais de difícil acesso, e o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino em Tempo Integral, ampliou a oferta de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio. O investimento em transporte escolar foi de R$ 42,8 milhões e a aquisição de novos veículos, um investimento de R$ 86,3 milhões.

Com relação às ações e políticas de esporte, lazer e juventude a Secretaria investiu R$ 669 mil, no atendimento do desporto educacional, promoção de eventos e apoio aos atletas tocantinenses de diversas modalidades esportivas, entre outros.

O ano de 2020 foi muito produtivo para a educação tocantinense, mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia da Covid-19. A boa gestão, a satisfação da comunidade escolar, a capacitação dos professores, os investimentos na infraestrutura e as parcerias foram ferramentas que proporcionaram condições favoráveis à aprendizagem. Por fim, todas as ações realizadas pelo Governo foram desenvolvidas com vistas à promoção do desenvolvimento educacional integral como meio de garantir ao aluno o acesso e a permanência, com sucesso, na escola.

III - SEGURANÇA PÚBLICA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Voltados para as áreas de Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos, foram implementadas diversas ações para a melhoria do atendimento prestado ao cidadão, conforme pode ser verificado com a exposição feita a seguir:

As ações da Segurança Pública do Estado do Tocantins foram pautadas, na medida dos insumos e equipamentos disponíveis, pela integração, organização e modernização de sua estrutura para atendimento à sociedade para que possa protegê-la e socorrê-la com qualidade e objetividade.

Cumpre destacar que no ano de 2020, o Balanço Anual das Estatísticas Criminais da Segurança Pública apresentou, em comparação ao ano anterior, redução de 35,1% dos Crimes contra o Patrimônio, compreendidos entre furtos e roubos; e queda de 8,1% dos crimes Contra a Dignidade Sexual (estupro e estupro de vulnerável). O levantamento anual apresentou também aumento de 36% da produtividade, tendo sido registrados 17.539 Inquéritos Policiais, 4.640 a mais que em 2019.

Visando manter o efetivo necessário à regularidade do serviço público, o Governo nomeou 34 (trinta e quatro) servidores policiais do cargo de Escrivão de Polícia, do

concurso de 2014 cuja validade está prorrogada até 07 de março de 2021, e suspensa por força da Lei Estadual Nº 3.716, de 28 de julho de 2020.

A fim de combater a criminalidade e aumentar o policiamento ostensivo no Estado do Tocantins, no exercício de 2020 foi aberto as inscrições para a realização do concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), mediante as condições estabelecidas no Edital nº 1– PMTO – CFP publicado no Diário Oficial nº 5752, de 23 de dezembro de 2020, foram oferecidas as seguintes vagas: 925 vagas para o QPPM; 50 vagas para o QOE (MÚSICO); 25 vagas para o QPS, das quais 20 para técnico em enfermagem e 5 para técnico em saúde bucal.

Outro passo importante diante do contexto atual foi a ampliação do atendimento da Delegacia Virtual. Essa ferramenta permite o registro das mais variadas espécies de ocorrências policiais, facilitando e desburocratizando o registro de ocorrências para o cidadão, reduzindo, além disso, o contato direto e a aglomeração de pessoas nas delegacias, e por consequência reduzir o risco de propagação da COVID-19. Importante ressaltar que, antes dessa ampliação, a média de Boletins de ocorrência era de 600, sendo que hoje, a média é de 3.000 BOs/mês.

Além das ações acimas citadas, é possível citar também como melhorias realizadas na área da Segurança Pública: a aquisição e distribuição de 272 novas pistolas Glock, de 20 armas longas, a aquisição de 62 novas viaturas, também foi efetuada a aquisição de novos mobiliários, a modernização do parque tecnológico e da infraestrutura. Essas ações foram desenvolvidas com objetivo de atingir as metas de combate à criminalidade em todas as regiões do Estado.

Buscando desenvolver atividades dentro do eixo da promoção da Cultura de Paz, foram estabelecidos protocolos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, às vítimas de violência sexual, à criança e ao adolescente, à vítima idosa e à vítima com deficiência. Também foram implantadas Salas de Depoimento Especial para atender crianças, adolescentes e vítimas de violência sexual na CAM-24h e DEAMV's, como forma de salvaguardar os seus direitos, com fundamento nos princípios de proteção integral e atendimento prioritário; intervenção mínima; atendimento qualificado, individualizado e confidencial.

Na execução do "Projeto Jeito de Mulher" com parceria com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, 200 mulheres foram capacitadas nos cursos: eletricista de instalações comerciais e residenciais, mecânica de motor a álcool e gasolina, pedreiro e mecânica de injeção eletrônica, com o objetivo de qualificar mulheres para inserção no mercado de trabalho.

No exercício de 2020 foram também atendidos 16.939 usuários na Casa de Apoio Vera Lúcia Paganni, uma instituição que tem como missão atender o público que se apresenta em vulnerabilidade social e em tratamento de saúde advindo da rede pública, como Hospital Geral de Palmas-HGP, Hospital Dona Regina, Hospital Materno Infantil. A casa hospeda pacientes da rede pública e acompanhantes que não tem residência na capital, vindos

do interior do Tocantins e outros Estados. No exercício de 2020 foram fornecidas 27.567 refeições entre almoços e jantas e 17.000 lanches;

Com o objetivo de Promover o Acesso do Trabalhador ao Mercado de Trabalho, através do Sistema Nacional de Emprego - SINE nos Municípios de Palmas, Palmas/Taquaralto, Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Araguatins, Dianópolis e Porto Nacional, foram realizados 99.654 atendimentos de trabalhadores nos serviços de intermediação de mão de obra e seguro-desemprego, 1.616 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho. Quanto a capacitação e qualificação profissional nas unidades do SINE – Sistema Nacional de Emprego, 591 pessoas foram atendidas com cursos e palestras, que visam oferecer orientações práticas para vida profissional e pessoal, bem como dar oportunidade aos trabalhadores de descobrirem e aperfeiçoarem suas habilidades.

No exercício de 2020, houve repasse pelo Governo no valor de R$ 1.492.500,00 para o Fundo Municipal de Assistência Social, para aquisição e distribuição de cestas básicas para as famílias que estão à margem da linha da pobreza, seja por situação econômica grave ou em razão de enchentes e pandemias, com destinação a 15 municípios: Alvorada, Ananás, Araguatins, Carrasco Bonito, Caseara, Fortaleza do Tabocão, Lizarda, Miracema do Tocantins, Miranorte, Palmas, Palmeiras do Tocantins, Recursolândia, Rio Dos Bois, Rio Sono e Tocantinópolis.

O Governo também distribuiu 492.392 Cestas Básicas, nos CRAS, Escolas, Entidades Religiosas, Assentamentos, Comunidades Indígenas e Quilombolas, destinadas às famílias tocantinenses que passaram a necessitar de amparo e atendimento em decorrência das consequências geradas pela pandemia da COVID-19.

No Programa "Criança Feliz" desenvolvido pelo Governo em 2020, conta com a participação de 59 municípios, além de equipes de apoio em cada um. Foram realizadas, 19.183 visitas domiciliares e cerca de 5.391 cidadãos beneficiados, entre crianças e gestantes. 4.887 crianças foram visitadas, destas, 4.516 foram devidamente acompanhadas, representando 92% dos beneficiários.

Voltado para a área de direitos Humanos o Governo desenvolveu em 2020 as seguintes atividades: palestra com o tema Violência Institucional e Assédio; projeto Maria vai à Escola: palestras sobre combate à violência contra a mulher em diversas escolas; Videoconferências com a rede de proteção dos direitos da mulher; publicação de vídeos e realização de campanhas virtuais sobre combate à violência nas diversas áreas.

As ações voltadas no exercício de 2020 para o Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente foram: entrega de equipamentos as equipes de saúde das unidades socioeducativas; participação na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 1º Curso de Escolta Tática; curso de rádio comunicação em parceria com o IASES/ES; projeto Escola itinerante; criação da plataforma EAD "moodle", em parceria com a ATI para realização dos cursos da Escola do Sistema Socioeducativo; parceria com a rede privada para doações de material escolar; entrega de cestas básicas às famílias de socioeducandos; acordo de Cooperação Técnica com a CEULP-ULBRA para a implantação do Centro de Referência em Saúde e Segurança do Trabalho para trabalhadores do Sistema Socioeducativo; monitoramento e assistência clínica (médica e psicologia) a 164 servidores do

Sistema Socioeducativo; realização de testes COVID 19 IGG/IGM no Centro de Internação Provisória de Santa fé do Araguaia.

IV - ESTRUTURA PRODUTIVA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

Como sabemos, o exercício de 2020 foi marcado por grandes desafios em função do surgimento da Pandemia de Covid-19, desafios que exigiram medidas de superação cuja estratégia foi baseada na utilização da tecnologia de informação, bem como num esforço bem mais intenso de articulação de parceiros voltada para o trabalho à distância, tendo os servidores se adaptado para utilização de tecnologias que antes não eram colocadas em prática, a exemplo das videoconferências e trabalho remoto. Todo esse esforço produziu resultados excelentes, dos quais é possível destacar:

A feira de Tecnologia Agrotins 2020 com o tema: Cerrado Sustentável - 20ª edição, em virtude da pandemia da Covid 19, foi realizada de forma 100% digital via site, Instagram, YouTube, Twitter, difundindo os últimos lançamentos em tecnologia do setor, por meio de expositores e de eventos de capacitação. Como desafio inovador, o evento se consolidou como espaço para excelentes oportunidades de negócios, transferência de tecnologia e vitrine para novos produtos e serviços de grande utilidade para o produtor e demais usuários. Apresentou o número de visitantes digitais, com cerca de 470.749 mil pessoas, 250 expositores, gerando 216,58 milhões de reais em negócios, além da capacitação direta de 5.069 mil pessoas, com 44 palestras ao vivo, e 188 palestras gravadas, em diversas atividades técnicas, dentre outros benefícios.

Na Agrotins, foram abordados através de 10 palestras virtuais, temas como: Terminação intensiva à pasto, Raças Senepol e Sindi, Uso de touros Zebuinos PO, Gestão do Agronegócio, Turismo Rural. Estes atingiram mais ou menos 2500 visualizações. Aconteceu também o 1° Shopping Rural das raças e espécies animais com 220 cabeças (Nelore, tabapuã, Senepol, Girolando, Santa Inês e mostra e comercialização de caprinos e ovinos, bem como mostra e comercialização de bovinos de leite).

Importante ressaltar também que houve a ampliação da área da Agrotins através da ampliação do sistema de água, instalação de dois (2) novos reservatórios de água (caixa d`água metálicas), capacidade de 35 mil litros, rede de energia elétrica, construção de um banheiro, abertura de novas ruas e avenidas e ampliação do estacionamento em função da necessidade de incrementar os serviços de manutenção. Esse ano, em função da pandemia do novo Coronavírus, praticamente não foram realizados eventos no Centro Agrotecnológico de Palmas, porém, os serviços de manutenção foram realizados.

As principais ações desenvolvidas no exercício de 2020 para o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono- Plano ABC-TO: foram a realização de 31 eventos no formato digital, com 39.208 visualizações aferidas pelo YouTube. Também foi produzido um vídeo institucional divulgação de algumas ações de implementação do Plano ABC-TO, com participação do Ministério da Agricultura (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Desenvolvimento Rural (Ruraltins), Produtores Rurais

e Consultorias Privadas. Ainda como ação do Plano foi realizado o II Seminário Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono no dia 02 de dezembro de 2020 em Palmas –TO no formato digital, com centenas de visualizações, entre técnicos, produtores rurais, autoridades e acadêmicos de ciências agrárias e ambientais. As linhas de crédito rural do Plano ABC-TO, deram ao Tocantins a primeira posição da Região, sendo que na safra 2018/2019 foram aplicados R$125.388.864,45, enquanto que na safra 2019/2020 R$ 130.021.301,35, ou seja, um aumento de 3,69% de um ano safra para o outro, beneficiando produtores rurais e suas cooperativas.

As Políticas de fomento e estruturação do setor pecuário foram implementadas, principalmente, com a construção de 9 (nove) matadouros-frigoríficos nas cidades de Ponte Alta do Bom Jesus, Barrolândia, Campos Lindos, Wanderlândia, Ananás, Araguanã, Arapoema, Novo Acordo e Formoso do Araguaia. Matadouros que têm a capacidade de abate unitária de 50 a 100 cabeças dia e que podem ter suas estruturas físicas redimensionadas, caso ocorra incremento na produção, visando à agregação de valor do produto "carne" ao mercado consumidor e a saúde pública à população.

Foram alçadas também em 2020 a meta de comercialização de principais produtos como: laranja, melancia, batata, cebola, banana e tomate, visto que em razão da pandemia do novo coronavírus - Covid 19, também houve um aumento no consumo. No ano de 2020, até o mês de agosto foram comercializadas 46.449,11 toneladas, e somente no segundo quadrimestre do ano foram comercializadas 27.700 toneladas, demonstrando o aumento na comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros pelos atacadistas na Ceasa de Palmas.

No ano de 2020 o Governo garantiu a qualidade do rebanho tocantinense, controlando, erradicando e prevenindo ocorrências de doenças dos animais, protegendo o homem do campo e a saúde do consumidor. Foi mantido o status sanitário de zona livre da febre aftosa com vacinação, pois nos meses de maio e novembro foram realizadas as campanhas de vacinação contra febre aftosa e nas duas campanhas alcançamos o índice vacinal acima de 97%, superando, a meta determinada pelo Ministério da Agricultura, bem como, pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE que é de 90%.

No intuito de preservar a segurança fitossanitária das culturas de importância econômica no Estado do Tocantins, em 2020 foram realizadas: 2.849 fiscalizações em estabelecimentos agropecuários, propriedades rurais que utilizam agrotóxicos e comércio de sementes e mudas; 75 mil fiscalizações do trânsito de vegetais, seus produtos e subprodutos nos postos fiscais de entrada e saída do Estado, onde foi possível minimizar a entrada de novas pragas ausentes no Estado, mantendo assim um sistema de defesa forte e de qualidade sempre em busca de novos mercados consumidores; Ações de controle da ferrugem asiática na cultura da soja e manutenção da condição de excepcionalidade do plantio de soja, onde foram realizadas 638 fiscalizações em 107 propriedades; manutenção do Status Fitossanitário de praga quarentenária ausente no Estado para Cancro Cítrico, Pinta Preta e Greening com 106 monitoramentos em propriedades para cada praga; 1.546 monitoramentos em 100 armadilhas distribuídas em todo Estado, fortalecendo as ações de monitoramento da praga quarentenária da Mosca da Carambola em locais estratégicos, o que mantém o Tocantins como sem ocorrência

da praga; Certificação Fitossanitária de 313 fiscalizações em 26 Unidades de Produção e emissão de 2.322 Permissões de Trânsito Vegetal (PTV); emissão de 480 Certificados de Registros de estabelecimentos comerciais agropecuários localizados em território tocantinense, tendo um acréscimo de 0,84% em relação ao ano anterior.

No Programa de "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar" foi executado em 2020 o valor de R$ 1.050.000,00, (um milhão e cinquenta mil reais), sendo adquiridos 169,8 toneladas, beneficiando 461 agricultores familiares, atendendo 166 (cento e sessenta e seis) entidades socioassistenciais, distribuindo assim alimentos a 36.819 (trinta e seis mil, oitocentos e dezenove) pessoas.

V - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REDE DE CIDADES

O Governo do Estado do Tocantins em 2020, mesmo diante do cenário de Pandemia devido ao novo Coronavírus – COVID-19, investiu num conjunto de obras executadas pelos mais diversos órgãos da administração pública estadual, que atuaram de modo eficiente - sob a fiscalização, supervisão e ainda execução da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação e Agência de Tocantinense de Transportes e Obras. Houve execuções de obras de promoção do desenvolvimento urbano e da rede de cidades, ampliação e melhorias nas infraestruturas e equipamentos públicos e redes elétricas, infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplo além da expansão da malha viária pertencente ao Estado e aos municípios visando à melhoria da mobilidade e impactando na qualidade de vida da população beneficiada.

Como exemplo, temos os investimentos em mobilidade urbana que resultaram na pavimentação urbana superior a 16.756 m^2 de vias públicas em cidades de Norte ao Sul do Tocantins melhorando a trafegabilidade e o fluxo de veículos das cidades tocantinense além de promover o desenvolvimento urbano, características de um governo municipalista.

As obras de infraestrutura urbana executadas em 2020 pelo Governo foram: Construção de Praça na Cidade de Santa Terezinha do Tocantins – TO; Construção da Praça das Nações em Sítio Novo Tocantins; Construção de uma Praça Pública no Setor Ponte, em Araguaína; Revitalização de Praças Públicas no Perímetro Urbano de Sandolândia; Construção de Espaço Cultural no município de Carrasco Bonito; Reforma da Praça Nossa Senhora do Carmo e implantação de LEDs no município de Carmolândia; Construção de Minilaticínio no município de Brejinho de Nazaré; Conclusão da Câmara Municipal de Rio Sono; Conclusão da obra da Sede da Prefeitura Municipal de Rio Sono; Construção de Centro Comunitário em Pedro Afonso e Construção de uma praça no município de Silvanópolis; Infraestrutura urbana na Avenida Filadélfia (área do buracão) em Araguaína e Reforma do Centro Administrativo no município de Peixe.

Em 2020, o Governo entregou à população Tocantinense cerca de 142 unidades habitacionais. A parceria com o governo federal resultou na conclusão de obras de 41 unidades habitacionais de interesse social no município de Palmas, Taquari T-23; 40 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de São Bento e 19 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de Pium. O ano marcou ainda a

retomada para reparação e conclusão de unidades habitacionais das Quebradeiras de Coco (Buriti do Tocantins, Sítio Novo, São Miguel, Carrasco Bonito, Praia Norte) das quais foram entregues 22 unidades em Buriti do Tocantins, 12 em Sítio Novo e 08 unidades em São Miguel.

O Governo também por meio da Secretaria da Infraestrutura realizou diversas fiscalizações nas obras executadas com recursos estaduais tais como: as obras de construção, ampliação e melhoria física da rede escolar do Estado; obras de construção, ampliação e melhoria física da rede da saúde do Estado e fiscalização nas obras de construção, ampliação e melhoria física de outros órgãos do Estado.

Na área de infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos foram investido recursos pelo Governo nas seguintes obras e melhorias: construção do centro administrativo do Projeto de irrigação Manuel Alves, em Dianópolis; Permissão de uso dos Canais de Irrigação e Drenagem e as Estações de Bombeamento de Irrigação e Drenagem ao Distrito de Irrigação Rio Formoso ; elaboração de projetos para contratação das obras de construção do pórtico de entrada, da cerca e da reforma do centro administrativo do Projeto São João no município de Porto Nacional; Manutenção preventiva e corretiva nos painéis e motores da estação de bombeamento – EB 1, do Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João e Elaboração de projetos para contratação das obras e dos serviços de Recuperação das Barragens Auto-Vertentes do Rio Urubu - eixos Tartarugas e Pontes, no município de Lagoa da Confusão.

Quanto a obras de infraestrutura viária foram executados pelo Governo em 2020: construção de uma ponte sobre o Córrego Estiva em Recursolândia; construção de bueiros, galerias e melhorias nas estradas vicinais de Monte do Carmo; conclusão da Construção da Ponte sobre o Rio Tabocão entre os municípios de Tabocão e Rio dos Bois e Realização de serviços em estradas vicinais, construção de pontes, bueiros e galerias, gabiões e aterros no município de Fátima; reconstrução de uma ponte de madeira sobre o rio Andorinha na TO-165, que liga Arapoema ao entroncamento com a TO-226 no Povoado Garimpinho;

Em parceria com o Banco Mundial por meio do Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável, foi executado em 2020 pelo Governo o melhoramento nas estradas vicinais não pavimentadas o equivalente a 126,31 km de melhorias com pontes (10, 20 e 30 metros) nos grupos da Região Sudoeste (Grupo IX e Grupo Indígena JK/Fontoura/Santa Isabel – Ilha) beneficiando o município de Formoso do Araguaia. O Grupo IX: Aparecida do Rio Negro, Porto Nacional, Monte do Carmo, Palmas, Silvanópolis e no Grupo X da Região Noroeste, beneficiando os municípios de Aragominas, Araguaína, Araguanã, Carmolândia, Piraquê e Xambioá. Essas obras proporcionarão as populações desses municípios, maior rapidez e segurança no uso das estradas para fins de escoamento da produção e tráfego rotineiro de pessoas;

O trabalho do Governo municipalista realizou ainda melhorias em aproximadamente 530 km nas estradas vicinais por meio das Residências Rodoviárias, atendendo **a**os Municípios de Monte Carmo, Porto Nacional, Maurilândia, Nazaré, Santa Terezinha do Tocantins, Tocantinópolis, Goianorte, Recursolândia, Rio Sono, Figueirópolis, Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Mateiros, Natividade, Paranã, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, São Félix do Tocantins, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, efetuando benfeitorias nas estradas; Foram entregues também pelo Governo, máquinas pesadas para os

municípios com o objetivo de recuperar estradas urbanas e vicinais, 139 retroescavadeiras, 80 pás carregadeiras e 1 grupo gerador diesel, bem como 12 escavadeiras hidráulicas e um guincho elétrico;

Quanto às obras de pavimentação viária urbana foram finalizadas as obras de pavimentação e drenagem das quadras 307 Sul, 309 Sul e 407 Sul, somando 1.687,89 m^2 de vias urbanas; as obras de pavimentação e drenagem de avenidas do Jardim Taquari, nas quadras T-22 e T-23, em um total de 6.625,28 m² de vias urbanas; Em Paraíso do Tocantins, o Governo está executando as obras de pavimentação do bairro Jardim América, com execução equivalente 5.348,54 m² de vias urbanas; Calçamento de ruas no município de Brasilândia; Lama asfáltica para recuperação da malha viária urbana do município de Miranorte; Execução de pavimentação asfáltica no projeto de assentamento Sudam em Pau D'arco; Apoio a pavimentação asfáltica do povoado Morro Grande em Barra do Ouro; Execução de pavimentação asfáltica no projeto de assentamento Filadélfia em Pau D'Arco; Pavimentação e bloquetes na cidade de Nazaré; Pavimentação em bloquetes no povoado Cartucho em Goiatins e Pavimentação de vias urbanas em Tocantinópolis;

O Governo do Tocantins também aumentou os investimentos na conservação das rodovias estaduais, pavimentadas e não pavimentadas. Cerca de 4 mil km de rodovias pavimentadas receberam obras de manutenção corretiva, preventiva ou melhorias. E aproximadamente 5 mil km de rodovias não pavimentadas, receberam patrolamento, limpeza ou revestimento primário, à exemplo, só a Região do Jalapão, cerca de 600 km receberam serviços de melhorias este ano;

Na área de segurança viária foram realizados em 2020 pelo Governo: serviços de sinalização horizontal e vertical e instalação de dispositivos de segurança em aproximadamente 100 km de rodovias estaduais; Operação de fiscalização veicular com aplicação de 11.120 (autos de infração de trânsito rodoviário e emissão de 12.809 autorização especial de trânsito, efetuando ainda 71.638 abordagens de veículos. A parceria entre a AGETO e o BPMRED/PMTO realizou 193 operações de policiamento e fiscalização de trânsito nos vários trechos das rodovias estaduais, implicando na aplicação de 12.234 multas de trânsitos, remoção de veículos, apreensão de munições e entorpecentes.

VI - GESTÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO FEDERATIVO

Visando o alcance dos resultados propostos, o Governo do Estado deu continuidade às suas ações, com o intuito de alcançar os melhores resultados na Administração Pública, aprimorando os serviços de atendimentos destinados ao servidor e ao cidadão, fortalecendo a gestão dos recursos, modernizando a gestão fazendária, tornando eficiente o nível de arrecadação estadual.

A arrecadação total das receitas estaduais referente à fonte de Recursos Ordinários (Fonte 0100), que tem como origem principal a arrecadação de impostos e transferências constitucionais, cuja destinação, salvo as vinculações constitucionais, é o repasse aos outros poderes (duodécimos) e órgãos, folha de pagamento, transferências constitucionais

a municípios, serviço da dívida, custeio dos órgãos do poder executivo, contrapartida de convênios, dentre outras, atingiu, em dezembro de 2020, R$ 919,95 milhões, registrando uma expansão real de 40,84% em relação a dezembro de 2019. No acumulado do período de janeiro a dezembro de 2020, a Arrecadação Total das Receitas Estaduais foi R$ 6,91 bilhões, apresentando um crescimento real de 11,69% em relação ao mesmo período de 2019.

Visando a modernização tecnológica da Gestão Estadual, a qual possibilita mais acesso dos fornecedores e servidores da administração ao andamento dos processos e dados dos certames licitatórios, iniciou-se em 2020, juntamente com a ATI/TO e SECAD a implantação dos módulos de compras do Sistema de Gestão Administrativa – SIGA/TO, inicialmente com os módulos E-fornecedor e Compra Direta, e consequentemente Catálogo de produtos/serviços. O módulo *E-FORNECEDOR,* que consiste em um sistema automatizado de informações através do qual os fornecedores se cadastram com a finalidade de emitir o Certificado de Registro Cadastral – CRC que os habilita a fornecer materiais ou prestar serviços para o governo do Estado do Tocantins. Atualmente estão certificadas, aproximadamente, 130 empresas e outras 160 encontram-se em fase de elaboração dos cadastros.

O Governo através da Agência de Tecnologia da Informação, modernizou os canais de comunicação, desenvolvendo o Portal de Compras do Governo do Estado, centralizando o acesso a todas as Superintendências de Licitações em um único portal. Durante o exercício de 2020, foram realizados 243 certames licitatórios, dos quais 240 foram realizados na modalidade Pregão, exclusivamente na forma Eletrônica, através do portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, que alcançaram uma economia nas aquisições públicas de 34,10% em relação ao estimado pelos órgãos requisitantes, que somados, equivalem a um montante aproximado de R$ 56 milhões de economia.

Quanto ao limite de despesas com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que no exercício de 2018 era de 57,89%, em 2020 reduziu para 45,27% da Receita Corrente Líquida. Para que essa redução acontecesse foram necessários diversos esforços, dentre os quais, suspensão das progressões, conforme a Lei nº 3.562, de 25 de abril de 2019, manutenção dos quadros de funcionários, totalizando 49.771 servidores, divididos da seguinte forma: efetivos: 29.139, exclusivamente comissionados: 1.728 e contratos temporários: 19.904.

No exercício de 2020 foram ofertados pelo Governo aos servidores Estaduais, 16 cursos EAD e 1 curso presencial, totalizando 17 cursos com 1.967 qualificações, além de 1 Webinar sobre boas práticas de comunicação virtual e transmissão online durante a nova realidade de isolamento social. Em parceria com a Controladoria-Geral do Estado, foram ofertados 12 cursos presenciais, e 8 cursos online, qualificando 364 e 551 servidores, respectivamente. Entre os cursos próprios da Secretaria da Administração, somados à parceria com a CGE, totalizamos 2.882 qualificações em 2020.

Visando dar celeridade nos atendimentos aos servidores e à população, no período acometido pela pandemia do novo Coronavírus, e ainda dar suporte aos servidores que executaram seus trabalhos remotamente, foram implementados meios de comunicação como Whatsapp (“Chama no Zap” - telefone fixo) para esclarecimento de dúvidas e resolução de

problemas, com atendimento automatizado, onde o próprio aplicativo direciona a pessoa que entrou em contato para a área responsável por resolver o que ela necessita.

Em 2020 foi elaborado também o Manual de Boas Práticas aos servidores para o Trabalho Remoto, documento orientador das práticas de trabalho dos servidores da Pasta, incluindo: emprego de palavras positivas e gentilezas no dia-a-dia, importância do bom atendimento, características para uma boa comunicação, boas práticas no atendimento presencial e à distância ao público (interno/externo), práticas de atendimento de pessoas portadoras de deficiência, como lidar com as reclamações dos servidores e cidadãos, definição de regras de boa convivência no trabalho, como lidar com conflitos e queixas dos cidadãos, orientações sobre a postura profissional e o vestuário dos servidores, etc.

Também foi implantado o SGA – Sistema de Gestão de Atendimento, em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação – ATI, com a utilização de agendamento externo via WEB para o atendimento presencial nas Unidades, o que trouxe maior autonomia ao usuário uma vez que pode deixar agendado seu horário. Houve também melhor controle do fluxo e volume de pessoas, pois somente é permitida a entrada na Unidade quando o horário de atendimento agendado estiver próximo. Ainda nas ações de combate à pandemia, foram distribuídos EPI's (máscaras, luvas, viseiras de acrílico, álcool em gel, entre outros), além de equipamentos de proteção coletiva (dispenser de álcool em gel, tapetes sanitizantes, entre outros).

Visando a melhoria do atendimento médico aos servidores estaduais, o Governo do Tocantins implantou no início do segundo semestre de 2020 o SERVIR. Com a iniciativa, o Governo investiu na modernização do plano de saúde, através da contratação da empresa I-Tech Soluções de Informática para Sistemas de Saúde Ltda, ofertando serviços de assistência à saúde aos mais de 79 mil beneficiários, dos diversos Poderes do Estado e seus dependentes, tendo realizado até dezembro mais de 330 mil procedimentos médicos. De acordo com dados da Diretoria do SERVIR, foram realizados de junho a dezembro 176.000 exames, 63.000 consultas e mais de 2.000 cirurgias. A ampliação dos pontos de atendimentos, também foi outro marco da gestão, a partir da inauguração de três novas unidades, o SERVIR oferece apoio aos prestadores e beneficiários nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi.

Foram publicadas em 2020 pelo Governo, várias normativas estaduais de restrição de circulação em espaços públicos e sobre as ações de competência do Estado do Tocantins que estão sendo tomadas para o enfrentamento e mitigação dos efeitos da pandemia de COVID-19. Dentre elas podemos citar o Decreto nº 6.065, de 13 de março de 2.020, que determina ação preventiva para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), e o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2.030, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 (novo Coronavírus) – Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0, e adota outras providências.

No exercício de 2020 foram entregues ao Tribunal de Contas 67(sessenta e sete) prestações de contas da unidades orçamentárias do Governo do Estado, todas contendo os relatórios de auditoria emitido pela Controladoria - Geral do Estado, acompanhado dos respectivos pareceres, e ainda, a entrega da Prestação de Contas Consolidadas do Governador, ambos referentes ao exercício financeiro de 2019, com o objetivo de mostrar, por meio de dados

e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de Governo, em atendimento à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como a própria Constituição Estadual.

No quesito transparência, com o maior fomento ao controle social se ampliou a escuta ao cidadão. Em 2020, a Ouvidoria - Geral do Estado - OGE registrou 5.104 atendimentos pelo canal do WhatsApp e 2.362 manifestações por meio da Plataforma FalaBR, com tempo médio de resposta em 15,1 dias, atendendo ao prazo que rege a Lei Federal nº 13.460/2017, na qual estabelece um prazo de 30 (trinta) dias entre registro, análise, solução e resposta de uma demanda.

O Portal da Transparência teve sua interface e arquitetura de navegação modificada para melhor atender às demandas da sociedade para o exercício do controle social. O aperfeiçoamento contou com sugestões dos próprios usuários, coletadas em consulta pública realizada na edição Agrotins 2020 100% Digital. O Portal é a principal ferramenta de divulgação ativa de informações sobre servidores, convênios, licitações, contratos, obras, viagens a serviço, prestações de contas, receitas e despesas, com atualização diária. Em 2020, o sítio teve 200.972 acessos à página e 80.161 novos usuários. Todas as melhorias implementadas visaram facilitar o trabalho da sociedade no acompanhamento dos gastos públicos.

Fato relevante foi à criação do Portal Coronavírus, sincronizado com o Portal da Transparência, que promove o controle social na divulgação das ações relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. Ainda neste contexto, outro ponto evidenciado foi o reconhecimento da gestão estadual como o 7º Estado, entre todas as unidades da Federação, no "Ranking Transparência no Combate à Covid-19", promovido pela ONG Transparência Internacional - Brasil (TI), o qual saltou do conceito regular (56,9 pontos), em maio, para o ótimo (98 pontos) em setembro de 2020.

No dia do Servidor Público, foi lançada a Cartilha do Servidor Público. O instrumento é uma referência educativa no que concerne à conduta dos servidores públicos civis do Estado do Tocantins, em atenção ao regime disciplinar estadual. Tal iniciativa se orientou a partir da realidade identificada em levantamentos e estudos realizados pela Corregedoria-Geral do Estado, unidade estratégica vinculada à CGE, que apontaram para o desafio de se desenvolver ações que tenham como foco atitudes preventivas, uma vez que práticas repressivas não tiveram sua eficácia constatada na diminuição dos procedimentos administrativos disciplinares.

Apesar da pandemia, o ano de 2020 também foi sinalizado por importantes conquistas previdenciárias e tecnológicas, para os mais de 16,5 mil aposentados e pensionistas do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins.

Uma das conquistas foi à publicação da Medida Provisória (MP) de n° 6/2020 – DOE Nº 5.553, transformada na Lei Nº 3.698/2020, de 26 de junho de 2020 – DOE 5.630, que trouxe ainda mais transparência e garantia de uma melhor governança e fluidez dos trabalhos dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto, ambos com uma composição paritária, além da criação, por lei, do Comitê de Investimentos do Órgão. A referida Lei reduziu

o número de conselheiros sem trazer prejuízos à gestão e trouxe maior responsabilidade para os dirigentes, membros de conselhos e comitês, incluindo-os no rol de responsáveis diretos por qualquer infração, passando a responder civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem ao Instituto, por ação ou omissão.

No que corresponde ao Plano Financeiro, foi firmado o termo de parcelamento nº 488/2020, no montante de R$ 877.446.055,54 (oitocentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente ao período de setembro de 2017 a agosto de 2020, parcelados em 200 parcelas mensais no valor de R$ 4.387.230,28 (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta reais e vinte e oito centavos) atualizadas conforme a Lei nº 1.614/2005.

Já no que diz respeito ao Plano Previdenciário, foi firmado o termo de parcelamento nº 489/2020, no montante de R$ 162.624.671,69 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e nove centavos), correspondente ao período de setembro de 2017 a agosto de 2020, parcelados em 200 parcelas mensais no valor de R$ 813.123,36 (oitocentos e treze mil, cento e vinte e três reais e trinta e seis centavos) atualizadas conforme a Lei nº 1.614/2005.

Na área de investimentos, a gestão permaneceu com uma política conservadora, segura e que buscou maximizar os retornos através de instituições financeiras sérias de renome nacional (bancos de primeira linha), os riscos assumidos foram os inerentes ao mercado de investimentos, há que se destacar que 2020 foi um ano atípico de grandes volatilidades, marcado pela crise mundial provocada pela COVID-19.

É importante destacar que a carteira de Investimentos do Instituto possui, atualmente, cerca de R$ 3,6 bilhões aplicados, e que destes cerca de R$ 2,97 bilhões são considerados saudáveis e aplicados em bancos de primeira linha, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, Santander e Safra. Por outro lado, os investimentos estressados da carteira, somam aproximadamente R$ 643 milhões.

Ainda, no decorrer do exercício de 2020, o quantitativo de processos analisados, deferidos, concedidos, revisados, tramitados e diligenciados aos Órgãos/Poderes e a segurados para as diversas providências, totalizaram 10.053 processos, resultando na concessão de 1.295 benefícios, e 733 revisões de benefícios (aposentadorias, reforma, reserva remunerada, pensão por morte e revisão de benefícios, dentre os quais, estão inclusos os concedidos/revisados em cumprimento à decisão judicial), e ainda, o quantitativo de processos de Abono de Permanência analisados, revisados, tramitados e diligenciados totalizaram 2.339 processos, dentre os assuntos citados, ainda tramitaram no setor 1.561 de situações diversas.

Já na área da Tecnologia da Informação -TI em 2020 foram elaborados 116 Projetos Básicos e Termos de Referência (PBTI/TR) e licitados 47 projetos, totalizando um valor estimado de R$ 116.015.072,56 em investimentos nas diversas áreas de aquisição de hardware, software e contratação de serviços. Contudo, após o processo licitatório o valor efetivamente licitado foi de R$ 67.678.016,38, gerando para o estado uma economicidade de R$ 48.337.056,18.

Por todo exposto, neste Relatório, evidenciou-se os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Tocantins no exercício de 2020, demonstrando a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal, operacional e o cumprimento dos Eixos Estratégicos previstos no PPA 2020-2023.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, aos 26 dias do mês de março de 2021.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Secretário-Chefe

BENEDITO MARTINIANO DA COSTA NETO
Superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno

KILVÂNIA RODRIGUES DE MELO MIRANDA
Diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção

LÚCIA HELENA QUEIROZ LIMA CÂMARA
Gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas

ANEXOS

SECRETARIA DA **Administração** **TOCANTINS** GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Adriano Ribeiro da Silveira, inscrito (a) no CPF sob o nº 511.247.852-72 e RG nº 1.163.353 SSP/TO, residente e domiciliado (a) à Quadra 603 sul al. 09 lote 09, no município de Palmas, fone: 99955-0201, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente de Gestão de Pessoas

Carga Horária 40h Órgão: Sec. Meio Ambiente e Rec. Hídricos Cidade/UF: Palmas / TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
NB20 Rspec 1.6	53.800,00	Sim

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 01 de outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, ALDO ARAUJO DE ATEUEDO inscrito (a) no CPF sob o nº 094688962-04 e RG nº 1636142, residente e domiciliado (a) à 108 SUL, AL. 06, LT 65, no município de PALMAS, fone: 999857817, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): CARGO ENGº AGRONOMO, DIRETOR

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS-TO Esfera de Governo: EXECUTIVO

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
CASA RESIDENCIAL	500.000,00	S
LOTE RESIDENCIAL	120.000,00	S
VEICULO CITROEN	40.000,00	S
/ / / /	/ /	/ /

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUTUBRO de 2020

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Alex Silva de Oliveira, inscrito (a) no CPF sob o nº 474.206.502-68 e RG nº 1102925-0, residente e domiciliado (a) à QI. 204. Sul AL3 LT3 - AP-1403, no município de Palmas, fone: 63981210896, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [X] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [X] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente de Revitalização de Bacias

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS/TO Esfera de Governo: ESTADUAL

- [X] Não possuo bens e valores;
- [ ] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [ ] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- [X] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [X] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [X] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Alexander Milhomen Afonso, inscrito (a) no CPF sob o nº 29396805823 e RG nº 1-187.006, residente e domiciliado (a) à 1503 Sul QD 31 LT 11, no município de Palmas, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Supervisor Administrativo

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas-TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Peugeot 207	18000	

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 07 de outubro de 2020.

_____
Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Ana Laura Pinto Cordeiro de M. Coutinho, inscrito (a) no CPF sob o nº 034.217.351-07 e RG nº 7286385SSP/TO residente e domiciliado (a) à Qd. 110 Norte, al. 19, lote 15, no município de Palmas TO, fone: (63)99110-3131, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Secretária - Executiva

Carga Horária 40h Órgão: Sec. do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Cidade/UF: Palmas/TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Veículo - Toyota Yaris 2020/2020	R$ 60.000,00	Sim

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Ana Maria Brito Franco, inscrito (a) no CPF sob o nº 547.024.531-49 e RG nº 193625, residente e domiciliado (a) à Q. 205 Al. 21 Lt. 09, Lote 01, no município de Palmas, fone: 99235-3880, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☒ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Fiscal Ambiental

Carga Horária 40h Órgão: Naturatins / Semark Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☒ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 05 de outubro de 2020.

Ana Maria Brito Franco

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Andressa Borges da Cruz, inscrito (a) no CPF sob o nº 049.198.541-19 e RG nº 1368690, residente e domiciliado (a) à 906 Sul, alameda 4, lote 28, no município de Palmas-TO, fone: 63992328778, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Supervisora administrativa

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas-TO Esfera de Governo: Estadual

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 08 de outubro de 2020.

Andressa Borges da Cruz

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Antônio Sérgio da Silva, inscrito (a) no CPF sob o nº 856374321 04 e RG nº 391391, residente e domiciliado (a) à ARNE 41 AL. 01 LOTE 3 R. MARIANA no município de PALMAS TO fone: 992158214, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- ☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- ☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- ☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- ☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- ☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: EXECUTIVO

- ☐ Não possuo bens e valores;
- ☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- ☒ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
ECO esport 1.6 SE 2016/17 PRATA	52.000,00	S

- ☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- ☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- ☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 15 de Dezembro de 20 20

Assinatura

Antônio Sérgio da Silva
Advogado
OAB-TO 2.430

Digitalizado com CamScanner

SECRETARIA DA Administração **TOCANTINS** GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Barbara Giovanna Macedo Pires Barros inscrito (a) no CPF sob o nº 022700181-84 e RG nº 1060809, residente e domiciliado (a) à QD 208 norte alameda 05 LT02, no município de Palmas - TO, fone: (63)98465-7090, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [ ] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [ ] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [x] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Adjunto II

Carga Horária: 20h Órgão: Justiça Federal Cidade/UF: Palmas / TO Esfera de Governo: Federal

- [ ] Não possuo bens e valores;
- [x] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [ ] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Apartamento	R$ 200,000	Financiado

- [x] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [x] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [x] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 09 de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Camila Mitye A. Noda Veloso, inscrito (a) no CPF sob o nº 006.087.471-65 e RG nº 1.296.221, residente e domiciliado (a) à 504 N, Al. 28, 41, Res. Saturno, Apto 704 B no município de Palmas - TO, fone: (63)98443-3332, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Repórter Fotográfico

Carga Horária 8H Órgão: Sec. de Meio Ambiente e Rec. Hídricos Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Governo do Estado do Tocantins

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Imóvel - Apartamento localizado na 504, Palmas	R$ 150.000,00	N
Veículo Volkswagen Gol 2010/2011	R$ 15.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 05 de novembro de 2020.

Assinatura

Scanned by CamScanner

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Carolina Brito Macedo, inscrito (a) no CPF sob o nº 683.394.612-49 e RG nº 3075698 SSP/PA residente e domiciliado (a) à 206 Sul Al 2 Lot 34, no município de Palmas, fone: 98100-0385, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Analista em Tecnologia da Informação

Carga Horária 8H Órgão: Sec. Meio Ambiente e Recursos Hídricos Cidade/UF: Palmas/TO Esfera de Governo: Estadual

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

Carolina Brito Macedo
Assinatura

DocuSign Envelope ID: A63C6712-A74E-42AB-89B9-A9E98CC430D9

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Castro Henrique Cunha de Souza, inscrito (a) no CPF sob o nº 016.879.851-46 e RG nº 890.886 SSP-TO, residente e domiciliado (a) à ARNE 51, AL 28, HM 4, BL 5 APTO 303, no município de Palmas - TO, fone: (63) 9.9203-8383, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☒ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Analista em TI, cedido para a Defensoria do Estado-TO

Carga Horária 40 Órgão: SEMADES - TO Cidade/UF: Palmas/TO Esfera de Governo: Executivo Estadual - TO

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Apartamento - ARNE 51, AL 28 HM 4 BL 5 APTO 303	R$ 110.000,00	Não
Carro - Honda Civic 2013	R$ 44.000,00	Sim

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, _____de_____de 20____.

DocuSigned by:
Castro Henrique
5271691A6F1D4EA...

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Célio P. de O. Junior, inscrito (a) no CPF sob o nº 007.768.011-92 e RG nº 296.169, residente e domiciliado (a) à 206 Sul Al. 12 Nº 12, no município de Palmas, fone: 63.99212.1110, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [ ] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [X] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Economista - Assessor de Comissão

Carga Horária 40 Órgão: Seinfra Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Estadual.

- [X] Não possuo bens e valores;
- [ ] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [ ] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- [X] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [X] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [X] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Cinthia Barbosa Pires Azevedo, inscrito (a) no CPF sob o nº 01671977114 e RG nº 437918, residente e domiciliado (a) à Qd. 1006 Sul Al. 19 lote 65, no município de Palmas, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Auxiliar administrativo e Gerente de Educação Ambiental

Carga Horária 08 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas/TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Carro Gol 1.6	20.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Cinthia Barbosa Pires Azevedo

Assinatura

SECRETARIA DA **Administração**

TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Cinthia Gomes de Abreu, inscrito (a) no CPF sob o nº 001.079.691.65 e RG nº 2950977-2, residente e domiciliado (a) à 106 Sul, al. 04, lt 17, no município de Palmas, fone: 98427-1805, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☐ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☒ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Jornalista

Carga Horária 8hs Órgão: Defensoria Pública Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Tocantins

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Um Fiat Mobi ano 2019	R$ 29.000,00	Sim
Um apartamento na 706 Sul	R$ 120.000,00	Não

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 14 de Dezembro de 2020.

Cinthia S. Abreu

Assinatura

Scanned by TapScanner

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Cleide Alves de Faria Assis, inscrito (a) no CPF sob o nº 510561861-00 e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à 306 sul al. 01 apt° 1002, no município de Palmas - TO, fone: 98459-3618, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☐ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☒ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): ASSIST. SERVIÇOS DE SAÚDE

Carga Horária 40hs Órgão: SESAU Cidade/UF: PALMAS - TO Esfera de Governo: CEDIDA À SEMARH FCA-1 Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Declaração IR em anexo		

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Cleide Assis

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Cristiane Pires da Silva, inscrito (a) no CPF sob o nº 914.297.571-91 e RG nº 402.3087-SSP residente e domiciliado (a) à Rod. 604 norte, Al. 14, lt. 19, no município de Palmas, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas / TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
1 Veículo Jeep.	73.000,00	S
1 Imovel	180.000,00	N.

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 29 de Setembro de 2020.

Cristiane Pires da Silva.
Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Daniel Lopes Amaral, inscrito (a) no CPF sob o nº 012450575 96 e RG nº 1195469730, residente e domiciliado (a) à _____, no município de PALMAS, fone: 63932762077, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Extensionista Rural

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Executivo

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
MOTO	4.000	S
CARRO	43.000	S
APARTAMENTO	130.000	N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Daniel Lopes Amaral

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Denise Jales da Silva Rodrigues, inscrito (a) no CPF sob o nº 986.478.491-91 e RG nº 711.747, residente e domiciliado (a) à 606 norte Rua 10 Qi 12, lote 13, no município de Palmas /TO fone: (63)98408-3800, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [ ] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [x] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [x] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 30 H Órgão: Tribunal de Justiça Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: _____

- [ ] Não possuo bens e valores;
- [ ] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [x] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- [x] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [x] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [x] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 17 de Dezembro de 2022.

Denise Jales da S. Rodrigues

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, DJAYSON THIAGO do COSTA ALVES, inscrito (a) no CPF sob o nº 907.136.561-15 e RG nº 4250954 SSP-TO residente e domiciliado (a) à QD. 208 SUL AL 15 LT 39 CASA 02, no município de PALMAS - TO, fone: 63984271917, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): EXTENSIONISTA RURAL / ENG. AMBIENTAL

Carga Horária 40h Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS - TO Esfera de Governo: EXECUTIVO

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
VEÍCULO CHEVROLET CRUZE LT. 1.4 2018/19	70.000	NÃO

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUTUBRO de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, EDILMA MARIA C. RODRIGUES, inscrito (a) no CPF sob o nº 261.169.871-68 e RG nº 578 0A3/TO, residente e domiciliado (a) à 110 NORTE AL 19, Lts 17/19, no município de PALMAS/TO, fone: (63) 99223.4305, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): GERENTE DE CONSERVAÇÃO E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Carga Horária 40 Órgão: SECRETARIA MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS Cidade/UF: PALMAS/TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Apartamento 602 Residencial Panamera/Palmas	500.000,00	N
casa 110 norte, Al 07, Lt 62/Palmas/TO	400.000,00	S
casa 704 sul, Al 17, Lt 04/Palmas/TO	300.000,00	S
Lote 507 sul, Al 23, Lt 01/Palmas/TO	170.000,00	S
Veículo Creta 2019/2019	100.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 1º de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, EDIVALDO JOSÉ FREIRA LEGUIZO, inscrito (a) no CPF sob o nº 041.699.901-10 e RG nº 936.718 SSP/TO residente e domiciliado (a) à 1206 SUL AV 19 LOTE 27, no município de PALMAS-TO, fone: 98436-3392, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): ASSESSOR COMISSIONADO IV

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS-TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
HONDA/NXR 160 BROS ESDI	8.000,00	SIM

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, EDSON GUALBERT DA SILVA, inscrito (a) no CPF sob o nº 957893321-53 e RG nº 383-313, residente e domiciliado (a) à RUA C2 QD. 26 LT. 16, no município de PORTO NACIONAL/TO. fone: 992552605, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): MOTORISTA

Carga Horária___ Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS TO. Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☒ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUTUBRO de 2020.

EDSON GUALBERT DA SILVA
Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Eduardo Carneiro, inscrito (a) no CPF sob o nº 27079893801 e RG nº 6529559-8, residente e domiciliado (a) à 208 SUL, AL-13, Nº 15, no município de PALMAS-TO, fone: 98113 0612, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 40H Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS-TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUT de 2020.

Eduardo Carneiro

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Elizonete Rabelo da Silva, inscrito (a) no CPF sob o nº 278.267.243-68 e RG nº 1005019, residente e domiciliado (a) à 1203 Sul Q. 1.084 Lt 01 Al-13, no município de Palmas, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas-TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Casa	122.758,00	Não
Veículo tipo passeio	21.000,00	Sim

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2022.

_____
Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Erasmo Ferreira dos Santos, inscrito (a) no CPF sob o nº 006.002.811-40 e RG nº 679.299, residente e domiciliado (a) à R.14, Q.D. 71, LT 12, J. Aureny IV, no município de Palmas, fone: 99237209 4, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Executivo

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
MOTO F225 250 CC YAMAHA	17.000,00	S
TERRENO RESIDENCIAL BERTAVILLE	40.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUTUBRO de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Erick D. L. Dourado, inscrito (a) no CPF sob o nº 926.563.901-68 e RG nº 341080, residente e domiciliado (a) à Quadra 1005 Sul Al. 15 Lt 23, no município de Palmas TO, fone: 63 984921365, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente de Política Ambiental

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas TO Esfera de Governo: Estadual

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 07 de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Erliette Gadotti Fernandes Varanda,, inscrito no CPF sob o nº 202.804.308-33 e RG nº. 28.314.878-0 residente e domiciliado(a) à Quadra 205 sul, alameda 12, no município de Palmas, fone 99994-5457, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☐ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo. **(X)**

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

☐ Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Chefe da Assessoria Jurídica

Carga Horária 8h _ Órgão: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS Cidade/UF: Palmas – TO, Esfera de Governo: estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
CARRO RAV 4 - TOYOTA	90,000	SIM

☐ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007**; (X)**

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário; **(X)**

☐ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza. **(X)**

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 29 de setembro de 2020.

Documento foi assinado digitalmente por ERLIETTE GADOTTI FERNANDES em 29/09/2020 11:29:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 3BD0B52000A1D670

SECRETARIA DA **Administração** **TOCANTINS** GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Fabio Junior P de moraes, inscrito (a) no CPF sob o nº 05079056369 e RG nº 03244720067, residente e domiciliado (a) à 506 Nt Al 05 Qi 04 Lt 07, no município de Palmas, fone: 992581002, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Superviso administrativo

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: palmas Esfera de Governo: Estadual

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de 10 de 2020.

Fabio Junior P de moraes

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Fernanda Araújo, inscrito (a) no CPF sob o nº 058949501-12 e RG nº 1162654, residente e domiciliado (a) à 504 norte Al01 Lote 16, no município de Palmas - Tocantins, fone: 63984112728, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [ ] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [x] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assessor Comissionado IV (CA-4)

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Estadual

- [x] Não possuo bens e valores;
- [ ] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [ ] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- [x] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [x] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [x] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Fernanda Araújo

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, FERNANDA MARIA SILVA, inscrito (a) no CPF sob o nº 806.876.951-04 e RG nº 1218240, residente e domiciliado (a) à QDR ARSE 72, AL 02, LT 02, no município de PALMAS-TO, fone: (63) 9999-1247, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): INSPETOR DE RECURSOS NATURAIS

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH - TO Cidade/UF: PALMAS/TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
APARTAMENTO RESIDENCIAL FINANCIADO	162.000,00	N
VEÍCULO HB20	46.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 30 de setembro de 2020

Fernanda Maria Silva

Assinatura

SECRETARIA DA **Administração** **TOCANTINS** GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Fernando Galvão Gomes, inscrito (a) no CPF sob o nº 960.429.261-49 e RG nº 317452, residente e domiciliado (a) à QD 1105 Sul AL 09 LT 26, no município de Palmas-TO, fone: 63-999831318, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assessor Comissionado III

Carga Horária 40h Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas-TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Moto Honda Biz 125	6.000.00	S/M
Lote de chácara	150.000,00	S/M

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 29 de Setembro de 2020.

Fernando Galvão Gomes
Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Francis Rinaldi Frigeri, inscrito (a) no CPF sob o nº 007.779.390-02 e RG nº 4090587199, residente e domiciliado (a) à 606 Sul, Al. Athos Bulcão, Lt. 20, Cs. 02, no município de Palmas - TO, fone: 99209-1350, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente de Recursos Energéticos e Mud. Climáticas

Carga Horária 40H Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Executivo

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Fiat Uno Sporting 1.4 2011/2012	21.000,00	Sim

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 30 de setembro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Francisco Wonizeth de Medeiros Junior, inscrito (a) no CPF sob o nº 030.046.381-26 e RG nº 664 339, residente e domiciliado (a) à Palmas, 1204 sul residencial Taquaruçu, no município de Palmas, fone: (63) 992335429, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Técnico em controle Ambiental

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Apartamento 60m²	150.000,00	não

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 29 de Setembro de 2020.

Francisco Wonizeth de Medeiros Junior
Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, GETSEMANY EVERTON DA SILVA inscrito (a) no CPF sob o nº 943.848.351-91 e RG nº 389.675, residente e domiciliado (a) à QUADRA 1004 SUL AL. 14 LT. 27, no município de PALMAS-TO, fone: 98478-3210, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): GERENTE EXEC. ORC. FINAN. E CONTÁBIL

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS - TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUTUBRO de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Glauciane M. de Oliveira, inscrito (a) no CPF sob o nº 023.033.944-56 e RG nº 1272330, residente e domiciliado (a) à Qd. 404 Sue, AE. 02, HM 03 Lt. 04-A, no município de Palmas/TO, fone: (63) 98404-5463, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Analista TI

Carga Horária 8 Órgão: Sec. Amb. Rec. Hid. Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Estadual.

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Chale Paraiso das Águas	R$ 300,00	SIM.
20L no Luzimanges	R$ 90,00.	SIM.
20L no Luzimanges	R$ 30,00	SIM.
Veículo Ford	R$ 30,00	SIM.

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

G. de Oliveira

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Graciela Ribeiro Pereira, inscrito (a) no CPF sob o nº 017.787.311-63 e RG nº 466.453, residente e domiciliado (a) à 704 Sul, Al 16, Lote 34 no município de Palmas-TO, fone: (63)98434-9071, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Analista Técnico Administrativo

Carga Horária: 40h Órgão: Semarh Cidade/UF: Palmas-TO Esfera de Governo: Estadual

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 07 de Outubro de 2020.

Graciela Ribeiro Pereira
Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Cyntheon R. Neves, inscrito (a) no CPF sob o nº 017.348.191-66 e RG nº 621046, residente e domiciliado (a) à 304 Sul AL 12 Lote 17, no município de Palmas, fone: 61 99288-6624, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Diretor Políticas Ambientais

Carga Horária 8 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 7 de outubro de 2020.

Cyntheon R. Neves

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Quelk Vieira da Costa, inscrito (a) no CPF sob o nº 490.917.431-15 e RG nº 7730, residente e domiciliado (a) à Qd 806 Sul, Av. NS4, 303B nº 1, no município de Palmas - TO, fone: 981288590, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 40h Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☒ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Hélia R. de Azevedo Pacheco, inscrito (a) no CPF sob o nº 566.341.291-34 e RG nº 2.906.847, residente e domiciliado (a) à 404 Norte, AL-02 Lt 52, no município de Palmas, fone: (63)99112-5282 **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [ ] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [x] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente de Resíduos Sólidos - Apoio aos Municípios

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas/TO Esfera de Governo: Estadual

- [x] Não possuo bens e valores;
- [ ] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [ ] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- [x] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [x] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [x] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 02 de outubro de 2020.

Assinatura

Documento foi assinado digitalmente por HÉLIA RODRIGUES DE AZEVEDO PACHECO em 03/10/2020 09:21:17.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 697B5FF900A2C30E

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Thiago Angelo Macedo Barreira, inscrito (a) no CPF sob o nº 039.285.591-76 e RG nº 1.194.914, residente e domiciliado (a) à 210 sul AL.05 LT 9A3, no município de Palmas, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assessor comissionado CA-III

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Veículo Sedã JAC J5	27.000,00	Sim

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 07 de Outubro de 2020.

Thiago Angelo Macedo Barreira
Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, THIAGO GONÇALVES FEITOSA, inscrito (a) no CPF sob o nº 028.984.061-98 e RG nº 983.100, residente e domiciliado (a) à 409 N. AL. 29 CASA 27, no município de PALMAS-TO, fone: (63)999675166, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Carga Horária 8H Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
MOTO BROS 160	R$9.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de OUTUBRO de 2020.

Thiago Gonçalves Feitosa

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, THIAGO OLIVEIRA BANDEIRA, inscrito (a) no CPF sob o nº 005.626.541-78 e RG nº 1075.427 SSP-TO residente e domiciliado (a) à 105 N, QI 4, LT 52, AL ARAGUAIA, no município de PALMAS-TO, fone: (63) 98476-3546, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): ENGENHEIRO AMBIENTAL

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH-TO Cidade/UF: PALMAS - TO Esfera de Governo: ESTADUAL

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
AUTOMÓVEL GOL ANO 2016	R$ 25.000,00	S
LOTE LUZIMANGUES	R$ 30.000,00	N
IMÓVEL RESIDENCIAL URBANO 105 NORTE (PALMAS)	R$ 300.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 7 de AGOSTO de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Thuanny Vieira Silva, inscrito (a) no CPF sob o nº 016.977.431-70 e RG nº 861.921 SSP TO, residente e domiciliado (a) à QD 406 Norte, Al 05, Lt 17, QI 04, no município de Palmas, fone: 63 99257-8540, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- ☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- ☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- ☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- ☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- ☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assessora de Comunicação

Carga Horária 8h Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Estadual

- ☒ Não possuo bens e valores;
- ☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- ☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- ☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- ☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- ☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Assinatura

Scanned with CamScanner

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, TULIO J. M. BELARMINO, inscrito (a) no CPF sob o nº 014.685.011-43 e RG nº 342.691, residente e domiciliado (a) à Qd. 509 sul, AL. 29, QI 20, Lt. 09, Palmas 03, no município de PALMAS, fone: 984537777, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Gerente de instrumentos Economicos e Ambi

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: PALMAS Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
IMOVEL Residencial - Qd. 509 sul, AL. 29 QI 20 Lt. 09	290.000,00	N
IMOVEL Residencial. Qd. 408 Norte, AL. 01, AD. 603. RES. GAIVOTAS	180.000,00	S
BEM MOVEL - HILUX PLACA	130.000,00	S
BEM MOVEL - LAND ROVER - QKX 8990	80.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 07 de outubro de 2020.

Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, no município de _____, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☐ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): _____

Carga Horária___ Órgão: _____ Cidade/UF: _____Esfera de Governo: _____

☐ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Bem móvel - CAMIONETE frontier - PLACA NWQ1523	55.000,00	S
POSSE DE UMA GLEBA RURAL 8 hectares	60.000,00	S

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, _____de_____de 20____.

_____

Assinatura

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Waldonei A. A. Arruda, inscrito (a) no CPF sob o nº 866492131 87 e RG nº 396152, residente e domiciliado (a) à 606 sul QI-07 LT 21 casa 02 no município de Palmas, fone: 984021698, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- [ ] Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.
- [X] Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.
- [ ] Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 30 Órgão: Semarh Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo Estadual.

- [ ] Não possuo bens e valores;
- [X] Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- [ ] Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Veículo Corolla Hibrido 2020/2020	132.000,00	Não

- [X] Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- [X] Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
- [X] Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Assinatura

Digitalizada com CamScanner

SECRETARIA DA **Administração** | **TOCANTINS** GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Welica R. Barros Barros, inscrito (a) no CPF sob o nº 015.538.021-44 e RG nº 838.981, residente e domiciliado (a) à Rua Adalcy Gomes Qd. 12 Lt 30 no município de Palmas - TO, fone: 984, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assistente Administrativo

Carga Horária 40h Órgão: SEMARH/TO Cidade/UF: Palmas - TO Esfera de Governo: Estadual

☒ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 07 de Outubro de 2020.

Welica R. Barros Barros

Assinatura

Scanned by TapScanner

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Wemerton Gomes B. de Oliveira, inscrito (a) no CPF sob o nº 029248611-10 e RG nº 934004, residente e domiciliado (a) à 407 Norte Alameda 1-14 no município de Palmas-TO, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Assessor Comissionado III

Carga Horária 40 Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
GOL G-4 2008	11.000,00	Não

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de Outubro de 2020.

_____
Assinatura

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, William Soriano R. Brito, inscrito (a) no CPF sob o nº 856.318.091-68 e RG nº 246.402, residente e domiciliado (a) à R. Imbaúba 310. 36A Lt. 06, no município de Palmas-TO, fone: _____. **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado: (a): motorista

Carga Horária 8h = 40 horas Órgão: SEMARH Cidade/UF: Palmas Esfera de Governo: Estadual

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Moto CG titan	3.000,00	3.000,00

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza;

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 14 de Dezembro de 2020.

Assinatura

Digitalizado com CamScanner

SECRETARIA DA Administração | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, Yolonna Raydon Guimaraes Pittencourt, inscrito (a) no CPF sob o nº 064.205.801-61 e RG nº 1.108-786, residente e domiciliado (a) à 1006 Sul, al. 09 lote 39, no município de Palmas/TO, fone: (63) 99241-4286, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☒ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): Supervisor Administrativo

Carga Horária 180 Órgão: Sec. Est. do Meio Ambiente Cidade/UF: Palmas/TO Esfera de Governo: Estadual Recursos Hídricos

☐ Não possuo bens e valores;

☒ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N
Veículo (Moto)	12.000,00	Não

☒ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☒ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☒ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, 06 de outubro de 2020.

Yolonna R. G. Pittencourt

Assinatura

PROTOCOLO - SESAU
SGD nº 2020 30559/ 132606
Data 23/ 10/ 2020

Palmas, 10 de Outubro de 2020.

A Sua Senhoria, Senhora,
ANDREIA CLAUDINA DE FREITAS OLIVEIRA
Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde

Assunto: **Defesa de Notificação Junta Comercial do Estado do Tocantins**

Senhora Superintendente,

Eu, **MARCO AURÉLIO VIEIRA DIAS,** portador do CPF: 597.233.191-87 e RG: 66.563 SSP – TO venho através desta, declarar que a empresa **DIAS E GOMES LTDA**, inscrita no CNPJ: 08.252.610/001-94, encontra-se suspensa de suas atividades desde o ano de 2010, por a mesma ter sido fechada devido à crise financeira, sendo assim não consegui dar baixa no seu CNPJ, por falta de recursos financeiros. Segue em anexo, cartão CNPJ, que comprova que a mesma encontra-se inativa para exercer suas atividades.

Declaro ainda, que a única fonte de renda a qual disponho no momento, é o salário junto a Secretaria de Estado de Saúde, por ser verdade firmo e assino a presente declaração.

Marco Aurélio V. Dias

Marco Aurélio Vieira Dias
CPF: 597.233.191-87
RG: 66.563 – SSP –TO
Matricula Funcional: 11160969-2

PROTOCOLO/SES
Recebi em 23/10/2020
Ass. [illegible]
Hora: 9:20

SGD Nº 2020/2500/45918

Memorando Nº 082/2020 – SEFAZ/SCCL

Palmas, 20 de outubro de 2020.

Ao Exmo. Senhor
SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda

Assunto: Resposta ao MEMORANDO CIRCULAR Nº 32/2020/GABSEC

Senhor Secretário,

Em resposta ao documento supramencionado, onde a Controladoria Geral do Estado solicita medidas cabíveis para a consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), manifestamos que já constam nos editais de licitação a obrigatoriedade da consulta no momento da habilitação das empresas vencedoras.

Submetemos o teor do presente expediente, ao mesmo tempo em que colocamo-nos ao dispor de V. Exª para quaisquer outras informações.

Respeitosamente,

(Documento assinado Digitalmente)
VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA
Superintendente

Praça dos Girassóis, Palmas – TO - CEP: 77001-908
Tel: +55 63 3218 1240 |1202
Tel: +55 63 3218 1248 |1548

Documento foi assinado digitalmente por VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA em 20/10/2020 08:49:25.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 3B64195500A542C2

Governo do Estado do Tocantins
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Tocantins

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: VEEG SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - EPP **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** TOC2000736582
NIRE (Sede) 17200574099	**CNPJ** 27.616.529/0001-90	**Data de Ato Constitutivo** 27/04/2017	**Início de Atividade** 28/03/2017
Endereço Completo Quadra 204 SUL ALAMEDA 4, Nº 12, SALA 04, PLANO DIRETOR SUL - Palmas/TO - CEP 77020-466			
Objeto Social 6319-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e serviços de informações na internet; 6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; 6202-3/00 - Desenvolvimento de licenciamento de programas de computador customizáveis; 6203-1/00 - Desenvolvimento de licenciamento de programas de computador não customizáveis; 4619-2/00 - Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias; 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços;			
Capital Social R$ 10.000,00 (dez mil reais) **Capital Integralizado** R$ 10.000,00 (dez mil reais)		**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
STANLEY CARLOS DE NOVAIS	642.186.351-53	R$ 10.000,00	Sócio	S	

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
STANLEY CARLOS DE NOVAIS	642.186.351-53	

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação**
25/11/2020	20200519506	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 26/11/2020, às 11:24:53 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.simplifica.to.gov.br**, com o código **OIAAXKRM**.

TOC2000736582

Erlan Souza Milhomem
Secretário Geral

SGD: 2021/25009/001271.

MEMORANDO Nº 1/2021/DAF/SAF

Palmas, 06 de janeiro de 2021.

Ao Senhor
SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

Assunto: resposta ao OFICIO CGE Nº 1145/2020/GABSEC – SGD Nº 2020/09049/010744.

Prezado Senhor,

Em resposta ao documento supracitado, informamos a Vossa Excelência que em atendimento a Resolução nº 144/2020 – Pleno –Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – 1ª RELATORIA, referente ao processo nº 9817/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, onde informa as determinações a serem cumpridas no âmbito desse setor, inverbis:

7.3. – Determinar aos chefes dos Poderes e Órgãos que adotem as medidas junto as Unidades Gestoras e responsáveis no sentido de fortalecer os procedimentos de controle interno, de modo que os indícios apurados neste levantamento não voltem a ocorrer, destacando-se:

a. **Que os responsáveis da área de Recursos Humanos** adotem procedimentos visando a observância do art. 134, X da Lei Estadual nº 1.818/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins), e legislação correlata em âmbito municipal, no que concerne à vedação do servidor público ser sócio administrador de empresa, e ainda, fortaleçam os controles relativos ao cumprimento da carga horária tendo em vista os riscos de irregularidades apurados na trilha 6, e a determinação contida no item 7.2 “e” e “f” da Resolução Plenária nº 1011/2019 (autos nº 10.770/2019);

1. Foi encaminhado aos chefes de setores, bem como aos demais servidores da SEFAZ o **Memorando Nº 1/2021/GGP, SGD nº 2021/25009/000592**, o qual reforça o cumprimento do dispositivo supramencionado;

Documento foi assinado digitalmente por SANDRO HENRIQUE ARMANDO em 15/01/2021 11:43:17.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: EA72053300B28641

2. Com relação aos controles relativos ao cumprimento de carga horária, foram emitidos e enviados aos chefes de setores e demais servidores da SEFAZ, o **Memorando Circular nº 9/2020/GABSEC, SGD nº 2020/25009/007951 e o Memorando Circular nº 12/2020/GGP, SGD nº 2020/25009/034307**, no intuito de orientar os servidores da SEFAZ quanto à importância do controle da frequência e o cumprimento da carga horária definida na Lei nº 1.818/2007 e demais normas referente ao tema.

b. **Que acompanhem a execução contratual, e/ou da despesa em termos de qualidade, produtividade e frequência na prestação dos serviços**, conforme exige os artigos 67 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 63 da Lei nº 4320/64 no que concerne a fase de liquidação da despesa (trilhas 5,6,7,8,9 e 13).

Quanto e este item temos a informar que esta Pasta cumpre com as determinações por meio de relatórios extraídos pelos fiscais de contratos designados em portaria para acompanhamento e fiscalização dos contratos conforme preconiza o art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93;

Informamos que existe a **PORTARIA SEFAZ Nº 736/2020/GABSEC, DE 04/08/2020** que define a unidade administrativa responsável pelas atividades inerentes à gestão dos Contratos no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins - Sefaz/TO, em anexo;

Informamos ainda que existe o Setor de Contratos que tem como finalidade o acompanhamento da execução contratual e/ou da despesa.

Respeitosamente,

Joana Lopes da Silva
Diretora de Administração e Finanças

Kelma Lima de Sousa Rodrigues
Superintendente de Adm.e Finanças

Documento foi assinado digitalmente por SANDRO HENRIQUE ARMANDO em 15/01/2021 11:43:17.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: EA72053300B28641

SECRETARIA DA SAÚDE
TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-906
Tel.: +55 63 3218-1700

SGD: 2020/30559/153441
MEMORANDO - 69/2020/SES//SGPES/DGP

Palmas, 07 de dezembro de 2020

À Corregedoria da Saúde

Assunto: **Diligência Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.**

Senhora Corregedora,

Considerando o Ofício OFÍCIO/SECAD/Nº 2975/2020/GASEC protocolado sob o n° do SGD: 2020/23009/055178, que versa sobre indícios de irregularidades na vida funcional de determinados servidores pertencentes aos diversos quadros de pessoal do Executivo Estadual evidenciadas pela não observação da vedação contida na Lei nº 1.818, de 23 deagosto de 2007, Art. 134, inciso X:

> "Art. 134. Ao servidor é proibido:
> ...
> X – participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, salvo nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Estado participe direta ou indiretamente do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário;".

Informamos que fora encaminhada notificação para as lotações dos profissionais em questão por meio dos SGD's relacionados no anexo I.

Destarte, alguns profissionais responderam a notificação e encaminharam os documentos solicitados, no entanto, alguns destes não remeteram os documentos de regularização, conforme anexos II e III. Ressalta-se que os documentos recebidos foram encaminhados à Secretaria de Administração por meio dos SGD's: 2020/30559/143135, 2020/30559/148225, 2020/30559/150567.

Assim sendo, encaminhamos esta demanda para apreciação e providências, caso essa Corregedoria entenda necessário.

Atenciosamente,

LEIDE IDAINE BARROS DA SILVA
Diretoria de Gestão Profissional

ANDREIA CLAUDINA DE FREITAS OLIVEIRA
Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde

Documento foi assinado digitalmente por ANDREIA CLAUDINA DE FREITAS OLIVEIRA em 07/12/2020 15:41:44.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 21C3CF1B00AE166B

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO | GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MEMORANDO CIRCULAR Nº 12/2020/GGP

SGD nº 2020/25009/034307

Palmas, 12/08/2020

Aos Senhores,
Secretários Executivos, Superintendentes, Presidente do CAT, Corregedor, Diretores, Delegado Regional de Fiscalização, Gerentes, Assessores e Servidores em Geral.

Assunto: orientações sobre a frequência mensal de servidores.

Prezados Senhores,

Considerando o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020 que declara calamidade publica no Estado do Tocantins afetado pelo novo coronavírus (COVID-19).

Considerando ainda a Portaria nº 322, de 06 de abril de 2020, publicada no DOE nº 5.581, de 14 de abril de 2020, que estabelece os procedimentos complementares do cumprimento da jornada de trabalho do servidor no âmbito desta Secretaria em regime de escala das 08h às 14h e 14h às 20h, e a realização do trabalho remoto sob coordenação e supervisão das chefias imediatas, dentre outros assuntos correlacionados.

Ratificamos a Vossas Senhorias o MEMORANDO CIRCULAR Nº 9/2020/GABSEC, SGD Nº 2020/25009/007951, que trata do Controle de frequência manual a fim de aferir o cumprimento do tempo de trabalho diário dos servidores para o cálculo da sua remuneração mensal.

Reiteramos que as fichas individuais de frequências dos servidores sejam impreterivelmente assinadas pelo servidor e chefias imediata e mediata, encaminhadas a Gerência de Gestão de Pessoas para controle de frequência e apontamentos funcionais exclusivamente através do SGD (Sistema de Gestão de Documento), até o 5º dia do mês subsequente para inclusão das informações no sistema de folha de pagamento. O envio posterior a esse período não será considerado, sob pena de suspensão de pagamento.

Documento foi assinado digitalmente por SANDRO HENRIQUE ARMANDO em 13/08/2020 16:23:09.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: A53F8DA2009A01C3.

As frequências que não estiverem de acordo com as instruções deste memorando circular serão devolvidas ao chefe do setor responsável para devida correção. Segue em anexo Ficha de Frequência Diária manual e modelo de justificativa.

Os servidores que forem afastados das atividades laborais por testar positivo para o COVID-19, deverão encaminhar os exames e teste para a Gerência de Gestão de Pessoas, por meio do SGD para fins de licença médica.

Orientamos ainda, observância às determinações prevista na Portaria nº 322, de 06 de abril de 2020.

As informações necessárias sobre os procedimentos adotados por esta Secretaria estão disponíveis no portal http://www.sefaz.to.gov.br/coronavirus. Outros esclarecimentos deverão ser direcionados para Gerência de Gestão de Pessoas.

Atenciosamente,

ELYVAGNA DOS SANTOS SILVA LACERDA
Gerente de Gestão de Pessoas

JOANA LOPES DA SILVA
Diretora de Adm. Finanças

KELMA LIMA DE SOUSA RODRIGUE
Superintendente de Adm. e Finanças

De acordo:

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

Documento foi assinado digitalmente por SANDRO HENRIQUE ARMANDO em 13/08/2020 16:23:09.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: A53F8DA2009A01C3.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO | GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO I - FICHA DE FREQUÊNCIA MANUAL

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO | GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

FICHA DE FREQUÊNCIA

MÊS: **XXXXX**/2020

NOME: ***XXXXXXX***

LOTAÇÃO: XXXXX

CARGO EFETIVO: ***XXXXXXX***

CARGO COMISSIONADO:

MATRÍCULA: XXXXXX

HORÁRIO: XXXXX

D	*PERÍODO MATUTINO*				**PERÍODO VESPERTINO**			
I	**ENTRADA**		**SAÍDA**		**ENTRADA**		**SAÍDA**	
A	**HORA**	**ASSINATURA**	*HORA*	**ASSINATURA**	**HORA**	**ASSINATURA**	**HORA**	**ASSINATURA**
01		**FERIADO**		**FERIADO**		**FERIADO**		**FERIADO**
02								
03								
04								
05		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**
06		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**
07								
08								
09								
10								
11								
12		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**
13		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**
14								
15								
16								
17								
18								
19		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**
20		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**
21								
22								
23								
24								
25								
26		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**		**SABADO**
27		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**		**DOMINGO**
28								
29								
30								
31								

CHEFIA IMEDIATA

CHEFIA MEDIATA

Documento foi assinado digitalmente por SANDRO HENRIQUE ARMANDO em 13/08/2020 16:23:09.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: A53F8DA2009A01C3.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO | GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO II– FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVAS DE FREQUÊNCIA MANUAL

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO | GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	**FJFM – FORMULARIO DE JUSTIFICATIVA DE FREQUENCIA MANUAL**

Servidor (a):	Matrícula:
Cargo:	
Unidade de Lotação:	

Data	Ocorrência	Abono do Chefe Imediato	Abono do Chefe Mediato

Gerência de Gestão de Pessoas

Recebido em
_____/_____/_____

_____

Servidor

Documento foi assinado digitalmente por SANDRO HENRIQUE ARMANDO em 13/08/2020 16:23:09.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: A53F8DA2009A01C3.

ANEXO II - RELAÇÃO DE SERVIDORES QUE ENCAMINHARAM A DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

CPF	NOME	EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO ATUAL	NATUREZA JURÍDICA	DESCRICAO NATUREZA JURÍDICA	PORTE	CONDIÇÃO DE SÓCIO	CARGO	NÚM. FUNCIONAL	VINC	TIPO DE VÍNCULO	LOTAÇÃO
137.573.182-34	ABDIEL RODRIGUES AMORIM FERREIRA	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ROSA LTDA	01235340000164	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	213485	1	CONCURSADO	Hosp de Ref de Pedro Afonso - Leoncio de S Miranda
		J P RAMOS & CIA LTDA - ME	10538555000145	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hosp de Ref de Pedro Afonso - Leoncio de S Miranda
451.784.022-00	ADALVO CARLOS SOARES JUNIOR	MEDIMAGEM DIAGNOSTICOS MEDICOS POR IMAGEM LTDA	13597589000107	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	11493984	4	CONTRATO TEMP	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
624.680.061-00	ADRIANA CARNEIRO DE SOUSA BATISTA	FARMACIA DROGA FARMA LTDA	02765861000196	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	759482	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Augustinopolis
		LABORATÓRIO CITOMED LTDA	02149872000141	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Augustinopolis
117.708.688-36	ADRIANA MARTINS FERRAZ	HOTEL FAZENDA ENCANTADA LTDA EPP	04297853000198	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Fonoaudiólogo	191672	2	CONCURSADO	Servidores Cedidos Externos
		S A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	22701693000182	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Servidores Cedidos Externos
330.069.201-63	ADRIANO CESAR ZANINA	FOKUS - ATENDIMENTO MÉDICO E PSICOLÓGICO LTDA	09235925000196	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	412597	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Guarai
620.009.854-91	ADRIANO DE ASSUNCAO PIMENTA	DOC CENTER - DOCUMENTAÇÕES ODONTOLÓGICAS LTDA ME	04017003000199	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	751719	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
792.186.791-04	ADRIANO PRIETO DE ARAUJO	PRIETO MEDICINA E DIAGNOSTICO EIRELI - EPP	22598954000180	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	887538	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
963.259.501-78	ALDENES LIMA DA SILVA	LAGARES E SILVA LTDA ME	15303938000158	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assessor de Comunicação	1111582	6	COMISSIONADO	Assessoria de Comunicação
937.462.961-53	ALESSANDRO SILVEIRA DE ALMEIDA	OESA ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA DE AUGUSTINÓPOLIS LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	1049640	2	CONCURSADO	Semus - Convenio - Carrasco Bonito
911.667.051-53	ALISSON OLIVEIRA CIRINEU	A O C ATENDIMENTOS MÉDICOS - EIRELI ME	24031945000139	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1026844	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Dianopolis
527.537.191-87	ANA BEATRIZ DIAS	HOSPITAL DE OLHOS DE PALMAS LTDA	02329995000164	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	640090	3	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
127.938.318-67	ANA PAULA NUNES MARTINS SOARES	SOLÁRIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Auditor em Saúde	200934	6	CONCURSADO	Diretoria de Controle e Avaliação
793.958.801-04	ANASTACIA LINS LINHARES PEIXOTO BASSANI COELHO	CLÍNICA FÊMINA LTDA - ME	07716381000159	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	889468	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
639.828.386-49	ANTONIO CESAR DOURADO SOUZA	DOURADO E MAYA LTDA ME	13254540000143	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	775438	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Porto Nacional
263.996.011-34	ANTONIO MARTINS CARDOSO NETO	IMUNOCENTER LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	38150116000180	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Laboratório	332322	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Miracema do Tocantins
700.951.081-49	ARACY PEREIRA BARROS	ABS AGROPECUARIA E TRANSPORTES LTDA	22798096000118	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	816477	2	CONCURSADO	Semus - Convenio - Araguaina
236.518.731-53	ARNON COELHO BEZERRA	AGROPECUÁRIA SALINA LTDA	11212179000167	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	305975	4	CONCURSADO	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
481.167.855-91	BERNARDO OTAVIO DE MENDONCA COSTA	B. C. R. S PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	10643072000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	591406	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
748.233.371-15	BRUNO BARROS BARBOSA	BBB COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO LTDA	33185906000187	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Psicólogo	841174	5	CONCURSADO	Hosp Mat Infantil Edmunda a Cavalcante-tia Dede
		L N COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	07245189000121	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hosp Mat Infantil Edmunda a Cavalcante-tia Dede
		L.R. COMERCIAL DE TINTAS AUTOMOTIVAS EIRELI	14505456000118	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR					Hosp Mat Infantil Edmunda a Cavalcante-tia Dede
200.790.188-90	CAIO AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL	REDECOR - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO CORAÇÃO LTDA - EPP	24119186000160	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	271837	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
253.087.448-40	CARINA AMARAL FERIAN	INSTITUTO FERIANI DE MEDICINA E CIRURGIA PLÁSTICA LTDA - ME	06205257000166	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	321518	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		INSTITUTO FERIANI DE MEDICINA E CIRURGIA PLÁSTICA LTDA - ME	06205257000166	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	EMPRESARIO					Hospital de Referencia de Araguaina
286.999.948-85	CARLOS EDUARDO GAMA E VENEZIANO	RELV - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	08992090000156	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	362442	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
508.199.096-53	CARLOS HENRIQUE PINHEIRO DE ARAUJO	E S.A NOVO HORIZONTE LTDA	29947701000114	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11645385	2	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Porto Nacional
406.215.296-72	CARLOS LEMES	ASA - ARAGUAÍNA SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA LTDA	25089970000136	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	513419	3	CONCURSADO	Servico de Verificacao de Obito - Svo - Araguaina
838.561.701-97	CENILDA LUCIA DA SILVA	NOVA ORLA COMÉRCIO VAREJISTA DE PANELAS EIRELI - ME	03506260000121	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	949283	2	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
738.513.617-68	CESAR AUGUSTO DELGADO	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE ARAGUAÍNA - UNIMED ARAGUAÍNA	25064148000110	REGISTRO ATIVO	214-3	COOPERATIVA	NO	DIRETOR	Médico	839441	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		PULMOAIR CLINICA DO PULMÃO LTDA	04864840000153	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
663.354.181-34	CHARLIENE DA SILVA VARAO	ESPAÇO ALÉRGICO EIRELI - ME	28395669000149	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11649844	2	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Araguaina
		HOSPITAL G9 LTDA	35865457000143	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
		VARAO OPTICA LTDA - ME	06004102000161	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	SOCIO GERENTE					Hospital de Referencia de Araguaina
382.620.534-00	CICERO RAMOS DOS SANTOS	RAMOS & SILVA LTDA - ME	17997588000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico - RQE	11514540	4	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Gurupi
792.960.501-97	CINTIA BEZERRA DA ROCHA NAVES	CINTIA BEZERRA DA ROCHA NAVES E CIA LTDA - ME	26855801000122	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1210483	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Alvorada do Tocantins
116.086.717-80	CLAUDIO MEDLIG DE SOUSA CRAVO	AGROPECUÁRIA SANTA MARIA SOPHIA LTDA - ME	28060837000145	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11598565	3	CONTRATO TEMP	Hospital e Maternidade Irmã Rita
		C & P CLÍNICA MÉDICA LTDA - ME	26237456000163	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital e Maternidade Irmã Rita
		C CRAVO & CIA LTDA - ME	06116237000119	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital e Maternidade Irmã Rita
864.435.341-15	DANIELA DE CASSIA PEREIRA ANDRADE	DROGARIA UNIAO LTDA - ME	06070561000143	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	979007	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Porto Nacional
953.487.601-10	DANILLO TAVARES MARANHAO DE MORAIS	DANILLO TM DE MORAIS UROLOGIA - EPP	27839798000116	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	EPP	EMPRESARIO	Médico - RQE	11558997	3	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
961.500.681-53	DAYANE FERNANDA DE AMORIM SANTOS	DAYANE FERNANDA DE AMORIM SANTOS LTDA	35235285000124	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico - RQE	11245395	7	CONTRATO TEMP	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		RABELO, SANTOS & SOTERO - SERVIÇOS CARDIOVASCULARES LTDA	24581295000103	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		CLÍNICA SÃO PAULO LTDA - ME	16710479000190	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Miracema do Tocantins

425.767.921-20	DEMERVAL MARTINS CUNHA JUNIOR	DEMERVAL MARTINS CUNHA JUNIOR EIRELI - ME	27633636000127	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11606703	2	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Miracema do Tocantins
		PREVENTIVA MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME	20615363000149	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Miracema do Tocantins
385.528.171-87	DOLIRIA MARIA DE JESUS	D J ESCAVADEIRA LTDA ME	21543672000113	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	483440	2	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
441.411.570-15	EDGAR HENRIQUE HEIN TRAPP	FOKUS - ATENDIMENTO MÉDICO E PSICOLÓGICO LTDA	09235925000196	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Psicólogo	552346	4	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Guarai
557.957.302-20	EDIANE FIGUEIRA AGUIAR	CENTRO DE DERMATOLOGIA E LASER DO TOCANTINS LTDA	10913381000153	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	670938	1	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
168.173.892-91	ELAINE NEGRE SANCHES	LOC - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Superintendente de Unidades Hospitalares Próprias	235584	7	COMISSIONADO	Superintendência de Unidades Hosp Próprias
630.607.871-15	ELCYANE BECHARA SANTOS LARCEDA	ELCYANE B SANTOS LACERDA	35963682000112	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Médico	1288040	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
758.790.183-34	ELISANGELA ROCHA ARAUJO	ELISANGELA ROCHA ARAUJO ME	13178525000163	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Auxiliar de Enfermagem	844205	4	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Augustinopolis
833.134.941-53	ELIZA RODRIGUES DE SOUSA	RODRIGUES & GONÇALVES LTDA ME	21347909000190	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11144629	5	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Arraias
778.500.171-53	ELIZABETH CARMEM MORAES SOARES	E. C. M. SOARES - ME	22780457000107	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Psicólogo	871373	4	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		SCHOLL HOME CARE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR NO DOMICILIO LTDA	23349775000172	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
764.896.391-49	ELIZIANA FERREIRA DOS SANTOS GUIMARAES	STILLOS MODAS CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA ME	02448795000120	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assistente Social	852986	8	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
387.139.001-10	ELKE ADRIANA BONAMIGO SASSI	NÚCLEO DE SAÚDE BONAMIGO LTDA - ME	10828031000199	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico-Bioquímico	486027	2	CONCURSADO	Apae - Convenio - Araguaina
299.984.922-20	ELSON VALADARES DE CASTRO	ELSON VALADARES DE CASTRO ME	37240363000104	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Cirurgião Dentista	376611	3	CONCURSADO	Semus - Convenio - Guarai
		RADIO FACIAL - SERVIÇOS DE RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO BUCAL LTDA ME	10396522000108	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Semus - Convenio - Guarai
		VALADARES & COELHO LTDA ME	08865789000155	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Semus - Convenio - Guarai
214.747.531-91	EMIVAL NEVES FERREIRA	ESPERANÇA SERVIÇOS DE SAÚDE EIRELI - ME	23970039000137	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	280000	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
803.499.941-53	EUNICE TEIXEIRA DE MACEDO	CASA LOTERICA ANGICO LTDA EPP	17230738000148	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	1289519	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Xambioa
928.449.951-87	FABIO ARAUJO LUZ	F & F LUZ COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME	27875885000129	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	1042629	4	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Augustinopolis
397.157.601-04	FERNANDA MAYA BARBOSA DOURADO	DOURADO E MAYA LTDA ME	13254540000143	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	503876	3	CONCURSADO	Semus - Convenio - Porto Nacional
269.630.538-20	FERNANDO DE OLIVEIRA BORGES	BORGES E BITTENCOURT LTDA	15179296000127	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	339845	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
774.357.531-49	FRANCIMAR TAVARES GOMES SOUZA	MVG SOUZA & CIA LTDA - ME	10650991000101	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	865178	2	CONCURSADO	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
118.610.022-20	FRANCISCO CHAGAS FELIPE DE MIRANDA	MED CLÍNICA DE IMAGEM LTDA	37522472000114	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	192494	1	CONCURSADO	Hospital e Maternidade Irmã Rita
		MEDCLINICA DE TRÂNSITO LTDA - ME	13721109000160	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital e Maternidade Irmã Rita
		MIRANDA & FELIPE LTDA	13413217000175	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital e Maternidade Irmã Rita
666.147.596-04	FREDERICO LEMOS MARTINS	LEMOS & FERNANDES LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	803264	1	CONCURSADO	Semus - Convenio - Aurora do Tocantins
766.353.091-87	FUAD MORAES IBRAHIM	IBRAHIM & FILHO LTDA - ME	07778979000172	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	854958	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
448.938.171-91	GENILTON LACERDA SANTOS	G. L. SANTOS ME	18913126000112	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Técnico em Radiologia	555270	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
430.599.531-04	GILDENY CARDOSO LOUZEIRA	C B S CONSTRUÇÕES LTDA - ME	01176415000183	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	536833	1	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		C B S CONSTRUÇÕES LTDA - ME	01176415000183	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	EMPRESARIO					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
764.613.007-91	GILMAR ANTONIO MARTINS DE QUEIROZ	A. G. L. R. PRESTAÇÃO DE SERVICOS MÉDICOS LTDA	03905462000146	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	852664	2	CONCURSADO	Gerência de Imunização
566.293.381-20	GILSON PINTO RIBEIRO	CLINICA APHETUS TOCANTINS LTDA	21811177000148	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	677740	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
576.645.521-68	GIOVANNI AUGUSTUS MORAIS E SILVA	GIOVANNI AUGUSTUS CLINICA MÉDICA EIRELI	13570371000150	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1193163	8	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
256.705.328-05	GISELLE CHRISTIANE ALVES DE LIMA	G. C. A. DE LIMA E CIA LTDA - ME	08672570000130	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	325147	3	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
664.732.761-49	GISELLE DA SILVA CARNEIRO	ORTOTRAUMA - CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA	11274070000154	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	802971	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
260.605.848-88	GRAZIELA SCHIAVONI SCANDELAI CINTRA	INSTITUTO DE NEUROLOGIA DO TOCANTINS LTDA - EPP	26886864000146	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	11162171	9	CONTRATO TEMP	Supervisão Administrativa do CER III de Palmas
643.609.201-30	GUILHERME COUTINHO BORGES	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO PALMAS MEDICAL	32568338000130	REGISTRO ATIVO	214-3	COOPERATIVA	NO	DIRETOR	Médico	782730	4	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		G C BORGES	13594702000192	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	NO	EMPRESARIO					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		HOSPITAL PALMAS MEDICAL LTDA	12955953000192	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		HPM ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E PARTICIPAÇÕES LTDA	36875402000187	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		INSTITUTO UROLÓGICO DE PALMAS LTDA	10260302000152	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		RADIOLOGIA PALMAS MEDICAL MEDIMAGEM LTDA	29013035000147	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
121.603.948-82	HARLEY PANDOLFI JUNIOR	CENTRO DE ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA E MOTILIDADE DIGESTIVA DE PALMAS EIRELI - ME	10498290000107	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	193449	3	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
126.170.591-20	HÉLCIO SANTANA SAMPAIO	CLINICA SANTANA LTDA - ME	10605008000135	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	198307	10	CONTRATO TEMP	Hosp de Ref de Pedro Afonso - Leoncio de S Miranda
301.136.871-68	IDEVAL WATANABE	FISIOERG - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA	10312328000105	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Executivo em Saúde	379922	1	CONTRATADO	Gerência de Imunização
826.207.173-53	IVES MARCELO PINHEIRO GONCALVES	PINHEIRO, SOUSA, DIAS E CASTRO LTDA	33697320000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Fonoaudiólogo	1215566	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
211.542.361-53	JACOB KICHEZE	CLINICA DE ANESTESIOLOGIA DE PARAISO LTDA	26639104000134	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	276161	2	CONCURSADO	Hospital Regional Dr Alfredo Oliveira Barros
801.632.621-87	JACYANNE BESSA VON SCHWANER	INSTITUTO DE REUMATOLOGIA DE ARAGUAINA EIRELI	29924361000106	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1289454	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		J. M. I - TRANSPORES & LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA ME	11934410000126	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
759.369.763-00	JAMIEL SOARES DO CARMO	CARMO E TELES LTDA - ME	05530974000109	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Radiologia	845064	4	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva

612.036.961-91	JANILDES SILVA COSTA	CERÂMICA ARAGUAIA IND. E COM. DE TELHAS E TIJOLOS EIRELI	14311055000127	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	735866	2	CONCURSADO	Hospital Regional Dr Alfredo Oliveira Barros
336.963.811-87	JOACIL ALVES JAPIASSU	DLH COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAS PARA LABORATÓRIOS E HOSPITAIS LTDA ME	08777152000107	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Biomédico	426353	1	CONCURSADO	Diretoria de Gestão da Hemorrede
		JOACIL ALVES JAPIASSU ME	12112907000121	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO					Diretoria de Gestão da Hemorrede
251.828.701-91	JOANA DARQUE FERREIRA MACEDO	LABCENTER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	33198425000106	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	319494	6	CONTRATO TEMP	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
277.531.151-20	JOAO ANTUNES TEIXEIRA	JOÃO ANTUNES TEIXEIRA ME	00570451000164	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Médico	347799	1	CONCURSADO	Semus - Convenio - Araguatins
494.139.104-72	JOCELIA BEZERRA SILVA COSTA	EDIALIMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	05465017000138	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	609915	2	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
860.011.671-68	JORCELIA OLIVEIRA COSTA E SILVA NERE	LABORATÓRIO OLIVEIRA DE ANALISES CLINICA LTDA - ME	22553225000108	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Laboratório	974289	1	CONCURSADO	Semus - Convenio - Goiatins
351.172.306-04	JOSE ABILIO SEARA FILHO	BUFFET PRATO PRINCIPAL LTDA ME	01203900000107	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	442619	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
243.355.251-68	JOSE CARLOS CORREA DE MORAES	FARMACIA VITAL LTDA EPP	04035628000183	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Farmacêutico-Bioquímico	309415	2	CONCURSADO	Diretoria de Gestão da Hemorrede
347.575.201-82	JOSE CARLOS DA CRUZ BOTELHO	AGROINDUSTRIA PIRIPIRI LTDA - ME	12356116000147	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Biomédico	437030	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Dianopolis
		CENTRO MÉDICO KELLER BOTELHO LTDA	24819351000197	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	EMPRESARIO					Hospital de Referencia de Dianopolis
		CENTRO MÉDICO KELLER BOTELHO LTDA	24819351000197	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Dianopolis
484.160.886-91	JOSE GERALDO LEMOS	VACINACLEAN IMUNOBIOLÓGICOS ESPECIAIS LTDA - ME	26891358000145	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	592344	5	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
231.522.810-72	JOSE GUILHERME LAUFER	CLINICA DE ANESTESIOLOGIA DE PARAISO LTDA	26639104000134	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	296913	1	CONCURSADO	Hospital Regional Dr Alfredo Oliveira Barros
176.103.728-54	JUAN FERNANDO TERRONES CACERES	CARDCLIN - SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - EPP	24226661000106	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	241766	7	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
262.343.168-08	JULIANA TOUGUINHA NEVES MARTINS	A. & J. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	08710720000152	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1178466	1	CONCURSADO	Hemocentro Regional de Araguaina
815.578.331-68	JULIO CESAR DA SILVA FERREIRA	VITTALAB- DIAGNÓSTICO LTDA - ME	09942899000136	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Biomédico	922599	1	CONCURSADO	Gerência de Gestão do Hemocentro de Palmas
293.019.788-90	JULIO CESAR ROSA FERREIRA	JLK FISIOTERAPIA LTDA - ME	09011583000120	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Fisioterapeuta	371443	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
882.777.981-72	KARLA RAMOS CARVALHO	B M SANCHES & CIA LTDA - EPP	18353282000176	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	998294	2	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
810.481.651-91	KEILA REGINA LOPES LUZ SOUSA	MERCEARIA SANTA RITA & AVIAMENTOS LTDA	01850494000166	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Radiologia	916642	6	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Gurupi
924.570.701-63	LARISSA NASCIMENTO MARQUES	FILHUS CLÍNICA PEDIÁTRICA LTDA - ME	10618226000104	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1038486	3	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
733.333.361-20	LAYSSE SIQUEIRA DA SILVA RIBEIRO	FARMACIA POPULAR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME	12015151000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	11239999	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
392.442.372-53	LEANDRO LOPES MACHADO	LOPES & MOTA LTDA - ME	02638340000178	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico-Bioquímico	499587	2	CONCURSADO	Diretoria de Gestão da Hemorrede
812.399.551-20	LELLANDE DO COUTO CANEDO	RELV - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	08992090000156	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	918869	4	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
852.420.631-49	LORENA CARLA BARBOSA LIMA LUCENA	LIMA & MILAT LTDA - ME	26469928000103	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico - RQE	11503904	4	CONTRATO TEMP	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
518.591.066-68	LUCIMARY COELHO CYRIACO	ICAF - INSTITUTO CIENTIFICO AVANÇADO DA FACE LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	628776	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
413.331.956-72	LUCIO FLAVIO FERNANDES DE PAIVA	LUCIO FLAVIO FERNANDES DE PAIVA - ME	05231855000147	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Médico	518030	2	CONCURSADO	Hospital Regional Dr Alfredo Oliveira Barros
716.785.063-20	LUZENI RODRIGUES LOPES	RODRIGUES E COELHO LTDA ME	17023595000101	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Enfermagem	829940	7	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Araguaina
825.818.191-20	MAGALI PICCOLI DE PAULA LIMA	M. P. DE PAULA		REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	NO	EMPRESARIO	Fonoaudiólogo	934139	7	CONCURSADO	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
		PICCOLI E LIMA LTDA ME	21035722000151	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
983.432.971-72	MAGDA CASTRO CAVALCANTE LIMA	R & M RESTAURANTE LTDA EPP	20537659000199	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Fisioterapeuta	1083902	2	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
389.000.841-00	MAGVALMA MACIEL MILHOMEM	CHÁCARA PARAÍSO EVENTOS LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	493792	1	CONCURSADO	Hospital Regional Dr Alfredo Oliveira Barros
133.374.208-85	MARCELO CAMPOS MONTEIRO	CONSTRUTORA CAMPOS E MONTEIRO LTDA - EPP	10981130000106	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Analista III	208039	5	CONTRATO TEMP	Diretoria de Arq e Eng dos Estabelec de Saúde
489.024.209-06	MARCELO DE MUZIO GRIPP	CLINICA GASTRO MEDICAL LTDA	14763630000122	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	603123	3	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		CLINICA GASTRO SINAI LTDA	30012324000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		JEQUITIBÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	07644699000171	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
952.544.551-87	MARCIA ALVES MATOS	PIPA PROJETOS LTDA - ME	25140965000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Analista III	11230142	3	CONTRATO TEMP	Gerência de Regulação do Trabalho
865.532.756-53	MARCILIO BARBOSA MENDES	ORTO BENS ADMINISTRAÇÃO LTDA - ME	27040877000162	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	980060	3	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		ORTO LIFE ORTOPEDIA LTDA - ME	24733540000142	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
472.192.031-87	MARCIO HONORATO ANTUNES DA CRUZ	DIAGNOSIS - CENTRO MEDICO LABORATORIAL LTDA	38137741000191	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Biomédico	581474	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Arraias
		DIAGNOSIS - CENTRO MEDICO LABORATORIAL LTDA	38137741000353	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Arraias
597.233.191-87	MARCO AURELIO VIEIRA DIAS	DIAS E GOMES LTDA	08252610000194	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assessor Comissionado IV	11160969	2	COMISSIONADO	Diretoria do Centro de Distribuição - CD
866.103.411-68	MARCO TULIO CORREIA QUIRINO	M.F. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP	14318587000196	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	1270052	5	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Araguaina
849.149.631-91	MARCOS RODRIGUES SOUZA	AGROPECUÁRIA MINAS GERAIS LTDA ME	00545216000132	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11605944	4	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DO TOCANTINS LTDA	13307701000110	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		MRS & C ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	18999919000104	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
213.586.688-17	MARIA ALEJANDRA RIVERO GARCIA	SERVIMED - SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	31593931000174	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11645369	2	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
158.309.288-92	MARIA BERNADETE PEDRO	BERNA & BERNA ARTESANATOS LTDA	07382347000195	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico-Bioquímico	224276	2	CONCURSADO	Diretoria de Gestão da Hemorrede
648.495.541-72	MARIA DA CONCEICAO LIMA PEDRA	LIMA & PEDRA MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	12211269000104	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	792205	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
427.168.451-15	MARIA EDILEUSA LIMA FONSECA SILV	AGROCAMPO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LIMITADA ME	04291854000125	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Enfermagem	534186	2	CONCURSADO	Semus - Convenio - Sao Valerio
375.425.321-20	MARIA GERUSA RODRIGUES DOS SANTOS	RODRIGUES & RODRIGUES SUPERMERCADO SERVE LAR LTDA	06100513000150	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	471309	4	CONCURSADO	Hospital Regional Dr Alfredo Oliveira Barros
371.065.200-63	MARIA IVA MARANHAO MOREIRA	MARANHÃO E MOREIRA LTDA	12160289000195	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	466879	1	CONCURSADO	Hosp Maternidade D Orione - Convenio - Araguaina
292.839.063-49	MARIA JONACY LIMA DUARTE	NANES E DUARTE LTDA - ME	07693968000190	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assistente Social	371376	1	CONCURSADO	Supervisão do Cent de Aten Psicossocial - CAPS -II
907.228.501-82	MARIANA FIORAVANTE CUNHA CASTRO	AGROPECUARIA FIORAVANTE LTDA.	28786511000108	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	1022849	1	CONCURSADO	Servidores Cedidos Externos
534.020.574-68	MARIELZA DOS SANTOS	CHP - CENTRO DE HEMATOLOGIA PALMAS LTDA - ME	24058803000165	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	651233	4	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
912.031.391-87	MARILMA DORTA SANTOS	DORTA E ROCHA LTDA ME	14055171000122	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Enfermagem	1230190	1	CONCURSADO	Semus - Convenio - Lagoa da Confusao

370.512.291-68	MARIO GONZAGA DOS SANTOS	M G DOS SANTOS - ME	16925151000190	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Médico	465220	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araias
262.667.171-15	MARLEIDE PEREIRA DA SILVA VIEIRA	M P DA SILVA VIEIRA LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assistente em Serviços de Saúde II	331044	4	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Alvorada do Tocantins
924.830.461-34	MARLY ALVES VINHALES	ACADEMIA DE GINASTICA SILVEIRA E VINHALES LTDA - ME	19276536000162	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	1038761	4	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
403.987.651-20	MARTA LUCIA GUIMARAES RESENDE ADORNO	D'ORAVANTE BEM ESTAR E TURISMO LTDA - ME	19391059000186	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Fisioterapeuta	512970	2	CONCURSADO	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
		JALAPA FISIO & TERAPIAS INTEGRATIVAS LTDA	27930887000173	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
283.013.058-86	MELISSA ISABELLE ALVES DE LIMA	G. C. A. DE LIMA E CIA LTDA - ME	08672570000130	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	358098	2	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
300.184.801-44	MERVES RODRIGUES DA SILVEIRA	ASA - ARAGUAÍNA SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA LTDA	25089970000136	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	376726	4	CONCURSADO	Servico de Verificacao de Obito - Svo - Araguaina
170.336.158-09	MOACIR NAOYUK ITO	NAKAITO KENKOU LTDA	05096158000120	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	239670	1	CONCURSADO	Hosp Mat Infantil Edmunda a Cavalcante-tia Dede
904.284.981-91	MOYSES DE PAULA RODRIGUES CHAVES	CLINICA SAÚDE EMOCIONAL LTDA ME	14986252000146	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	1020625	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
211.631.201-97	NEURACY ALVES FILARDI SILVEIRA	CDI - CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA	38154332000101	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	276203	7	CONTRATO TEMP	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
454.702.601-78	ODETE POZZEBON MOURAO	POZZEBON ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA	22524421000154	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	565961	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
712.300.331-49	OLIVIA MOREIRA MACEDO FERNANDES	GUARAPAX SERVIÇOS FUNERAIS LTDA	32535570000172	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assistente Especializado II	824012	10	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Guarai
694.655.501-59	PAOLA BOTTIN MADRID	CLÍNICA MÉDICA DE DOENÇAS REUMATOLÓGICAS LTDA - ME	28313408000132	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11653779	2	CONTRATO TEMP	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
813.946.241-15	PATRICIA BASTOS AMORIM	CLINICA DE IMAGEM PORTUENSE LTDA	36839314000120	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	SOCIO GERENTE	Médico	920803	4	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
		ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR PORTUENSE LTDA ME	00223297000154	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
566.681.123-15	PATRICIA DE SAMPAIO MORAIS	JH EMPREENDIMENTOS EM ARTIGOS DE COURO LTDA - ME	17197150000130	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	679188	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		JH SAUDE EIRELI - ME	13273901000107	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
		MED CLINIC SAUDE LTDA	27096160000132	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
845.166.401-63	PAULO AFONCO DE CASTRO	PAULO AFONÇO DE CASTRO E CIA LTDA ME	09388602000132	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Motorista de Ambulância	11555203	3	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
435.176.846-00	PAULO LAZARO LACERDA DE FREITAS	LOPES & FREITAS LTDA	09452832000113	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico - RQE	543436	4	CONTRATO TEMP	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
948.877.991-87	RAIMUNDA BARBOSA DOS SANTOS	ITEL CONSTRUTORA EIRELI	19552766000107	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Assessor Comissionado IV	1058169	8	COMISSIONADO	Diretoria de Gestão e Informação de Vig em Saúde
349.952.181-49	RAIMUNDO MOREIRA MARTINS NETO	LABORATÓRIO BIOCLÍNICO LTDA - ME	05254983000106	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Biomédico	441354	1	CONCURSADO	Diretoria de Gestão da Hemorrede
		PALÁCIO VERSALHES EIRELI - EPP	05567808000179	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	EPP	ADMINISTRADOR					Diretoria de Gestão da Hemorrede
		PALÁCIO VERSALHES EIRELI - EPP	05567808000179	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	EPP	ADMINISTRADOR					Diretoria de Gestão da Hemorrede
756.919.813-15	REGINA MARA FERREIRA DE BRITO COUTINHO	MEDCO - SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	28550627000135	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	842348	2	CONCURSADO	Diretoria do Labor Cent de Saúde Pública -LACEN-TO
498.534.571-72	RENATO BORGES AZEVEDO	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE ARAGUAÍNA - UNIMED ARAGUAÍNA	25064148000110	REGISTRO ATIVO	214-3	COOPERATIVA	NO	DIRETOR	Médico	613244	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		RELV - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	08992090000156	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
839.615.851-72	RICARDO CONDI CASTELAO	SANTOS E CASTELAO LTDA	20212140000130	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	951009	3	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
586.790.141-68	RICARDO RODRIGUES DE CERQUEIRA	ORTO BENS ADMINISTRAÇÃO LTDA - ME	27040877000162	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	702320	2	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		ORTO LIFE ORTOPEDIA LTDA - ME	24733540000142	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		ORTOCENTER FISIOTERAPIA LTDA - EPP	06955703000150	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
189.285.791-04	ROBERTO TOBIAS DE OLIVEIRA	EXAME CLÍNICA MÉDICA E LABORATÓRIO LTDA	37583523000118	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico-Bioquímico	255911	2	CONCURSADO	Supervisão do Cent de Aten Psicossocial - CAPS -II
		LABORATORIO DE PATOLOGIA CLÍNICA EXAME LTDA	02340251000140	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR					Supervisão do Cent de Aten Psicossocial - CAPS -II
628.217.336-15	RODRIGO FERREIRA LINS	MRX SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	37558685000104	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	770465	2	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
		REDECOR - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO CORAÇÃO LTDA - EPP	24119186000160	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR					Hospital de Referencia de Araguaina
464.355.571-87	ROSANA GLEICY PAIVA	GENESIS LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - EPP	01504073000183	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR	Biomédico	572795	2	CONCURSADO	Diretoria de Gestão da Hemorrede
345.151.785-04	ROSANGELA SANTANA DE LIMA	ROSANGELA SANTANA DE LIMA - EIRELI - EPP	27140582000168	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	EPP	ADMINISTRADOR	Médico	11594950	2	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Guarai
374.013.432-15	ROSEMARY TORRES AMORIM	AMORIM & FAGUNDES LTDA ME	11330025000170	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	469339	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
302.232.291-72	RUBENS CARVALHO COSTA	COSTA & COSTA LTDA ME	37247103000160	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Biomédico	382878	3	CONCURSADO	Semus - Convenio - Darcinopolis
		R. C. COSTA E CIA LTDA - ME	15458758000145	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Semus - Convenio - Darcinopolis
834.055.347-04	RUTH ROSENBERG KITTMAN	COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO TOCANTINS	00577777000113	REGISTRO ATIVO	214-3	COOPERATIVA	NO	DIRETOR	Médico	944133	4	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		HOSPITAL UROLOGICO DE PALMAS LTDA - EPP	06320480000154	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
771.021.501-72	SANDRA COELHO DA LUZ	FISIOLUZ FISIOTERAPIA LTDA - ME	07568400000147	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Auxiliar de Enfermagem	860594	1	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
793.309.324-87	SERGIO RICARDO CAMPOS MAIA	INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO DO TOCANTINS LTDA	08593750000126	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	889080	1	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		INSTITUTO DE PESQUISA ODONTOLOGICA E ENSINO IPE LTDA	14801012000120	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		KRUGER E MAIA LTDA ME	22422115000107	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
844.462.691-00	SHARLLEANE BEZERRA LIMA	CERÂMICA SODRÉ LTDA	13586246000139	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	955817	1	CONCURSADO	Hospital Infantil de Palmas Dr Hugo da Rocha Silva
886.315.246-20	SILVIO DELORENZO FILHO	HOSPITAL LIFE CENTER LTDA	22940904000130	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	1002937	4	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		ORTO BENS ADMINISTRAÇÃO LTDA - ME	27040877000162	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
		ORTO LIFE ORTOPEDIA LTDA - ME	24733540000142	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
825.711.631-91	SIMONE AIRES PARENTE	PALMAS MAIS CONVENIÊNCIA LTDA - ME	15411601000164	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Cirurgião Dentista	933950	2	CONCURSADO	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres

		S A PARENTE ME	08875227000192	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	[illegible]				Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
612.669.651-49	SIMONE DE FATIMA TEIXERA FARIA	ASSESSORIA & NEGÓCIOS INTERBUS LTDA ME	09456887000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	738417	2	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
982.958.881-53	SOLAYNNE LUSTOSA SOUSA DO AMARAL	RIBEIRO & AMARAL LTDA ME	07595215000141	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Enfermeiro	1083589	1	CONCURSADO	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
440.885.662-20	SONALY SANTIAGO PEREIRA	XAMBICA TURISMO LTDA - ME	09292016000190	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	551883	3	CONCURSADO	Centro Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
436.879.976-34	SUELI HORTA LONDE FRANCO BELGA	CROMOGRÁFICA EDITORA GRÁFICA LTDA ME	07582048000102	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	546875	3	CONCURSADO	Diretoria do Labor Cent de Saúde Pública -LACEN-TO
297.482.208-85	TADEU PRAXEDES DE MORAES BAKER	ORTOPALMAS - CENTRO ORTOPÉDICO DE PALMAS LTDA - ME	07315811000120	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Técnico em Radiologia	374810	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Miracema do Tocantins
305.012.101-72	TANIA MARIA AIRES GOMES ROCHA	SILVA, COELHO & ROCHA LTDA	05550701000118	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Psicólogo	386112	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Porto Nacional
397.189.489-53	TANIA REGINA CASSOL	SAO VALERIO IND E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	07655250000109	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Psicólogo	503888	6	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
879.870.234-34	TARCIO RIBEIRO CALLOU	CALLOU SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	32356643000169	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico	11163097	3	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Araguaina
874.071.831-04	TATIANE REGINA MENEGHETT	DESTILARIA ALVORADA LTDA ME	07894647000153	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Psicólogo	1223461	1	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Alvorada do Tocantins
868.601.861-00	THEYLLE VALENTE AMORIM FIGUEREDO	VALENTE & FIGUEREDO SERVIÇOS DE ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	12055051000108	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Fonoaudiólogo	983187	5	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Dianopolis
361.442.315-87	VALDIR DIAS DO NASCIMENTO	RELV - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	08992090000156	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	455213	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Araguaina
766.361.431-34	VALNADETE FERREIRA DA SILVA	SANTOS E CORDEIRO LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assessor Comissionado V	11486775	2	COMISSIONADO	Diretoria de Assistência Farmacêutica
818.397.581-04	VALQUIRIA CARNEIRO MORAIS	BELLA CLIN ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA EIRELI	24487551000190	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR	Fisioterapeuta	1289683	4	CONTRATO TEMP	Diretoria de Assistência Farmacêutica
		CLINICA VITTRINE LTDA	10880036000160	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR					Diretoria de Assistência Farmacêutica
997.607.971-00	VANESSA BOCK	BOCK & BOCK LTDA	12527413000108	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	EMPRESARIO	Fisioterapeuta	1095617	3	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Dianopolis
246.814.581-04	VERA AMALIA LOURENCO ARAUJO	HOJUARA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	24784837000137	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Técnico em Enfermagem	313479	2	CONCURSADO	Semus - Convenio - Santa Terezinha
		LATICÍNIOS HOJUARA LTDA - EPP	04305962000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR					Semus - Convenio - Santa Terezinha
767.617.701-49	VERA LUCIA AMARAL DOS SANTOS	DROGARIA VISÃO LTDA ME	37426269000144	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Farmacêutico	856608	6	CONCURSADO	Hospital de Referencia de Gurupi
842.964.101-72	WALNEY RABELO DE SOUZA	WALNEY RABELO DE SOUZA & CIA LTDA	22135877000122	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico - RQE	1267566	5	CONTRATO TEMP	Hospital Geral de Palmas Dr Francisco Ayres
592.051.801-49	WIDGLAN LIMA RODRIGUES	CLINICA DE ANESTESIOLOGIA DE GUARAI LTDA	03374986000158	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Médico	712740	7	CONTRATO TEMP	Hosp de Ref de Pedro Afonso - Leoncio de S Miranda
818.890.110-53	YOSHANA NEVES TEIXEIRA	CONTROLMAX DISTRIBUIÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Médico - RQE	1267507	8	CONTRATO TEMP	Hospital de Referencia de Alvorada do Tocantins

Governo do Estado do Tocantins
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Tocantins

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que ALIRIO FELIX MARTINS BARROS Portador do CPF 832.991.061-04	**Protocolo:** TOC2000736632

Nome Empresarial: POINTCOM INFORMÁTICA EIRELI - EPP

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 17600036124	**CNPJ** 03.403.247/0001-47

Endereço Completo
QUADRA 104 NORTE AVENIDA LO 2, Nº 32, SALA: 04;, PLANO DIRETOR NORTE - Palmas/TO - CEP 77006-022

É sócio(a) de sociedade registrada nesta Junta Comercial, como segue :

Data de Entrada na Sociedade	Data de Saida na Sociedade	Condição
14/09/1999	27/07/2015	Sócio

Situação
ATIVA

Status
TRANSFORMADA

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
091	17600036124	06/11/2015	TRANSFORMACAO
002	17595716	25/08/2015	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	17595716	25/08/2015	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
307	17557367	13/11/2012	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	17479849	20/01/2006	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	17432201	09/04/2001	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	17427062	28/06/2000	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
B02	17200195446	14/09/1999	REGISTRO/CONSTITUICAO
302	174217780	14/09/1999	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA EM CONSTITUICAO

Nome Empresarial: VEEG SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - EPP

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 17200574099	**CNPJ** 27.616.529/0001-90

Endereço Completo
QUADRA 204 SUL ALAMEDA 4, Nº 12, SALA 04, PLANO DIRETOR SUL - Palmas/TO - CEP 77020-466

Foi sócio(a) de sociedade registrada nesta Junta Comercial, como segue :

Data de Entrada na Sociedade	Data de Saida na Sociedade	Condição
28/03/2017	13/11/2020	Sócio
Data de Entrada na Sociedade	**Data de Saida na Sociedade**	**Condição**
28/03/2017	13/11/2020	Administrador

Situação
ATIVA

Status
SEM STATUS

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20200519506	25/11/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20200519506	25/11/2020	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
090	17200574099	27/04/2017	CONTRATO
316	20160373662	27/04/2017	ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Esta certidão foi emitida automaticamente em 26/11/2020, às 11:25:20 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.simplifica.to.gov.br**, com o código **5KP1PPUD**.

TOC2000736632

Erlan Souza Milhomem

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que ALIRIO FELIX MARTINS BARROS Portador do CPF 832.991.061-04	**Protocolo:** TOC2000736632

Secretário Geral

SEDEN | GOVERNO DO TOCANTINS

Recursos Humanos SICS <rh@sic.to.gov.br>

DILIGÊNCIA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

3 mensagens

SICS/Recursos Humanos <rh@sic.to.gov.br> 28 de setembro de 2020 11:09
Para: Lara Alves Araújo Lins <lara@tre-to.jus.br>, Lara Alves Araújo Lins <laratre@hotmail.com>
Cc: seref@tre-to.jus.br

Bom dia, segue anexo diligência feita por indícios de irregularidade na vida funcional da servidora Lara Alves Araújo Lins. Com o intuito de atender o TCE, solicitamos, em caráter de urgência, regularização de sua situação.
Peço por gentileza que acuse recebimento do mesmo.
Att

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RECURSOS HUMANOS
rh@sic.to.gov.br
(63)3218 2351

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS- SICS

j

RH.pdf
532K

Lara Alves Araujo Lins <lara@tre-to.jus.br> 28 de setembro de 2020 16:37
Para: SICS/Recursos Humanos <rh@sic.to.gov.br>
Cc: Lara Alves Araújo Lins <laratre@hotmail.com>, SEREF - Seção de Registros Funcionais e Informações Processuais <seref@tre-to.jus.br>

Boa tarde,

Tomarei as providências que o caso requer.

Grata e sempre à disposição,

Lara Alves Araújo Lins
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
SEPEX - Seção de Protocolo e Expedição
(: (63) 3229-9677

*: lara@tre-to.jus.br

Até aqui o Senhor tem nos ajudado... Amém!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

laratre@hotmail.com <laratre@hotmail.com> 28 de setembro de 2020 16:36
Para: SICS/Recursos Humanos <rh@sic.to.gov.br>
Cc: Lara Alves Araújo Lins <lara@tre-to.jus.br>, seref@tre-to.jus.br

Boa tarde,

Tomarei as providências cabíveis.

Grata e sempre à disposição,

Lara Alves Araújo Lins
Diretora de Vendas Independente da Mary Kay do Brasil
Franqueada Mr.Pretzels - Capim Dourado Shopping
(063) 99948-6857

Até aqui o Senhor têm nos ajudado. Amém!
Yes, Yes, Yes

[Texto das mensagens anteriores oculto]

JUCETINS
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO DO TOCANTINS

Quadra 103 Sul, Rua SO 07, Lote 12 – Plano Diretor Sul CEP.: 77.015-30 – Palmas- TO
Tel.: 3218-4805 site: www.jucetins.to.gov.br e-mail.: gabinete@jucetins.to.gov.br

SGD: 2021/20579/00188

ANEXO I

SERVIDORES	CPF	SITUAÇÃO DA EMPRESA NA JUCETINS	VÍNCULO	DATA DE ENTRADA NA EMPRESA	DATA DE SAÍDA DA EMPRESA	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	NATUREZA JURÍDICA	SITUAÇÃO CADASTRAL NA RECEITA FEDERAL
BOLIVAR CAMELO DE ABREU[1]	663.183.351-53	ATIVA	ADMINISTRADOR	27/11/2009	-x-	**11.380.781/0001-03**	BORGES & CAMELO LTDA ME	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	INAPTA - OMISSÃO DE DECLARACÕES
ISMAR FERNANDES DE OLIVEIRA[2]	149.930.401-30	CANCELADA - ART.60 LEI 8934/94	SÓCIO GERENTE	10/03/1993	-x-	**37.580.024/0001-77**	CONSTRUTORA CASARAO LTDA ME	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	**ATIVA**

1 – Notificação via sgd nº 2020/20579/004322 – consta Processo de regularização do servidor na SECAD/DIGEF. Cientificado em 28/09/2020.

2- Comunicado via sgd n°2020/20579/005051. Cientificado em 16/11/2020.

Documento foi assinado digitalmente por THAIS COELHO DE SOUZA AMARAL MONTEIRO em 19/01/2021 08:55:56.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 3042C62F00B40ACB

SECRETARIA DA Administração TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO PARA FINS DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, no município de _____, fone: _____, **DECLARO**, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

☐ Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta.

☐ Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo.

☐ Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado. (a): _____

Carga Horária___ Órgão: _____ Cidade/UF: _____Esfera de Governo: _____

☐ Não possuo bens e valores;

☐ Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;

☐ Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

☐ Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

☐ Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

☐ Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, _____de_____de 20____.

_____

Assinatura

Documento foi assinado digitalmente por DENISE BELTRAME DA SILVA em 21/01/2021 10:11:13.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 0F98BF0900B3E583

SERVIDORES COM REPRESENTAÇÃO EM EMPRESAS EM DESACORDO COMO QUE ESTABELECE O INCISO X, DO ART. 134, DA LEI Nº 1818.

ÓRGÃO	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS

CPF	NOME	EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO ATUAL	NATUREZA JURÍDICA	DESCRICAO NATUREZA JURÍDICA	PORTE	CONDIÇÃO DE SÓCIO	CARGO	NÚM. FUNCIONAL	VINC	TIPO DE VÍNCULO
66352037100	ADEMILDES MEDEIRO DE OLIVEIRA FONTOURA	A M DE OLIVEIRA FONTOURA ME	17222520000141	REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	ME	EMPRESARIO	Assistente Administrativo	802077	2	CONCURSADO
		G DA SILVA PEREIRA & CIA LTDA EPP	17490318000109	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	EPP	ADMINISTRADOR				
88067009104	AILTON EMILIANO DOS REIS	AGROPLAN - PROJETOS E CONSULTORIA RURAL LTDA	19927038000132	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Extensão Rural	995669	1	CONCURSADO
55470041387	DECIO ROCHA DE SOUZA	AGRONATU ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE LTDA ME	11495974000100	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assistente Administrativo	667125	1	CONCURSADO
83421009104	HUMBERTO SARAIVA OLIVEIRA DE CARVALHO	EAGRO PROJETOS LTDA - ME	09069666000170	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Extensão Rural	944340	2	CONCURSADO
80653863853	JOSE CARLOS DE MIRANDA	MIRANDA ANIMAIS VIVOS E PESCA LTDA - ME	03218649000171	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Assistente Administrativo	907835	3	CONCURSADO
21178518272	MANUEL ENEAS DE MACEDO FILHO	AGROMONTE REPRESENTAÇÕES LTDA ME		REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Extensionista Rural	276288	1	CONCURSADO
49802615153	MARDONIO VILANOVA QUEIROZ	M V QUEIROZ		REGISTRO ATIVO	213-5	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	NO	EMPRESARIO	Extensionista Rural	611107	1	CONCURSADO
54956218168	PAULENIO AZEVEDO FILHO	CESAR E AZEVEDO E CIA LTDA - ME	07138067000136	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Extensão Rural	664720	3	CONCURSADO
		P.F. MARKETING & VENDAS EIRELI	31535684000150	REGISTRO ATIVO	230-5	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)	ME	ADMINISTRADOR				
57001014400	ROLSTON OLIVEIRA PEREIRA	R A COMÉRCIO DE VEÍCULOS USADOS LTDA	03897632000198	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	NO	ADMINISTRADOR	Administrador	680725	2	CONCURSADO
80607640120	SERGIO MANOEL DA COSTA BUENO	PRUMO ASSESSORIA AGRÍCOLAS LTDA	06075924000133	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Extensionista Rural	905905	1	CONCURSADO
31113460130	SONIA MARIA PERES DE ABREU	MELLO & MARINHO LTDA - ME	19871254000103	REGISTRO ATIVO	206-2	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	ME	ADMINISTRADOR	Técnico em Extensão Rural	393359	1	CONCURSADO